



A Tradução para Edição

Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho

Porto

Maio de 2011

Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho

A Tradução para Edição

Viagem ao mundo de tradutores e editores
em Portugal (1974-2009)

Dissertação de Doutoramento
em Estudos Anglo-Americanos – Tradução

Apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade do Porto, sob a orientação do
Professor Doutor Rui Carvalho Homem

Porto

Maio de 2011

Índice

Índice	2
Agradecimentos	5
Intenções	7
1. Sociedade e Edição: Contextos e Casos	9
1.1 Fenómenos actuais em torno do livro	14
1.2 Impressores e editores, mercadores e livreiros	23
1.3 O livro como mercadoria	35
1.4 Associações de classe de editores e livreiros	38
1.5 Alguns números sobre a edição em Portugal	41
1.6 O mercado editorial actual em Portugal	52
2. Os Estudos de Tradução	55
2.1 De Cícero a Schleiermacher	56
2.2 Alguns contributos significativos no século XX	63
2.2.1 <i>Da linguística para os Estudos de Tradução</i>	65
2.2.2 <i>Autonomia relativa dos Estudos de Tradução</i>	70
2.3 Teorias funcionalistas	75
2.4 Estudos de sistemas e normas	79
2.5 A visibilidade do tradutor	86
2.6 A propósito da avaliação de qualidade na tradução	93
2.6.1 <i>Obras traduzidas em Portugal</i>	95
2.6.2 <i>Curta resenha histórica sobre a avaliação de qualidade na Tradução</i>	106
2.6.3 <i>Avaliação e Qualidade: Diferentes perspectivas</i>	116
2.6.4 <i>A Norma Europeia de Serviços de Tradução – EN 15038</i>	121
2.7 Quadro de referência nos Estudos de Tradução para esta Investigação	126

3.	A Tradução para Edição em Portugal	129
3.1	Caracterização do Inquérito por Questionário	132
3.2	Alguns dados sobre o estudo desenvolvido	134
3.3	Análise do conjunto de dados resultantes do Inquérito	140
3.3.1	<i>Identificação dos Inquiridos (Anexo II – 1.)</i>	140
3.3.2	<i>Caracterização da Casa Editora (Anexo II – 2.)</i>	146
3.3.3	<i>Seleção de um Tradutor (Anexo II – 3.)</i>	152
3.3.4	<i>Formação ministrada pela casa editora (Anexo II – 4.)</i>	160
3.3.5	<i>Contrato de trabalho (Anexo II – 5.)</i>	165
3.3.6	<i>Informações para o tradutor (Anexo II – 6.)</i>	167
3.3.7	<i>Revisão da tradução (Anexo II – 7.)</i>	170
3.3.8	<i>Contratação do mesmo tradutor (Anexo II – 8.)</i>	174
3.4	Curtas conclusões	179
4.	A casa editora “Campo das Letras”	185
4.1	Produção editorial: Alguns dados	190
4.2	Polissistema, normas, refracção: revisitando algumas ferramentas conceptuais	193
4.3	Percurso e lugar da editora Campo das Letras	198
4.3.1	<i>As colecções da Campo das Letras</i>	200
4.3.2	<i>Autores e linhas editoriais da Campo das Letras</i>	206
4.3.3	<i>Os tradutores na Campo das Letras</i>	214
4.4	Leitura crítica de algumas traduções da Campo das Letras	217
4.4.1	<i>Cultura e Resistência – David Barsamian Entrevista Edward W. Said</i>	220
4.4.2	<i>Ordem de Trabalhos – Genocídio</i>	227
4.4.3	<i>Atrás dos Tempos – Declínio e Queda das Vanguardas do Século XX</i>	233
4.4.4	<i>Oprah Winfrey – Em Directo</i>	237
4.4.5	<i>Racismo – Uma Breve História</i>	241
4.4.6	<i>O Cerco</i>	244
4.4.7	<i>Ravan & Eddie</i>	249
4.5	Algumas conclusões	254

5. Reflexões Finais	259
 Bibliografia	 283
Geral	284
Bibliografia Analisada	294
Consultas na Internet	295
 Anexos	 299
Anexo I: Inquérito por Questionário	300
Anexo II: Tabelas do Inquérito por Questionário	309
1. Identificação do Respondente	310
2. Caracterização da Casa Editora	312
3. Selecção de um Tradutor	313
4. Formação ministrada pela casa editora	321
5. Contrato de Trabalho	323
6. Informações para o Tradutor	324
7. Revisão da Tradução	325
8. Contratação do mesmo tradutor para outros trabalhos de tradução	326
Anexo III: Campo das Letras – Colecções, Obras traduzidas	328
Colecções da Campo das Letras	329
Obras traduzidas da Campo das Letras	332
Anexo IV: Obras recenseadas – Lista, Fichas	333
Lista de obras recenseadas	334
Fichas das obras recenseadas	335

Agradecimentos

Em primeiro lugar, e indubitavelmente antes de tudo e todos, é com um profundo sentido de gratidão e dívida que tenho de manifestar os meus mais sinceros agradecimentos ao Professor Rui Carvalho Homem, pelo incentivo e apoio constante que sempre me concedeu para a realização deste projecto. Os seus comentários, sugestões e contributos foram decisivos para que, em todas as fases desta longa investigação, tenha sido possível avançar e concretizar as intenções e objectivos delineados. Sem a sua inestimável ajuda, capacidade de correcção de erros e imprecisões, e, sobretudo, sem a sua aptidão para a partilha dos muitos e vastos conhecimentos que possui, não teria sido possível alcançar este resultado final.

Os meus penhorados agradecimentos igualmente ao Professor Gomes da Torre, porque foi o impulsionador da génese desta investigação e porque tem sido, desde sempre, um mentor bem presente ao longo de toda a minha formação na área dos Estudos de Tradução.

Aos Professores Gualter Cunha, Fátima Vieira, Nuno Ribeiro, Carlos Azevedo, Ana Luísa Amaral, Teresa Castilho e saudoso Paulo Eduardo Carvalho, do Departamento de Estudos Anglo-Americanos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), um forte agradecimento pelos ensinamentos e comentários que em diferentes contextos de seminários, colóquios ou jornadas de investigação permitiram a melhoria de diversos componentes deste estudo. Estende-se ainda a todos os colegas do Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS), um sentido obrigado pela aceitação concedida no seio desse grupo de investigação e pela possibilidade de colaboração que ali foi desenvolvida.

À Professora Alexandra Lopes, do Departamento de Sociologia da FLUP, bem como às colaboradoras Marta Coelho e Helena Barros, o meu reconhecimento pelo indispensável apoio prestado na elaboração e tratamento dos dados relacionados com o Inquérito por Questionário.

À Professora Alexandra Assis Rosa, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um agradecimento muito especial pela colaboração prestada com uma peça fundamental para esta investigação.

Aos colegas no Conselho Nacional de Tradução, Professores Maria António Hörster e Jorge Carvalho, um agradecimento sentido pelo incentivo e trabalho compensatório a que foram sujeitos por força da minha ausência nesse Conselho, cujo futuro asseguraram e consolidaram tão sabiamente.

Aos colegas de estrada mais próximos, Miguel Ramalhete e Constança Carvalho Homem, muito obrigado pelos momentos partilhados.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia o reconhecimento de que sem o seu apoio financeiro e logístico, a diversos níveis, nada disto teria sido possível e provavelmente a investigação que agora se apresenta nunca teria saído das boas intenções de um simples plano.

De igual modo, um sincero agradecimento à FLUP, e em particular ao Departamento de Estudos Anglo-Americanos, pelo apoio concedido à investigação em geral na respectiva área de estudos, e a esta em particular na área da tradução, e pelos fóruns de discussão e intercâmbio de ideias que abriu e promove, possibilitando o desenvolvimento e a progressão de estudos e investigações como a presente.

Aos colaboradores da editora Campo das Letras, nomeadamente Margarida Baldaia e Cláudia Abreu, mas também aos editores responsáveis, em diferentes momentos, Jorge Araújo e Emídio Ribeiro, o meu reconhecimento e gratidão pelos contributos graciosamente oferecidos e pelo suporte técnico prestado em todos os momentos.

Ao ISAG, respectiva entidade instituidora e corpo docente, a minha gratidão pelo apoio profissional concedido desde as fases iniciais deste projecto e ao longo de todo o processo de escrita e edição do mesmo.

Por fim, um caloroso agradecimento à minha família e amigos, que tiveram de suportar longas ausências enquanto permaneci sentado em frente do computador, em vez de lhes dedicar momentos mais descontraídos.

Acima de tudo, gostaria de agradecer a infinita paciência e apoio da minha incansável e indispensável companheira, a Inês, e da minha adorada filha, Carolina, cujo amor e ajuda foram fundamentais para que esta investigação pudesse chegar ao fim.

Jorge Almeida e Pinho

Ovar, Maio de 2011.

Intenções

O estudo que se apresenta de seguida tem como objecto principal a intervenção dos tradutores profissionais no mercado editorial português, considerado num segmento recente da sua história. Reporta-se, genericamente, às condições socioculturais e políticas que se definiram desde o último quartel do séc. XX, e encontrará incidência particular num conjunto relativamente abrangente de dados recolhidos e publicados sobre a tradução e a edição, sobretudo a partir do ano de 2002, por diversas entidades.

Tais dados, essenciais a esta investigação, e eventualmente a outras a desenvolver no futuro sobre a área editorial, serão ainda complementados por informações propositadamente pensadas para este estudo e coligidas para dele fazerem parte integrante através de um inquérito respondido por casas editoras portuguesas a propósito do seu relacionamento com a área da tradução em geral, e dos tradutores em particular. Especialmente na fase inicial, serão invocadas e enquadradas noções pertinentes às áreas disciplinares dos Estudos do Livro e dos Estudos de Tradução, e que servirão os propósitos de consolidação dos alicerces conceptuais que constituem a base da reflexão que aqui será proposta. Na verdade, tais ideias têm em vista uma ampla consideração sobre a tradução e a posição dos tradutores num contexto mais vasto de saberes e discursos que intervêm na cultura e na socioeconomia do livro.

Em primeiro lugar, deve salientar-se que a motivação subjacente a este estudo resulta do investimento pessoal e profissional do autor nessa área de actividade ao longo das últimas duas décadas. Esse percurso tem sido simultaneamente académico e decorrente do exercício da sua actividade como tradutor para diversas casas editoras, o que terá propiciado sobremaneira a escolha do tema, mas também o desejo de aprofundamento da investigação em benefício de todos os interessados e de estudos futuros nesta área ou em outras congéneres.

Além disso, e numa segunda instância deveras importante, deve notar-se que em particular a área da tradução não dispõe ainda, mais especialmente em Portugal, de um conjunto de dados consolidados que permitam um conhecimento satisfatório da actividade dos tradutores. Na verdade, os instrumentos de análise existentes são tão escassos que não possibilitam um aprofundamento adequado dos dados e a consequente melhoria dos

métodos usados no estudo da tradução e no exercício profissional do ofício de tradutor. Daí também a necessidade de se proceder a esta abordagem, que se pretende parcelar, mas que poderá permitir o avanço dos Estudos de Tradução em Portugal, no caso de, conforme se deseja e auspícia, futuramente poder vir a ser complementada por outros contributos sobre esta mesma área.

Na verdade, o processo e as condições de trabalho dos tradutores para edição têm sido pouco investigados, e pode dizer-se que o que deles se conhece provém de dados muito escassos, resultantes sobretudo de perspectivas empíricas individualizadas e inadequadamente sustentadas, e tantas vezes comunicadas de forma avulsa, por vezes em elementos paratextuais ligados às obras traduzidas.

A consolidação de conhecimentos sobre a contratação, trabalho desenvolvido e situação geral dos tradutores para edição necessita claramente de informações detalhadas que permitam traçar um quadro rigoroso e fiável da respectiva situação e condição profissional. Naturalmente que será indispensável considerar ainda os contextos mais alargados de âmbito teórico e que dizem respeito aos aspectos histórico-culturais e socioeconómicos relativos ao lugar dos tradutores na produção cultural e no tecido económico.

No âmbito mais específico da investigação aplicada à tradução para edição deverão ser analisados e descritos em mais pormenor os factores conhecidos de avaliação da qualidade e os procedimentos adoptados para a sua aferição. Assim, deverá proceder-se à análise e teste da possibilidade de uso dos modelos de avaliação implementados no âmbito da tradução técnica, confrontando-os com os resultados presentes nas obras literárias traduzidas por tradutores com um percurso profissional relevante e em editoras de referência.

Espera-se que as eventuais conclusões desta investigação permitam uma compreensão alargada do conjunto de procedimentos e trânsitos textuais e culturais estudados, e que essa compreensão constitua um contributo significativo para um relacionamento mais equilibrado entre todos os intervenientes na área dos Estudos de Tradução, para o saber academicamente organizado (com consequências na formação de tradutores) e ainda para o desenvolvimento de um público leitor mais conhecedor e crítico.

1. Sociedade e Edição: Contextos e Casos

O início desta investigação parte de uma ampla consideração sobre a tradução e a posição dos tradutores num contexto bem mais alargado de discursos e saberes relacionados com a cultura e a socioeconomia do livro. Na verdade, a intervenção e interligação entre a tradução e o livro parece ser desde logo evidente – e será demonstrada ao longo desta investigação – não só na perspectiva da disseminação da cultura literária, mas também tendo em conta que a difusão global de conhecimentos tem sido alcançada ao longo de séculos precisamente através do objecto “livro” e, tantas e tantas vezes, com recurso ao papel fundamental dos tradutores na transposição de conhecimentos e textos entre as diversas línguas e culturas.

Durante muitos séculos, a comunicação entre os seres humanos aconteceu oralmente, sendo feitos apenas alguns registos rudimentares sobre suportes materiais mais ou menos perecíveis. No decurso do longo processo evolutivo da espécie humana, tornou-se indispensável encontrar suportes mais fiáveis e perenes que sustentassem os registos da expressão humana e permitissem a sua transposição para outros homens e outras culturas. Gradualmente, esses suportes foram sendo desenvolvidos sobre outros materiais, da mais diversa ordem, até que, muitos séculos passados, viriam a assumir o formato de livro conforme ainda hoje o reconhecemos.

Este processo evolutivo foi exemplarmente descrito, ainda que de forma bastante sintética, por Artur Anselmo, em *Livros e Mentalidades* (2002: 11-15) – num texto que data de 1999 –, em que o autor começa por apontar a necessidade de o homem talhar o seu pensamento na pedra, passa por considerandos diversos sobre a elaboração da escrita e a fixação dos registos em diferentes materiais, e aborda os passos essenciais que conduziriam à criação do livro e dos seus diversos formatos na história. No final, Artur Anselmo aproveita o ensejo para indicar também alguns dos perigos que a “civilização escrita” corria, à época em que ele escrevia o artigo em causa, e que poderiam concorrer para pôr em causa a capacidade criativa e reflexiva da humanidade, tal como a conhecia.

Este conjunto de reflexões não pode deixar de ser enquadrado na perspectiva do livro como fenómeno de estudo, à escala global, e que tem sido incrementado pela

publicação, em particular nas últimas três décadas, de inúmeras obras, estudos e investigações especialmente dedicados a esse material tão especial de suporte da escrita. A recente implantação, no espaço académico e investigativo, da área transdisciplinar internacionalmente designada como *Book Studies* (sobre a qual se dirá algo mais adiante) não nos deverá fazer esquecer que é de longa data o interesse pelo estudo do livro como artefacto (embora através de iniciativas mais dispersas). De facto, uma das obras fundamentais para o estudo do livro, cujo título em português é precisamente *O Livro*, de Douglas C. McMurtrie, data originalmente de 1937 e, segundo o próprio autor (1982: 3), fora já antecedido de um outro título significativo, *The Golden Book*, em 1927. Em ambos, o autor terá tentado sintetizar a evolução da história do livro desde tempos bem recuados até ao primeiro quartel do século XX, centrando-se não só na evolução da escrita, mas também nos inescapáveis objectos e ofícios inerentes à produção do livro.

Na literatura relevante sobre os Estudos do Livro, não podem deixar de se destacar alguns outros títulos marcantes para a historiografia do livro, como *Five Hundred Years of Printing*, de 1955, da autoria de Siegfried Heinrich Steinberg, uma obra dedicada precisamente à técnica da tipografia, que tanta importância viria a ter para a evolução e divulgação maciça do livro, mas também à articulação do ofício com a sociedade em que era desenvolvido. Ou seja, uma interligação de cariz sociológico que viria a ser precursora das evoluções que posteriormente viriam a marcar as obras dedicadas a esta matéria.

Poucos anos volvidos, surgiria mais um livro essencial para os Estudos do Livro, *L'Apparition du Livre*, de 1958, da autoria de Henri-Jean Martin, em co-autoria com Lucien Febvre, no qual os autores desenvolvem pormenorizadamente uma síntese bastante completa sobre o significado cultural associado à história do livro. Esta obra é de tal modo importante que muitas vezes é referenciada como tendo sido o verdadeiro ponto de partida para as investigações desenvolvidas em prol dos Estudos do Livro, uma área onde se cruzam os contributos da história, da sociologia, da crítica literária e da antropologia, entre outras disciplinas. Um indicador útil do seu impacto terá sido a realização de um congresso de celebração dos cinquenta anos sobre a publicação deste livro, em Helsínquia, em 2008 (<http://filosofia.fi/node/3899>).

Igualmente significativo e marcante viria a ser o monumental *Histoire de l'Édition Française*, em quatro volumes, de Roger Chartier e do mesmo Henri-Jean Martin, com data de 1989, que assinalaria a colaboração de Martin com um dos actuais e mais importantes autores internacionais na História do Livro, ao mesmo tempo que determinava um método de trabalho e de apresentação em que o essencial é sintetizado e demonstra o

resultado de uma aprofundada reflexão sobre o domínio em causa. Os dois autores tiveram diversos seguidores internacionais neste quadro de referência, beneficiando da dinâmica que a História do Livro actualmente conhece e da qual são testemunho qualificado vários projectos nacionais (na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Austrália) de grandes sínteses sobre a edição, seguindo precisamente o modelo por eles instaurado.

Roger Chartier assumir-se-ia, entretanto, como um dos mais prolixos escritores contemporâneos sobre estas matérias, com inúmeras obras dedicadas ao livro, entre as quais devem ser referenciadas, pela sua importância, *Histoire de la Lecture dans le Monde Occidental* (1995), *Histoires de la Lecture* (1995), ou *A Ordem dos Livros* (1997), em edição portuguesa, e que tinha sido publicada originalmente em 1992.

Deve realçar-se que a investigação académica sobre esta nova disciplina dos Estudos do Livro tem vindo a ser gradualmente implementada em diversas universidades, com uma ênfase especial nas características interdisciplinares da área, com base nos métodos da Bibliografia, da História Social, da Crítica Literária e da Teoria Cultural, conforme se pode ver, por exemplo, na University of Edinburgh, no The Centre for the History of the Book (<http://www.hss.ed.ac.uk/chb/index.htm>). Para se poder obter uma panorâmica interessante e mais alargada sobre esta área poderá ainda ver-se a classificação de *Book Studies* num catálogo de recursos da Internet da Strathclyde University, em Glasgow, o BUBL LINK (<http://bubl.ac.uk/link/b/bookstudies.htm>), onde são inúmeras as ligações sugeridas e se torna evidente a amplitude, diversidade disciplinar e evolução constante das investigações em curso.

Não poderão deixar de se referir ainda as inúmeras iniciativas de publicação, convencionais e electrónicas, que têm acompanhado a consagração desta área transdisciplinar. Além disso, a investigação correspondente tem-se dado a conhecer também em múltiplas reuniões académicas internacionais – nomeadamente colóquios, congressos e seminários – e daí resulta igualmente a consagração curricular dos saberes em causa através de figurinos de formação académica, com incidência especial em programas de Mestrado e Doutoramento. Assinalam-se aqui apenas algumas das formações académicas internacionalmente mais conhecidas sobre a área dos Estudos do Livro:

- City University, Londres

(<http://www.city.ac.uk/journalism/courses/postgrad/publishing/>)

- Drew University (<http://www.drew.edu/grad-content.aspx?id=2352>)

- Oxford Brookes University
(http://www.brookes.ac.uk/studying/courses/postgraduate/2009/publishing_mba)
- University of Edinburgh (<http://www.hss.ed.ac.uk/chb/postgraduatestudy.htm>)
- University of London – Institute of English Studies
(<http://ies.sas.ac.uk/study/MAHOB/index.htm>)
- University of Toronto (<http://bookhistory.fis.utoronto.ca/>)
- Westfälische Willelms – Universität Münster
(http://www.uni-muenster.de/Buchwiss/Studieren/master_of_arts.html)

Aliás, também em Portugal surgiram recentemente cursos dedicados a esta mesma área, seguindo as tendências e orientações internacionais, nomeadamente:

- Instituto Politécnico de Tomar (<http://portal.ipt.pt/portal/portal/mestradoTE>)
- Universidade de Aveiro
(<http://www.ua.pt/mestrados/PageCourse.aspx?id=119&b=1&lg=pt>)
- Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
(<http://www.fcsh.unl.pt/cursos/cursos/cursos/guia/Edicao-de-Texto.4108>)

Na verdade, ainda no âmbito deste quadro de referências sobre o ímpeto que os Estudos do Livro têm recebido nos últimos anos e o que tudo isto representa salienta-se o conjunto de afirmações proferidas por Artur Anselmo:

O desenvolvimento febril dos estudos de História do Livro, ao longo dos últimos vinte anos, tem sido objecto das mais variadas interpretações, muitas das quais apresentadas em colóquios internacionais de historiadores do livro. Aliás, o simples facto de estes se organizarem em grupos de trabalho e de participarem regularmente em reuniões científicas da especialidade, a multiplicação de obras-de-referência e de monografias sobre o livro e a leitura – quase sempre com êxito comercial –, bem como o alargamento do espaço de investigação a países e continentes sem qualquer tradição no ramo, mostram à evidência que a História do Livro está cada vez mais presente na esfera das preocupações dominantes nas comunidades de Ciências Sociais e de Ciências Humanas. Pode mesmo dizer-se que a História do Livro “está na Moda”. (1997: 15)

Desde as práticas de leitura, passando pela literacia e pelas relações entre editores, autores e leitores, ou mesmo com uma referência especial às tecnologias mais actuais de edição, tudo o que diz respeito à área dos Estudos do Livro tem vindo a ser estudado, investigado e trabalhado de forma mais aprofundada em anos recentes. Deve assinalar-se, aliás, que também em Portugal a tendência para a publicação de obras diversificadas sobre esta temática tem vindo a ser seguida, e os nomes de autores como o já citado Artur Anselmo, mas também Fernando Guedes e José Afonso Furtado, entre outros, revelam-se incontornáveis nos estudos sobre o livro.

Como seria inevitável, também aqui tem de ser destacado o papel desempenhado em ofícios diversos pelos profissionais do sector, de impressores a editores, passando pelos revisores ou ainda por aqueles que, no âmbito desta investigação mais nos dizem respeito, os tradutores. É curioso, igualmente, notar o paralelismo evidente entre a situação dos *Book Studies* (Estudos do Livro) e a dos *Translation Studies* (Estudos de Tradução), cujo destaque tem sido também notório em anos mais recentes. De tal modo é visível esse paralelismo, até por comparação com as afirmações anteriores de Artur Anselmo, que não podem deixar de se citar aqui as palavras de Susan Bassnett no seu prefácio à terceira edição da obra *Estudos de Tradução*:

Os anos oitenta foram uma década de consolidação para a novíssima disciplina conhecida como Estudos de Tradução. Tendo feito a sua aparição nos finais dos anos setenta, começou a ser levada a sério e deixou de ser olhada como uma área de importância secundária e sem valor científico. Ao longo dos anos oitenta assistiu-se a um crescimento constante do interesse pela teoria e prática da tradução e, nos anos noventa, os Estudos de Tradução tornaram-se finalmente numa disciplina de direito próprio, na década que testemunhou a sua globalização. Considerada no passado uma actividade marginal, a tradução começou a ser olhada como acto fundamental do intercâmbio humano e nunca o interesse por ela suscitado foi maior do que hoje em dia, em que o estudo da tradução acompanha o aumento da sua prática em todo o mundo. (2003: 1)

Será, portanto, a partir de preocupações investigativas mais prontamente identificáveis com os Estudos do Livro que se iniciará esta jornada dirigida para os Estudos de Tradução, com paragens nos sítios mais importantes e alguns desvios momentâneos sempre que as paisagens propiciarem momentos de conhecimento e revelação.

1.1 Fenómenos actuais em torno do livro

Eminentemente empresarial e de iniciativa privada, a área do livro tem sido objecto de profundas transformações nos últimos anos, não só a nível nacional, mas também internacional. De facto, o volume global de vendas cresceu significativamente e temos assistido a importantes, e recentes, movimentos de concentração das editoras no seio de grupos com forte poder económico na área da edição e distribuição. Além disso, é de registar o surgimento e a manutenção de inúmeros projectos editoriais e livreiros de carácter independente, ainda que de pequeníssima dimensão, que procuram concorrer com os já estabelecidos e mais importantes canais de distribuição, nomeadamente os hipermercados e lojas de grande dimensão cuja oferta (reveladoramente) combina o livro, o audiovisual e toda a gama de recursos das tecnologias da informação. A par destes meios já conhecidos, têm ainda proliferado as ofertas de publicação inovadoras e em canais diferenciados, como sejam os livros promocionais associados aos jornais e revistas, ou o fenómeno do *print-on-demand* na Internet e em pequenas casas editoras nacionais e internacionais. Ao nível da distribuição refira-se também, pelo seu carácter inusitado e inovador, o aparecimento de locais de venda anteriormente desconhecidos: como por exemplo os balcões dos correios em Portugal, as lojas de conveniência ou as livrarias virtuais.

Na verdade, o advento das novas tecnologias digitais e dos meios electrónicos de comunicação tem produzido um impacto bastante significativo e diversificado sobre os canais tradicionais de publicação e distribuição do livro impresso (Darnton 2009). Por um lado, tal movimento tem-se revelado positivo, pois promove as edições de curta dimensão, permite a divulgação de títulos até então desconhecidos e possibilita as vendas através da Internet, com a respectiva promoção e divulgação nesse meio. Contudo, e por outro lado, também representa situações menos positivas, como por exemplo o recurso frequente às consultas na Internet, em especial das obras de referência, sem que os livros sejam efectivamente comprados, e provavelmente levará a que deixem de se produzir tais livros em papel, passando antes a ser lidos num formato electrónico, formato este que, aliás, passa actualmente por uma fase de desenvolvimento acelerado. Senão veja-se o exemplo da produção e comercialização de novos dispositivos associados à leitura electrónica, cada vez mais portáteis e sofisticados.

Na verdade, os meios electrónicos integram uma panóplia crescente de dispositivos lúdicos que tendem a afastar os leitores do livro, caracterizando-se pelo seu poder de atracção e impondo uma redução drástica do tempo dedicado à leitura e do modo de concretizar essa mesma leitura, conforme afirma António Guerreiro:

... a materialidade do livro dá lugar à imaterialidade do texto sem lugar próprio; e as relações de contiguidade impostas pela técnica de sucessão das páginas impressas (o que impõe uma leitura linear) opõe-se a uma livre composição fragmentária a que o digital convida. Como observou Roger Chartier, estas mutações comandam inevitavelmente novas técnicas intelectuais. (2011: 31)

Ainda que, paradoxalmente, conforme reconhece o mesmo autor mais adiante no artigo em causa (2011: 31), os livros digitais tentem uma aproximação e adaptação extremas ao livro impresso, procurando replicar quase integralmente as suas condições de uso e manuseamento. Na verdade, tal mimetização pode ser resultante do curto espaço de tempo decorrido desde que passámos a ter a disponibilização de tais meios, ou simplesmente porque o formato de livro tradicional é, afinal, o melhor e não foi ainda descoberto e desenvolvido um formato adequado para o substituir com eficácia.

A propósito desta temática, Robert Darnton promove, em *The Case for Books* (2009), uma descrição impressionante sobre o momento actual do livro e as mudanças a que este objecto tem sido submetido nos últimos anos. Defensor da perspectiva de que a era digital está a revolucionar toda a forma como vemos e recebemos informação, Darnton questiona alguns dos modelos que a disponibilização dessa informação tem assumido ou poderá vir a assumir no futuro. Em particular, Darnton critica fortemente a possibilidade de disponibilização dos livros através de motores de busca como o *Google Book Search*, sem contrapartidas adequadas para os autores das obras e com benefícios tão evidentes para os promotores deste empreendimento comercial (2009: 1-21). Mas Darnton analisa ainda de forma cuidadosa o processo de modificação a que a paisagem informativa tem sido submetida e o seu ritmo aceleradíssimo de mudança:

... the pace of change seems breathtaking: from writing to the codex, 4,300 years; from the codex to movable type, 1,150 years; from movable type to the Internet, 524 years; from the Internet to search engines, 17 years; from search engines to

Google's algorithmic relevance ranking, 7 years; and who knows what is just around the corner or coming out the pipeline? (2009: 23)

Todavia, será que este ritmo rápido de mudança provocará o fim das bibliotecas, ou mesmo do livro? Darnton reconhece que a busca de referências e o uso de livros para a construção do conhecimento não poderá deixar de passar por soluções digitalizadas, cujo cruzamento de informações as torna indispensáveis e até mesmo fomentadoras de mais conhecimento (2009: 43-58). Ainda assim, questiona as motivações puramente comerciais e defende a manutenção e sobrevivência do objecto “livro”, embora afirme que este poderá vir a surgir sob novas formas, porventura mais atraentes e de interacção mais fácil para as consultas e armazenamento da informação, como por exemplo o livro electrónico (2009: 77).

Sinal dos tempos e, sobretudo, do poder da mediatização e divulgação generalizada das ideias, é o número cada vez menor de autores que são lidos e discutidos em tertúlias mais alargadas, em sessões públicas. Contudo, este panorama poderá vir a ser alterado, caso sejam desenvolvidas práticas condizentes com os novos públicos e com a necessidade da sua captação, como reconheceu Isabel Alçada, à época Comissária do Plano Nacional de Leitura, na introdução ao estudo “A Leitura em Portugal”:

É verdade que hoje se torna mais difícil conquistar os cidadãos para os incomparáveis benefícios da prática da leitura devido à concorrência de múltiplas solicitações para a ocupação do tempo. Mas apesar da presença de factores negativos, a experiência demonstra ser possível transformar alguns deles, como por exemplo as novas tecnologias, em potenciais aliados. E também que a intervenção consistente e adequada pode ampliar o efeito dos factores positivos, como se tem verificado em tantos países que desenvolvem projectos de leitura e avaliam os respectivos efeitos. (2007: 7)

Por outro lado, é de notar que as obras publicadas estão cada vez mais sujeitas à pressão das vendas de um número crescente de exemplares, pelo que se esgota rapidamente a vida útil de cada novo título quando não são atingidos os números de vendas esperados. Daí que a rotatividade dos livros apresentados nas prateleiras das livrarias seja de tal ordem que, por vezes, alguns títulos não chegam sequer a ser conhecidos dos leitores, desaparecendo rapidamente de circulação.

Ainda que a promoção dos autores esteja agora mais facilitada, e seja imediata e global, os livros, em geral, mas sobretudo as obras de referência, escolares e técnicas têm sido substituídas por meios tecnológicos cada vez mais avançados e que muitas vezes dispensam o uso dos livros impressos. Acresce a tudo isso que a fotocópia de livros se tem vulgarizado, sendo mesmo recentemente substituída pela digitalização para leitura nos monitores dos computadores. Sem uma regulamentação e fiscalização muito apuradas o Código do Direito de Autor e Direitos Conexos é cada vez mais ultrapassado e posto de parte, muito por força da viabilização e divulgação generalizada dos textos através dos novos meios tecnológicos, sem o posterior e consequente controlo das autoridades sobre o uso privado de tais obras. Aliás, as publicações electrónicas, nomeadamente de revistas e jornais científicos, ganham terreno no sentido de tentarem evitar precisamente as violações constantes das disposições legais e regulamentares.

Neste quadro, as grandes vendas de um número pouco significativo de títulos não significam necessariamente que todos os outros se tenham desvanecido, mas antes que são menos visíveis. De facto, as novas tecnologias e a edição *print-on-demand* aumentaram a capacidade de produção de novas obras, para públicos mais restritos. Acresce a esse facto que as agressivas estratégias de *marketing* e difusão das mensagens conseguem disseminar os livros, promovendo até mesmo a nova vida de autores clássicos, com edições críticas inovadoras e mais qualificadas. Ou seja, na actualidade, a produção e divulgação do livro está assegurada, apesar das vozes que tantas vezes já ditaram o seu fim, em situações como as do aparecimento do cinema, da televisão, dos novos meios informáticos ou da Internet.

Sublinhe-se, a título de exemplo, que, com o surgimento da televisão, na década de 1950, se julgava que o livro iria acabar e ceder o seu lugar a esse novo meio. Curiosamente isso não aconteceu, conforme assinala Gabriel Zaid, em *Livros de Mais*:

Desde o advento da televisão, a população cresceu a uma taxa de 1,8% ao ano (em vez 0,3 por cento no milénio anterior) e a publicação de livros a 2,8 por cento ao ano (em vez de 1,6% por cento no período precedente).

Data	1450 (Gutenberg)	1950 (televisão)	2000
Títulos por ano	100	250 000	1 000 000
População (milhões)	500	2500	6000
Títulos por milhão de habitantes	0,2	100	167

(2008: 46)

Portanto, a produção de textos e a sua publicação e circulação aumentaram de forma avassaladora, acompanhando a par e passo o aumento da população e o interesse geral das pessoas por títulos muito diversos, com um público mais informado, mas também, cada vez mais, interessado em adquirir obras que satisfaçam o seu gosto pessoal. Tanto assim é que se assiste a um fenómeno de produção de obras muito específicas para um número muito pequeno de indivíduos. Este facto poderá servir para explicar, afinal, a viabilidade económica de muitos títulos que vendem poucas centenas de exemplares. Na realidade, a maioria dos títulos publicados tem poucos compradores, ainda que as poucas centenas de pessoas que adquirem tais obras estejam efectivamente dispostas a pagar o que lhes é solicitado pela obra em causa.

Em especial nos países mais ricos, as casas editoras podem até dedicar-se a editar uma variedade muito grande de títulos com pequenas tiragens porque estes coexistem com outros de grande tiragem, cuja rentabilidade compensa largamente o eventual menor lucro dos livros de pequena tiragem. Tais factos são habitualmente contrariados, apenas nominalmente, por aquilo que Gabriel Zaid apelida de:

Uma tradição carpideira da gente do mundo dos livros (autores e leitores, editores e livreiros, bibliotecários e professores), uma tendência para se queixarem até do bom tempo, que faz ver como desgraça o que na realidade é uma bênção: a economia do livro – ao contrário da economia do jornal diário, do cinema, da televisão – é viável em pequena escala. (2008: 52)

É provavelmente por causa desta tendência “carpideira”, ou então porque a perspectiva de lucro imediato é cada vez mais acentuada, que as casas editoras promovem generalizadamente a produção mais barata do livro, desvalorizando de forma gradual o valor do trabalho dos profissionais associados a esta área. Assim, e paradoxalmente, com um número cada vez maior de leitores – ainda que com interesses mais pessoais – e um número cada vez maior de obras publicadas – ainda que em áreas muito diversas e específicas – os envolvidos nas inúmeras tarefas de produção da obra, nomeadamente autores, designers, tradutores, revisores, etc., recebem remunerações mais diminutas, até pela pulverização das tarefas em que estão envolvidos. Acresce que esta realidade sofre variações muito consideráveis, de país para país, e que reflectem inevitavelmente as

diferenças e os contextos económicos, culturais e políticos em que tais profissionais estão inseridos.

A indústria editorial internacional é actualmente dominada por grupos de grande dimensão, predominantemente da área dos média, tendo deixado de ser exclusivamente composta pelas casas editoras tradicionais, viradas para a produção de livros. Esta tendência reflecte, como é natural, o alargamento do negócio editorial a outras áreas, com a forte e importante componente dos conteúdos a desempenhar um dos papéis principais, na medida em que habitualmente os conteúdos estão associados ao trabalho criativo desempenhado pelos autores/escritores. Contudo, assinala-se que, segundo dados de 2010 da Federação dos Editores Europeus, a edição é a principal indústria cultural na Europa, com um volume de negócios superior a 40 mil milhões de Euros, a preços de venda ao público.

Ao longo das últimas décadas tem-se assistido a uma aglomeração e fusão de empresas, com a formação de grandes grupos à escala global, como também, especialmente durante a última década, em Portugal.¹ Se esta tendência parece demonstrar alguma coisa, é sobretudo uma lógica de alinhamento pelas tendências globais, mas também reflecte uma forte necessidade de conjugação de esforços e de rentabilização dos diversos sectores ligados à edição, nomeadamente produção, distribuição e retalho.

Conforme se verá mais adiante, a produção editorial em cada ano é bastante díspar entre países diferentes e regista uma acentuada tendência para que nos países maiores sejam eminentemente publicados originais na língua nacional, em contraste com os países mais pequenos, nos quais a percentagem de livros traduzidos é significativamente maior. Tais registos são consentâneos com uma comparação simples, apenas a título de exemplo, entre a realidade da Grã-Bretanha, onde foram publicados, em 1991, 67 628 livros, dos quais apenas 1689 títulos (3%) eram traduções; e a realidade de Portugal, onde, em 1991, foram publicados 6430 livros, dos quais 2809 (44%) eram traduções (Baker 1998: 190).

Este dado é obviamente um indicador importante sobre a aceitação cultural que países de pequena dimensão concedem ao trabalho de tradução, reconhecendo a sua importância. Em contrapartida, denota a relativa menorização do papel dos tradutores em países maiores. Esta situação tem levado, em alguns casos, à tentativa de contrariar esse

¹ Alguns casos internacionais de referência são a Otto Schmidt KG, a Gallimard, a Random Century, a HarperCollins, a Pearson e a Reed International. O mesmo tem sucedido em Portugal, com uma acentuada concentração dos negócios editoriais em torno de grupos editoriais, como o Grupo Porto Editora, o Grupo LeYa ou o Grupo Babel.

estado de coisas adoptando posições e atitudes conducentes à valorização do tradutor, como tentou fazer Lawrence Venuti no mercado norte-americano (1998). Por outro lado, este dado também é revelador de que a venda de direitos de tradução para a indústria editorial dos grandes países, em particular dos países anglófonos, é uma fonte de receitas extremamente importante.

Da escala extraordinariamente grande a que trabalham tais grupos internacionais resulta um poderio enorme para essas empresas editoras e uma notória capacidade de imposição de modelos e de influência. Por contraste, até mesmo grupos de alguma dimensão nacional não conseguem senão reagir às tendências internacionais, reproduzindo a nível interno modelos de sucesso de outros países, replicando colecções, modalidades de edição e servindo-se até mesmo de “cópias” dos autores estrangeiros para criarem colecções ditas nacionais.

Se tanto a nível nacional como internacional, a figura do editor é predominante numa casa editora, sendo essa pessoa a responsável pela composição do respectivo catálogo de obras e autores, cada vez mais os nexos de especialização que caracterizam o nosso tempo ditam a restrição de funções e as decisões tomadas pelos vários intervenientes no universo da edição. Gradualmente, tem-se verificado que os títulos de áreas específicas são identificados com chancelas ou editoras mais pequenas, direccionadas para nichos de mercado. Deste modo, a rentabilização no mercado, junto de clientes bem definidos, é melhor conseguida e o retorno, financeiro e intelectual, consegue ser bem melhor.

Compondo as suas redes de conexões com pessoas próximas do meio editorial, sobretudo em países de pequena dimensão, como Portugal, os editores delimitam o gosto, as intenções e a composição de um catálogo editorial. Para tal, recorrem umas vezes a informação privilegiada de académicos e conhecedores dos meios literários, outras vezes baseiam-se apenas em informações recolhidas a partir das listas de obras mais vendidas ou mais populares em países onde determinadas obras foram mais consideradas, ou simplesmente premiadas. Há ainda situações em que as sugestões de edição resultam apenas da influência exercida pelas casas editoras estrangeiras em feiras de livros ou através dos respectivos agentes comerciais.

E como será possível caracterizar, em termos gerais, a participação dos tradutores neste universo em transformação. Das relações entre tradutores e editores, a nível nacional e internacional, há algumas questões importantes a referir e que vão desde a efectiva capacidade de influência dos tradutores sobre um editor para a publicação de determinados autores (Lefevere 1992a: 2), até ao grande conjunto de apoios e subsídios que são

anualmente concedidos às casas editoras por agências criadas por alguns estados para a promoção das respectivas culturas e que incentivam a tradução de obras nacionais noutros países (Baker 1998: 193). Mas também não podem deixar de se salientar as condições materiais em que se desenrola o trabalho dos tradutores, decisivas para a sua responsabilização e o seu reconhecimento social. Contudo, os dados referentes a esta situação são, em regra, escassos, por lógicas de reserva ou sigilo observadas pelos profissionais envolvidos, e em certos casos mesmo por receio de represálias de carácter remuneratório ou contratual que poderiam resultar da revelação das condições financeiras que enquadram o seu exercício profissional. Na verdade, se os valores percentuais atribuídos aos autores pelos Direitos de Autor que recebem dependem frequentemente da sua capacidade de negociação, muito em função da atracção de um grande número de leitores – com a produção dos designados *best-sellers* a implicar mais vendas e, portanto, um retorno financeiro maior para a casa editora, daí advindo para o autor uma melhor remuneração –, no caso dos tradutores a situação contratual é bastante diferente.

Em Portugal, o princípio legal patente no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos estipula no Artigo 172º, respeitante ao Regime Aplicável às Traduções, que:

2 – Salvo convenção em contrário, o contrato celebrado entre o editor e tradutor não implica cedência nem transmissão, temporária ou permanente, a favor daquele, dos direitos deste sobre a sua tradução. (1985: 48)

Contudo, é evidente que, na sua grande maioria, as casas editoras portuguesas estabelecem convenções contrárias, determinando que o tradutor deve abdicar dos supracitados direitos para ter a autorização de executar os trabalhos de tradução que lhe forem encomendados. Deste modo, em muitos casos os tradutores cedem integralmente aos editores os Direitos de Autor que lhes caberiam sobre as obras traduzidas, sob pena de não poderem fazer tal tradução ou de esta vir a ser encomendada a um outro tradutor. Ou seja, não cumprem o estabelecido no texto legal e contrariam o espírito da lei, ao invés de fazerem jus às afirmações do Juiz Desembargador Manuel José Boavida de Oliveira Barros, num estudo que publicou sobre *Tradução e Direitos de Autor*:

A tutela jurídica da tradução representa o reconhecimento do relevo social do seu contributo para a propagação da cultura. Uma vez reconhecido o valor da sua

contribuição intelectual, os tradutores obtiveram direito a uma participação na utilização do produto dela igualmente resultante. (1994: 14-v)

Tanto assim é que, normalmente, em Portugal as cláusulas estabelecidas nos contratos celebrados entre editores e tradutores, relativamente a esses aspectos, assumem a seguinte forma:

(...) 4. A editora XXXXXXXX obriga-se a pagar ao Tradutor pela execução do trabalho indicado na cláusula 1. a quantia de €Y,Y (ípsilon vírgula ípsilon Euros) por cada página, à razão de 1800 caracteres por página.

5. O presente contrato é meramente uma convenção de prestação de serviços e dele não derivam para o Tradutor quaisquer direitos sobre o texto da tradução.

(Excerto de um contrato individual, de 2000)

Desta maneira, os tradutores têm prosseguido um caminho de desvalorização pessoal e profissional, do qual dificilmente poderão sair. Não é seguro que a participação nos lucros resultantes da venda dos livros fosse vantajosa para os próprios tradutores, conforme argumentam muitos editores. Mas também não é certo que tal não aconteceria. Aliás, a situação geral passa actualmente por um período de indefinição, em consequência da contestação aos direitos de autor, num universo abalado pelos livros electrónicos, por iniciativas de digitalização maciça de obras, como no caso da Google Books Search, e também pelas dinâmicas e exigências colocadas pelas grandes livrarias online. Como nota extra, deve dizer-se que a situação de eventual recebimento de dividendos face ao número de vendas das obras traduzidas não é possível de aferir no mercado português, porquanto não há ainda quaisquer dados publicados sobre tal matéria.

Apenas a título de comparação com a desvantajosa situação portuguesa, registre-se o que se passa em França, tal como é descrito por Daniel Gouadec em *Profession: Traducteur*:

Pratique: France 2000-2001

Le coût d'une traduction varie selon la paire de langues e le sens de la traduction, le degré de technicité, les outils et les équipement requis, les délais et les moments.
(...)

Pour le traducteur d'édition, il est courant d'obtenir un à-valoir de 20€ par page de 1500 signes (environ 250 mots), auquel s'ajoutent les droits d'auteur de 1 ou 2% sur les recettes d'exploitation de l'ouvrage traduit – mais seulement 0,5% pour les collections de poche. La perception de droits d'auteur par le traducteur ne commence que dès lors que leur montant dépasse celui de l'à-valoir. (2002: 186)

Tendo em conta a situação actual do livro, que passa por modificações sensíveis aos novos formatos electrónicos, regista-se que os tradutores actuam cada vez mais num mercado editorial sem fronteiras convencionais, muitas vezes apenas por contacto electrónico, sem verem clientes que até podem estar do outro lado do mundo e a cujas solicitações têm de responder, ainda que por vezes possam não compreender as respectivas intenções finais. Naturalmente, um tal mercado global de tradução encerra consequências interculturais de difícil definição e mutações constantes, com diferenças nos quadros de expectativas e que podem maximizar os elementos de indefinição entre as duas partes envolvidas.

Entretanto, o lugar dos tradutores no quadro particular do sector editorial passa também por alguma indefinição e pela incapacidade notória de exercerem maior influência sobre os respectivos clientes, sujeitando-se a condições de encomenda e execução tantas vezes incomportáveis. Na medida em que os clientes dos tradutores para edição são as casas editoras, que ao longo de anos foram sendo sujeitas a modificações de vária ordem, apresenta-se, nos subcapítulos seguintes, informação essencial ao conhecimento desse sector de actividade e sobre os diversos intervenientes que nele operam.

1.2 Impressores e editores, mercadores e livreiros

Tendo em consideração o papel essencial do impressor/editor e a sua evolução ao longo dos tempos, procede-se, de seguida, a uma descrição sucinta e actual da área industrial e comercial do livro, particularizando a intervenção editorial e, mais adiante, dos mercadores/livreiros. Assim, é de salientar que o sector do livro é composto, na actualidade, por quatro subsectores relativamente diferenciados, ainda que intimamente interligados: o sector editorial, que poderá entender-se como integrante dos intervenientes que tomam a decisão de seleccionar, criar e avançar para a publicação de um livro; o sector gráfico, que é composto pela parte industrial e de concretização gráfica da produção e

impressão do livro; o sector distribuidor, que está incumbido da tarefa de distribuir e colocar o livro no mercado; e o sector retalhista, que tem a responsabilidade pela exposição e venda do livro aos consumidores finais. Mas nem sempre foi assim.

Tradicionalmente, o livro faz parte dos processos e sistemas de comunicação entre os seres humanos, ainda que o seu aparecimento tenha sido tardio e surgisse como resultado, essencialmente, da necessidade de preservação e disseminação do conhecimento (Furtado 1995: 29). Depois das primeiras inscrições feitas em vários tipos de suporte para registo de memória, vestígios de algo que se pretendia conservar para outros, contemporâneos ou futuros, desenvolveram-se sistemas ou grupos de signos cada vez mais elaborados e evocativos dos objectos e situações a que se referiam (McMurtrie 1997: 19). Momento decisivo no decurso dessa evolução do registo escrito terá sido o aparecimento das escritas analíticas, “há cerca de 5000 anos em locais tão díspares como a Mesopotâmia, o Egipto, a China ou a América pré-colombiana” (Furtado 1995: 32).

A escrita, enquanto modelo ideográfico ou pictográfico, usado para as “necessidades de uma burocracia” (Furtado 1995: 32), passando depois pelo período em que se assumiu como arte e ofício, com um saber que determinava inclusivamente a categorização dos homens, “opondo os que sabiam cifrar e decifrar aos que disso eram incapazes” (Furtado 1995: 36), esteve durante muito tempo ao serviço do poder. Todavia, o uso dos sistemas de escrita esteve também, e desde sempre, intimamente ligado aos suportes utilizados para a registar. Por esse motivo, a tentativa de encontrar os suportes mais adequados foi também, e desde sempre, uma preocupação dos povos que se dedicaram à escrita.

Excluindo as primeiras inscrições lapidares, ou as que se serviam da casca das árvores, os primeiros suportes usados com um carácter mais perene foram as placas de argila, na Mesopotâmia (2600-2250 a.C.). Com o papiro dos egípcios (McMurtrie 1997: 28), usado desde a primeira dinastia (3100-2700 a.C.), as folhas vegetais de bordos colados já permitiam a formação de uma larga tira, que se constituía em rolos, sobre os quais era possível escrever. Chegava-se assim a uma espécie de livro, passível de ser conservado e que seria de tal modo bem sucedido que “No século I, a sua introdução massiva vai permitir a constituição de bibliotecas e o comércio livreiro” (Furtado 1995: 38). Assiste-se, portanto e nesta altura, ao nascimento de alguns ofícios associados ao livro e dedicados ao seu tratamento inicial, produção e comercialização.

Quase em simultâneo, no século I, começaram também a ser utilizados como suportes para a escrita o pergaminho (feito a partir da pele de cabra ou de carneiro) ou o

velino (feito a partir da pele de vitelo). Apesar de menos nobre do que o papiro, o pergaminho era mais resistente e evitava a dependência ocidental das matérias-primas provenientes do Médio Oriente, o que era extremamente importante para a época. O rolo de papiro começou assim, gradualmente, a ser substituído pelas folhas de pergaminho (McMurtrie 1997: 32) ou de velino, que eram agrupadas e cujo formato era depois dobrado em dois (in-fólio), aproximando-se do quadrado. Contudo, o preço destes materiais continuava a ser de tal modo elevado que os escribas da Idade Média viam-se obrigados a raspar e a cortar manuscritos antigos, numa espécie de reciclagem, para poderem utilizar de novo esse mesmo suporte (os *palimpsestos*).

Em paralelo, no século II, mais concretamente em 105 d.C., um chinês, Tsai Lun, terá tido a ideia de amassar uma mistura de fibras vegetais (de amoreira ou bambu) de modo a produzir uma pasta que, depois de estendida e seca, formava uma folha flexível: o papel. Seria, no entanto, apenas a partir do século VIII, com a tomada de Samarcanda pelos árabes, que esta técnica se viria a expandir, chegando à Europa ocidental, através da Espanha árabe, nos séculos XII e XIII. A técnica de fabrico do papel, com a multiplicação dos moinhos de papel, permitiu a redução do preço deste material, de tal modo que viria a substituir progressivamente o pergaminho e o velino.

Conforme se afirmou anteriormente, o suporte inicial do papiro surgia sob a forma de rolo, que devia ser “desenrolado à medida que o leitor passava de uma coluna a outra” (Furtado 1995: 40). Mas com o aparecimento do códice deu-se um passo significativo para o formato do livro – em grande medida por causa do seu mais fácil manuseamento e arquivamento – mas também, e curiosamente, porque viria a permitir um acentuado desenvolvimento do cristianismo. Furtado refere precisamente isso quando afirma que este formato:

Parece corresponder com particular eficácia às imediatas necessidades do cristianismo, já que, tornando possível a paginação, o índice, o estabelecimento de concordâncias e a confrontação de passagens revela-se particularmente adequado para a comparação dos Evangelhos e para a sua citação, com fins de predicação, culto ou oração. (1995: 41)

Este facto propiciou uma mudança completa na produção do livro entre a Antiguidade e a Idade Média. Na Antiguidade, os livreiros escreviam o que lhes era ditado, reproduzindo o maior número possível de cópias da mesma obra e expondo-as para venda

nas suas lojas. No século IV, eram já as comunidades cristãs, sobretudo as monásticas, que asseguravam a difusão dos livros, sem recurso a casas de edição especializadas, passando o fabrico e a cópia dos manuscritos a ser da responsabilidade de igrejas e mosteiros (Furtado 1995: 42-43).

As cenas ilustradas das vidas de Jesus e da Virgem Maria, bem como as imagens de santos e orações diversas, surgem no século XIV na Europa sob a forma de xilogravura (McMurtrie 1997: 125), um formato de gravação de figuras em relevo sobre madeira, e que permitia uma reprodução mais rápida, sobretudo em estampas. Como a popularização destes formatos permitia a respectiva venda também às classes mais pobres, tornou-se possível uma divulgação mais generalizada, sobretudo dos motivos religiosos (McMurtrie 1997: 137). Deste modo, e tendo em conta a conjugação de todos os elementos indispensáveis (papel, tinta, prensa e restantes materiais), estava preparado o caminho para a invenção da impressão.

A invenção da composição com caracteres móveis (vulgarmente conhecida por imprensa), aproximadamente em 1440, por Gutenberg (McMurtrie 1997: 159), e a impressão de vários exemplares a partir da mesma composição implicou definitivamente uma maior produção e uso do papel. Mas, mais importante do que o suporte, para muitos autores e para a humanidade em geral, este é um momento essencial na história do livro e da leitura, pois a impressão possibilitou a circulação e a difusão dos textos a uma escala até então considerada impossível (Cavallo 1995: 31).

Inicialmente, os livros impressos (incunábulos) eram assemelhavam-se de perto aos livros manuscritos, de tal modo que as ilustrações eram frequentemente desenhadas e coloridas, e os caracteres tipográficos até reproduziam a escrita gótica. Nesta altura, as profissões especializadas na produção do livro já eram várias e assumiam-se como ofícios autónomos, ainda que interligados. De entre eles, destacavam-se e começavam a distinguir-se claramente, pela sua importância na economia ligada ao livro, o impressor/tipógrafo e o livreiro.

A revolução técnica na reprodução dos textos e na produção do livro acontece, portanto, com os caracteres móveis e com a prensa de impressão, que põem gradualmente de parte a cópia manuscrita, e que têm implicações de grande monta na difusão de um número crescente de obras, com uma quantidade cada vez maior de exemplares produzidos. Em simultâneo com esta evolução fundamental na grande produção em série de obras e na rapidez do seu fabrico, verificou-se ainda um fenómeno inédito de redução

drástica nos custos de produção, que teve como consequência a diminuição dos preços dos livros para os consumidores.

Ao longo do século XVI, em particular, as diversas classes começaram a desenvolver um forte interesse pela leitura, de tal modo que “a procura popular de livros largamente difundidos, como a tradução da *Bíblia*, de Lutero, era tão grande que para a satisfazer se introduziu na indústria tipográfica a produção em massa” (McMurtrie 1997: 350) – registe-se, aqui, a ligação que McMurtrie estabelece também com a enorme divulgação de um texto traduzido: a Bíblia. Devido à maior divulgação dos livros passou-se para uma situação de inevitável maior alfabetização da sociedade e de uma mais alargada disseminação da cultura que os livros propagam.

Gradualmente, a cultura começou a girar em torno da relevância atribuída ao livro, conforme reconhece Furtado:

Mas, progressivamente, o livro vai conquistar uma enorme autoridade, reflectindo e condicionando, a um tempo, as formas de raciocínio e estabelecendo cânones para o conhecimento, e assumindo ainda a função de um objecto simbólico cuja posse conferia capacidades intelectuais e ideológicas. (1995: 52)

Contudo, em meados do século XVII, aconteceu uma espécie de recessão nesta evolução do sector da edição (Furtado 1995: 53), quando o mercado do livro se dispersou por várias áreas de interesse eminentemente nacional, pondo de parte os grandes formatos, favorecendo a produção de livros mais pequenos e baratos, e tornando-se popular, subjugado pelos gostos pessoais do grande público. Gradualmente, a leitura passa dos espaços comuns para os espaços íntimos e individuais, tornando-se mais rápida e fluente, e assumindo-se mesmo como uma prática privada.

Progressivamente, os impressores/tipógrafos/livreiros, que até ao século XVII dominavam esta área de negócio, foram conquistando a Europa cultural com a produção de obras destinadas aos mais letrados, nomeadamente clérigos e aristocratas. Mas a importância da profissão destes tipógrafos/impressores aumenta a cada passo, mormente por causa das invenções de peças metálicas, tintas, tipos, e outros objectos e/ou produtos extremamente úteis à indústria do livro. A esta fase da história do livro estão associados os nomes de impressores famosos na Europa, como Plantin, Baskerville, Didot, Garamond ou Bodoni (McMurtrie 1997: 381-410), e Pablos, Glover, Day, Green, Franklin, Isaiah

Thomas, William Bradford ou William Goddard no Novo Mundo e América (McMurtrie 1997: 411-472).

Estas mutações e inovações viriam a favorecer o rápido crescimento posterior da edição. Em primeiro lugar, devido às diversas revoluções que em finais do século XVIII estavam em curso – americana, francesa e industrial –, as quais, associadas ao crescimento da população, ao encurtar das distâncias, à migração da população para as cidades e à revolução nas comunicações, levaram o livro a assumir novas formas e a ser usado para alcançar novos objectivos. Depois, porque as máquinas a vapor e posteriormente a energia eléctrica, com a mecanização e os sistemas de impressão rotativos, deram um impulso definitivo à produção industrial, em série, do livro. Simultaneamente, cresce e multiplica-se uma grande variedade de outras publicações: jornais, revistas, folhetos e panfletos de toda a ordem. Além disso, assiste-se ao crescimento de novas formas de leitura, como as bibliotecas de empréstimo ou os clubes do livro.

Como seria de esperar, e face a todas estas modificações, também se foram notando alterações inevitáveis nas profissões associadas ao livro, e das quais se foi dando conta ao longo destas linhas, nomeadamente por causa da especialização que o crescimento do fenómeno do livro passou a implicar para todos os ofícios que com ele estão relacionados. Apenas a título de exemplo, nota-se que a importância dos tipógrafos cresceu grandemente ao longo deste período (McMurtrie 1997: 473-503). Em paralelo, assistiu-se ao desaparecimento de actividades como a figura inicial do escriba-copista, que era simultaneamente responsável pela génese e posterior produção do livro acabado. Conforme regista José Afonso Furtado, verifica-se que:

Nos anos 1835-1845, o editor separa-se do livreiro-retalhista, zela pela fabricação dos livros que coloca no mercado e exerce funções estratégicas entre o público, os autores e os tipógrafos, assim como em relação a todos os que concorrem para a realização material do livro. (1995: 57)

A especialização de ofícios a que se viu obrigado este sector é um resultado directo do seu crescimento económico como consequência dos impactos da era industrial no Ocidente. Deste modo, torna-se possível perceber que a implantação do modelo económico segmentado, apresentado no início deste capítulo, foi sofrendo alterações significativas ao longo dos anos até chegar a esta fase já depurada e muito especializada.

Tais alterações ficaram a dever-se, em grande medida, às mutações verificadas nos suportes usados, nos processos de fabrico e nos métodos de venda e distribuição do livro como produto acabado. Mas também às modificações verificadas nas práticas de leitura e de recepção das obras (Cavallo 1995: 420-3). O que é certo é que os diversos subsectores da área da edição e publicação de livros ganharam espaço próprio e têm actualmente oficiais com uma dedicação e especialização profissionais que os dissociam definitivamente das funções exercidas pelos primeiros livreiros/impressores/mercadores.

Parece assim também inevitável o surgimento de uma nova geração de editores, preparados para os novos média, numa indústria editorial renovada e modificada sobretudo pela introdução dos meios electrónicos, em particular ao longo do último quartel do século XX, e que continuará a evoluir. Nesse quadro, os novos editores necessitarão de novas qualificações para as novas plataformas muito diversificadas de produção e distribuição multimédia. Mas também será necessário reconhecer que, como afirma José Afonso Furtado (1995: 144), “o desenvolvimento tecnológico vai possibilitar a redução dos custos de produção para os editores de médio e pequeno porte”, o que poderá também permitir a criação e o desenvolvimento de nichos de edição cada vez mais especializados e interessantes para a evidente diversidade de públicos actuais.

Apesar de tudo, e regressando à estrutura do modelo económico já anteriormente referido, temos, portanto, uma classificação mais especializada em torno dos diversos subsectores (editorial, gráfico, distribuidor e retalhista), segundo um formato de fileira e num Sistema de Valor que José Afonso Furtado reconhece ter sido primeiramente elaborado por Paola Dubini e que, segundo ele, contempla os seguintes pontos essenciais:

- *autores, empresas papelarias, sociedades de serviços editoriais*: em síntese, o conjunto dos fornecedores das editoras;
- *empresas editoriais*, que se ocupam principalmente da planificação dos livros e da sua comercialização;
- *empresas especializadas na impressão* dos livros, que representam agora um elo independente na fileira;
- *distribuidores intermédios*, que se ocupam da difusão dos livros – e, por vezes, da sua promoção – e que, em geral, se encontram especializadas por canal: quiosque, livraria, grande distribuição, etc.;

- *pontos de venda a retalho*: livrarias, papelarias, cadeias de livrarias, pontos de venda no interior da grande distribuição organizada, livrarias de grande desconto, etc. Alguns pontos de venda oferecem uma grande variedade de livros, outras especializaram-se em determinados géneros (livrarias escolares, religiosas, profissionais), do mesmo modo que alguns géneros policiais, fascículos referência) são vendidos principalmente em certos canais. (2000: 97)

No que diz respeito ao nascimento e desenvolvimento dos diferentes ofícios neste sector de actividade em Portugal, é necessário regressar à consulta de vários investigadores e profissionais da edição e do livro que têm fornecido contributos diversos para esta área de estudos, tornando-se necessário realçar os contributos de Artur Anselmo, Fernando Guedes e do já referido José Afonso Furtado.²

Uma consideração central para Furtado na caracterização do objecto “livro” é a de que o livro deve entender-se como “fazendo parte dos sistemas de comunicação” (1995: 29). Adicionalmente, este autor salienta que deve ser concedida alguma importância à dimensão social adstrita ao fenómeno do livro impresso, na medida em que este objecto assenta sobre um triângulo cujos vértices podem ser claramente autonomizados do seguinte modo: o livro parte da *escrita*, é veiculado através dos *meios de transmissão e difusão* e condiciona, pelas suas próprias condições materiais e culturais, os *modos de recepção* da informação que comporta (1995: 30).

² Artur Anselmo (1940-) é docente e investigador de referência na área da História do Livro e da edição em Portugal. Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, e Professor Catedrático Jubilado do I.A.D.E. tem ocupado diversos cargos em inúmeras instituições nacionais e internacionais, sendo, entre outros cargos: Sócio da Academia das Ciências de Lisboa; Membro do Conselho Geral do Instituto Camões; Presidente do Instituto Português do Livro e da Leitura; Membro fundador do Institut d’Étude du Livre, de Paris; Investigador do Instituto Português do Livro; Investigador do “Centre de Recherches sur le Portugal de la Renaissance”, École Pratique des Hautes Études, Paris.

Fernando Guedes (1929-) foi o fundador da Editorial Verbo (1958) onde se manteve até há poucos anos no Conselho de Administração, e tem ocupado diversos cargos importantes na área da direcção associativa editorial em Portugal e internacionalmente. Depois de ter presidido à direcção do Grémio Nacional de Editores e Livreiros entre 1968 e 1972, chefiou, entre 1982 e 1986, a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), que substituiu o Grémio, entretanto extinto. Ocupou ainda diversos cargos em inúmeras instituições nacionais e internacionais, como por exemplo: Conselho Consultivo do Instituto Português do Livro; Comissão Nacional para a Língua Portuguesa; Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas; Consultor da CEE e da Unesco; Presidente da Federação dos Editores Europeus (1988-1990); Presidente da União Internacional de Editores (1992-1996).

José Afonso Furtado (1953-) tem publicado uma série de obras fulcrais caracterizadoras do sector do livro em Portugal e no mundo, e é frequentemente referenciado por inúmeros autores e editores a propósito dos Estudos do Livro. Depois de ter ocupado, entre 1987 e 1991, o cargo de Presidente do Instituto Português do Livro e da Leitura, foi ainda membro do Conselho Superior de Bibliotecas desde 1998 até à sua extinção, em 2007. Docente do ensino superior é ainda membro do Plano Nacional de Leitura e, desde 1992, é o Director da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

Conforme assinalou ainda (1995: 29-59), os progressos da escrita estão claramente ligados à evolução histórica do processo de criação dos materiais e suportes usados para a registar. De entre os vários pontos altos referenciados como decisivos para a história do livro, e já anteriormente citados, destacou-se o aparecimento do códice no século II d.C., cujo formato inovador veio substituir o modelo do rolo, facilitando grandemente o manuseamento e a consulta do texto escrito. Depois, e gradualmente, a actividade editorial ter-se-á tornado uma indústria, até chegar à invenção da imprensa, por Gutenberg. Mantendo o mesmo formato, o livro renovou-se graças à capacidade de reprodução acelerada dos textos, à diminuição dos custos de produção e à difusão dos textos por um número crescente de leitores.

O contributo proporcionado pela actividade livreira no Portugal da Idade Moderna não deixa de ser relevante para melhor entendermos alguns fenómenos que actualmente afectam o trabalho das casas editoras e dos profissionais que lhes estão mais próximos. Em *Os Livreiros em Portugal*, Fernando Guedes caracteriza de forma clara algumas das actividades que inicialmente eram desenvolvidas neste sector:

Livreiro, já antes da introdução da imprensa, era o artífice que «fazia livros», juntando e cosendo as folhas que lhe vinham do copista, se ele próprio o não era também, e resguardando-as com uma capa. Nesses séculos mais recuados trabalhar por encomenda de quem por sua vez encomendara a cópia deveria ser a regra; só quando a imprensa permitiu a larga multiplicação dos exemplares é que ao livreiro se tornou corrente a possibilidade de também vender livros, o que não significa que anteriormente o não fizesse já, certamente em menor escala, mas justificando assim mesmo disposição real, em 1431, a isentar de impostos a sua importação e venda. (1993: 13)

Estas disposições reais, que remontam a D. Afonso V, isentando de impostos a importação e venda de livros, são afinal os primeiros registos que confirmam a existência de tal actividade em Portugal. Entretanto, a 20 de Fevereiro de 1508, é assinalada pela primeira vez a actividade dos que imprimiam os livros, quando o rei D. Manuel I concede a mercê “a Jacob Cromberger, e a todos os outros impressores que então estavam no reino, ou, futuramente viessem aqui a exercer ‘a nobre arte de ympresam’, de todas as graças, privilégios, liberdades e honras dos cavaleiros da sua casa” (Guedes 1993: 11). É ainda D. Manuel I, quase em simultâneo com a introdução da imprensa em Portugal, que promove

diversas propostas de protecção real a quem financiava a edição, os impressores. Esta protecção viria gradualmente a estabelecer-se para um período de tempo definido (Guedes 1993: 19-20) e passaria a abranger os diversos intervenientes possíveis na feitura do livro – impressores, livreiros, autores, tradutores, ou herdeiros directos do autor – estendendo-se ainda à venda do livro.

Curiosa é, todavia, a distinção que progressivamente se passou a fazer entre a figura do “livreiro” e a do “mercador de livros”, e que Fernando Guedes exemplarmente regista:

O livreiro venderia, encadernados por si e a retalho (ou «por miudo» como então se dizia), os livros que adquiria ao impressor (nacional ou estrangeiro) *ou ao mercador*. Este ou porque encomendara (ou adquirira, total ou parcialmente) uma edição ao impressor, ou porque importava de países estrangeiros em larga quantidade, só deveria praticar o chamado comércio por junto. Se tudo se processasse correctamente, teríamos assim que, independentemente da forma como adquiriam os livros, na venda o livreiro praticava fundamentalmente o comércio de retalho e o mercador só deveria negociar por grosso. (1993: 22-23)

Deve assinalar-se ainda que o surgimento da imprensa viria a modificar grandemente o reconhecimento e, sobretudo, a quantidade de livros publicados e distribuídos. Ora, se em relação à identidade da primeira obra impressa em Portugal subsistem algumas dúvidas, o que não permite quaisquer divagações é o facto de, em Janeiro de 1497, terem sido impressas as *Constituições* do bispado, no Porto, encomendadas pelo bispo a um tal Rodrigo Alvares, de Vila Real (Guedes 2001: 43). Este impressor português terá decidido igualmente traduzir para português e imprimir, no Porto, em Outubro de 1497, *Evangelhos* e *Epístolas*, uma obra que em edição castelhana alcançara grande êxito comercial. Deste exemplo se pode ver a mistura de actividades que um mesmo artesão acumulava e que, à época, era relativamente habitual.

Ainda segundo Fernando Guedes, o maior desenvolvimento e aumento de todo o sector do livro em Portugal terá acontecido sobretudo durante o século XVIII, conforme o autor assinala em *O Livro e a Leitura em Portugal*, obra datada de 1987, onde demarca ainda a importância fundadora de um grupo de cidadãos franceses para esta área de actividade:

A emigração para Portugal, na primeira metade do século XVIII, de uns quantos franceses, naturais, quase todos, de uma pequena aldeia dos Altos Alpes – Monestier de Briançon, hoje Monêtier-les-Bains –, constitui um dos factos mais interessantes da história do livro em Portugal nesse século.

Supomos que de entre os primeiros futuros livreiros a atravessar os Pirenéus e a dirigir os seus passos para Portugal se contam um João Bautista Miguel Le Bouteux, «francês, morador na rua da Portuguesa perto da igreja das Chagas», um Joseph Reycend e um Guiber, estes dois reunidos numa única *loge* na Cordoaria Velha. (...)

Em 12 de Agosto de 1751, o Sr. José Reycend, «contratador de livros às Portas de Sra. Catarina», anuncia que «está para largar este negócio»; continua, porém, com ele em Fevereiro de 1752 e ainda em Julho de 1753 e só na *Gazeta* do dia 31 desse mesmo mês se encontra um anúncio da *logea de Bonardels e du Beux contratadores de livros às portas de Santa Catarina, Sucessores na livraria de Monsr. Reycend e Gendron*. (1987: 15-8)

A actividade destes livreiros ter-se-á prolongado durante alguns anos, surgindo uma referência, em 1698, à intervenção dos primeiros Bertrand, ainda que, só em 1742, seja directamente mencionada a actividade livreira desta família (Guedes 1987: 24-26). Da actividade livreira de outras famílias francesas significativas para este sector reza também a já citada obra de Fernando Guedes, com menções específicas ao papel determinante dos Férins (1987: 45-60) e de Ernesto Chardron (1987: 61-69).

Já no que se refere aos locais de impressão originais dos livros comercializados por estes livreiros, em especial das obras em Latim, Fernando Guedes aponta uma grande variedade de localizações, citando apenas algumas como as mais frequentes e salientando que deveria processar-se um “tráfego riquíssimo entre Lisboa e as cidades impressoras europeias, ou então a existência de centros distribuidores” (1987: 110-111). De entre as obras comercializadas, sobressai, contudo, a noção de que a língua francesa era aquela que teria um mercado mais vasto. Os livros em Latim, por outro lado, bastante divulgados, deveriam ter, em meados do século XVIII, “preços ligeiramente mais baixos do que os franceses” (*ibid.* 1987: 112), porventura devido às maiores tiragens dessas obras. Não deixa, no entanto, de se verificar que os livros nacionais eram efectivamente os mais baratos, provavelmente por serem “produzidos em muito maior número” (*ibid.* 1987: 114).

Fernando Guedes assinala ainda, em *O Livro como Tema* que, em 1630, surgirá finalmente a referência específica a um editor:

Quando um certo Mateus Pinheiro, referindo-se a uma determinada obra, declara que a «imprimira à sua custa e a fizera emendar de muitos erros e acrescentar, no que tivera muito trabalho e gasto». (2001: 32)

Será pois, a partir daí, que o escopo de trabalho de cada uma das áreas se vai delimitando, não sendo, contudo, possível deixar de notar que as discordâncias entre mercadores e livreiros eram frequentes, o que obrigava à intervenção das autoridades para sanar conflitos entre as partes. Ainda assim, a edição de obras em Portugal vai aumentando gradualmente em número de publicações e alargando-se progressivamente a áreas temáticas cada vez mais diversificadas.

Todavia, o “sector português”, conforme o designa Fernando Guedes, é “pobre e de baixo nível cultural” (1987: 145). A conclusão que daí retira o autor citado é que as camadas mais cultas da população portuguesa eram bilingues em meados do século XVIII e inícios do século XIX, e de tal modo dependentes da cultura francesa, que não se mostravam, portanto, favoráveis ao fomento das traduções. A excepção a tal regra terá sido o livreiro Francisco Rolland que, a partir de 1818, viria a colocar no mercado muitas dezenas de “*novelas novas*”, lançando, “até 1843, cerca de metade das edições de ficção estrangeira impressas em Portugal” (*ibid.* 1987: 146-147). Seria, aliás, com este editor que o escritor português Bocage viria a trabalhar, tendo inclusivamente publicado nesta casa editora cinco obras originais e várias traduções.

Progressivamente, os profissionais que trabalham no sector do livro vão conquistando reconhecimento e notoriedade públicos, tornando-se mesmo, e cada vez mais, influentes na educação das diversas classes sociais. Aliás, a escolha e edição de obras revela nessa época mais do que a preferência e gosto dos leitores por determinadas áreas, antes as opções e decisões dos próprios editores e livreiros. Talvez por isso, tomou em 1768 o Marquês de Pombal a decisão de criar a Imprensa Régia, juntando-lhe, em 1769, uma loja que permitisse a venda de edições próprias e de outros livros que fossem indicados e aprovados pela Real Mesa Censória (Guedes 2001: 35-36), coagindo assim uma vasta fatia do público receptor às decisões tomadas por este conciliábulo.

É sobretudo a partir de meados do século XIX que em Portugal são editados alguns dos grandes nomes da literatura nacional e internacional. Entre os autores portugueses em

destaque nesta época contam-se Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz. É também por esta altura que são reeditados alguns dos autores nacionais mais antigos, como Fernão Mendes Pinto, Luís Vaz de Camões, Padre António Vieira, Sá de Miranda, ou Manuel Maria Barbosa du Bocage. Em simultâneo assistiu-se ainda à publicação de uma grande quantidade de autores franceses e ingleses famosos, como por exemplo Honoré de Balzac, Victor Hugo, Émile Zola, Lord Byron, Charles Dickens ou Walter Scott. Finalmente, é de notar ainda que foram então editadas muitas novelas de gosto popular (autores como d'Arlincourt, Paul Féval ou Madame de Montolieu), destinadas a um novo público, que se alargava em função da disseminação das colecções e da democratização do livro (Guedes 2001: 37).

Este fenómeno deu origem ao surgimento de um grande número de editores, nem sempre familiarizados e com conhecimentos seguros nesta área, sendo Portugal particularmente influenciado pela cultura francesa e pelo trabalho de editores estrangeiros como Louis Hachette, Pierre Larousse ou George Masson. Contudo, também Espasa e Salvat, de Espanha, Chambers, Heinemann e Macmillan, do Reino Unido, Brockhouse e Meyer, da Alemanha, ou Vallardi e Hoepli, de Itália, constituíram influências determinantes para o mercado editorial português, conforme reconhece ainda Fernando Guedes (2001: 38).

1.3 O livro como mercadoria

Progressivamente, o livro viria a assumir-se como um produto de consumo, com regras cada vez mais, e em grande medida, determinadas pelas leis do mercado. Apesar de não se poderem deixar de considerar algumas das especificidades do livro, ele acaba por ser reconhecido, de facto, como uma mercadoria (Furtado 1995: 61-68). Enquanto artigo de mercado apresenta-se numa grande variedade de formas e funções, pois é vendido sob muitos aspectos diferentes e num grande número de modelos diversos. Além disso, se por um lado pode manter níveis de produção constantes, porque há muitos livros que são vendidos sem sofrerem alterações ou revisões ao longo de anos, por outro lado também há outros que podem mudar rapidamente, pois são substituídos por novos produtos semelhantes, que por vezes contêm pequeníssimas alterações em relação aos anteriores. Acresce a tudo isso que as diferenças de preço e de promoção comercial tornam o livro, no seu todo, num produto singular. Contudo, o que o diferencia verdadeiramente de outros

produtos mais eminentemente comerciais são os conteúdos textuais, ou seja as suas características enquanto obra intelectual. José Afonso Furtado reconhece isso mesmo quando afirma:

E aqui reside a diferença específica do livro, na sua dualidade de texto e suporte, de mercadoria e de produto cultural, e também o ponto crucial de qualquer análise: o livro, sendo um suporte, é infinitamente reproduzível e, portanto, um bem económico; mas, sendo suporte de um texto escrito por um autor, é uma criação cultural.

Falta, contudo, provar o que se está a dar como provado, isto é, que o livro é um bem cultural industrialmente reproduzível. Rapidamente se verifica que o é, pois nele se encontra presente, em simultâneo, ainda que em graus diversos, um conjunto de cinco características que foram estabelecidas por François Rouet como critério dessa avaliação: elaboração de um trabalho artístico; fraca funcionalidade do produto; carácter de protótipo; reproduzibilidade; e, por fim, a presença de uma função editorial. (1995: 64)

As características enunciadas por este autor estabelecem ainda uma distinção marcante entre o livro e outros bens económicos ao nível do tempo e do local de produção e consumo. Se quanto aos parâmetros mais objectivos de avaliação da qualidade do suporte – papel, encadernação, tipografia, ilustrações, etc. – não subsistem grandes dúvidas de que são efectivamente mensuráveis e identificáveis, já quanto ao suporte intelectual, ou seja o seu conteúdo textual, este conterá sempre elementos subjectivos de apreciação que o tornam insusceptível de uma avaliação objectiva. Com efeito, desde a criação até à recepção deste produto, em momentos e locais diferentes, é de notar a existência de diferenças significativas associadas a cada produto. Desde logo porque a encomenda de elaboração e apresentação do artigo em causa – uma obra acabada pelo autor – não é controlável para uma ocasião definida. Mas também porque as preferências e as capacidades intelectuais de cada utilizador – o receptor/leitor da obra – são extremamente relevantes para os efeitos que o livro produz sobre cada pessoa e, portanto, sobre a capacidade individual de adesão e aceitação de cada livro.

Por outro lado, a utilidade do livro para cada consumidor está intimamente ligada a essa apreciação individual, com ou sem informação prévia suficiente sobre a qualidade do produto, e que lhe permitirá tomar a decisão da compra. Ainda que seja um bem

duradouro, que normalmente é consumido sem se tornar objecto de destruição imediata, podendo até aumentar de utilidade com a passagem do tempo – especialmente nos casos em que se torna uma referência culturalmente consagrada – o livro, paradoxalmente, esgota a sua utilidade como produto de consumo no exacto momento em que é vendido. A partir daí, a utilidade do livro passa a estar quase exclusivamente centrada nas mãos do leitor, tornando-se um objecto único para este e não voltando a ser comprado. Contudo, há algumas excepções: os casos em que o primeiro leitor de um livro o oferece a um novo leitor; as situações associadas à valorização específica de um exemplar (por exemplo, por causa de um autógrafo) e que podem tornar o livro num objecto raro ou de culto e, portanto, significativamente mais valorizado, levando à sua recompra a preços mais elevados; ou ainda, e mais recentemente, o mercado do livro em segunda mão que transitou das livrarias de livros usados ou dos alfarrabistas para a Internet (com bons resultados económicos para as livrarias virtuais).

Já quanto à perspectiva da casa editora, o livro integra-se numa indústria que se vê forçada a desenvolver, de forma consistente, acções de investigação e investimento, sempre condicionada por “prazos certos e orientada para a inovação contínua” (Furtado 1995: 69) o que comporta, portanto, elevados riscos de actuação no mercado. Daqui resultam também problemas de concorrência entre os diversos editores, pois cada um deles vê-se subordinado aos títulos que apresenta no mercado e naturalmente, por força de uma fase de escolha anterior, aos autores que representa perante o consumidor.

Ao longo dos anos, este processo de identificação das casas editoras com as características cada vez mais peculiares do produto que pretendiam colocar no mercado produziu algumas mudanças graduais e identificáveis. Da produção artesanal inicial à lógica industrial da segunda metade do século XIX foi um grande e demorado passo. Contudo, as épocas mais recentes coincidiram com uma aceleração e evolução tremendas dos processos de trabalho e produção que são, aliás, comuns a outros sectores industriais.

A parte produtiva perde importância e leva a fenómenos de *outsourcing*, enquanto toda a atenção se concentra na definição do produto e na individualização e alcance dos mercados finais. (Furtado 1995: 74)

Daí tornar-se mais evidente a razão de ser do conjunto de alterações que permitiu a passagem de uma situação em que o livreiro/impressor/tipógrafo/editor acumulava uma gama bastante variada de funções, até se chegar às empresas modernas em que a separação

de processos terá sido entendida como a mais benéfica para a melhor concretização de todo o processo de edição do livro. Por esse motivo, individualizaram-se actividades, promoveram-se especializações e apostou-se na selecção de profissionais parcelarmente qualificados para cada área de actuação, numa imitação do que, conforme já se afirmou anteriormente, terá sido também feito em outras áreas industriais.

1.4 Associações de classe de editores e livreiros

Da interpenetração das muitas e diversas áreas que compõem o sector do livro, e da respectiva influência mútua, são prova evidente o aparecimento e desenvolvimento das associações profissionais e empresariais representativas desta área de actividade. Na obra *Os Livreiros em Portugal*, de 1993, Fernando Guedes situou em 1517 o surgimento, pela primeira vez referenciado, dos livreiros como ofício organizado, em Coimbra, assistindo-se a um engrandecimento significativo de tal mester nessa cidade após a instalação definitiva da Universidade, em 1537 (Guedes 1993: 25-27). Em Lisboa, haveria de surgir apenas em 1539 uma referência a essa actividade (*ibid.* 1993: 25), ao passo que no Porto apenas em 1590 terá sido registado o exercício da profissão por menção a Mendes Giraldo, livreiro do bispo do Porto. Entretanto, a situação dos mercadores de livros e dos livreiros impediu uma distinção clara entre os dois ofícios, acumulando por vezes os livreiros também a actividade de impressores, apesar de algumas vezes se registarem alguns conflitos entre ambas as partes (*ibid.* 1993: 29-31).

Torna-se necessário recorrer novamente à obra *Os Livreiros em Portugal*, para notar que Fernando Guedes menciona o surgimento da Confraria de Santa Catarina da Corporação dos Livreiros como a primeira organização em que os livreiros se terão congregado nesta área. Apesar dessa referência, é incerto o ano exacto da fundação de tal Confraria, que Fernando Guedes aponta como tendo sido 1480 (1993: 54), embora um registo efectivo da sua existência apenas tenha sido anotado em 1567 (1993: 52).

Será o empenho de Frei Miguel Valença e do livreiro Salvador Martel que fará com que “o primeiro, confessor da rainha” (Guedes 1993: 55), a tenha conseguido convencer a mandar construir, em 1557, um templo para sede da confraria, que será posteriormente entregue aos referidos livreiros, que passam de “uma confraria leiga a uma de oficiais mecânicos” (*ibid.* 1993: 58).

Depois de ter sido arrasada pelo terramoto de 1755, esta igreja seria reconstruída, até que “em 1835, um incêndio voltava a derrubar a igreja, desta vez para sempre” (Guedes 1993: 61). É em 1863 que a confraria “iria passar a designar-se *Irmandade de Santa Catarina da Corporação dos Livreiros e Homens de Letras* e o seu artigo 2º determinava que os irmãos teriam de exercer a «profissão de livreiro ou literária» (*ibid.* 1993: 63). Após um período algo conturbado de várias décadas, viria finalmente a ser aprovado, em 1915, um texto que possibilitaria a governação da irmandade, com algumas diferenças significativas, pois passou a ser antes governada por estatutos e não por “*compromisso* (entre irmãos)” (*ibid.* 1993: 65-66). Apesar de tudo, seria apenas como excepção que se verificariam algumas ténues tentativas de cooperação entre editores e livreiros, conforme assinalou Fernando Guedes:

Todavia, e exceptuados alguns casos pontuais de colaboração entre empresas, não há memória de qualquer tentativa sequer de associativismo entre livreiros e entre editores durante quase toda a segunda metade do século XIX e a quase totalidade do primeiro quartel do século XX. (1993: 84)

Deste modo, seria apenas a 30 de Abril de 1923 que se realizaria na sede da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa uma primeira reunião de livreiros, sob a presidência de Júlio Aillaud, proprietário da Livraria Bertrand. A 30 de Maio do mesmo ano, ou seja, apenas um mês mais tarde, realizar-se-ia nova reunião no mesmo local, desta feita para aprovar os estatutos de uma associação designada por “Subsecção de Livreiros da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa”, que também receberia a designação de “Associação dos Livreiros de Lisboa”. Finalmente, no dia 13 de Fevereiro de 1924, chegou-se à eleição da primeira direcção desta associação (Guedes 1993: 83-94).

A 23 de Julho de 1927, foi criada a Associação de Classe dos Livreiros de Portugal, substituindo a até então Associação de Livreiros de Lisboa, num momento em que se assinalou, em definitivo, a desvinculação dos livreiros da associação dos lojistas. De salientar que, em 1930, esta associação viria a organizar pela primeira vez um evento cultural significativo e que tornaria visível na altura o papel e o trabalho da associação, e seria determinante para o futuro: a Feira do Livro. Sujeita a uma ligeira modificação de designação, pois passou ser a Associação de Classe dos Editores e Livreiros de Portugal, desde 9 de Maio de 1933, a agremiação passaria por fim a Grémio Nacional de Editores e Livreiros, no dia 13 de Junho de 1939.

O Grémio virá a terminar as suas actividades a 3 de Maio de 1974, numa Assembleia-geral algo conturbada face ao momento político revolucionário que então se vivia, transformando-se na mesma data, e com a designação que ainda hoje mantém, em Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL). De notar que esta associação sempre reuniu sob o mesmo tecto membros com interesses diferenciados, nomeadamente provenientes das áreas da criação do livro, gráfica, distribuição e retalhista.

Este panorama de mistura de actividades tão distintas e de defesa comum de interesses tão diversos, se bem que aceite por muitos dos intervenientes à data da fundação, viria a ser gradualmente considerado prejudicial à adequada prossecução de actividades, de tal modo que gerou cisões e provocou dissensões internas de vária ordem, que culminaram com a criação da União de Editores e Livreiros (UEP), em 1999, cujos membros integravam originalmente a APEL.

Mais recentemente, este movimento divisório parece ter-se esvaído e assumir antes uma tendência de partição interna que se poderá configurar como tendo subjacente uma simples subdivisão entre uma possível “Associação de Editores” e uma outra “Associação de Livreiros”, conforme foi evidente no manifesto eleitoral apresentado pela lista candidata – e que se encontra actualmente em funções – aos órgãos sociais da APEL para o triénio 2008-2011 (APEL – Manifesto).

Contudo, tais dissensões deverão ter desaparecido, configurando-se actualmente a APEL como única associação representativa das pessoas singulares e colectivas que exercem, com fins lucrativos, as actividades de editores e livreiros, ou de revendedores de livros em Portugal. Adicionalmente, as actividades da APEL estendem-se à representação em Portugal, como agência nacional, do sistema do “International Standard Book Number” (ISBN), sendo ainda a entidade representativa de Portugal em diversas associações internacionais, nomeadamente: a União Internacional de Editores (UIE); a Federação Europeia de Livreiros (EBF); a Federação dos Editores Europeus (FEE); e o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC).

1.5 Alguns números sobre a edição em Portugal

Com início em 1985, o Centro de Documentação da APEL passou a apresentar uma edição do catálogo dos Livros Disponíveis para o mercado português, que era regularmente renovado, de dois em dois anos, publicando nos anos intermédios uma Actualização e uma Adenda. No ano 2000, este mesmo Centro de Documentação editou o primeiro CD-ROM de Livros Portugueses, contendo cerca de 107 000 títulos e do qual constavam também os livros gratuitos, esgotados e disponíveis em clubes de livros, sendo tais informações actualizadas mediante uma assinatura semestral.

Estas edições, inteiramente a cargo da APEL, têm sido um dos raros indicadores de caracterização do mercado editorial português, que apresenta dados manifestamente incompletos e que pecam por escassos. Tais dados têm sido compilados pela APEL junto dos respectivos associados e depois são retransmitidos e divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), juntamente com dados próprios que este organismo recolhe junto de outras fontes (Gomes 2005: 6).

Desde o apuramento do número efectivo de casas editoras ou chancelas editoriais, até ao número de obras publicadas anualmente em Portugal, os dados recolhidos não são inteiramente fiáveis e parecem revelar mesmo alguma desorganização do sector, mas, e sobretudo, demonstram a inoperância de diversas entidades ligadas ao estado para registarem com regularidade tais indicadores, que são fundamentais para que se possa proceder a uma descrição cuidadosa do território nacional da leitura e do livro. Acrescente-se, contudo, que a existência e divulgação desses dados resultam sobretudo da recolha feita pela única associação (APEL) existente no sector até 1999, e que, a partir do nascimento da UEP, precisamente nesse ano, a compilação dos dados tornar-se-ia ainda menos sistemática e fidedigna, face ao afastamento de muitos editores da APEL.

Ainda assim, para o ano de 2002, Rui Telmo Gomes, no estudo *Um Mercado de Trabalho Feminizado: Oportunidades e Constrangimentos na Edição de Livros em Portugal*, e socorrendo-se prioritariamente dos dados reunidos pelo INE, construiu, em traços gerais, uma caracterização competente do sector editorial português e que se rege por algumas das linhas mestras apresentadas de seguida:

- Elevado contingente de pequenas editoras, com menos de 10 pessoas ao seu serviço (85%);
- Na sua globalidade, as editoras empregavam 16% de todo o pessoal adstrito a esta área de actividade;
- Elevada concentração do mercado editorial na região de Lisboa (76%);
- As editoras com sede em Lisboa eram responsáveis por aproximadamente três quartos do volume total de negócios gerado por este sector;
- Em 2002, o montante do volume de negócios para este sector atingia mais de 345 milhões de euros;
- Em 2002, os livros escolares atingiam a maior percentagem entre os livros editados, ascendendo a 45% do número total de obras;
- As obras literárias, apesar de um número de títulos bastante significativo, representavam apenas 21% do total de livros produzidos;
- No que dizia respeito ao volume de vendas, os livros escolares representavam o género com mais elevada facturação no mercado, e que ascendia a 38% do valor total, enquanto as obras literárias, em segundo lugar nesta tabela, representavam apenas 26% do volume total. (Cf. Gomes 2005)

Um outro estudo, desenvolvido sob a orientação de José Soares Neves para o Observatório das Actividades Culturais, e apresentado em Janeiro de 2008, portanto mais actualizado, poderia permitir algumas comparações e estabelecer um quadro mais apurado de resultados. Contudo, deve salientar-se que este *Inquérito ao Sector do Livro* está em curso e deveria ter apresentado resultados finais no início de 2009, permitindo assim uma apreciação mais detalhada e fundamentada do conjunto de dados recolhidos, mas não foi apresentado na data prevista. Além disso, deve notar-se que também neste caso há indicadores bastante díspares sobre os dados já recolhidos e que, logo à partida, poderão prejudicar eventuais conclusões dos investigadores interessados. A título de exemplo, atente-se apenas na indicação patente neste estudo sobre o número de casas editoras existentes em Portugal, em 2007, segundo as diferentes entidades:

- A Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas assinalava a existência de 184 casas editoras;
- O Instituto Nacional de Estatística indicava, para o mesmo ano, 383 casas editoras;

- A APEL registava 209 associados e a UEP 63, o que perfaria um total, entre as duas associações, de 272 casas editoras!!

Igualmente inexacta é a referência à quantidade de títulos publicados tendo em atenção os números de ISBN atribuídos pela entidade responsável por tal operação em Portugal, e que é a APEL. Conforme se sabe, o *International Standard Book Number*, conhecido pela sigla ISBN, significa Número Padrão Internacional de Livro, e é um sistema identificador único para os livros e publicações não periódicas. Este sistema foi criado por Gordon Foster, Professor de Estatística no Trinity College, em Dublin, Irlanda, em 1966, para a livraria W. H. Smith. Daí para cá, passou a ser usado tanto por comerciantes de livros como pelas bibliotecas, até ter sido internacionalmente adoptado como norma, sob a referência 2108, pela International Organization for Standardization (ISO), em 1970.

Este sistema permite identificar numericamente publicações monográficas de acordo com o respectivo título, autor, país (ou código de idioma) e editora, possibilitando inclusivamente a identificação de edições diferentes. Cada número de identificação, composto actualmente por treze algarismos, é aplicável apenas a uma obra e edição, sem qualquer possibilidade de repetição. Este sistema de registo é de tal modo fácil e versátil que possibilita o cruzamento, a recuperação e a transmissão de dados nos sistemas informáticos, permitindo uma busca e actualização bibliográfica simples das informações relativas a livros. O sistema ISBN é controlado pela Agência Internacional do ISBN, com sede em Londres, Inglaterra, desde Abril de 2006, a qual orienta, coordena e delega poderes às agências nacionais de cada país. Em Portugal, Angola e Cabo Verde a atribuição do ISBN é controlada pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) desde 1988.

A APEL, conforme se poderá ver pela tabela apresentada mais abaixo, recebe anualmente um grande número de pedidos de ISBN. Mas a inexactidão destes números relativamente ao número de obras efectivamente editadas tem de ser assinalado. De facto, os pedidos antecipados de ISBN nem sempre se traduzem em livros editados, pois os pedidos de edição e da necessidade do ISBN correspondente podem ser feitos num ano e não corresponder a livros editados nesse mesmo ano, ou podem nem sequer chegar a ser usados. Além disso, é de recordar que os dados indicados abrangem, além de Portugal, também os mercados de Angola e Cabo Verde, compondo, portanto, um número final bem superior ao número de livros publicados e vendidos exclusivamente em Portugal.

Pedidos de ISBN à Biblioteca Nacional

	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	1 203	1 156	1 413	1 325	1 696
Fevereiro	1 285	1 664	1 054	1 334	1 145
Março	1 947	1 287	1 324	1 570	1 298
Abril	1 443	1 209	1 357	1 160	1 314
Maió	1 559	1 377	1 393	1 364	1 377
Junho	1 970	1 181	978	1 285	1 272
Julho	1 609	1 241	992	1 078	1 596
Agosto	721	1 629	1 524	888	781
Setembro	1 448	1 324	1 213	1 208	1 417
Outubro	1 008	1 393	1 604	1 525	1 526
Novembro	1 349	1 314	1 182	1 239	1 255
Dezembro	993	819	806	937	1 052
Totais	16 535	15 594	14 840	14 913	15 729

(APEL)

Um conjunto de números porventura mais objectivo para a edição de obras em Portugal deveria ser a referência ao número de Depósito Legal atribuído pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Este número de Depósito Legal constitui-se como a obrigação legal de qualquer editor de livros enviar actualmente onze exemplares de uma obra impressa para a BNP, que é a entidade responsável pela administração deste serviço. As excepções ao envio deste número de exemplares são os casos de edições até cem exemplares, de edições de luxo até trezentos exemplares, de teses e equivalentes, de documentos cartográficos e iconográficos, e de reimpressões de obras publicadas há menos de um ano, dos quais apenas se exige a entrega de um exemplar ou cópia.

Deste modo, o Depósito Legal visa defender e preservar os valores da língua e cultura portuguesas, permitir a constituição e conservação de uma bibliografia nacional (com todas as publicações editadas no país), a produção e divulgação da bibliografia nacional corrente, o estabelecimento estatístico das edições nacionais e o enriquecimento de bibliotecas dos principais centros culturais do país. Entende-se aqui que a definição de “título” assinala a designação de uma publicação impressa que constitui um todo distinto, quer conste de um quer de vários volumes, sendo as versões de um mesmo título publicadas em diferentes línguas num país consideradas títulos diferentes.

Ano	Registos de títulos do Depósito Legal
2000	14 066
2001	14 483
2002	15 303
2003	15 260
2004	15 938
2005	15 959
2006	15 339
2007	17 097
2008	17 778

Fonte de Dados: BNP

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2010-02-15 09:22:44

Contudo, repare-se que, também neste caso, os dados apresentados não são totalmente fiáveis. Senão, veja-se que foram entregues na BNP 15 959 títulos, no ano de 2005, e compare-se este indicador com os números de ISBN atribuídos e já anteriormente assinalados para o mesmo ano pela APEL (15 594), e ficar-se-á, desde logo, com alguma incerteza quanto aos números reais, quanto mais não seja devido à disparidade entre os valores apresentados.

O mesmo poderá dizer-se do quadro respeitante aos títulos originais e traduzidos para a língua portuguesa, em que se registam valores não coincidentes com os dados registados pela APEL. Ainda assim, entendeu-se apresentar aqui os valores recolhidos pela BNP para Portugal, entre os anos 2000 e 2007, por serem, aparentemente, os mais fiáveis.

Títulos em língua portuguesa: originais e traduzidos – Monografias					
		Originais		Traduzidos	
Ano	Total	Número	%	Número	%
2000	9 608	7 187	74,8%	2 421	25,2%
2001	10 025	7 464	74,5%	2 561	25,5%
2002	10 245	7 456	72,8%	2 789	27,2%
2003	10 199	7 495	73,5%	2 704	26,5%
2004	10 274	7 587	73,8%	2 687	26,2%
2005	9 770	6 768	69,3%	3 002	30,7%
2006	11 063	7 814	70,6%	3 249	29,4%
2007	9 484	6 712	70,8%	2 772	29,2%

Fonte de Dados: BNP

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2010-02-15 09:01:34

Os dados deste quadro são significativos no que diz respeito à estabilidade relativa para este período – 2000-2007 – no número de obras publicadas em língua portuguesa, com valores totais finais muito aproximados entre o referido ano de 2000 (9608) e o ano de 2007 (9484), em que se verifica uma diminuição de apenas 124 obras publicadas, ou seja uma redução de apenas 1,3%.

No que diz respeito às variações anuais no aumento do número de títulos publicados, elas têm sido muito ligeiras, com excepção das verificadas entre o ano 2000 (9608) e 2001 (10 025), período durante o qual houve mais 417 títulos publicados, e 2006 relativamente a 2005, em que se notou um aumento de 11,7% no número de títulos publicados, que passou de 9 770 (2005) para 11 063 (2006).

Quanto aos momentos de decréscimo anual no número de publicações também têm seguido essa mesma tendência de variação ligeira, que se alterou sobretudo em 2005 (9770) relativamente a 2004 (10 274), com menos 504 títulos publicados, e sobretudo em 2007 (9484) relativamente a 2006 (11 063), em que houve menos 14,2 por cento de obras publicadas.

Por outro lado, é possível notar um ligeiro acréscimo na percentagem de livros traduzidos entre 2000 e 2007, com mais quatro por cento de obras traduzidas para a língua portuguesa entre esses dois anos que definem o início e o final do período registado, ou seja houve um acréscimo de mais 351 obras. Contudo, também aqui se nota que o ano de 2006 terá sido um ano excepcional, com 3249 títulos traduzidos, que decresceram para apenas 2772, o que significou menos 477 títulos (-14,7%) em 2007.

Outros dados, nomeadamente os referentes ao valor económico do sector editorial português, poderiam, por outro lado, servir para uma descrição mais exacta do contributo desta área para o Produto Interno Bruto. Contudo as dificuldades de descrição exacta da situação são, uma vez mais, extremamente difíceis, conforme registava, já em 1983, Fernando Guedes:

Embora nos encontremos num ponto que é de difícil caracterização, até pela nossa proverbial falta de estatísticas e de inquéritos sectoriais. O pouco que sabemos é geralmente fruto de informações parcelares, obtidas em fontes diversas e frequentemente não comparáveis que, depois, a experiência de cada um terá de ir testando, triando e usando como melhor souber ou lhe convier. Daqui que a meia-

-dúzia de dados indicativos ou informações que eu darei a seguir sejam, por via de regra, falíveis e contestáveis. (2001: 192)

Ainda assim, Fernando Guedes (2001: 193) procurou indicar para a época algumas estimativas que, apesar de pouco aprofundadas, permitiam apontar para volumes de vendas segundo os quais os editores comercializariam directamente três quartos do montante total de seis milhões de contos neste sector, ao passo que apenas um quarto do total, correspondente a cerca de dois milhões de contos, passaria pelos livreiros. Daqui, concluía Fernando Guedes, que estas percentagens deveriam estar incorrectamente distribuídas, com fatias demasiado significativas destinadas à venda directa pelo correio, à venda porta a porta e através dos clubes do livro. Da comparação com a Inglaterra, e para a mesma época, Fernando Guedes, salientava que as livrarias teriam reservada uma importante percentagem de 56%, restando fatias iguais de 22% para os clubes e venda por correspondência, e 22% para outras formas de venda directa.

Tendo em conta que uma percentagem relevante da população portuguesa comprava livros através dos catálogos de editoras que vendiam porta a porta ou por contacto directo com o cliente – casos, por exemplo, do Círculo de Leitores ou do Ediclube –, é provável que fosse notório um certo enviesamento dos hábitos de leitura, determinados pelas escolhas dos editores em causa e dos tipos de obras seleccionadas. Contudo, não se conhecem dados sobre tais hábitos que permitam chegar a algum tipo de conclusões significativas.

Um outro estudo, com data de Fevereiro de 2009, da consultora DBK poderá ser visto porventura como mais fiável e sustentado sobre o volume de negócios das editoras portuguesas. Neste estudo, indicava-se que o volume de produção de algumas das casas editoras mais influentes no mercado português, em 2008, ascendia a 365 milhões de euros, e verificava-se um volume de 380 milhões de euros de vendas de livros em Portugal. Por outro lado, neste mesmo estudo assinalava-se que se a produção crescera 0,6% para o ano em análise, também se deveria anotar um acréscimo das exportações, que tinham ascendido a 48 milhões de euros, ou seja, mais 11,6% do que no ano anterior.

Aliás, o semanário *Expresso* registava, a 25 de Janeiro de 2008 (<http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/225317>), que, segundo um estudo a apresentar, em finais de 2009, sobre o sector do livro por uma equipa liderada por José Soares Neves (estudo esse já anteriormente referenciado no âmbito desta

investigação e que deverá vir a ser apresentado pelo OAC), tal sector deveria representar um volume de negócios acima dos 500 milhões de euros em 2009, em Portugal.

Mais recentemente – a 20 de Fevereiro de 2010 – o mesmo semanário *Expresso* titulava no seu suplemento de Economia uma notícia com as seguintes palavras “A cultura já representa 2,8% do PIB e dá trabalho a 127 mil pessoas”, assinalando logo de seguida, “Só o subsector da edição factura €1,2 mil milhões por ano. No total, a cultura vale mais que os têxteis e tanto como o sector automóvel.”

No referido artigo, a jornalista Alexandra Carita descrevia sucintamente o conjunto de ideias e dados recolhidos pela empresa Augusto Mateus & Associados, que elaborara o “Estudo sobre o Sector Cultural e Criativo em Portugal”, referenciando, por exemplo e entre muitos outros dados essenciais, que no sector da edição está 32% da força de trabalho dedicada à área da cultura em Portugal.

Deste modo, torna-se evidente que a edição em Portugal representa uma fatia essencial dos valores adstritos à cultura e que os montantes envolvidos nesta indústria já não podem ser menosprezados no PIB português. A esse propósito, Paulo Ferreira e Nuno Seabra Lopes assinalaram com toda a propriedade:

Com mais de seis mil pessoas e um volume superior a 90 por cento das exportações culturais, esperar-se-ia que o Estado considerasse as especificidades do sector e tirasse partido delas. (...)

Feitas as contas, contribuímos mais para o PIB do que o atribuído no Orçamento de Estado, mas não nos outorgam o papel relevante que afirmamos ter. (2010: 14)

Por outro lado, é de notar que os hábitos de leitura dos portugueses também têm vindo a sofrer alterações significativas ao longo dos últimos vinte anos, apesar das já referidas faltas de fiabilidade dos estudos existentes, sobretudo até há alguns anos. Com efeito, Fernando Guedes, com base num estudo encomendado pela editora a que presidia, a Editorial Verbo, em 1983 (2001: 193), registava que 72,7% dos portugueses com mais de 15 anos costumavam ler, 21,7% não teriam esse hábito e apenas 6% admitiam ser analfabetos.

De entre os portugueses que costumavam ler, a grande maioria (85%) dedicava-se à leitura de jornais e revistas, seguindo-se a ficção (49,9%), os livros de estudo, técnicos e profissionais (31,24%), as obras de história (15%) e, depois, as obras de informação geral. 53,2% dos inquiridos declaravam comprar livros, cabendo os mais elevados índices de

compra à Grande Lisboa e ao Grande Porto, em localidades com mais de dez mil habitantes, de nível socioeconómico elevado, com idades até aos 34 anos, do sexo masculino, com habilitações literárias superiores à instrução primária, trabalhadores por conta de outrem e estudantes.

Mais recentemente, a APEL tem vindo a desenvolver um trabalho de recolha deste género de dados, com uma consistência mais assinalável e, sobretudo, com a divulgação pública dos mesmos. Para o ano de 2005, e face a um estudo encomendado e publicado por esta associação sobre os Hábitos de Leitura dos Portugueses, é de registar que os hábitos regulares de leitura eram comuns para a grande maioria dos inquiridos (91,35%), sendo que uma percentagem muito significativa (89,55%) das pessoas afirmavam comprar livros com regularidade. Acrescia a isso que mais uma vez a grande maioria das pessoas (96,95%) afirmavam ter livros em casa, os quais iam desde a literatura geral (60,9%) aos livros escolares (52,4%), passando por enciclopédias (57,5%) ou mesmo pelos livros técnico-científicos (55,6%). A esmagadora maioria dos inquiridos (97,25%) afirmava ler habitualmente jornais e revistas, os quais eram comprados por 90,55% dos inquiridos.

Para uma grande parte dos inquiridos (72,4%) a leitura era feita por motivos de gosto pessoal, enquanto 22% faziam-na por motivos profissionais e 19% dedicavam-se à leitura por razões relacionadas com o estudo para a escola. 67,1% dos inquiridos empenhavam-se na leitura de livros não escolares ou técnicos, 33% dedicavam-se a ler livros técnicos e 20% liam livros escolares. O número de livros anualmente lidos também foi um dado importante registado, com 27,9% das pessoas a afirmar ter lido entre 3 a 5 livros, 20,55% diziam ter lido entre 6 a 10 livros, 12,8% afirmavam ler entre 1 a 2 livros, 10,25% liam entre 11 a 20 livros, e 6,05% afirmavam ter lido mais de 20 livros por ano.

Já no que dizia respeito às compras de livros em Portugal, 27,5% do total das pessoas inquiridas afirmavam comprar entre 3 e 5 livros por ano, 24,6% diziam comprar entre 1 a 2 livros, e 19,8% tinham comprado entre 6 a 10 livros num ano. Quanto aos livros mais comprados, eram os livros escolares ou técnicos, que tinham sido comprados por 62% dos inquiridos, enquanto os livros técnicos tinham sido comprados por 36,8% das pessoas e os livros escolares por 25,9% dos inquiridos, sendo tais compras maioritariamente feitas nas livrarias/tabacarias (66%), seguidas pelas compras em hipermercados/supermercados (28,6%), em feiras do livro (19,3%) e na Internet (8,6%).

Finalmente, dos cruzamentos entre as diversas variáveis apresentadas foi ainda possível registar que os inquiridos do sexo feminino liam mais livros por ano do que os do sexo masculino, e também que tinham comprado mais livros recentemente do que os

homens. Além disso, de entre os inquiridos que afirmavam ter lido mais de vinte livros por ano, a maioria dedicava à leitura entre 6 a 7 horas por semana.

Por fim, é de assinalar e registar como importante, até pela sua maior fiabilidade e consistência, um outro estudo, “A Leitura em Portugal”, apresentado no âmbito do Plano Nacional de Leitura e coordenado pelo Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), que apresentou, em 2007, dados comparativos para a década situada entre 1997 e 2007.

A investigação em causa (2007: 47-55) indicou claramente que a leitura registara em Portugal uma evolução positiva em todos os suportes, com destaque para os jornais, e que esse dado correspondia a um decréscimo significativo dos não-leitores. Ainda assim, tal evolução estaria longe de atingir os patamares médios da Europa, sobretudo no que se referia à leitura de livros. Os resultados demonstravam que na tipologia de leitura se notava um aumento de leitores do sexo feminino, com elevada escolaridade, jovens e entre os quais era assinalável o peso cada vez maior dos estudantes e das novas classes médias (profissionais técnicos) e também dos empregados executantes. Entre os não-leitores era particularmente evidente a percentagem de operários.

Quanto aos diversos tipos de leitores de livros, os pequenos leitores (aqueles que lêem entre 1 e 5 livros por ano) registava-se uma pequena subida (de 1,6%), ascendendo a 69,2%, à custa da descida dos grandes leitores (aqueles que lêem habitualmente mais de 20 livros por ano), que passaram a ser apenas 4,3%. Nos leitores médios (os que lêem entre 6 e 20 livros por ano) era notória uma tendência de manutenção do número de pessoas nesta categoria, com a percentagem totalmente idêntica de 26,5% entre os anos de 1997 e 2007. O estudo evidenciava ainda uma relação directa entre a leitura e o nível de escolaridade, com um peso acentuado de leitores mais jovens (ainda integrados na escola) entre os grandes leitores e notando-se sobremaneira, neste caso, a importância das novas classes médias. Registaram ainda os autores desta investigação que, comparativamente ao que se passa no plano internacional, e citando a afirmação em causa: “este resultado está de acordo com estudos realizados em França (Donnat, 1998: 169) e Espanha (Salgado, 2000: 164)” (Santos 2007: 51).

A propósito deste indicador, deve notar-se, apenas a título de exemplo corroborativo do que acima se afirma, que, segundo um estudo da empresa TNS Sofres, apresentado em Março de 2009, em França a percentagem de população leitora era de 69%, havendo 30% de não-leitores e 1% de inquiridos sem qualquer opinião sobre o

estudo. De acordo com esse mesmo estudo, 34% dos franceses eram considerados pequenos leitores (1-5 livros por ano), 25% eram leitores médios (6-20 livros/ano) e 10% eram grandes leitores (mais de 20 livros/ano) (TNS 2009: 6). Ou seja, valores muito próximos do que se verifica em Portugal.

Por outro lado, e regressando ao estudo do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (2007: 53), no que dizia respeito aos perfis sociais predominantes dos leitores portugueses, em função do respectivo suporte de leitura, constatava-se que o perfil dos leitores de livros era maioritariamente feminino, jovem, escolarizado e composto por um grande número de estudantes. Por seu turno, o perfil dos leitores de jornais distinguia-se claramente: eram essencialmente homens, com idades situadas entre os 25 e os 54 anos, graus de escolaridade mais baixos e integravam os grupos activos e outros não activos. Por fim, o perfil dos leitores de revistas apresentava alguma semelhança com o perfil dos leitores de livros: feminino, jovem, mas menos escolarizado e com uma importância assinalável de elementos activos.

Numa curta apreciação do conjunto de números aqui apresentados, ressalta sobretudo a escassez de dados regulares e fiáveis, publicamente divulgados ao longo de um período temporal definido e que permitam chegar a conclusões mais sustentadas. Com efeito, só nos últimos anos tem sido possível proceder a uma análise mais aprofundada desta vasta disparidade de indicadores. Ainda assim, o grupo de entidades dispersas que têm publicado estes dados também não têm promovido a sua apresentação de uma forma consolidada e coordenada, daqui resultando a necessidade premente de organização destes números para o mercado português, em novas e mais consolidadas investigações, em torno de alguns eixos fundamentais, nomeadamente os que dizem respeito a:

- Número efectivo de casas editoras e respectivas chancelas editoriais;
- Número de colaboradores permanentes na área da edição;
- Número total de títulos editados anualmente, em língua portuguesa e traduzidos;
- Caracterização dos hábitos de leitura;
- Número total de leitores, caracterizados em torno das categorias de pequeno, médio ou grande leitor.

1.6 O mercado editorial actual em Portugal

O mercado editorial português está actualmente dividido em grandes segmentos aos quais correspondem, grosso modo, as próprias actividades editoriais e as subdivisões internas de algumas editoras. Em alguns casos, a integração das editoras em cada um desses segmentos serve inclusivamente como espelho fiel do modelo de especialização das respectivas orientações editoriais: livro escolar, livro infanto-juvenil, livro de referência e obra literária.

Contudo, a principal caracterização do mercado editorial português aponta, como já se escreveu anteriormente, para a sua reduzida dimensão, pois conta apenas com cerca de uma centena de casas editoras com actividade regular, e para a sua fragilidade, já que nenhuma das casas editoras portuguesas conseguiu até hoje alcançar uma notoriedade equiparável à das editoras europeias mais importantes. Na sua maioria, as casas editoras portuguesas são empresas de tipo familiar, em que a propriedade e direcção é assumida por diferentes gerações da mesma família (Gomes 2005: 4-5).

A vulnerabilidade desta situação, perante as inúmeras possibilidades de aquisição, concentração e fusão de empresas, revelou-se de forma bem evidente nas movimentações mais recentes do mercado editorial português, com a acentuada aglomeração de casas editoras e respectivas chancelas em grupos empresariais.³ Este processo de fusão empresarial parece ter como objectivo principal superar as razões que terão gerado alguma falta de interesse num investimento mais sério nesta área.

Na verdade, uma das razões fundamentais para tal desinteresse terá sido a reduzida dimensão do mercado nacional, um factor que, segundo os responsáveis do sector, condiciona fortemente as vendas de livros. Apesar de tais responsáveis alegarem frequentemente que os fracos hábitos de leitura dos portugueses são responsáveis pelo acentuado condicionamento das vendas, esse dado não é inteiramente verdadeiro, conforme foi possível constatar nos estudos anteriormente analisados, em especial se

³ São exemplos desta situação: o Grupo LeYa – composto por Academia do Livro, ASA, BIS, Caderno, Caminho, Casa das Letras, D. Quixote, Estrela Polar, Gailivro, Livros d'Hoje, LeYa, Lua de Papel, Novagaia, Oficina do Livro, Quinta Essência, Sebenta, Teorema e Texto; o Grupo Porto Editora – que, além da Porto Editora, Areal Editores, Lisboa Editora, Ideias de Ler, Albatroz e Sextante Editora, abarca ainda o grupo anteriormente designado por DirectGroup Bertelsmann, nomeadamente a Bertrand Editora, com as chancelas Pergaminho, Quetzal, Temas e Debates, ArtePlural Edições, e Círculo de Leitores; o grupo editorial Babel – que integra as chancelas Arcádia, Athena, Ática, Centauro, Pi, Guimarães Editores, K4, Ulisseia e Verbo; ou ainda o Ediclube.

comparados com os países europeus que têm níveis de leitura semelhantes aos de Portugal. Um factor acrescido na dissuasão das vendas é, de facto, o aumento das alternativas ao livro impresso, patentes em outros formatos e que atraem cada vez mais leitores, servindo de forte desincentivo à compra de livros e conduzindo, portanto, à inviabilidade económica das empresas deste sector.

Contudo, o fenómeno de concentração resulta em grande medida do facto de a área da edição ser um sector em que os custos fixos são bastante elevados e normalmente superiores aos custos variáveis (Furtado 1995: 79). Por isso, a concentração permite a consolidação da influência e capacidade de actuação de empresas em áreas de mercado devidamente delimitadas, podendo, além disso e numa perspectiva ligeiramente diferenciada, servir as estratégias de diversificação de alguns grupos já muito especializados e virados para nichos de mercado demasiado restritos. Assim, tem sido possível assistir a um crescimento das proporções dos principais grupos editoriais, e da sua influência no mercado.

De facto, no estudo desenvolvido pela consultora DBK (2009), e já anteriormente referenciado, salienta-se que em Portugal há um grupo reduzido de operadores que concentra grande parte da actividade editorial, existindo neste mercado muitas empresas especializadas e de diminuta dimensão. Na realidade, os cinco maiores operadores representam 57% do mercado.⁴ De notar ainda que a quota de mercado passa para 66% quando se enquadra a presença e participação dos dez maiores operadores, restando, portanto, 34% nas mãos de editoras de pequena dimensão.

Em alguns casos, a concentração visa assegurar o alargamento da presença do grupo em causa no mercado, como parece verificar-se com os grupos LeYa e Porto Editora, que estão presentes nos vários segmentos, da literatura geral ao livro escolar e técnico, passando pelo livro infanto-juvenil e universitário. Noutros casos, a concentração parece assumir contornos de domínio de uma área mais especializada, em redor de um núcleo reconhecido como essencial para os proprietários da editora, como se verifica no caso da Guimarães Editores, integrada no grupo Babel.

Na verdade, as lógicas de concentração e fusão visam contrariar essencialmente a estagnação, ou mesmo recessão, do mercado editorial, assumindo como verdadeira a noção de que só as grandes editoras poderão ter capacidade financeira suficiente para enfrentar os custos de lançamentos de novas obras e incorporar devidamente as receitas daí resultantes.

⁴ Grupo LeYa, Grupo Porto Editora, DirectGroup, Ediclube e Civilização Editora.

Some-se a isso o desdobramento de actividades ao nível da distribuição, do *marketing* e da venda por grosso ou a retalho – em cadeias de lojas especializadas, mas associadas a cada uma das marcas editoriais – e que já integram os serviços prestados pela generalidade das casas editoras, e teremos uma ideia mais clara dos motivos para que tais fusões e concentrações se tenham tornado inevitáveis, com a criação ou integração de poderosos grupos multimédia.

O domínio e a influência resultantes dessa concentração crescente de projectos editoriais deverá tornar-se gradualmente visível com o passar do tempo. Contudo, é de esperar que se verifique uma acumulação de projectos semelhantes até ao ponto em que a depuração natural de tais similaridades venha a estabelecer quais serão os mais capazes de auto-sustentação económica e aqueles que foram criados apenas numa perspectiva de conquistar mais-valias depois do investimento feito.

Na verdade, e conforme já foi anteriormente assinalado para o mercado português, as formas de produção demasiado artesanais, a falta de formação de quadros técnicos indispensáveis e a desactualização dos métodos de trabalho deste sector têm sido os factores mais significativos de desincentivo ao investimento. Além disso, as limitações do mercado externo português, com valores de exportação reduzidos, e com condicionantes de natureza económica e política nas vendas para alguns países de destino previsíveis, como os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com fortes dificuldades de natureza económica e grande instabilidade política, também são razões extremamente significativas para tal desinvestimento (Gomes 2005: 5).

Ainda assim, parece assistir-se actualmente a uma ligeira tendência inversa, pois a produção editorial portuguesa aumentou ligeiramente em 2008 devido ao aumento das exportações, segundo os dados apresentados pelo Diário Digital (2009), com base num estudo do mês de Fevereiro de 2009, elaborado pela consultora espanhola DBK e já anteriormente citado. O aumento de vendas para Espanha e países latino-americanos, não anulou, contudo, o facto de os principais mercados de destino das exportações portuguesas continuarem a ser Angola e Moçambique, com 25% e 22%, respectivamente, das exportações registadas.

2. Os Estudos de Tradução

Conforme já se referiu anteriormente, quando sugerimos o reconhecimento de algum paralelismo no desenvolvimento disciplinar dos Estudos do Livro e dos Estudos de Tradução, nunca antes tinha sido possível observar uma progressão tão rápida de uma disciplina académica como aquela que se verificou com os Estudos de Tradução nas últimas décadas. Foi precisamente isso que reconheceram Susan Bassnett e André Lefevere, co-editores da colecção “Translation Studies”, da Routledge, no prefácio geral aos livros dessa colecção, em 1992, na obra *Translation/History/Culture*, organizada pelo próprio André Lefevere:

The growth of Translation Studies as a separate discipline is a success story of the 1980s. The subject has developed in many parts of the world and is clearly destined to continue developing well into the twenty-first century. Translation studies brings together work in a wide variety of fields including linguistics, literary study, history, anthropology, psychology and economics. This series of books will reflect the breadth of work in Translation Studies and will enable readers to share in the exciting new developments that are taking place at the present time. (1992a: xi)

O desenvolvimento gradual, mas intensivo, desta nova disciplina implicou que se considerasse ultrapassado o tempo em que o estudo da tradução se configurava, em regra, como uma análise individualizada e marcada por uma apreciação empírica, e sobretudo impressionista. Na verdade, o trabalho desenvolvido em torno de uma tradução implicava por parte dos tradutores um envolvimento tal que muitas vezes se viam imersos numa reflexão mais aprofundada sobre a tarefa que tinham entre mãos, ou eram obrigados a refutar críticas que lhes eram lançadas a propósito do trabalho desenvolvido. A percepção de que o conjunto de reflexões sobre a tradução anteriores ao século XX nos surge por vezes como um *corpus* indiferenciado parece subjazer à sua catalogação por Jeremy Munday, na obra *Introducing Translation Studies* (2001), como “Translation theory before the twentieth century” (2001: vii).

Não se pense, contudo, que esse conjunto diversificado e remoto de opiniões seria desajustado dos nossos dias, ou que, por outro lado, terá caído no esquecimento. De facto, a sua importância é, de quando em vez, reavivada e, numa análise ponderada de algumas dessas apreciações e comentários, será porventura interessante notar que tais observações se mantêm actuais e incisivas, sendo mesmo ciclicamente recuperadas pelos interessados neste fenómeno. Será isso mesmo que se analisará nas secções seguintes, com uma curta abordagem histórica sobre a área dos Estudos de Tradução, realçando os contributos mais consequentes de estudiosos, investigadores ou tradutores que sobre ela se pronunciaram ao longo dos anos.

2.1 De Cícero a Schleiermacher

Desde os primórdios do debate sobre o tema da tradução, na Roma Antiga, o ponto central da discussão tem recaído eminentemente, e quase sempre, sobre a distinção e diferenças entre a tradução *palavra a palavra* e a tradução *sentido a sentido*, ou seja entre a tradução literal e a tradução livre. Esse tema ressurgiu diversas vezes, conforme escreveu Peter Newmark (1981: 4), num período da tradução anterior ao surgimento da linguística e sempre tendo em atenção, conforme afirmou Susan Bassnett, “as concepções de ‘tradução literal’ e ‘tradução do sentido’ [que] reaparecem aqui e ali com diferentes graus de ênfase em consonância com diferentes conceitos de língua e de comunicação” (2003: 80).

Sabe-se que o mais famoso, e recorrentemente citado, proponente inicial dessa discussão terá sido Túlio Cícero (106-43 a.C.), que procurava defender a tradução que ele próprio fizera dos discursos de dois oradores da Ática, Ésquines e Demóstenes. Alguns séculos mais tarde, S. Jerónimo (347-419) servir-se-ia da mesma justificação de Cícero, em defesa de uma tradução do sentido da mensagem e não literal, à qual acrescentaria ainda as palavras de Horácio (65-8 a.C.), para defender a sua decisão de seguir as mesmas orientações no exercício da sua actividade como tradutor, na célebre *Carta a Pamáquio sobre os Problemas da Tradução*:

Pela minha parte, realmente, não apenas confesso, mas proclamo a plenos pulmões que quando traduzo os textos gregos – que não sejam as Sagradas Escrituras (onde até a estrutura da frase é mistério) – não é palavra a palavra, mas o sentido que eu exprimo. Nesta questão tenho por mestre a Túlio que traduziu o *Protágoras*, de

Platão, o *Económico* de Xenofonte e os dois magníficos discursos trocados entre si por Esquines e Demóstenes. (...) Basta-me a própria autoridade do tradutor que, no prólogo destes mesmos discursos se exprimiu assim: «considerarei que deveria empreender um trabalho útil a quem se propunha aprender, ainda que para mim próprio não necessário. Traduzi, com efeito, discursos notabilíssimos, e de oposição entre si, de dois oradores dos mais eloquentes da Ática, Ésquines e Demóstenes. Não os verti como simples transpositor, mas como homem de letras, mantendo o mesmo fraseado com as suas figuras de linguagem e de pensamento, em palavras correspondentes à nossa tradição. Não tive realmente por imperioso traduzir palavra a palavra, mas salvguardei o valor global das palavras e da sua significação. Não julguei pois estar em causa para o leitor manter o número das palavras mas como que sopesá-las». (...)

Por seu lado, também Horácio, homem de argúcia e de saber, propõe na sua *Arte Poética* as mesmas regras a um tradutor avisado: «não curarás de verter palavra a palavra, como transpositor linear». (S. Jerónimo 1995: 61-3)

O princípio enunciado, que se revelava basilar para Cícero e Horácio e, como se pôde ver através das linhas anteriores, também para S. Jerónimo, viria a exercer enorme influência nos séculos subsequentes. Aliás, deve realçar-se ainda que esta noção seria complementada pelo ideal de responsabilidade do tradutor perante os leitores na língua de chegada e reforçada pela ideia de que era essencial que o tradutor produzisse um texto criativo e esteticamente agradável, que alcançasse as dimensões de enriquecimento da língua, da cultura e do sistema literário de chegada, conforme viria a referir Susan Bassnett (2003: 83).

Mais de mil anos depois e não tendo havido grandes evoluções no decurso dos séculos transcorridos, Leonardo Bruni (1369-1444), humanista e homem de letras italiano, secretário de quatro Papas e tradutor de autores gregos famosos, como Platão, Aristóteles ou Petrarca, forneceria um contributo muito significativo para a sistematização das competências necessárias ao tradutor com o texto *De interpretatione recta* (1420). Salientava Leonardo Bruni nesse texto (*apud* Robinson 1997: 58-9) que o tradutor deveria dedicar-se a adquirir vastos conhecimentos sobre a língua a partir da qual traduzia, dominar completamente a língua para a qual traduzia, não usando palavras emprestadas da língua original, conhecer as expressões idiomáticas dos autores estrangeiros, evitando

novidades verbais e gramaticais, especialmente as mais imprecisas e estranhas, e concluía afirmando:

This is then the best way to translate: to preserve the style of the original as well as possible, so that polish and elegance be not lacking in the words, and the words be not lacking in meaning. (*apud* Robinson 1997: 58-9)

Por outro lado, e tendo em especial consideração as suas raízes e proximidade, não poderia deixar de se mencionar também o rei português D. Duarte (1391-1438), que adoptou uma linha de pensamento similar à de Leonardo Bruni, manifestando uma posição curiosamente coincidente com a desse autor italiano em *O Leal Conselheiro*:

Da Maneira para Bem Tornar Alguma Leitura em Nossa Linguagem

Porque muitos que são letrados não sabem trasladar bem de latim em linguagem, pensei escrever estes avisamentos para eles necessários.

Primeiro, conhecer bem a sentença do que hão de tornar, e pô-la inteiramente, não mudando, acrescentando, nem mingando alguma coisa do que está escrito.

O segundo, que não ponha em palavras latinadas, nem doutra linguagem, mas tudo seja [em] nosso linguagem escrito, mas achegadamente ao geral bom costume de nosso falar que se puder fazer.

O terceiro, que sempre se ponha palavras que sejam direita linguagem, respondentes ao latim, não mudando umas por outras, assim que onde ele disser por latim «scorregar», não ponha «afastar», e assim em outras semelhantes, entendendo que tanto monta uma como a outra; porque grande diferença faz, para se bem entender, serem estas palavras propriamente escritas.

O quarto, que não ponha palavras que segundo o nosso costume de falar sejam havidas por desonestas.

O quinto, que guarde aquela ordem que igualmente deve guardar em qualquer outra coisa que se escrever deva, *scilicet* que escreva cousas de boa sustância, claramente, para se bem poder entender, e fremoso o mais que ele puder, e curtamente quanto for necessário. E para isto aproveita muito paragrafar e apontar bem. (D. Duarte 1983: 432-3)

Seria muito provavelmente interessante desenvolver um exercício de análise aos eventuais vínculos intertextuais que ambos os textos demonstram. Será que algum dos autores terá lido o outro – sendo mais provável que tal se tivesse verificado com D. Duarte, cuja obra nasce na década de 1430 e é, portanto, posterior à de Leonardo Bruni – recolhendo daí ensinamentos que entendeu transmitir? Será que a eventual influência mútua era evidência de uma escola de pensamento em voga à época? Será que tais ideias encontravam realmente eco no exercício prático da profissão de tradutor?

Na sequência destas dúvidas, e até complementando-as e acrescentando mais um nome à lista, será igualmente curioso notar como são também semelhantes aos anteriores os cinco famosos princípios de Etienne Dolet (1509-1546) a propósito do melhor modo de fazer uma tradução (*apud* Robinson 1997: 95-6). De facto, segundo Dolet, em primeiro lugar, o tradutor deveria conhecer o significado do que pretendia traduzir; em segundo lugar, deveria estar familiarizado com a língua do autor a traduzir e com a língua para a qual iria traduzir, conhecendo ambas muito bem; em terceiro lugar, não deveria traduzir palavra a palavra; em quarto lugar, deveria evitar formas latinadas e palavras invulgares; e, finalmente, em quinto lugar, deveria entrelaçar e ligar as palavras cuidadosamente, de maneira a satisfazer os ouvidos e a alma.

Em consequência da tradução de um diálogo de Platão, Dolet viria a ser acusado de cometer um erro grave de tradução, porque teria acrescentado elementos que modificariam o significado pretendido pelo autor original, ao escrever no excerto em causa “et quand tu seras decedé, elle n’y pourra rien aussi, attendu que tu ne seras *rien du tout*”. Deste modo, alegou-se que com o acrescento de *rien du tout* Dolet estaria a negar a imortalidade da alma. Acusado de blasfémia, Dolet viria a ser condenado à morte por imolação, tornando-se o primeiro mártir da tradução e granjeando uma fama que os princípios acima enunciados e a sua obra como tradutor certamente nunca lhe teriam concedido.

Deve, contudo, notar-se que nos distintos períodos e contextos agora referidos a semelhança de opiniões sobre o melhor modo de fazer tradução era grande, e que os autores aqui referenciados são exemplificativos de uma atitude perante a tradução que propunha prescrições ou princípios para o ofício dos tradutores. Um outro traço comum às traduções então executadas era a “afirmação do presente através do uso da linguagem e do estilo contemporâneos” (Bassnett 2003: 100), algo que terá levado a que se fizessem menos traduções e mais “adaptações” dos textos, muitas vezes com acrescentos, omissões ou alterações propositadas (Bassnett 2003: 101).

Martinho Lutero (1483-1546), que assumiria um papel preponderante na Reforma, no século XVI, depois de, em 1517, ter afixado as suas 95 teses na porta de Wittenberg, viria a confrontar-se com a candência da tradução para a profunda transformação teológica e de prática religiosa que promoveu. Quando, em 1534, Lutero publicou a tradução da Bíblia para alemão afrontaria e ver-se-ia obrigado a defender-se dos católicos que advogavam a verdade e irrefutabilidade da Vulgata de S. Jerónimo, do mesmo modo que este autor se vira forçado a atacar os seus próprios detractores mil e cem anos antes. Note-se que também para Lutero, tal como acontecera com S. Jerónimo, continua a subsistir uma dúvida central no exercício da sua acção como tradutor: traduzir palavra a palavra, ou traduzir sentido a sentido (*apud* Robinson 1997: 84-9). Em *Sendbrief vom Dolmetschen* (1530) Lutero rejeita a estratégia de tradução palavra a palavra, mas progride um curto passo, acrescentando a necessidade premente de instilar e usar no texto bíblico a linguagem efectivamente usada pelo povo, no seu dia-a-dia:

You've got to go out and ask the mother in her house, the children in the street, the ordinary man at the market. Watch their mouths move when talk, and translate that way. Then they'll understand you and realize that you're speaking *German* to them. (*apud* Robinson 1997: 87)

O século seguinte legou-nos um conjunto de reflexões mais claramente determinado por preocupações de natureza retórica e estética. Escrevendo já no seu último quartel, John Dryden (1631-1700), poeta, dramaturgo, tradutor e crítico literário, viria a desenvolver, no prefácio à sua tradução das *Epístolas* de Ovídio, uma categorização muito mais criteriosa e significativa do conceito de tradução, avançando no sentido da sua sistematização, ainda que as categorias enunciadas repliquem fortemente as noções anteriores de palavra a palavra e sentido a sentido, e a ideia de imitação proposta por Quintiliano (35-96 d.C.). Com efeito, para Dryden (*apud* Robinson 1997: 172-5) a tradução reduz-se a três grandes categorias: a metáfrase, que consiste na transposição de um autor palavra a palavra, e linha a linha, de uma língua para outra; a paráfrase, ou seja “translation with latitude, where the author is kept in view by the translator, so as never to be lost, but his words are not so strictly followed as his sense” (*apud* Robinson 1997: 172); e a imitação, em que o tradutor assume a liberdade de alterar as palavras e o sentido conforme lhe aprouver.

Apesar de, no modelo inicialmente proposto, Dryden sugerir que “Imitation and verbal [literal] version are, in my opinion, the two extremes which ought to be avoided” (*apud* Robinson 1997: 173), mais adiante revela uma opinião ligeiramente diferente:

I thought fit to steer betwixt the two extremes of paraphrase and literal translation; to keep as near my author as I could, without losing all his graces, the most eminent of which are in the beauty of his words”. (*apud* Robinson 1997: 174)

Segundo Jeremy Munday (2001: 25-6), a apresentação destes conceitos e categorias terá servido para expor e impor uma espécie de receituário prescritivo para os tradutores, o que implicava que, se tais preceitos fossem devidamente seguidos, os tradutores poderiam executar de forma mais competente as tarefas que lhes eram atribuídas. Contudo, deve realçar-se que em todos os casos expostos – e em muitos outros semelhantes – as efusões dos autores/tradutores, transpostas em prefácios ou comentários às traduções feitas, sobre o ofício do tradutor eram efectivamente resultantes das suas experiências pessoais mais ou menos extensas, que lhes permitiam produzir um conjunto de ideias consideradas acertadas para os inúmeros contextos de trabalho de muitos outros tradutores. Aliás, sobre este vasto conjunto de autores, em geral, e sobre este período de final do século XVII, em particular, George Steiner afirmará, em *Depois de Babel*: “caracteriza-se por uma orientação empírica imediata” (2002: 273).

Repare-se atentamente, por contraste com o anteriormente exposto, na obra de Alexander Fraser Tytler (1747-1813), *Essay on the Principles of Translation* (1791), que marcará definitivamente uma época de reflexão diferente, com um interesse eminentemente dedicado a ponderações mais teóricas e hermenêuticas, conforme reconheceu também George Steiner (2002: 273). Tytler era um professor de História, formado em Direito, que desafiou o padrão anteriormente referenciado de comentário ou defesa das traduções executadas pelo próprio autor das observações. Na verdade, as três “leis” ou “regras” de Tytler determinavam simplesmente:

- I. That the translation should give a complete transcript of the ideas of the original work.
- II. That the style and manner of writing should be of the same character with that of the original.

III. That the translation should have all the ease of original composition. (*apud* Robinson 1997: 209)

Ao longo do seu Tratado, Tytler reconhece, de facto, que as duas primeiras leis representam opiniões bem diferentes sobre o acto de tradução, aproximando-se dos pólos opostos da fidelidade ao conteúdo e da fidelidade à forma, ou seja, seriam mesmo reformulações das noções de tradução palavra a palavra e sentido a sentido, já usadas e descritas desde Cícero e S. Jerónimo. Mas há algo mais a salientar nesta perspectiva externa de um não-tradutor, nomeadamente a importância atribuída por este autor à hierarquização crescente das três leis e que servirá provavelmente de fonte de inspiração a posições adoptadas em séculos posteriores, em especial por Hans Vermeer. Assim, e no caso de ser necessário um eventual “sacrifício” no texto traduzido por parte de um tradutor, a hierarquia de importância implica que é indispensável manter sempre as ideias presentes no texto original, com eventual prejuízo das restantes leis.

Friedrich Schleiermacher (1768-1834), por seu lado, adoptará de novo uma perspectiva interna à função do tradutor para tecer um conjunto extremamente pertinente de comentários na sua obra *Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir*, datada originalmente de 1813, pois estava familiarizado com tal ofício devido à monumental tarefa a que se propusera de tradução das obras de Platão para a língua alemã. Schleiermacher argumenta dualisticamente ao longo desta conferência, que pronunciou a 24 de Junho de 1813, na Real Academia de Berlim, começando por distinguir entre dois tipos de tradutor: o intérprete, que “exerce o seu ofício no domínio dos negócios” (2003: 29) e “o tradutor propriamente dito”, que exerce o seu ofício “fundamentalmente, no domínio da ciência e da arte” (2003: 29). Ao primeiro estaria cometida uma função de “meio mecânico” (2003: 29), enquanto o segundo “eleva-se progressivamente acima do intérprete” (2003: 35) instilando nova vida na língua.

Schleiermacher ultrapassa a dicotomia simplista da discussão de eras anteriores, que aliás rejeita liminarmente ao afirmar: “Assim, tudo o que de mais se diz sobre as traduções, letra à letra, e pelo sentido, fiéis e infiéis, e quejandas expressões que possam ter-se instalado” (2003: 67); e perspectiva antes a abertura de apenas dois caminhos para o tradutor:

Ou o tradutor deixa o mais possível o leitor em repouso e move o leitor em direcção a ele; ou deixa o leitor o mais possível em repouso e move o escritor em direcção a ele. (Schleiermacher 2003: 61)

Nas suas considerações subsequentes, nesta mesma conferência, Schleiermacher afirmará que o tradutor deve seguir prioritariamente o primeiro caminho, servindo-se de um método de tradução determinado pela língua e conteúdo do texto de partida, valorizando o que é estrangeiro e transferindo tais elementos para a língua de chegada. De entre os diversos problemas que aborda e que se erguem perante o tradutor, Schleiermacher menciona, por exemplo, a necessidade de se “esboçar um conjunto de instruções” (2003: 69) para os diferentes géneros de discurso, ideia que será seguramente precursora do trabalho de Katharina Reiss sobre a tipologia de textos diferenciados. Por outro lado, Schleiermacher aborda também a dificuldade que será para o tradutor transpor para o texto traduzido a mesma impressão com que terá ficado do texto de partida, pois para isso dependerá sempre do nível de instrução e compreensão dos leitores na língua de chegada, que deverão ser diferentes das do próprio tradutor, uma afirmação que abrirá a porta às posições defendidas por Lawrence Venuti ou Antoine Berman. Em suma, a obra de Friedrich Schleiermacher é seminal para um vasto conjunto de autores, que, sobretudo no século XX, virão a recuperar e usar tais ideias, aprofundando-as ou renovando-as face aos conhecimentos entretanto adquiridos.

2.2 Alguns contributos significativos no século XX

O início do século XX marca um período de alguma estagnação e até mesmo de alguma desvalorização do trabalho dos tradutores, por força de perspectivas que incentivavam o leitor a servir-se dos textos originais, empregando-os no cotejo do texto traduzido. Deste modo, segundo Bassnett (2003: 122), as estratégias de tradução empregues seguiram então três linhas primordiais:

a) Versões literais acessíveis apenas a uma minoria instruída, capaz de compreender a grandeza do que lhe era oferecido. Tais versões não eram consideradas textos autónomos, mas simplesmente apoios à leitura dos textos de partida por leitores com alguma competência nas línguas estrangeiras (ou Clássicas) e normalmente eram apresentadas em edições bilingues, sendo designadas em inglês por *a crib* e em português por *um burro*.

Este género de traduções estava normalmente associado a actividades académicas e serviam essencialmente para promover junto dos leitores a consulta do texto original.

b) Escolhas “iluminadas” do tradutor, em que eram feitas traduções mais livres, que alteravam completamente o texto de partida. Neste caso, os tradutores ofereciam aos leitores na LC opções pragmáticas e tendencialmente possibilitavam a elevação do estatuto do texto original.

c) Por fim, traduções repletas de arcaísmos de forma e de linguagem, que procuravam alcançar um grau de estranheza consistente com o carácter estranho do próprio texto original. George Steiner qualificará como sendo uma miragem, em *Depois de Babel*, esta ambição de recuperação história e literal, quando afirma:

Mas este artifício retrospectivo poderá aplicar-se também à sua própria experiência do texto, tanto no que se refere ao original como à sua transposição? O contexto é sempre diacrónico, e o campo da significação, do tom, das associações é um campo em movimento. O tradutor poderá escolher a palavra e a construção gramatical mais ajustadas, mas conhecerá ao mesmo tempo a história que veio depois; a gama das conotações será, inevitavelmente, a que caracteriza a sua própria época e situação geográfica. Ainda quando descubra equivalentes cronológicos precisos, os objectos ou factos da sensibilidade referidos fazem parte da sua percepção contemporânea. (2002: 377)

O processo crescente de evolução da área dos Estudos de Tradução, que acontece sobretudo a partir do início da segunda metade do século XX, ganha um impulso decisivo apenas com o surgimento das primeiras afirmações sobre a possibilidade da tradução automática, em especial devido à influência determinante dos estudos sobre a linguística. Em simultâneo, e gradualmente, os tradutores procuram organizar-se, e produzem revistas científicas, livros, conferências, colóquios e seminários versando questões relacionadas com a tradução. A fundação, em 1953, da Federação Internacional de Tradutores, em Paris, assinala um momento áureo em que esta classe profissional reclama identidade própria, um estatuto que até então lhe era negado, e em que a autonomia desta área de estudos parece tornar-se inevitável.

Depois das discussões anteriores sobre tradução livre e literal, e sobre a primazia do original, assiste-se então, nos anos 50 e 60 do século XX, a uma tentativa de produção de análises mais sistemáticas sobre a tradução. As novas discussões centraram-se

eminentemente sobre as questões linguísticas, num reconhecimento evidente de que os contributos proporcionados por esta área, alegadamente mais científica no campo das Humanidades, poderiam ser determinantes para o progresso geral dos Estudos de Tradução como disciplina.

2.2.1 *Da linguística para os Estudos de Tradução*

Destacaram-se, assim, alguns nomes que se revelariam fundamentais para os estudos desenvolvidos e que passaram a ser profusamente citados e referenciados pelos autores da área dos Estudos de Tradução. Foi esse o caso de Ferdinand de Saussure (1857-1913), que tinha apresentado uma definição essencial sobre a relação entre o significante (*signifiant*), com a sua definição essencial sobre a relação entre significante e significado, os quais são componentes fundamentais do signo linguístico, arbitrário e não motivado. Segundo Saussure, a linguagem era um sistema de signos, em que cada elemento fazia parte de um todo interdependente e interligado. Além disso, Saussure realçou a natureza arbitrária do signo, sob dois aspectos fulcrais: a falta de ligação entre a sequência fonética e o referente propriamente dito; e a perspectiva diferenciada que cada língua parecia ter do mundo, subdividindo-o e apresentando-o de maneira diferente (Saussure 1983).

Esta perspectiva viria a ser extremamente importante para os Estudos de Tradução, em particular para Vinay e Darbelnet (1958), quando estes autores analisaram a palavra como possível unidade de tradução. Contudo, acabariam por rejeitar a ideia da palavra como unidade de tradução única, na medida em que consideraram que os tradutores se concentravam sobretudo no campo semântico e não tanto nas propriedades formais de cada significante. Na verdade, para eles a unidade de tradução a analisar era definida como “le plus petit segment de lénoncé dont la cohésion des signes est telle qu’ils ne doivent pas être traduits séparément” (1977: 37). De tal modo que a designaram como unidade lexicológica e unidade de pensamento. Mas a obra destes autores é eminentemente comparatista e taxonómica, como se verá mais adiante, com estudos incidindo sobre as alterações ocorridas no texto de chegada.

Também o psicólogo alemão Karl Bühler (1879-1963) se revelaria fundamental para a linguística e para os Estudos de Tradução com a sua descrição das funções da linguagem, partindo de uma concepção instrumental da linguagem. De acordo com o seu modelo, tornou-se possível distinguir três funções diferentes no uso da linguagem: uma

função de representação, uma função de expressão e uma função de apelo. Cada um destes usos estaria ligado a um elemento diferente envolvido num acto de comunicação: falante ou emissor, ouvinte ou receptor, e a situação a que é feita referência na mensagem. Se, enquanto objecto de referência na situação concreta de comunicação, um dos elementos se sobrepuser a qualquer dos outros, também a função da linguagem que lhe está associada deverá ser considerada a mais determinante. Daí que se diga que a linguagem cumpre uma função de representação se a mensagem remeter para aquilo de que se fala, isto é se incidir sobre o conteúdo referencial. Por outro lado, a linguagem cumprirá uma função de expressão quando manifesta a posição do falante relativamente àquilo de que fala. Por fim, exercerá uma função de apelo quando é orientada para o ouvinte, ou seja quando este é objectivado pela mensagem.

Este conjunto de ideias viria a assumir uma importância fundamental nas obras de Katharina Reiss e Hans Vermeer, e nas suas perspectivas funcionais do uso da linguagem e da tradução. Particularmente no texto “Texttypen, Übersetzungstypen und die Beurteilung von Übersetzungen”, publicado em *Lebenden Sprachen* 22.3 (1977: 97-100), é clara a referência que Katharina Reiss faz ao trabalho de Karl Bühler como tendo sido a investigação fulcral inicial para a sua concepção dos tipos de texto e dos modelos de avaliação da tradução que viria a desenvolver.

É curioso notar que um outro nome essencial da área linguística, Noam Chomsky (1928-), também tentou, tal como Bühler, compreender os problemas filosóficos da humanidade partindo do estudo da língua (1994: 263). Com o modelo de gramática generativa transformacional que desenvolveu, Chomsky procurou, de facto, apresentar e definir uma série de níveis inter-relacionados e determinados por regras que possibilitassem a decomposição e a reconstrução das estruturas básicas ou complexas das diversas orações. Deste modo, seria possível desenvolver linhas universais de orientação sintáctica, as quais poderiam posteriormente servir a descodificação dos códigos linguísticos internacionais e, assim, permitir a compreensão global.

Apesar de Noam Chomsky muito provavelmente ter feito bem em excluir das suas análises das estruturas sintácticas a tradução em geral, alguns autores, nomeadamente Eugene Nida, adoptaram as ideias de Chomsky como formas de sistematização úteis para as suas próprias classificações e para a eventual formação de tradutores. Em particular, a análise das estruturas de superfície e profundas viria a ser usada por Eugene Nida para conceber o modelo de um processo de tradução que partia da análise das formas no texto de partida, passava pela transferência das suas ideias essenciais e terminava com a

reestruturação da mensagem na língua de chegada, ao nível considerado mais adequado para o público-alvo previsto.

O linguista russo Roman Jakobson (1896-1982), por seu lado, contribuiria com a exploração das noções de significado linguístico e de equivalência, vindo a dar sequência às ideias de Bühler e expandindo o modelo das funções de linguagem, que, na sua perspectiva, passavam a poder realizar seis funções específicas. Estas novas funções, segundo o modelo que Jakobson tornaria famoso (1970: 118-162), estariam directamente ligadas a um dos elementos da situação de comunicação, a qual não abarcaria apenas o falante, o ouvinte, e a situação a que era feita referência na mensagem, mas também a mensagem em si própria, o canal e o código utilizados.

Mas o contributo de Roman Jakobson para os Estudos de Tradução seria muito mais incisivo e directo com a sua definição tripartida do conceito de tradução:

1. A tradução intralingual ou *reformulação (rewording)* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.
2. A tradução interlingual ou *tradução propriamente dita* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.
3. A tradução inter-semiótica ou *transmutação* consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais. (1970: 64-5)

Daqui resultava ainda, segundo Jakobson, que a tradução propriamente dita (a tradução interlingual), na sequência do que também Vinay e Darbelnet já tinham afirmado, “envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes” (1970: 65). Ou seja, a equivalência era, para ele, o principal problema da linguagem e o ponto de maior importância para a linguística. Ora, é de salientar que estas ideias viriam a encontrar terreno fértil na área dos Estudos de Tradução que, durante muitos anos, viria a concentrar-se na discussão dos conceitos de equivalência e nas diversas formas de equivalência.

Progressivamente, a partir sobretudo de meados da década de 1960, os modelos linguísticos propõem o estudo da linguagem como comunicação, a qual funcionaria operacionalmente em contextos específicos, a diferentes níveis (fonologia, grafologia, gramática, léxico) e em diferentes classes (oração, frase, grupo, palavra, morfema...), em especial na sequência dos contributos de J. R. Firth e Michael Halliday. Em função destes progressos, os estudos linguísticos passaram a dedicar-se às análises de discurso e de

registo, naturalmente também aplicáveis à tradução, em especial tendo em conta que haveria significados importantes associados às escolhas linguísticas de cada autor, o qual, através dessas escolhas, revelaria as relações sociais e de poder que o influenciavam. Ou seja, verificou-se que era importante responder a perguntas como: “O que é que o autor está a tentar fazer?”, ou “Quais os mecanismos linguísticos que usa para fazer isso, e a partir dos quais faz as suas escolhas?”. A partir daqui tornou-se possível depreender que o processo de equivalência na tradução dependeria de factores comunicativos como a cultura, a situação, a relevância e a função do próprio acto de tradução, e não apenas de cada um dos elementos linguísticos presentes (Fawcett 1997).

Michael A. K. Halliday (1925-) viria então a ser um dos autores mais importantes para a linguística e, em paralelo, para os Estudos de Tradução. Halliday seguiu os passos do seu mestre John R. Firth e desenvolveu, sobretudo a partir de obras como *The Linguistic Sciences and Language Teaching* (1964), *Explorations in the Functions of Language* (1973), *An Introduction to Functional Grammar* (1985) e *Language, Context and Text: Aspects of Language in a Social-semiotic Perspective* (1985), um modelo linguístico bastante completo e que viria a ser designado por gramática funcional sistémica. Para ele, a linguagem deve ser analisada enquanto comunicação e, portanto, essa análise deve incidir sobre a sua acção operacional num contexto devidamente identificado, acrescentando a necessidade de ser prestada a devida atenção aos diferentes níveis e classes em que ocorre. Além disso, Halliday investigou a ideia fundamental de que as formas particulares que o sistema gramatical de uma língua pode assumir estão intrinsecamente ligadas às necessidades sociais e pessoais que são preenchidas pela linguagem. Deste modo, tais formas estão ligadas a funcionalidades da linguagem em contextos particulares, nomeadamente ao que Halliday designou por metafunções: ideacional, interpessoal e textual.

Assim e segundo Halliday, o ser humano usa a metafunção ideacional para organizar, compreender e exprimir as suas percepções do mundo e da sua própria consciência, para descrever eventos, estados e entidades envolvidas nessas situações. A metafunção interpessoal acontece quando se usa a linguagem para participar em actos de comunicação com outras pessoas. Finalmente, a metafunção textual verifica-se no momento em que se usa a linguagem para relacionar o que se diz ou escreve com outros acontecimentos linguísticos e com o mundo real, ou seja para organizar as mensagens de

modo a que se relacionem com outras mensagens e com o contexto em que se fala ou escreve.

A linguística de Halliday, que também se baseia na divisão tripartida de Bühler das funções da linguagem, viria a influenciar decisivamente vários autores da área dos Estudos de Tradução, como por exemplo Peter Newmark, Basil Hatim, Ian Mason, ou Mona Baker, sobretudo por força das suas implicações na análise sistémica da gramática inglesa. Mas é de notar, igualmente, que este autor, ao estudar a linguagem como comunicação e ao inter-relacionar as opções linguísticas tomadas pelos falantes ou autores com o quadro sociocultural mais vasto em que se integram, viria a determinar grande parte da investigação posteriormente desenvolvida no âmbito dos Estudos de Tradução, em especial sobre os níveis de linguagem, o registo ou, até mesmo, alguns elementos particulares de léxico e gramática.

Finalmente, nesta curta lista de linguistas essenciais para a área dos Estudos de Tradução, não pode deixar de se mencionar J. C. Catford (1917-). Este autor apresentou, em *A Linguistic Theory of Translation* (1965), uma distinção fulcral entre correspondência formal e equivalência textual (1965: 27). Na sequência do modelo linguístico de Halliday, em que a linguagem é analisada como comunicação e vista funcionalmente num contexto com vários níveis e classes, Catford avaliará as mudanças operadas entre o texto de partida e o texto de chegada. A sua perspectiva é eminentemente comparativa e contrastiva, e algo semelhante à de Vinay e Darbelnet, mas deve realçar-se, sobretudo, a tentativa sistemática deste autor para aplicar os progressos alcançados na linguística à área dos Estudos de Tradução.

De todas estas tentativas de sistematização linguística, resultaram modelos de análise mais estruturados e perspectivas mais solidamente fundamentadas, que fizeram escola e promoveram entre os investigadores, existentes ou potenciais, a noção de que a área dos Estudos de Tradução teria caminho aberto para uma pesquisa mais aprofundada e precisaria desesperadamente que tal fosse concretizado. A sua importância é, contudo, tida aqui em consideração em nome da influência que exerceram sobre certos desenvolvimentos para os Estudos de Tradução. Partindo desse ponto de vista e até que surgisse uma grande variedade de investigações, com direcções e orientações bastante diversificadas, e muitas vezes mais direccionadas para matérias muito específicas na área da tradução, foi um pequeno passo.

2.2.2 *Autonomia relativa dos Estudos de Tradução*

Tendo em consideração que o período mais recente não permite ainda um distanciamento suficiente para que se possa proceder a uma análise mais serena e ponderada sobre os contributos recebidos e promovidos, apresentam-se, de seguida e de forma breve, algumas notas sobre contributos salientes para a consolidação disciplinar da área dos Estudos de Tradução, ainda e sempre a partir da perspectiva da sua relevância para o estudo que está no cerne desta dissertação.

Assim, começa-se por Eugene Nida que se dedicou, a partir de 1940, à tradução e organização da tradução da Bíblia para inglês. Nas suas obras teóricas mais importantes, *Toward a Science of Translating* (1964) e, em co-autoria com Charles Taber, *The Theory and Practice of Translation* (1969), Nida procurou fazer avançar os Estudos de Tradução para uma era científica – como se pode ver pelo título do seu primeiro livro – incorporando na sua obra as investigações à época mais recentes da linguística, nomeadamente da semântica e pragmática, e da gramática de Chomsky. Sendo a linguística muito provavelmente a disciplina mais importante e em constante crescimento da área das humanidades, nas décadas de 1950 e 1960, a abordagem de Eugene Nida viria a revelar-se decisiva e a exercer enorme influência sobre as primeiras experiências de tradução automática. Além disso a sua noção de equivalência viria a revelar-se muito importante para a tradução, apesar de, como afirmou Susan Bassnett:

A partir do momento em que o tradutor passa o patamar da estrita equivalência linguística, começa a surgir o problema de determinar a natureza exacta do nível de equivalência pretendido. (2003: 54)

Deve notar-se, aliás, que para a formação de tradutores o processo de identificação e avaliação dos erros cometidos pelos formandos é ainda hoje feita em função da definição de equivalência estabelecida por Nida embora seja, também, complementada com as noções prescritivas impostas pelos diversos formadores. Além disso, nas avaliações feitas aos trabalhos de tradução no contexto do mercado profissional são também consideradas as apreciações dos revisores que dependem igualmente do referido conceito de equivalência

individualmente atribuído por cada revisor aos elementos lexicais, sintácticos ou semânticos presentes no texto de chegada, por contraponto com o que interpretam e reconhecem válido no texto de partida. Por todos estes motivos, a equivalência continua a ser um tema central na prática e exercício do ofício de tradutor.

Contudo, Eugene Nida também contribuiu decisivamente de outro modo para os avanços na área da tradução ao conferir uma grande importância à necessidade de adequar o texto às necessidades e expectativas do público-alvo. Na verdade, Nida, depois de reconhecer que não haveria equivalentes idênticos entre duas línguas (1964/2000: 129), estabeleceu a distinção entre equivalência formal – “Formal equivalence focuses attention on the message itself, in both form and content” (1964/2000: 129) – e equivalência dinâmica:

A translation of dynamic equivalence aims at complete naturalness of expression, and tries to relate the receptor to modes of behavior relevant within the context of his own culture; it does not insist that he understand the cultural patterns of the source-language context in order to comprehend the message. (Nida 1964/2000: 129)

Esta abordagem viria a adquirir uma relevância significativa sobretudo para a perspectiva sociolinguística e funcionalista adoptada em anos mais recentes e que viria a sofrer novamente a influência de Eugene Nida, com a sua obra *The Sociolinguistics of Interlingual Communication* (1996).

Entretanto e em paralelo, numa tentativa de descrever e classificar o processo de execução da tradução, foram desenvolvidas diversas listas de catalogação, mais ou menos extensas, sobre os procedimentos usados pragmaticamente pelos tradutores. De entre o conjunto de análises de tais procedimentos destaca-se claramente, pelo seu carácter pioneiro e sistemático, a abordagem linguística e contrastiva de J. P. Vinay e J. Darbelnet, *Stylistique Comparée du Français et de l'Anglais: Méthode de Traduction* (1958) à qual já anteriormente se fez referência. É curioso notar que, para estes dois autores, as estratégias de tradução gerais a adoptar pelos tradutores em função do trabalho a desenvolver – tradução directa ou tradução oblíqua – recuam a uma perspectiva que faz lembrar nitidamente a discussão e distinção entre os conceitos de “tradução literal” e “tradução

livre”, sendo “literal” considerado sinónimo de tradução directa e “livre” de tradução oblíqua.

Igualmente curioso é realçar que a segmentação que estes autores propuseram do texto em unidades de tradução identificáveis (sendo estas uma combinação de unidade lexical com unidade de pensamento) proporcionou um amplo campo de estudo e viria a ser aplicada nos actuais sistemas de apoio à tradução (vulgarmente designados por “memórias de tradução”), com a subdivisão do texto em segmentos que respeitam tais princípios e que possibilitam a sua substituição por unidades consideradas equivalentes na língua de chegada, de acordo com as definições e escolhas determinadas pelo tradutor e/ou utilizador do sistema.

Contudo, a definição de Vinay e Darbelnet para a unidade de tradução (1977: 36-43) não foi, nem é, consensual, em particular porque os designados equivalentes nas diversas línguas poderão ser bastante multifacetados, desde logo e tão simplesmente por serem formados por um número diferente de palavras, ou porque a colocação de algumas categorias gramaticais é variável de língua para língua.

Na sua essência, o modelo de análise estilística comparativa elaborado por Vinay e Darbelnet serve-se de textos paralelos traduzidos e não traduzidos, que são descritos de forma detalhada e sistemática. Em primeiro lugar, as unidades de tradução são identificadas e numeradas, após o que são comparadas entre si. Depois de observadas as diferenças, são catalogadas segundo uma classificação que as distribui por procedimentos enquadrados no seio das duas grandes categorias já referidas: tradução directa e tradução oblíqua. A tradução directa abarca o empréstimo, o decalque e a tradução literal. Ao passo que na tradução oblíqua se incluem a transposição, a modulação, a equivalência e a adaptação (Vinay 1977: 46-55).

Além disso, Vinay e Darbelnet indicam que estes procedimentos são aplicados a três níveis de língua: ao léxico (1977: 57-90), às estruturas gramaticais (1977: 91-156) e à mensagem (1977: 157-266). No que se refere à aplicação ao nível da mensagem, Vinay e Darbelnet analisam diversas estratégias usadas pelos tradutores, como sejam a amplificação, a economia sintáctica ou lexical, a compensação ou a inversão lexical. Esta análise complexa e muito completa influenciará decisivamente taxonomias posteriores, nomeadamente Kitty van Leuven-Zwart (1989, 1990), embora seja sempre questionável a subjectividade que pode ser atribuída ao conceito de equivalência subjacente, em particular o elemento comparativo (*tertium comparationis*) que é bastante determinado por cada indivíduo avaliador.

Por outro lado, e já mais nas décadas de 1980 e 1990, surgiram alguns estudos de cariz linguístico relacionados com aspectos diversificados do discurso, do registo ou mesmo de equivalência entre textos/mensagens, que viriam a permitir e dar origem a múltiplas investigações. Mona Baker, em especial com uma obra influente e muito usada no ensino universitário, *In Other Words: A Coursebook on Translation* (1992), procurou desenvolver uma análise em torno da equivalência a diversos níveis: a equivalência ao nível da palavra (1992: 10-44); a equivalência acima do nível da palavra (1992: 46-81); a equivalência ao nível gramatical (1992: 82-117); a equivalência ao nível textual em torno das estruturas temáticas e de informação (1992: 119-176); a equivalência ao nível textual em torno da noção de coesão (1992: 180-215); e, por fim, a equivalência ao nível pragmático (1992: 217-259). É sobretudo à perspectiva da pragmática – “the study of meaning, not as generated by the linguistics system but as conveyed and manipulated by participants in a communicative situation” (1992: 217) – que Mona Baker dedica mais atenção no seu estudo de nexos de equivalência.

Assim, distingue formalmente coerência – “a network of relations which organize and create a text” (1992: 218) –, de pressuposição – “pragmatic inferences” (1992: 259) – ou implicação “the question of how it is that we come to understand more than it is actually said” (1992: 223). Estes níveis de equivalência pragmática são extremamente importantes, segundo ela, pois os tradutores têm de ter consciência clara do modo como todos estes princípios interagem nas línguas e culturas com as quais trabalham e como interferem no exercício da sua actividade e das suas estratégias de tradução, podendo com isso influenciar os leitores. Aliás, Mona Baker retoma uma atitude prescritiva de séculos anteriores, quando, curiosamente, manifesta uma opinião semelhante à de Friedrich Schleiermacher, e aconselha cautela aos tradutores afirmando:

In attempting to fill gaps in their reader’s knowledge and fulfil their expectations of what is normal or acceptable, translators should be careful not to ‘overdo’ things by explaining too much and leaving the reader with nothing to do. (1992: 254)

Por seu turno, Ernst-August Gutt, em *Translation and Relevance: Cognition and Context* (1991), também procurou explorar alguns fenómenos relacionados com a tradução e demonstrar a forma como poderiam ser enquadrados numa teoria da relevância, a qual deriva, na linguística, da área da pragmática. Para isso, e logo no início da referida obra

(1991: 1-20), Gutt apontou diversos defeitos aos estudos até então desenvolvidos sobre a tradução, assentando as suas críticas essencialmente na falta de carácter científico dos mesmos e na necessidade de se superar o conceito de equivalência como fundamento da avaliação na tradução (1991: 12).

Determinado a demonstrar a validade da noção de relevância, Gutt sustenta as suas ideias com base na obra *Relevance: Communication and Cognition* (1986), de Sperber e Wilson, e defende que para que seja possível entender o que se diz ou escreve numa língua de partida, não será suficiente que o receptor na língua de chegada conheça o código, ou seja, a língua usada. De facto, essa pessoa precisará também de compreender a intenção comunicativa do autor original do texto e o seu contexto de produção, de modo a poder inferir o significado implícito desse acto de comunicação. Ou seja, o conhecimento do contexto de abordagem e de todas as implicações do mesmo, tal como também afirma Mona Baker, é essencial para o trabalho do tradutor.

É de realçar que a abordagem de Ernst-August Gutt é bastante consistente e suporta a ideia fulcral de que a tradução é uma prática culturalmente incontornável como acto de comunicação no presente. Contudo, não deve ser encarada como distinta de outros actos de comunicação, tendo apenas que ser tida em consideração a competência linguística indispensável ao seu exercício (1991: 189-190). Além disso, o tradutor, enquanto comunicador, que se dirige a um público-alvo determinado e tem que cumprir uma função informativa, é um intermediário essencial que deve ser respeitado e reconhecido nesse acto de comunicação entre o autor original e o público na língua de chegada (1991: 189).

No entanto, Ernst-August Gutt assume claramente o carácter explicativo e descritivo da sua teoria, afirmando mesmo não pretender mais do que lançar uma nova luz sobre a discussão entre tradução literal e tradução livre, e ajudar à compreensão do conceito de tradução, conforme afirma:

The account given here is also explanatory in that it explains why translation occurs at all: it occurs where consistency with the principle of relevance requires that the utterance representing another utterance be expressed in a language different from that of the original. (1991: 190)

Deve salientar-se ainda o contributo fornecido por Basil Hatim e Ian Mason, que seguiram o modelo da gramática sistémica de M. A. K. Halliday, nas suas obras *Discourse and the Translator* (1990) e *The Translator as Communicator* (1990). Nestes autores, é

fundamental tomar em linha de conta a análise pragmática que desenvolvem sobre a concretização das funções conceptuais e interpessoais na tradução, e não apenas a função textual, ao mesmo tempo que incluem a dimensão semiótica da intertextualidade como reforço das atitudes sociais (1990: 238). Acresce que estes dois autores reiteram a noção da tradução como uma “transacção comunicativa” (1990: 236), em que as terminologias desempenham um papel fundamental, e renovam a importância dos aspectos pragmáticos do discurso em todas as áreas da tradução (1990: 237). Por fim, aproveitam para definir claramente a figura do tradutor: “the translator takes on the role of mediator between different cultures, each of which has its own visions of reality, ideologies, myths, and so on” (1990: 236).

Já no que se refere à obra *The Translator as Communicator*, Hatim e Mason preferem pôr em prática um modelo de análise de textos e traduções diversos (1997: 14-35), exemplificativos dos modos diferentes na actuação de tradutores e intérpretes, demonstrando nessa proposta a intenção de integrarem análises de registo e pragmáticas, combinando-as com considerações múltiplas de carácter semiótico e de natureza muito diversificada. Enquadram-se nessa multiplicidade de análises, por exemplo, as questões sobre a ideologia (1997: 143-165) ou sobre a concepção dos curricula universitários (1997: 179-198). Talvez por causa dessa diversidade, esta obra é significativa e relevante para os Estudos de Tradução, ou porque, como afirmam os próprios autores:

Instead of dwelling on what differentiates the literary from the non-literary; the interpreter from the translator, and so on – distinctions which are well documented already – this book focuses on text features which serve as clues to an underlying textual strategy. (1997: vi)

2.3 Teorias funcionalistas

Outro vasto conjunto de estudos, realizados sobretudo durante as décadas de 1970 e 1980, centrou atenções eminentemente na funcionalidade prevista ou determinada para o texto traduzido. De facto, alguns estudiosos, motivados por propósitos de investigação, mas também de formação ao nível superior, deslocaram a ênfase das questões da equivalência para a consideração das circunstâncias enfrentadas pelos profissionais que

actuavam no mercado de trabalho. Em muitos casos, para estes a equivalência não era a preocupação dominante, pelo que se tornava necessário desenvolver uma nova teoria.

Assim, e a partir do início da década de 1970, Katharina Reiss daria início a uma contribuição que desenvolveria um modelo de crítica da tradução em que se avaliava a relação funcional entre o texto de partida e o texto de chegada (Reiss 1971). Ou seja, o avaliador da tradução não poderia mais centrar as suas atenções exclusivamente nas características resultantes de uma análise aprofundada do texto de partida, tendo também que avaliar se o texto de chegada era funcional relativamente ao que fora requerido pelo cliente da tradução, para o contexto previamente determinado.

Para esse efeito, Reiss partia de uma definição dos diferentes tipos de texto, cujo ponto de partida era, conforme se afirmou anteriormente, a categorização de Karl Bühler sobre as funções da linguagem e respectivas dimensões (informativa, expressiva e apelativa). Depois dessa consideração inicial sobre as variedades ou géneros de texto (*Textsorte*), tornava-se possível proceder a uma selecção do método geral de tradução a adoptar, em especial nos casos em que a função pretendida para o texto de chegada era a representação de um equivalente textual ao texto de partida. Além disso, Reiss apresentou diversas indicações (*Instruktionen*) de cariz intralinguístico (semânticas, lexicais, gramaticais e estilísticas) e extralinguístico (de situação, área temática, tempo, local, receptor e “implicações emocionais”), segundo as quais seria viável avaliar a adequação de um texto de chegada (1971: 54-88).

Foi na sequência deste contributo de Katharina Reiss, e em conjugação com esta mesma autora, que Hans Vermeer viria a desenvolver a *Skopostheorie*. Em *Esboço de uma Teoria da Tradução* (1986) este autor enunciou claramente as suas ideias fundamentais sobre o acto de tradução e concentrou-se numa definição de tradução que estipulava algumas regras essenciais:

Regra suprema é a atenção do objectivo do texto. É ele que determina a estratégia da tradução (a maneira de traduzir).

Regra segunda é a coerência do texto de chegada com a situação de chegada (ou o tipo de situação de chegada) e a coerência do texto em si, isto é, na sua estruturação interna. Esta regra é dependente da primeira.

Como terceira regra diremos que, dentro dos conceitos expostos e na medida em que eles o permitem (!), se procurará “imitar” um texto de partida nos seus aspectos

semânticos e formais, estando estes aspectos em hierarquia descendente de acordo com o objectivo do texto. (1986: 17)

Assim, Hans Vermeer centrou as atenções não só no objectivo previsto para o texto traduzido mas também no receptor previsto para o texto de chegada, com os seus conhecimentos culturais específicos, expectativas e necessidades comunicativas, ou, como afirmou (1986: 8), “Não é o texto de partida o factor determinante, não o é a fidelidade a este, mas a “fidelidade” ao objectivo, à intenção, ao destino que se dá ao texto de chegada.” Desta maneira, o estatuto do texto de partida tornava-se claramente inferior na *Skopostheorie* relativamente às teorias baseadas na equivalência, o que abria já uma certa distância e criava uma diferenciação importante em relação às ideias defendidas por Katharina Reiss.

Mais recentemente (2006), Hans Vermeer viria a dedicar uma atenção particular à análise e interpretação da teoria de sistema social de Luhmann e à sua integração e aplicação na tradução, especialmente a partir da sua perspectiva de *Skopos*, o que fez progredir as suas ideias e percepções para um âmbito sociológico. Tendo em conta que, segundo Vermeer (2006), o sistema de tradução é um género especial de sistema social, este autor explora as relações possíveis entre os vários intervenientes no acto de tradução, nomeadamente o próprio tradutor, quem lhe encomenda a tradução, o autor do texto de partida e até mesmo o leitor, os quais, por sua vez, formam um conjunto interdependente de sistemas na globalidade do sistema de tradução. A análise dos processos usados, das acções no mundo real e a reprodução sistemática de determinadas acções (2006: 5-7) são os interesses demonstrados por Vermeer, cuja tentativa é: “to show the indefinite complexity of translation and, as a consequence, the translator’s freedom and responsibility, when s(he) accepts a comission” (2006: 9).

Além disso, e no âmbito deste conjunto de autores e contributos – conjuntamente designado por “funcionalismo moderno” (Nord: 1997: 4), face às suas preocupações sobretudo com a função do texto traduzido – deve salientar-se ainda a proposta de um modelo de acção translatória (*translatorisches Handeln*) avançada por Justa Hölz-Mänttari (1981). Com esta proposta a autora pretendeu apresentar os papéis e intervenientes presentes e activos no acto de tradução, em especial no mundo da tradução profissional não-literária.

Desse modo, Justa Hölz-Mänttari, que viria a receber também nesse contributo a colaboração de Hans Vermeer (1985), colocou o tradutor, enquanto eminente especialista

desta área de actividade, no centro das decisões e declarou que ele teria de assumir um papel fundamental no processo de comunicação entre duas culturas e na produção do texto final traduzido. Uma das preocupações essenciais resultantes desta análise conjunta seria a atenção conferida ao estatuto profissional e socioeconómico dos tradutores num mundo tão caracterizado pela divisão cada vez mais acentuada das categorias profissionais.

Complementar de todas estas perspectivas seria ainda o trabalho de Christiane Nord em *Translating as a Purposeful Activity* (1997) sobre um modelo funcional no qual esta autora fez a síntese de grande parte das componentes propostas pelos autores anteriores, realçando a importância da encomenda de tradução, a análise do texto de partida e a hierarquização funcional dos problemas de tradução. De certo modo, a abordagem sintetizada por Christiane Nord permitiu realçar os pontos fortes das várias componentes das teorias funcionalistas.

Ou seja, enalteceu as propostas de Reiss e Vermeer sobre as funções previstas para cada tipo de texto e ainda o objectivo do mesmo. Mas, para além disso, Nord realçou a necessidade de uma encomenda de tradução devidamente elaborada, com intervenientes claramente estipulados e interventivos, na sequência das ideias de Justa Hölz-Mänttari. Por fim, e influenciada pelo trabalho de Katharina Reiss, Nord dedicou a atenção necessária à função comunicativa e aos elementos relacionados com a linguagem, tipo e género de texto de partida, sem ficar demasiado presa às classificações de Reiss.

No seu conjunto, estes autores – Reiss, Vermeer, Hölz-Mänttari e Nord – promoveram um forte avanço na teoria de tradução, fazendo-a progredir de uma análise linguística para um processo funcional e aplicável a projectos de tradução profissionais, revelando o carácter essencial da sua existência para a comunicação entre diferentes culturas. Além disso, contribuíram fortemente para uma perspectiva sobre a tradução como uma transacção comunicativa em que os diversos actores envolvidos desempenhavam papéis determinantes, nomeadamente, e acima de todos os restantes, o tradutor. Finalmente, deve assinalar-se que o texto de partida perdeu com estes autores e perspectivas alguma da importância que anteriormente lhe era atribuída e, como tal, também o papel do autor do texto original passou a ser menos valorizado.

É interessante e curioso notar que inicialmente muitas destas ideias foram usadas pelos autores mencionados sobretudo para ensinar aos seus alunos universitários como deveriam analisar os diferentes tipos de texto e quais as estratégias de tradução mais

adequadas a aplicar no processo de tradução de cada um deles. Contudo, gradualmente, foram sendo implementadas de forma consistente na tradução profissional, transformando-se mesmo na Norma Europeia de Serviços de Tradução EN 15038, que, a partir de 2006, vigora no espaço europeu. Igualmente curioso, e lamentável, é o facto de a Comissão Europeia de Normalização (CEN) não identificar nenhum dos autores acima mencionados como responsáveis pelas ideias que a Norma transcreve, nem sequer na Bibliografia de suporte a tal Norma, onde apenas são citadas e referenciadas outras Normas e até a Convenção de Berna sobre Obras Literárias e Artísticas!

2.4 Estudos de sistemas e normas

Na medida em que continuava a ser predominante a intervenção de investigadores e estudiosos provenientes das áreas dos Estudos Linguísticos, era notório que seria necessária uma nova abordagem, porventura mais centrada nos resultados sociais e culturais produzidos pela tradução sobre o meio em que se inseria. Foi esse reconhecimento da necessidade de compreensão do contexto social e cultural que serviu, e tem continuado a servir em anos mais recentes, para enquadrar um estudo mais aprofundado, globalizado e paralelo, das forças sociais, históricas e culturais que influenciam a literatura.

Foi precisamente isso que se verificou no caso das abordagens de ordem eminentemente cultural que tiveram como expoentes significativos os contributos de André Lefevere e Susan Bassnett e cujas ramificações viriam a incluir os estudos pós-coloniais, com autores como Michael Cronin ou Tejaswini Niranjana, ou os estudos sobre a influência do género na tradução, vulgarmente designados por estudos feministas, com um expoente reconhecido em Sherry Simon.

Ainda assim, a maioria dos contributos neste âmbito continua a centrar-se essencialmente numa perspectiva de estudo dos textos submetidos ao exercício da tradução, conforme afirma Anthony Pym:

The vast majority of those books and theories, however, were fundamentally ways of studying *texts*. A sociology, sociolinguistics or cultural analysis was sometimes applied to the way the source text functioned in its context, and increasingly to the way the target text worked on its side, but either way, texts were the thing. That

focus was understandable enough. Theorists of Bible translation are committed to the written Word; sociolinguists aim first to describe language use; and much of Descriptive Translation Studies came from literary studies, where the text remains the thing. (2004: 2)

A tentativa de concentrar atenções e analisar convenientemente a intervenção dos aspectos socioculturais na área dos Estudos de Tradução assume então uma forma variada em obras diversas, de vários autores: Eugene Nida, em *The Sociolinguistics of Interlingual Communication* (1996); Mary Snell-Hornby, em *Translation Studies: An Integrated Approach* (1988/1995); Mary Snell-Hornby, Franz Pöchhacker e Klaus Kaindl, em *Translation Studies: An Interdiscipline*; ou ainda a compilação de contributos de Anthony Pym, Miriam Shlesinger e Zuzana Jettmarová, *Sociocultural Aspects of Translating and Interpreting* (2006).

É, portanto, em simultâneo com os desenvolvimentos anteriormente referidos para a área da tradução técnica que progride esta abordagem mais virada para a tradução do texto literário e que terá sido iniciada por Itamar Even-Zohar, na década de 1970, inspirado pelas ideias dos Formalistas russos da década de 1920, segundo as quais a obra literária nunca deve ser estudada de forma isolada, mas sim integrada num sistema literário que se mantém em relação contínua com outros sistemas. Para Even-Zohar (1978/2000: 192-3) a literatura enquadra-se num sistema social, cultural, literário e histórico, que se altera de forma dinâmica e em que se evidencia uma luta permanente pela conquista do lugar mais proeminente no cânone literário. A literatura traduzida, por seu turno, actua como fosse um sistema extremamente activo dentro do sistema literário de chegada, na forma como as obras originais são escolhidas pela literatura de acolhimento e na forma como as normas, comportamentos e políticas da tradução são influenciados por outros co-sistemas. Das relações entre todos estes sistemas nasce o conceito de polissistema que Itamar Even-Zohar descreve do seguinte modo:

The term “polysystem” is more than just a terminological convention. Its purpose is to make explicit the conception of a system as dynamic and heterogeneous in opposition to the synchronistic approach. It thus emphasizes the multiplicity of intersections and hence the greater complexity of structuredness involved. Also, it stresses that in order for a system to function, uniformity need not be postulated.

Once the historical nature of a system is recognized (a great merit from the point of view of constructing models closer to "the real world"), the transformation of historical objects into a series of uncorrelated a-historical occurrences is prevented. (1990: 10)

Em “The Position of Translated Literature within the Literary Polissystem” (1978/2000), Even-Zohar argumenta que a literatura traduzida pode servir para renovar o polissistema de chegada, posicionando-se no seu centro e influenciando-o. Por força de um processo dinâmico de evolução, a literatura traduzida pode ocupar uma posição mais ou menos importante no contexto da literatura de chegada. Caso esteja colocada numa posição periférica, a literatura traduzida tem antes de se adequar às normas vigentes e assumir um papel conservador. Em particular, Even-Zohar dedica-se a explorar (1978/2000: 192-3) dois aspectos da relação entre os textos traduzidos e o polissistema de chegada:

a) O modo como os textos da cultura de partida são escolhidos para serem traduzidos, especialmente o facto de os valores de selecção estarem normalmente relacionados com outros sistemas já presentes na literatura de chegada;

b) O modo como os textos traduzidos adoptam normas, comportamentos e políticas, em consequência da sua relação com o polissistema de chegada.

Depois desse passo inicial, e ao analisar as relações de poder existentes entre o centro e a periferia no polissistema literário, Even-Zohar (1978/2000: 193-4) argumenta que para uma literatura traduzida possa ocupar uma posição central na história literária de um país, promovendo o surgimento de novos modelos literários e permitindo a criação de um novo reportório, é essencial que:

a) A literatura de chegada seja ainda jovem, ou esteja em processo de estabelecimento e, portanto, que o polissistema literário ainda não tenha atingido um estado de cristalização;

b) A literatura de chegada seja “periférica” ou “fraca”, tendo, pois, que importar modelos até então inexistentes ou desconhecidos, mas que são provenientes de outras culturas e literaturas;

c) Aconteça um momento ou situação determinante, como por exemplo uma crise grave ou alguma espécie de vácuo na história literária de chegada, pelo que os modelos instituídos não são considerados suficientes e precisam de encontrar novos paradigmas.

Nestes casos, em que se torna inevitável a alteração e a inovação, a literatura traduzida pode contribuir, segundo Even-Zohar, para desenvolver e melhorar o polissistema de chegada, introduzindo novos modelos, novas linguagens, novas formas técnicas e estéticas. Em contrapartida, nos casos em que a literatura traduzida ocupa uma posição periférica num polissistema de chegada não exerce influência sobre a formação desse mesmo polissistema, sendo antes influenciada por ele e dedicando-se simplesmente a reproduzir a estética dominante.

Even-Zohar também faz notar que a posição mais normal da literatura traduzida é efectivamente essa posição secundária (1978/2000: 196). Contudo, realça que as próprias literaturas traduzidas estão “estratificadas”, na medida em que umas assumem posições mais centrais enquanto outras ocupam lugares mais periféricos (1978/2000: 195). Habitualmente, segundo este autor, são as literaturas provenientes de origens literárias mais importantes que ascendem a posições mais centrais, ao passo que as restantes são deslocadas para a periferia.

As consequências deste posicionamento são realmente significativas para as normas, comportamentos e políticas de tradução (Even-Zohar 1978/2000: 196-7). Na verdade, como a actividade dos tradutores promove activamente a criação de modelos primários inovadores, especialmente nos casos em que a literatura traduzida assume uma posição central, aos tradutores vem a caber, em muitos casos, a função de disponibilizar modelos diferentes, anteriormente inexistentes na cultura de chegada.

Esta atitude implica a violação de códigos pré-existentes e, portanto, segundo Even-Zohar, uma reprodução mais próxima das “relações textuais dominantes” (Even-Zohar 1978/2000: 196) do contexto original. Se as condições de mudança e inovação forem as mais propícias, estas marcas poderão vir a impor-se na literatura de chegada. Por outro lado, e ainda segundo Even-Zohar (Even-Zohar 1978/2000: 197) quando a literatura traduzida se posiciona num espaço periférico, o esforço do tradutor concentra-se antes em descortinar os melhores modelos secundários, já existentes, de modo a acolher convenientemente o texto estrangeiro.

Em estreita colaboração com Itamar Even-Zohar e complementando o seu trabalho, Gideon Toury desenvolve um modelo de investigação mais prático, que incorpora exemplos e estudos de caso e que adopta uma metodologia de trabalho que este autor designa por *Descriptive Translation Studies – DTS* (1995: 1), face ao que considera a necessidade absoluta, em qualquer disciplina, de um ramo que permita a descrição, explicação e previsão dos fenómenos relativos ao seu objecto de estudo.

Seguindo as perspectivas de Itamar Even-Zohar, também Gideon Toury (1995: 13) afirma que a posição da tradução nos sistemas sociais e literários da cultura de chegada – central ou periférica, prevalente ou rara, de elevado prestígio, ou não – determina as estratégias adoptadas pelos tradutores. Daí parte para a definição dos DTS (1995: 38-9) em que a) analisa a importância atribuída ao texto traduzido no sistema da cultura de chegada, b) compara e identifica as modificações e as relações entre o TP e o TC, o que c) permitirá a formulação de generalizações que serão aplicadas na tradução de outros segmentos e/ou textos.

Gideon Toury considera (1995: 54-5) que, devido à sua dimensão sociocultural, a tradução está sujeita a diversos constrangimentos e normas, as quais define como sendo um conjunto de valores partilhados por uma comunidade e que são aplicáveis por cada indivíduo numa situação particular. Tais regras, segundo ele, são adquiridas por cada um de nós ao longo de um processo natural de educação e socialização, e influenciam decisivamente o nosso comportamento. De seguida, trabalhando sobre a análise de textos que evidenciam esses padrões de comportamento regulares e sobre as declarações de diversos tradutores relativamente a trabalhos de tradução individualmente realizados, Toury identifica a norma inicial de conduta dos tradutores perante a tarefa que vão desempenhar em função de duas orientações diferentes:

Thus, whereas adherence to source norms determines a translation's **adequacy** as compared to the source text, subscription to norms originating in the target culture determines its **acceptability**. (1995: 56-7)

Consciente dos inevitáveis desvios produzidos sobre o texto de partida, em resultado da aplicação das normas culturais do sistema de chegada, Toury reconhece que nenhuma tradução poderá ser completamente adequada ou completamente aceitável. Mas determina ainda outro tipo de normas, de nível inferior, que designa por preliminares (1995: 58) e operacionais (1995: 58-9).

As normas preliminares, que, lógica e cronologicamente, são anteriores às normas operacionais, influenciam a política de tradução – o conjunto de factores que determina a selecção dos textos a serem traduzidos numa língua, cultura ou período específicos – e a integridade da tradução – se a tradução é, ou não, intermediada por uma outra língua. Por seu turno, as normas operacionais permitem descrever a apresentação do texto de chegada – os fenómenos associados com a omissão, deslocação de partes do texto, segmentação

textual e acrescento de excertos ou notas de rodapé – e a matéria linguística presente nesse mesmo texto de chegada – a selecção de elementos lexicais, de frases e de características estilísticas.

Como é evidente, as normas preliminares de Gideon Toury são decisivas para as considerações sobre a selecção dos textos a traduzir e, em particular, para a acção e influência que determinados indivíduos (não apenas o tradutor, mas também os editores, os revisores ou os críticos) exercem, tanto sobre o processo de tradução como sobre o próprio produto final.

Por outro lado, as normas operacionais entrevistadas por Toury estão relacionadas com as decisões que o tradutor efectivamente toma durante o processo de tradução. São uma espécie de modelo relativo à apresentação e material linguístico presente no texto de chegada, podendo ser matriciais ou linguístico-textuais. As normas matriciais implicam a existência de material na língua de chegada correspondente para substituir o material da língua de partida, mas também estão relacionadas com a localização desse material no texto de chegada e com a segmentação do texto. As normas linguístico-textuais determinam a escolha do material linguístico usado no texto de chegada, nomeadamente os elementos lexicais, as frases e as características estilísticas presentes neste. Este conjunto de características respeita, aliás, as propostas de Christiane Nord no que concerne aos elementos que devem constar de uma análise adequada ao texto de partida, de maneira a que esses mesmos elementos possam depois estar igualmente presentes no texto de chegada (*Cf.* Nord 1997: 62-7).

Para Gideon Toury, da relação entre as normas preliminares e as normas operacionais resulta a norma inicial de adequação e aceitabilidade. As normas preliminares funcionam para a selecção de textos ou modelos textuais, mas também de autores e estilos. Em alguns casos, estas normas preliminares, por força de questões ideológicas ou da relação entre os sistemas e culturas envolvidos, podem afirmar que determinado sistema de tradução é exemplar e, portanto, marcam a sua posição como determinante. Noutros casos, e pelos mesmos motivos, tais normas poderão servir para assinalar um sistema de tradução como marginal ou periférico e, portanto, pouco influente sobre o sistema de chegada.

Deste modo, quando se importam modelos para um polissistema literário em formação, periférico ou em crise de produção, conforme descrito por Itamar Even-Zohar (1978/2000: 193-4), as normas preliminares de tradução de Toury poderão impor uma tendência do tradutor para promover a adequação ao sistema de partida. Por outro lado, quando se traduzem os textos de um sistema literário periférico para um sistema central é

natural que o tradutor sinta a necessidade de produzir uma tradução aceitável pois tende a sujeitar-se às normas da cultura e do sistema de chegada. Neste caso, a opção translatória exclui a presença de novos elementos textuais ou culturais.

Mais significativa ainda do que a subdivisão inicial, que faz lembrar a dicotomia enunciada por Friedrich Schleiermacher, é, porventura, a tentativa de Gideon Toury no sentido de formular duas leis universais da tradução (1995: 267-74): a “Lei da Normalização Crescente”, que resulta do facto de ele notar que na tradução a destruição dos padrões originais da LP e a opção por soluções mais comuns na LC promove a normalização do discurso e a perda de variação no TC, ou mesmo a acomodação aos modelos da LC; e a “Lei da Interferência”, que implica que o tradutor use quase inevitavelmente certas características da LP, como por exemplo os padrões lexicais e sintácticos, na LC. De certo modo, estas duas leis replicam as condições acima referidas de a) adequação e b) aceitabilidade, face a uma orientação da tradução em função dos padrões da LP (a), ou em função dos padrões da LC (b). Daqui advém uma generalização que é validada pelos estudos de caso apresentados por Gideon Toury, em *Descriptive Translation Studies and Beyond*, mas que o autor admite ser necessário testar em estudos futuros, em outras línguas e culturas.

Ainda no âmbito das normas enunciadas a propósito da tradução, Andrew Chesterman (1997: 64-70) propõe um complemento útil e inclusivo da intervenção efectiva dos tradutores, acrescentando às normas iniciais de Toury as normas de “expectativa” e “profissionais”. No que respeita às primeiras, elas referem-se ao que os leitores esperam encontrar na tradução de determinado tipo de texto, o que implica juízos de valor sobre o que é visto como sendo adequado ou aceitável e a sua validação por parte de alguém que é considerado uma autoridade na matéria, por exemplo, um professor, um crítico literário ou um editor. Já as normas profissionais permitem regulamentar o processo de tradução e são, de algum modo, definidas pelas normas de expectativa, subdividindo-se em três grandes grupos: de responsabilidade, que tem um carácter ético e é inerente ao facto de o tradutor aceitar fazer uma tradução, o que implica sentir que tem obrigações perante o leitor; de comunicação, que tem um carácter social, e em que o tradutor/perito deve esforçar-se por assegurar a comunicação total entre as partes envolvidas; de relação, que tem um carácter linguístico, e em que o tradutor se vê obrigado a respeitar os requisitos de quem encomenda a tradução, seguir as intenções do autor e responder às solicitações dos previsíveis leitores.

A validação das normas profissionais é parcialmente concretizada por autoridades normativas, como sejam os outros profissionais do ramo e também os seus organismos representativos, pelo que é de realçar a importância acrescida que assumem devido ao valor da referenciação e aprovação inter-pares. Mas também são validadas em função de características intrínsecas à sua própria existência, já que os tradutores sentem ser sua obrigação implementá-las sistematicamente. Chesterman assinala convenientemente o carácter evolutivo das normas e avalia os diversos efeitos que elas exercem sobre a prática real da tradução, seja numa fase formativa, seja numa fase profissional. Mas o seu contributo mais duradouro será a complementaridade que oferece às ideias de Gideon Toury, em áreas que este autor ainda não explorara, sobre uma descrição geral do processo e produto da tradução e também sobre a avaliação de qualidade na tradução.

2.5 A visibilidade do tradutor

Talvez devido à necessidade de destaque e promoção, que sentem ser fundamental para a consolidação do papel decisivo que é desempenhado pelos tradutores, autores diversos têm procurado descrever o fenómeno da tradução e realçar a capacidade de intervenção dos tradutores como mediadores culturais e linguísticos criativos, servindo-se precisamente dos relatos, opiniões ou perspectivas formativas dos que para tal actividade têm contribuído mais directamente, ou seja os próprios tradutores, e promovendo uma intervenção mais activa destes em todo o processo de elevação do estatuto da tradução. Exemplos disso mesmo serão as obras *Translation, Rewriting, & the Manipulation of Literary Fame* (1992a), de André Lefevere, *Descriptive Translation Studies and Beyond* (1995), de Gideon Toury, *The Translator's Invisibility* (1995), de Lawrence Venuti, ou *Profession: Traducteur* (2002), de Daniel Gouadec.

André Lefevere remete a génese das suas ideias para os Formalistas russos (1992a: 9), tal como o fizera Itamar Even-Zohar, e analisa as traduções partindo de um exame muito apurado de factores concretos que determinam de forma sistemática a recepção, aceitação ou rejeição dos textos traduzidos, nomeadamente questões como o poder, a ideologia, a instituição e a manipulação (1992a: 2). Aliás, o conceito de reescrita, a que se refere André Lefevere em *Translation, Rewriting, & the Manipulation of Literary Fame* (1992a: 1), implica a noção de que a tradução é um exercício de manipulação do texto

original que, por sua vez, servirá para orientar de algum modo o leitor final, mas permite também o reconhecimento de que a actividade da tradução é, tal como todo o sistema literário em que se insere, controlada por três factores essenciais: os profissionais que exercem o seu ofício no interior do sistema literário, entre os quais se contam os críticos, os professores e também os tradutores (1992a: 14); os “patronos”, ou seja as pessoas ou instituições que promovem ou levantam obstáculos à leitura, escrita e reescrita da literatura (1992a: 15-6), por motivos ideológicos, económicos ou de estatuto; e a poética dominante, que deve ser entendida como o conjunto de dispositivos, géneros, símbolos e motivos habitualmente usados ou, por outro lado, a noção de qual é ou deveria ser o papel da literatura na sociedade (1992a: 26). Há dois elementos, em particular, que ditam a estratégia de tradução a adoptar e a solução para os problemas específicos enfrentados pelo tradutor, conforme enunciados por Andre Lefevere:

Ideology and poetics particularly shape the translator’s strategy in solving problems raised by elements in the Universe of Discourse of the original and the linguistic expression of that original. (1992a: 48)

Em 1982, André Lefevere, no artigo “Mother courage’s cucumbers: Text, system and refraction in a theory of literature”, afirmou encarar a tradução mais como “refracção” do que como “reflexo”, e propôs um modelo mais complexo do que a noção de tradução como espelho do original. Para isso, serviu-se do termo “refracção”, proveniente da física, e aplicou-o à literatura com a seguinte definição:

(...) refractions – the adaptation of a work of literature to a different audience, with the intention of influencing the way in which that audience reads de work – have always been with us in literature. (1982/2000: 234-5)

Deste modo, para Lefevere, toda e qualquer obra literária insere-se na cultura da língua original, o que implica que diferentes línguas deverão reflectir culturas diferentes e também as inevitáveis restrições inerentes aos sistemas linguísticos em que estão imersas, porque, segundo afirma Lefevere:

Translations are produced under constraints that go far beyond those of natural language – in fact other constraints are often much more influential in the shaping of translation than are the semantic or linguistic ones.

A refraction (whether it is translation, criticism, historiography) which tries to carry a work of literature over from one system into another, represents a compromise between two systems and is, as such, the perfect indicator of the dominant constraints in both systems. (1982: 237)

Se, por um lado, o grau de compromisso numa refracção depende da reputação do autor que é traduzido no seio do sistema para o qual a tradução é feita, também não é menos verdade que o grau de aceitação de tal autor nesse mesmo sistema será determinado pela necessidade que o sistema em causa terá de tal autor em determinada fase da sua evolução. Igualmente importante, na perspectiva de Lefevere, é o facto de as refracções funcionarem de acordo com princípios que são cada vez mais afastados da literatura e originários de outras disciplinas do conhecimento humano.

Por tudo isso, e gradualmente, Lefevere passa a centrar as suas atenções mais em particular na análise dos factores concretos e derivados das acções humanas, directas ou indirectas, que determinam a selecção, tradução e publicação de textos literários, e que influenciam decisivamente a recepção, aceitação ou rejeição desses mesmos textos. Desde logo, é evidente para Lefevere, tal como para Susan Bassnett, que a tradução deve ser vista como uma forma de reescrita, cuja definição é a seguinte:

Translation is, of course, a rewriting of an original text. All rewritings, whatever their intention, reflect a certain ideology and a poetics and as such manipulate literature to function in a given society in a given way. Rewriting is manipulation, undertaken in the service of power, and in its positive aspect can help in the evolution of a literature and a society. Rewritings can introduce new concepts, new genres, new devices and the history of translation is the history also of literary innovation, of the shaping power of one culture upon another. But rewriting can also repress innovation, distort and contain, and in an age of ever increasing manipulation of all kinds, the study of the manipulation processes of literature as exemplified by translation can help us towards a greater awareness of the world in which we live. (1992a: iii).

Assim, a “reescrita” da literatura é, para Lefevere, influenciada decisivamente por factores como o poder, a ideologia, a instituição e a manipulação (1992a: 2). E, ainda segundo este autor, as pessoas que ocupam as posições de poder são aquelas que determinam o consumo da literatura que é feito pelo público em geral, pelo que a análise das motivações dessas pessoas mais influentes permitirá perceber as motivações subjacentes à publicação de certas obras.

Lefevere descreve o sistema literário, em que se insere o exercício da tradução literária, como sendo essencialmente controlado por três factores cruciais:

- Os profissionais que trabalham dentro do próprio sistema literário (1992a: 14), nomeadamente críticos, revisores, professores ou tradutores, isto é os indivíduos que podem recusar algumas obras e conferir carácter canónico a outras, de acordo com a visão sobre a literatura que, em cada momento, é predominante numa sociedade.

- Aqueles que designa por “patronos” (*patrons*) e que operam fora do sistema literário, em particular “powers (persons, institutions) that can further or hinder the reading, writing, and rewriting of literature” (1992a: 15). Os patronos podem ser pessoas (mecenas, como um rei ou um indivíduo abastado), grupos de pessoas (como por exemplo partidos políticos, classes sociais, editores, meios de comunicação social), ou as instituições que regulam a distribuição da literatura e dos conceitos literários (academias, revistas científicas e, sobretudo, o sistema de ensino). A actuação destes patronos é motivada mais por razões ideológicas do que poéticas, e é exercida delegando a autoridade sobre os aspectos poéticos no profissional competente, de tal modo que o sistema literário se adequa à ideologia de tais patronos (1992a: 15-6).

- A poética dominante, que se subdivide em dois componentes: o conjunto de dispositivos, géneros, símbolos e motivos habitualmente usados pelos que desenvolvem os processos de reescrita, ou seja o conjunto de dispositivos literários empregues; a ideia do que é, ou deveria ser, o papel da literatura na sociedade, na medida em que a selecção dos temas relevantes é determinada por uma perspectiva funcional da produção literária dominante (1992a: 26).

Em relação aos patronos, Lefevere salienta a importância fundamental de três elementos para a sua actuação e intervenção:

- Os aspectos ideológicos, que determinam a escolha do tema e a forma da sua apresentação.

- Os aspectos económicos, pois escritores e reescritores são pagos, directa (salário ou bolsa) ou indirectamente (direitos de autor ou emprego dos profissionais como professores, críticos, etc.) pelo patrono, o que implica a sua aceitação das imposições estipuladas por este.

- Os aspectos de estatuto, na medida em que a aceitação da situação imposta pelo patrono implica a integração num grupo e no seu estilo de vida, respeitando as suas expectativas e seguindo as suas regras e comportamentos (1992a: 16).

De acordo com André Lefevere os sistemas literários têm tendência a adoptar uma atitude conservadora, tornando canónicos os escritores e reescritores cujas obras se mostram mais respeitadoras da poética dominante. Além disso, conforme afirma, as mudanças não são nada fáceis, “Change in the poetics of a literary system very rarely occurs at the same pace as change in the environment of that system” (1992a: 30). Daqui resulta, para André Lefevere, que as traduções só muito raramente conseguem exercer um poder renovador, reafirmando portanto as ideias de Itamar Even-Zohar e recuperando também os seus princípios. Mas, por outro lado, Lefevere também observa que a poética pode ultrapassar as fronteiras das línguas, bem como das entidades étnicas e políticas.

Gideon Toury, por seu turno, serve-se das “formulações semi-teóricas ou críticas” (1995: 65) apresentadas por tradutores, editores, e outras pessoas envolvidas ou ligadas à actividade da tradução para estudar os conceitos de normas já anteriormente mencionados, mas lança uma advertência séria quanto à necessidade de se tratarem estas observações com toda a precaução, na medida em que poderão ser parciais ou influenciadas por vários preconceitos, resultantes da intervenção directa e interessada destas personagens no processo de tradução. Da sua abordagem ressalta ainda uma ideia apresentada posteriormente em “Probabilistic explanations in Translation Studies: Universals – or a challenge to the very concept?” (2004: 15) e que postula que para o condicionamento e determinação do que é o trabalho de tradução parece não haver um factor isolado que não possa ser melhorado, mitigado ou compensado pela presença de um outro factor.

Esta tentativa de explicação de Toury evidencia, de facto, aquilo que habitualmente se pode verificar nos Estudos de Tradução, em que as explicações individualizadas denotam as condições prévias diferenciadas do trabalho do tradutor, e o carácter tantas vezes casuístico das opções seguidas. Contudo, esta perspectiva é claramente insuficiente e insatisfatória pois apenas demonstra que as explicações que procuramos e fornecemos não

vêm a ser mais do que formulações probabilísticas resultantes da consideração de um certo número de escolhas pessoais.

Em torno da problemática acima mencionada e suscitada por André Lefevere relativamente à interligação e até sobreposição da ideologia e da poética dominante sobre as estratégias de tradução adoptadas, surgiu, em anos mais recentes, a posição incontornável de Lawrence Venuti. Para este autor, é igualmente notória a influência do quadro sociocultural circundante sobre o modo de actuação dos tradutores (1998: 2). Aliás, conforme acrescenta Venuti, a função potencialmente reveladora e questionadora que a tradução desempenha em relação à autoridade, exerce inevitavelmente, e por oposição, um efeito repressivo sobre a acção dos tradutores por parte de grupos e instituições sociais que tomam a decisão de publicar – ou não, podendo mesmo censurar – a publicação de algumas obras, nomeadamente a indústria editorial e respectivos associados.

De acordo com as ideias expressas por Venuti, sobrepondo-se a todos os outros intervenientes no que respeita ao papel decisivo que desempenham na coordenação e orientação da actividade de tradução para edição estão naturalmente as casas editoras e os próprios editores. São eles que decidem quais as obras a traduzir, que assumem a encomenda da tradução, que pagam aos tradutores e que, tantas vezes, até sugerem ou determinam os métodos de tradução a adoptar. Contudo, não são os únicos intervenientes decisivos, pois é necessário tomar em consideração o papel interventivo crescente dos agentes literários dos autores, bem como dos responsáveis pelo marketing nas casas editoras. Se acrescentarmos finalmente a toda esta influência externa o conjunto de comentários dos críticos literários, tornar-se-á possível perceber um panorama mais global e compreender de que modo as traduções podem ser lidas e recebidas na cultura de chegada.

Venuti salienta que o carácter “invisível” do tradutor (1995: 1) na cultura anglo-americana contemporânea é essencialmente motivado pela “ilusão de transparência” que os tradutores pretendem criar na obra traduzida. Mas realça também o facto de ser essa mesma característica de transparência e fluência que editores, revisores, críticos e até leitores esperam encontrar nas obras transpostas a partir de uma língua estrangeira. Tais factos devem-se, na opinião de Venuti, à importância exagerada que actualmente é atribuída às noções de “autoria” e originalidade (1998: 31-2) e à depreciação que é conferida à ideia de “imitação”.

Daí resulta uma tentativa deste autor de chamar a atenção para o papel dos tradutores, sugerindo que estes profissionais deverão provocar “estranheza” nos leitores, quer através dos textos que seleccionem para traduzir, quer através do método de tradução que venham a adoptar na transposição do texto original para a língua e cultura de chegada. Deste modo, Venuti sugere a rejeição do recurso à estratégia predominante de “domesticação”, através da qual o texto é transposto de uma forma transparente e fluente, ou seja remetendo o tradutor para um papel “invisível”. Esta opção de Venuti é consentânea com a sua defesa dos ideais de Schleiermacher (1995: 19-20) e reflecte a sua preocupação, por um lado, com o imperativo ético e político de reconhecimento da diversidade cultural e linguística; por outro, com a saliência devida ao papel do tradutor.

Já Daniel Gouadec promove na sua extensa obra *Profession: Traducteur* (2002) uma pormenorizadíssima descrição do exercício da actividade de tradutor. É de assinalar nessa obra uma característica essencial que situa a sua primeira intenção na compreensão do universo da tradução profissional, ou, nas palavras do autor, “l’univers de l’ingénierie de communication multilingue” (2002: 2). Deste modo, o livro de Daniel Gouadec poderia ver-se remetido a uma exaustiva descrição do mundo da tradução profissional especializada, conforme o próprio autor reconhece (2002: 3). Contudo, deve salientar-se que na sua descrição da intervenção diária e permanente do tradutor, Gouadec aborda afinal desafios que tanto o tradutor profissional (“técnico”), como outro género de tradutores (“literários”) têm de enfrentar no dia-a-dia:

Ceci étant, tous les traducteurs son quotidiennement confrontés défis [sic]: le manque de valorisation de leur travail, la complexité et la technicité de leurs taches, la révolution informatique et son impact sur leurs prestations de service, les bouleversements engendrés par l’internet, l’industrialisation de la traduction, la mondialisation des marchés et ses inévitables délocalisations, la menace des techniciens, les exigences de la certification, l’éventuelle protection de la profession là où cette protection n’est pas encore effective, et même la survie des artisans traducteurs. (2002: 3)

Aliás, a aplicabilidade destas noções é de tal ordem que as ideias apresentadas por Daniel Gouadec para a “natureza da tradução” (2002: 9-10), para os “parâmetros de qualidade da tradução” (2002: 10-12), e para a descrição das “diferentes etapas do processo

de tradução” (2002: 19:23) identificam com exactidão, de uma forma segmentada e útil, as preocupações que afligem todos os tradutores, qualquer que seja o seu âmbito de actuação. Além disso, ao longo da obra e em diversos momentos, Daniel Gouadec referencia especificamente o papel e modo de actuação dos tradutores literários (2002: 35, 47), dos tradutores de obras filosóficas (2002: 35) ou mesmo dos tradutores de edição (2002: 54-5, 79-80), numa perspectiva inclusiva de todas essas categorias.

Deve assinalar-se, contudo, que as conclusões de Daniel Gouadec sobre a evolução provável do ofício de tradutor (2002: 371-5) são eminentemente orientadas para o exercício da profissão no âmbito da área técnica, com uma incidência especial sobre as capacidades informáticas, mas também multidisciplinares, que este profissional deverá adquirir para o futuro:

Et, quoi qu’il arrive, le vainqueur sera, à terme, ce personnage qui connaît les cultures et les langues confrontées dans la traduction, qui connaît les domaines de spécialité ou d’expérience auxquels renvoient les documents à traduire, qui maîtrise les techniques, stratégies, et enjeux de la traduction ainsi que tous les outils permettant de gérer les matériaux les plus divers et d’obtenir les gains de qualité et de productivité que toutes les parties souhaitent: le traducteur + rédacteur + quasi-informaticien + bidouilleur de génie (mâtiné de terminologue-phraséologue et doublé d’un bon gestionnaire). Bref, l’ingénieur en communication multilingue multimédia. (2002: 375)

2.6 A propósito da avaliação de qualidade na tradução

Ainda antes de uma abordagem mais circunstanciada sobre os dados relativos à investigação de campo desenvolvida nos capítulos subsequentes (nomeadamente os capítulos 3 e 4), o presente capítulo visa apreciar um conjunto de reflexões e pronunciamentos sobre a tradução, enquanto prática, que se têm orientado predominantemente para a análise e avaliação da qualidade. Muitas vezes associadas ao simples exercício pedagógico e, portanto, restritas ao ambiente da sala de aula, estas práticas de avaliação dos textos traduzidos passaram gradualmente a ser de domínio generalizado no quotidiano das empresas de tradução e edição. Aliás, a sua sistematização e aplicação, depois de ter nascido no âmbito das universidades e dos investigadores ligados à teoria e prática da

tradução literária e/ou técnica, alargou-se progressivamente, passando a ser fundamental para determinar a contratação de tradutores e até mesmo a sua empregabilidade e continuidade ao serviço de tais empresas.

Na verdade, a gestão de qualidade tem sido uma noção muitas vezes defendida como podendo ser universalmente aplicável tanto às organizações como às actividades nelas exercidas. Este pressuposto, alegadamente universalista, resultou, em parte, do surgimento de um paradigma inovador na área da gestão operacional, segundo o qual a adopção das melhores práticas em diversas áreas poderia servir para promover um desempenho superior no seio das próprias organizações – o paradigma do uso das melhores práticas (Sousa 2000).

À medida que se verificou o amadurecimento da área da gestão de qualidade, surgiram igualmente análises e estudos académicos mais recentes e rigorosos que lançaram algumas dúvidas sobre a validade universalizante do conjunto de práticas usadas na gestão de qualidade. Ou seja, tem sido posta em causa a uniformidade indiferenciada dos procedimentos sugeridos, levantando-se a hipótese de a gestão individualizada de processos garantir maior fiabilidade e promover a melhor organização das empresas e os melhores resultados na produção final.

Ainda assim, não há registo de grandes investigações empíricas sobre a gestão de qualidade na área da tradução para edição em Portugal, em especial estudos que permitam esclarecer alguns aspectos essenciais, nomeadamente: quais são as práticas de gestão de qualidade da tradução que vigoram actualmente nas casas editoras em Portugal; se tais práticas de gestão de qualidade da tradução dependem do contexto, das circunstâncias ou da estratégia de produção da casa editora; se todos os intervenientes envolvidos no processo de produção para edição têm conhecimento claro e esclarecido dos procedimentos aplicados à gestão de qualidade da tradução; e, finalmente, se tais procedimentos de gestão de qualidade da tradução serão devidamente reconhecidos pelo público-cliente nos produtos acabados – os livros traduzidos.

Na realidade, os resultados observados, em função das respostas fornecidas pelas próprias casas editoras aos Inquéritos administrados no âmbito desta investigação, sugerem que há algumas práticas genericamente aplicadas na gestão de qualidade da tradução, mas que várias outras estão fortemente dependentes do contexto estratégico da própria casa editora. Além disso, esta investigação também identificou alguns mecanismos de gestão e produção usados nas casas editoras e que afectam sobremaneira tais práticas. No entanto, o

paradigma dominante é o da forte ligação entre a estratégia de produção e o recurso às melhores práticas de gestão da qualidade da tradução.

Antes de se proceder a uma abordagem mais alongada sobre os processos de gestão da qualidade aplicados à tradução será, contudo, importante apresentar algumas informações relativas à presença das obras traduzidas nos catálogos das editoras nacionais e também as diferentes perspectivas sobre as noções de avaliação da qualidade que têm sido adoptadas ao longo dos anos mais recentes no âmbito dos Estudos de Tradução.

2.6.1 *Obras traduzidas em Portugal*

As obras traduzidas têm vindo a ocupar um lugar proeminente no quadro da literatura portuguesa, conforme é possível constatar pelo número de autores estrangeiros que anualmente são publicados em língua portuguesa. De facto, e segundo o estudo preliminar apresentado pelo Observatório das Actividades Culturais, a 25 de Janeiro de 2008 (OAC 2008), e já anteriormente citado, foi possível assistir-se a uma subida constante – ainda que tenha sofrido ligeiras oscilações intermédias – do número de títulos traduzidos para o português entre os anos de 2000 e 2005. Em 2000, esse número ascendia a 25,2% de um total de 9608 títulos registados em Depósito Legal na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). No ano de 2005, o número total de títulos com Depósito Legal na BNP era de 9770, mas o conjunto de títulos traduzidos subira já para os 30,7%.

Ora, o Número de Registo de Depósito Legal é atribuído a monografias e publicações em série, e, segundo as informações que constam do sítio da Biblioteca Nacional:

É obrigatório para as obras impressas ou publicadas em qualquer ponto do país, seja qual for a sua natureza e o seu sistema de reprodução, ou impressas no estrangeiro por editor domiciliado em Portugal, e ainda teses de mestrado e doutoramento, trabalhos de síntese, estudos e dissertações e outros trabalhos relativos às carreiras docentes do ensino universitário e do ensino superior politécnico. (2009)

Assim sendo, é possível apercebermo-nos de que haverá muitos títulos e obras cuja natureza e intenções não os vincula a apresentações públicas ou mesmo a simples

divulgação em bibliotecas, e ainda menos à respectiva comercialização nas livrarias. Ou seja, os números anteriormente referenciados assinalam afinal que, no início do século XXI, a literatura estrangeira traduzida representa efectivamente uma fatia preponderante do mercado editorial português, continuando a assumir um papel muito significativo no catálogo de inúmeras casas editoras em Portugal. Também por isso, este dado é um indicador precioso e torna evidente a ideia generalizada de que as obras estrangeiras traduzidas para o português têm uma visibilidade bastante grande nas nossas livrarias e bibliotecas. Por maioria de razões, e face aos dados expostos, essa visibilidade provavelmente é até bem maior do que indicia a simples percentagem de Depósitos Legais atribuídos.

Note-se que no âmbito da investigação desenvolvida procurou saber-se junto das casas editoras contactadas qual o “Número de Títulos Traduzidos a partir de Outras Línguas e Editados Anualmente” (Anexo II – 2.4) e revelou-se uma certa tendência para a publicação de um número significativo de obras estrangeiras traduzidas. Ainda assim, e por comparação com a edição de obras originais em língua portuguesa, tal número não é superior às obras editadas originalmente em português.

De facto, a percentagem mais significativa – 34,6% das casas editoras – indicou uma edição anual inferior a dez títulos provenientes de outras línguas, sendo esta uma situação que parece contrariar as percepções habituais da maioria dos leitores, que apontam para um número maior de livros traduzidos. Realce-se ainda que este volume de títulos traduzidos em Portugal confirma a situação descrita em outros estudos, nomeadamente de José Soares Neves (2008: 16), que registou entre 2000 e 2004 que os livros traduzidos constituíam entre 25% e 26% do volume total de títulos depositados na BNP.

Apenas a título de exemplo contrastivo – que será analisado mais aprofundadamente no capítulo 4 – é possível notar que também no contexto da literatura francesa é notória a influência do texto traduzido. Os números de vendas de novos títulos indicados por Isabelle Vanderschelden, no artigo “Quality Assessment and Literary Translation in France”, no ano 2000, assinalavam uma quota de mercado na ordem dos 17,6%, relativamente ao ano de 1991, para a tradução de obras estrangeiras para a língua francesa (2000: 274). Uma outra investigação, citada pela mesma autora no referido artigo, revelava que 35% de todas as obras de ficção e documentais, publicadas em 1991, eram provenientes de países estrangeiros. Mais, de entre os vinte *bestsellers* de 1992, em França, Isabelle Vanderschelden assinalou que treze eram traduções (2000: 274).

A título de análise contrastiva e com uma relevância significativa, poderá analisar-se a importância que é concedida à tradução para língua inglesa, pois nos últimos anos é inegável o domínio internacional das obras publicadas em língua inglesa, principalmente devido ao poderio económico e à influência global das casas editoras inglesas e americanas. Lawrence Venuti afirma precisamente isso quando escreve em *The Scandals of Translation*:

Translation patterns since World War II indicate the overwhelming dominance of English-language cultures. English has become the most translated language worldwide, but despite the considerable size, technological sufficiency, and financial stability of the British and American publishing industries, it is one of the least translated into. (1998: 160)

Se é verdade que a língua inglesa exporta inúmeras traduções, recebe, em contrapartida, muito poucas, como atestam os números indicados por Lawrence Venuti (1998: 160), que assinala o facto de internacionalmente, em 1987, terem sido traduzidas cerca de 65 mil obras, tendo mais de 32 mil dessas obras sido traduzidas a partir do inglês. Em contrapartida e confirmando as afirmações do mesmo autor (Venuti 1998: 160), em 1994 apenas 2,74% das obras publicadas no mercado norte-americano eram traduções.

Ao que parece, o primeiro motivo para essa marginalidade da tradução no mercado norte-americano e em língua inglesa é a dificuldade de as obras traduzidas gerarem receitas económicas, conforme escreve Lawrence Venuti:

Among the decisive factors in the current marginality of translation is its tenuous economic value. Quite simply, publishers keep the volume of translations low because such books are financially risky: they are so costly to produce, requiring initial outlay for translation rights, the translator's fee, and marketing, that publishers generally regard them as inevitable losses, possessing only cultural capital, useful as a means "to enhance the variety and appeal of their lists" (Purdy 1971: 10). Since the 1970s, furthermore, the drive to invest in bestsellers has become so prevalent as to focus the publisher's attention on foreign texts that were commercially successful in their native cultures, allowing the editorial and translating process to be guided by the hope of a similar performance in a different language and culture. (1998: 124)

Este comportamento e a perspectiva de lucro, mais ou menos imediata, demonstram o inevitável desequilíbrio comercial e económico entre o que é produzido pelas indústrias editoriais britânica e norte-americana e aquilo que é produzido em outros países. Ou seja, ganha-se muito dinheiro partindo de um original em língua inglesa e traduzindo-o para outra língua, ao passo que traduzir de uma outra língua para o inglês não parece representar um investimento tão rentável.

Se as sociedades contemporâneas precisam habitualmente de editar as obras na *língua franca* usada para a comunicação internacional dos nossos dias, o inglês, isso significa que a transposição dos textos para inglês resulta efectivamente numa medida positiva e que poderá proporcionar mais-valias às casas editoras de língua inglesa. Mas este comportamento determina que a tradução continue a acentuar uma prática comum e que é mais habitual das culturas periféricas, não anglófonas, e minoritária, associada à atitude e comportamento das culturas dominantes, marcadamente anglófonas. De facto, as casas editoras britânicas e norte-americanas continuam a não fazer qualquer tipo de investimento na tradução proveniente de outras línguas, sobretudo porque dependem muito mais dos direitos editoriais de que usufruem com os autores em língua inglesa para a sua própria existência e subsistência, conforme afirma, de novo, Lawrence Venuti:

The enormous earnings from foreign rights sales don't increase the number of translations into English because British and American publishers are keen on financing domestic bestsellers, a trend that has continued unabated since the 1970s. (1998: 161)

Acresce a esta situação a ideia de que o mercado editorial dos falantes de língua inglesa tende a acolher com agrado a publicação apenas de traduções de géneros populares. Por um lado, tal facto deve-se ao reconhecimento por parte dos editores de que a rentabilidade desses géneros poderá ser mais rapidamente assegurada, conforme reconhece Venuti, referindo-se ao exemplo da literatura sul-americana que foi tão amplamente traduzida durante as décadas de 1960 e 1970 (1998: 169). Por outro lado, tal situação acontece porque o público leitor em língua inglesa reage a esse apelo comercial procurando livros de fácil leitura, em que os textos traduzidos respeitam os cânones literários da língua de chegada, bem como a fluência e a legibilidade pretendidas para que tais obras se tornem *bestsellers* (1998: 153-4).

Apesar de tudo, o apelo exercido pelas traduções mais populares, que convidam as massas a adquirir livros e a ler autores que de outro modo nunca conheceriam, é frequentemente contrariado pelas elites culturais que desvalorizam tais obras, sempre em juízos comparativos com as melhores obras e autores da língua inglesa. Venuti considera, como já se viu (1998: 124-5), que o principal motivo para as casas editoras em língua inglesa publicarem um autor estrangeiro é eminentemente comercial e de rentabilidade económica, e que apenas secundariamente está presente o efectivo reconhecimento do valor literário associado à obra em causa.

Tem sido interessante verificar a disseminação de um fenómeno internacional de promoção da publicação em língua inglesa das mais variadas obras nacionais. Por causa disso, diversos países, de todo o mundo, dedicam-se afincadamente a financiar, através de subsídios estatais, a tradução de obras de autores nacionais de referência para o inglês, como forma de divulgação mais alargada das respectivas literaturas. Portugal não foge a essa regra e procura também promover a publicação em inglês, ainda que as iniciativas nesse sentido sejam eminentemente promovidas pelo sector editorial privado.

A Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas tem em vigor um programa anual, em que, através de concurso, concede incentivos financeiros aos editores estrangeiros que apostem na tradução de obras de autores portugueses e africanos de língua portuguesa, como se pode ver em: <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAs/livro/divulgacaoEstrangeiro/apoioTraducao/Paginas/TraducaoObras.aspx>, e à imagem do que sucedeu, em 2009, com outras línguas, como a alemã e a flamenga, e foi divulgado pela APEL em: <http://www.apel.pt/pageview.aspx?pageid=101&langid=1>.

Apesar de tudo, e como seria de esperar, também a preocupação mais significativa das casas editoras em língua portuguesa é a viabilidade económica dos respectivos projectos empresariais, pelo que a selecção das obras estrangeiras a traduzir está normalmente associada ao facto de serem *best-sellers* ou proporcionarem as melhores condições comerciais quando vendidas em Portugal. Contudo, e ao contrário do que acontece nos países de língua inglesa, a literatura em língua estrangeira é bastante popular em Portugal e os números de vendas demonstram isso mesmo, com sucessivos livros de autores estrangeiros nas posições cimeiras dos *tops* de vendas das livrarias portuguesas. Ora, se as estatísticas de vendas servem para algo, será seguramente para assinalar essa importância predominante da literatura traduzida no polissistema literário português, além das tendências de mercado.

Talvez por esse motivo, a recepção dos leitores na língua de chegada tem como objectivo primordial, ainda segundo Venuti, o reforço de valores literários, morais, religiosos e políticos pré-existentes na cultura da língua de chegada. Ou seja, o texto estrangeiro é publicado mais para servir os interesses nacionais na cultura de chegada, do que para revelar a cultura estrangeira que alegadamente representa. As culturas periféricas, como é o caso da portuguesa, são muitas vezes extraordinariamente receptivas aos valores de culturas estrangeiras, às vezes até de uma forma subserviente em relação a tudo o que é estrangeiro. Esta centragem acentuada da cultura anglófona em si mesma, que a leva a receber poucos textos de outras culturas, e a enorme abertura (que também pode ser vista como vulnerabilidade) das culturas periféricas, que recebem inúmeros textos e assimilam os valores que neles estão inscritos, já foi referenciada anteriormente a propósito das palavras de Itamar Even-Zohar em “The Position of Translated Literature Within the Literary Polysystem” (1978/2000: 192-197).

Confirma-se, assim, ainda segundo Lawrence Venuti, a tendência para a apropriação e identificação irreflectida (1998: 153) de modelos literários e estéticos que são do agrado da cultura popular nas línguas de chegada periféricas, sustentados por meios promocionais e de *marketing* que potenciam bons proveitos económicos às casas editoras que comercializam tais obras. Mais ainda quando esses livros são associados a outras formas da cultura de massas, em particular os filmes, as peças de teatro ou os musicais.

Na realidade, e na sequência do que assinalou André Lefevere, em *Translation, Rewriting, & the Manipulation of Literary Fame* (1992a), a tradução assume-se claramente como uma forma de enriquecimento cultural, individual e colectivo, e é motivada e moldada por factores diversos, sendo as escolhas das obras a traduzir, bem como as orientações e objectivos da actividade translatória, determinadas por alguns poderes, que muitas vezes visam objectivos próprios.

Na medida em que a tradução nunca foi, nem poderia ser, uma actividade isolada, é necessário tomar sempre em consideração o contexto em que ocorre, a história que terá permitido a criação original do texto e também os momentos daí decorrentes, que dão origem à transposição do texto para uma nova língua. Além disso, é óbvio que a colaboração imediata da tradução ocorre mais com a cultura de chegada do que com a cultura de partida, encontrando nesta as razões de ser da necessidade *a priori* da sua própria existência e estando sujeita, portanto, ao que uma instituição, entidade, indivíduo ou conjunto de indivíduos esperam que venha a ser cumprido pelo tradutor. Esta

perspectiva encontrou, em anos recentes, um apoio teórico adicional na popularidade de uma das noções fundamentais dos estudos descritivistas – a de que as traduções são acima de tudo “factos da cultura de chegada” (Venuti 2004: 149).

Sabe-se, desde o início, que essa reescrita do texto originalmente criado numa outra língua é primeiramente definida pelas solicitações específicas daqueles que fazem a encomenda da tradução e, portanto, o conjunto de circunstâncias que condicionam a produção do *translato* coloca uma forte ênfase no sistema de chegada. Contudo, essa ênfase é muitas vezes conjugada e associada à presunção de que o tradutor deverá “ser fiel” ao original, com todas as implicações recorrentes e associadas a essa velha e marcada expressão. Ou seja, paradoxalmente e nesta perspectiva de fidelidade, o tradutor deveria estar vinculado ao texto e ao sistema de partida.

Ainda assim, importa aqui realçar que a maioria dos projectos de tradução para edição tem como iniciadora do processo uma casa editora, que desse modo suporta e nutre as suas próprias ideologias, ambições culturais, motivações económicas e sociais, e tenta corresponder às expectativas do seu público leitor. Muito mais raramente, a iniciativa que é concedida a alguns desses trabalhos parte também dos próprios tradutores (*Cf.* Pinho 2006: 29-47), que assumem o papel de iniciadores do processo de tradução.

Deve, aliás, registar-se que escritores e poetas têm vindo, em todas as épocas, a traduzir e a promover a tradução de obras estrangeiras para o português, como se pode notar pela referência a alguns dos grandes nomes da nossa literatura indicados como tradutores em diversas obras, e com o nome próprio devidamente identificado. São disso exemplos Manuel Maria Barbosa do Bocage, Jorge de Sena, José Rodrigues Miguéis, Sophia de Mello Breyner Andresen ou José Saramago, para citar apenas alguns. Enquanto segunda ocupação em função das suas ocupações profissionais no meio editorial, como meio de subsistência suplementar à sua actividade como escritores, ou simplesmente por prazer, estes e muitos outros autores têm-se dedicado a essa actividade, colocando, portanto, o exercício do trabalho como tradutores num lugar proeminente da cena literária portuguesa.

Ainda assim, as condições de exercício da actividade dos tradutores não melhoraram significativamente, tendo os tradutores profissionais de continuar a lutar para alcançarem um estatuto e uma remuneração justa pelo trabalho que desenvolvem. Na verdade, o estatuto do tradutor profissional para edição em Portugal não tem sido objecto de qualquer tipo de discussão sustentada. Apesar de editores e leitores (aparentemente) necessitarem da existência destes profissionais, continuam a menosprezar a participação e

a desvalorizar o trabalho dos tradutores. Os editores porque remuneram indevidamente o esforço desenvolvido, solicitam aos tradutores prazos de entrega quase inacreditáveis e imiscuem-se frequentemente no resultado final do texto traduzido, promovendo alterações durante a revisão que, frequentemente, são desconhecidas do tradutor envolvido. Os leitores porque é frequente nem sequer repararem na intervenção do tradutor, assumindo que a obra na língua de chegada terá sido escrita desse modo pelo autor original e, portanto, ignorando a função e o desempenho dos tradutores.

Poderá parecer a muitas pessoas que a função do tradutor é de grande simplicidade, limitando-se a reescrever o texto estrangeiro na cultura de chegada, respeitando as normas e recursos culturais nacionais que integram todo o sistema da sociedade em que se insere. Note-se, todavia, que, no início do processo de tradução, esteve implícito o poder exercido por uma cultura sobre outra, fosse ele de carácter económico – como é frequentemente o caso – ou de carácter ideológico. Veja-se como esse poder está associado ao simples facto de uma cultura de chegada adquirir os direitos de tradução a uma cultura de partida, assumindo claramente que aquilo que a cultura de partida tem para oferecer é de tal modo significativo que vale a pena ser adquirido e divulgado na cultura de chegada. Salienta-se, em particular nesta situação, que o desequilíbrio instaurado por esta atitude é não só económico, mas também de valores, ideias, conteúdos e formas. Ou seja, implica o reconhecimento de que faltam esses elementos externos na cultura de chegada e que é necessário, portanto, proceder à sua importação.

Recorda-se aqui, ainda que em linhas muito sumárias dado terem sido apreciadas no subcapítulo anterior, o conjunto decisivo de ideias fulcrais para esta investigação enunciadas por André Lefevere (1992a), Itamar Even-Zohar (1978/2000) e Gideon Toury (1995). De acordo com tais noções, o sistema literário é duplamente controlado: a partir do exterior, pelas ideologias que o promovem e pelo poder económico que o sustenta; internamente, pelo universo do discurso dominante e pela vontade dos próprios reescretores, mais ou menos influenciados pelo que lhes é exterior. Mecenas e homens de letras, ideologias e poética dominante dominam e controlam o sistema literário e, como consequência, a produção e a distribuição da literatura. Daí que os textos literários e as suas reescritas sejam igualmente trabalhados, publicados e até mesmo analisados e criticados em função destas condicionantes.

Deve realçar-se ainda que o conceito de ideologia aqui apresentado refere-se efectivamente às ideias, conceitos, pressupostos e valores, de ordem sociocultural e não

apenas política, relativos ao poder e autoridade das pessoas ou instituições numa sociedade. Na senda da definição de Ted Honderich para “ideology”, em *The Oxford Companion to Philosophy* (1995: 392-3), também o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – que incorpora os sentidos dominantes que o conceito encontrou na reflexão sociológica e política – afirma que “ideologia” é:

[um] sistema de ideias (crenças, tradições e mitos) interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, as quais reflectem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou económicos. (2001: 2030)

Acresce que, para este caso, o elemento ideológico terá sido provavelmente o mais significativo na escolha e desenvolvimento tanto da forma como dos conteúdos publicados nos textos traduzidos. Com efeito, a posição socioeconómica dos tradutores no contexto em que se movimentam implica frequentemente verem-se obrigados a seguir os parâmetros estabelecidos por quem encomendou a tradução e ainda mostrarem-se dispostos a colaborar e a pôr em prática os objectivos desse patrono, legitimando afinal o estatuto e o poder dessa pessoa e/ou entidade sobre o funcionamento dos diversos sistemas que controla.

Para Itamar Even-Zohar, que propôs a noção do polissistema literário, a posição ocupada pela literatura traduzida no seio do sistema literário de chegada é fundamental para se avaliar o comportamento e a situação de uma sociedade. Em especial, como já foi referido e será amplamente demonstrado mais adiante, nas situações em que tal literatura serve activamente para moldar o centro do polissistema da cultura de chegada, promovendo a introdução de forças inovadoras e contribuindo fortemente para a história literária de um país de chegada. De tal modo assim pode acontecer que actualmente, em alguns casos, torna-se impossível discernir quais são as diferenças entre os sistemas literários de países diferentes, ou mesmo entre o que é o original e o texto traduzido.

Deve tomar-se ainda em consideração que, quando as obras traduzidas ocupam uma posição primária, poderão exercer influência decisiva sobre uma cultura em determinada época. Casos há em que poderão até influenciar outros sistemas literários na língua e cultura de chegada. Daí que se possa afirmar, tal como Itamar Even-Zohar admite (1978: 196-7), que o estatuto sócio-literário da tradução não depende apenas da sua posição no seio do polissistema, mas também que a própria prática da tradução é determinada por essa

posição. Nos casos em que a literatura traduzida ocupa uma posição secundária, representando um sistema periférico dentro de todo o polissistema, acaba por não exercer qualquer influência significativa sobre o sistema central constituído pela literatura original, ocupando afinal a sua posição mais comum, na retaguarda.

Naturalmente que, hoje em dia, a responsabilidade pela capacidade de influência de uma literatura traduzida poderá ser também assacada ao conceito de globalização, na medida em que a influência e interdependência das culturas poderá ser geradora de sobreposições. Entende-se aqui o conceito de globalização na sua perspectiva mais generalista, como um processo de envolvimento integrado de ordem económica, social, cultural e política que serviu primeiro para promover a difusão mais barata de produtos por todo o mundo, servindo-se do baixo custo dos meios de transporte e de comunicações.

Alegadamente motivado por uma necessidade mercantilista de criação de um sistema global que possibilitasse o alargamento dos mercados dos grandes países desenvolvidos para promover os seus produtos junto dos países menos desenvolvidos, o processo de globalização alargou-se também ao domínio cultural e social. Ainda assim, se, por um lado, as interligações actuais permitem maior facilidade na realização de transacções financeiras e comerciais, e na expansão dos negócios, também implicam uma concorrência acérrima e constantemente actualizada. Ou seja, poderão estar sujeitas a constantes mutações e alterações de posição.

Em *Translation and Globalization* (2003), Michael Cronin dedica-se precisamente a uma análise rigorosa da tradução e do modo como esta actividade tem vindo a ser transformada pelas forças da globalização. Começando pelas principais mudanças operadas pela economia e pelas tecnologias da informação, e respectivos impactos, sobre a tradução ao longo das quatro últimas décadas, este autor prossegue com uma apreciação sobre os modelos de organização da tradução e procurar descortinar qual será o papel do tradutor no século XXI. Servindo-se do caso de estudo da tradução num pequeno país – a Irlanda – Cronin defende que a globalização tem vindo a ser objecto de alguma indiferença num mundo contemporâneo cada vez mais poliglota. Na verdade, algumas características essenciais da globalização produzem impactos decisivos sobre as políticas de tradução, nomeadamente o tempo de execução, a ascensão das instituições e organizações supranacionais, as ferramentas de automatização e o poderio de algumas línguas (2003: 108-119). Talvez por causa da indiferença relativamente à tradução e desse poderio assumido por algumas línguas, Cronin realça a invisibilidade dos tradutores (2003: 123-5),

mas também a fragilidade do “ecossistema linguístico” (2003: 141-2), com o desaparecimento gradual de línguas minoritárias e uma incapacidade de afirmação que permita a sua sustentabilidade.

Na verdade, a situação das literaturas periféricas, ou “fracas”, conforme são catalogadas por Jeremy Munday (2001: 110), está cada vez mais dependente do domínio que sobre elas é exercido pelas culturas de maior poderio económico ou territorial que, seja ou não por causa da globalização, impõem efectivamente as suas regras. Jeremy Munday apresenta um exemplo significativo dessa condição na sua obra *Introducing Translation Studies*:

For instance, in modern Spain smaller regions such as Galicia import many translations from the dominant Spanish form Castilian, while Spain itself imports canonized and non-canonized literature from the English-speaking world. (2001: 110)

De todo este conjunto de ideias, ressalta bem evidente a noção de que o processo de tradução tem sido eminentemente analisado segundo uma perspectiva fortemente literária – apesar de Michael Cronin afirmar que a sua análise em *Translation and Globalization* (2003: 1-2) é centrada na tradução não-literária –, quase como se a existência da tradução apenas pudesse ser validada dentro do próprio sistema literário. Talvez por isso a avaliação do trabalho de tradução executado, e a concomitante certificação de qualidade, não tenha sido convenientemente explorada e dissecada.

Este tipo de discurso académico, eminentemente descritivista, pouco normativo e extremamente céptico relativamente a posições prescritivas, assenta sobretudo em considerações associadas ao fenómeno literário e à sua expressão e resultou do surgimento e desenvolvimento, desde finais da década de 1970, dos *Descriptive Translation Studies* (DTS), cujos expoentes máximos, Gideon Toury e Itamar Even-Zohar, têm sido profusa e repetidamente referenciados ao longo deste trabalho de investigação.

Por outro lado, a prática profissional da tradução é inevitavelmente conduzida por uma vinculação a expectativas sociais e a actividades económicas concretas que se regem por normas, pelo sentido do que está “certo” e do que está “errado”, por conceitos que se querem incontroversos no que diz respeito à formulação do conceito de “qualidade”. Tais necessidades resultam evidentemente da existência dos clientes das traduções, cuja perspectiva imediata enquanto consumidores dificilmente será compatível com o

entendimento não prescritivo e não funcional do processo translatório, ou com a noção da autonomia do texto de chegada. Se os DTS negam relevância ao cotejo com o texto de partida, pois dirigem as suas atenções para a cultura de chegada, o quadro recente dos Estudos de Tradução no âmbito académico tem-se regido pela não-normatividade, pela autonomia do texto de chegada, reclamando como legítimo que um texto se apresente como uma tradução, apesar de ter uma relação ténue com o texto de partida. Todavia, o cliente comercial de uma tradução espera um texto funcional e substitutivo do original, que lhe permita entender o que estava no texto de partida, por não o poder ler no original.

Ora, o confronto entre estas duas visões nem sempre permitiu desenvolver e consolidar processos de avaliação e de definição de critérios que permitissem conferir maior ou menor legitimidade a uma tradução relativamente a qualquer outra. Apesar dos inúmeros contributos formulados por diversos autores para a área da avaliação da tradução, com propostas em que o texto traduzido é, umas vezes mais, outras vezes menos, encarado de forma autónoma relativamente ao texto original, é verdade que, durante muitos anos, este tipo de investigação não foi sequer objecto de uma análise e estruturação declarada e aprofundada. Inevitavelmente, seria desejável que pudesse ser promovido, desenvolvido e aceite um contributo como aquele que é executado ao longo desta investigação, em que se procuram extrair as competências de análise e de síntese provenientes dos dois âmbitos, conjugando-as num modelo útil a ambas as partes.

2.6.2 *Curta resenha histórica sobre a avaliação de qualidade na Tradução*

O processo de edição e a contratação de tradutores pelas casas editoras depende com frequência, e naturalmente, da avaliação do trabalho de tradução e dos parâmetros usados para aferir esse mesmo trabalho. Para uma casa editora esse processo de aferição permite garantir que os profissionais mais capazes de responderem aos requisitos impostos poderão exercer funções como seus tradutores. Normalmente, e como parte integrante do processo de selecção do tradutor, a casa editora propõe ao candidato a tradutor um teste que lhe permite perceber e avaliar as suas competências e áreas preferenciais de intervenção. Contudo, o processo de avaliação também é desenvolvido após a contratação, já sobre o trabalho realizado, e permite corrigir o texto e expurgá-lo de erros. Depois, poderá servir para verificar qual a viabilidade da posterior contratação do mesmo tradutor

para outras traduções, num processo que se procura conhecer mais aprofundadamente em capítulos posteriores neste mesmo estudo.

Antes de embarcarmos numa análise mais aprofundada sobre os conceitos de qualidade e avaliação, seguiremos numa curta viagem pelos caminhos da avaliação da qualidade na tradução, recuando um pouco no tempo e analisando algumas das posições mais importantes defendidas por vários investigadores ou profissionais da tradução, em diversos momentos da história desta área de estudos, sobre a questão da avaliação e controlo de qualidade.

Quando James S. Holmes (1972/2000: 182) incluiu a tarefa de avaliação da qualidade da tradução na área dos “Estudos de Tradução Aplicados”, em particular na subárea da “Crítica de Tradução”, referiu-se igualmente à forte necessidade de reduzir aquilo que seria o “elemento intuitivo a um nível mais aceitável”. Ou seja, tentou enfrentar definitivamente a importância da apreciação objectiva, pondo de parte as práticas genericamente arbitrárias e subjectivas de abordagem das traduções. Mas Holmes fez ainda mais, pois abriu integralmente a porta à interpenetração que os conhecimentos obtidos em outras áreas de investigação – teórica, descritiva, ou aplicada – deveriam exercer sobre a crítica, leia-se avaliação, da tradução e mutuamente entre si (1972/2000: 183).

Foi precisamente sobre esta interdependência e capacidade mútua de influência no âmbito dos Estudos de Tradução que viriam a investir diversos autores, procurando afincadamente encontrar interligações entre os mais variados campos como forma de explicação e tentando desenvolver um maior aprofundamento de conhecimentos sobre a avaliação da qualidade na tradução.

Tendo em conta o papel marcante e particular que uma autora, em particular, viria a desempenhar sobre esta área de avaliação da qualidade, não pode deixar de se referenciar a apreciação genérica proposta por Juliane House, de uma forma sumária mas bastante abrangente, e publicada nessa obra fundamental que é *Encyclopedia of Translation Studies*, editada por Mona Baker (1998: 197-200).

Com efeito, e segundo Juliane House (1998: 197), a avaliação da qualidade na tradução, ao longo dos tempos, partiu da assunção de uma teoria de tradução individualizada, cuja perspectiva implicava desde logo diferentes conceitos de tradução e, portanto, diferentes formas de avaliação. É significativo notar que, para Juliane House, as abordagens enunciadas evoluem frequentemente a partir da importância conferida à apreciação e à comparação estabelecida entre texto de partida e texto de chegada. Mas

também se nota que tal perspectiva se desenvolve a partir da percepção das características dos textos que têm as pessoas que intervêm sobre esses mesmos textos, ou ainda que tal perspectiva resulta sobretudo das impressões registadas pelas pessoas que recepcionam tais textos.

No primeiro grupo de impressões, Juliane House catalogou e incluiu as perspectivas eminentemente subjectivas e intuitivas, seguidoras da alegada, e clássica, “fidelidade ao texto original”. São opiniões comuns, frequentemente registadas ao longo dos anos, e, segundo House, de tal modo individualizadas que se revelam inadequadas para estipular princípios gerais capazes de aferir a qualidade da tradução. Conforme afirma House:

Proponents of this approach tend to see the quality of a translation as dependent on the translator and his/her personal knowledge, intuitions and artistic competence. (1998: 197)

Num segundo agrupamento, House englobou a avaliação da tradução tal como ela seria determinada pela resposta dos leitores aos estímulos fornecidos pelo texto (1998: 197), com destaque para a perspectiva enunciada por Eugene Nida e já referida anteriormente no âmbito desta investigação (Capítulo 2). Neste caso, Juliane House também encarava tal abordagem como insatisfatória, porque não tinha um padrão de comparação, perante o qual poderiam ser avaliados os resultados comportamentais. Tal como afirma House:

This approach is also reductionist in that the overall quality of a translation is made dependent on measures of, for example, intelligibility and informativeness. Further, what is missing here is a norm against which the results of any behavioural test is to be judged. (1998: 198)

Finalmente, e num grupo bastante mais alargado e de mais difícil catalogação, devido à sua grande diversidade e à pluralidade de metodologias propostas, Juliane House listou as abordagens assentes no próprio texto, que, segundo ela, poderiam ser provenientes de modelos linguísticos, da literatura comparada ou de carácter funcionalista (1998: 198-9).

No âmbito desta categoria, as perspectivas linguísticas tiveram como expoente mais importante, para Juliane House, o trabalho de Katharina Reiss sobre a tipologia de texto.

Ainda assim, House salientou que a abordagem de Katharina Reiss não era capaz de determinar de forma adequada as funções da linguagem presentes no texto e também não poderia servir para pronunciar com exactidão o tipo de texto correspondente, o que originaria problemas de catalogação e consequente metodologia de trabalho. Além disso, House criticou a abordagem de Reiss pela sua impossibilidade de permitir uma análise exacta do texto de partida.

No que diz respeito às perspectivas baseadas na literatura comparada, a qualidade da tradução seria avaliada, segundo Juliane House, de acordo com a função da tradução no sistema literário da língua de chegada. O nome mais importante nesta área de análise seria naturalmente o de Gideon Toury e as suas perspectivas (também já abordadas no âmbito do Capítulo 2 desta investigação). Assim, e mais uma vez de acordo com Juliane House, o texto de partida teria pouca importância e seria sobretudo o sistema literário da cultura de chegada que determinaria o modo como deveria ser analisada a qualidade da tradução. Esta posição implicava que o texto traduzido fosse avaliado sem qualquer referência ao texto de partida e que as soluções encontradas pressupusessem unidades de partida e de chegada inter-relacionadas. Contudo, também aqui House questionava quais os critérios que deveriam ser usados para a avaliação da tradução.

Por fim, e no que concerne às abordagens funcionalistas, House salientou o carácter extremamente significativo dos contributos conjuntos de Katharina Reiss e Hans Vermeer (1998: 198-9), segundo os quais o critério supremo para a avaliação da qualidade do texto traduzido seria o objectivo (*skopos*) do texto traduzido. Apesar de tudo, mais uma vez, House reforçou a crítica de que também nestas abordagens o texto de partida tinha uma importância secundária, sendo mesmo encarado, segundo ela, como uma simples “fonte de informação” – “that the translator may change as s/he sees fit” (1998: 199).

Deve assinalar-se que, em 2000, com a publicação de *Translation Criticism – Potentials and Limitations*, Katharina Reiss procurou responder de maneira útil e objectiva às críticas recebidas, nomeadamente as apontadas por Juliane House sobre a avaliação de qualidade na tradução, e sustentou a necessidade de utilizar padrões diferentes para escrutinar tipos de texto diferentes, o que proporcionaria seguramente indicadores importantes para a avaliação de uma tradução (Reiss 2000: xii).

Em primeiro lugar, Reiss salientou que seria fundamental estabelecer sempre uma comparação entre texto traduzido e texto original, pois só assim seria possível efectuar-se uma avaliação pormenorizada da tradução (Reiss 2000: 15). De seguida, Reiss estipulou a

necessidade prioritária de definir concretamente o tipo de texto a analisar, em função de parâmetros relacionados com os respectivos conteúdo e forma, mas também em função dos respectivos componentes linguísticos, semânticos, lexicais, gramaticais e estilísticos, pois tal factor influenciaria a escolha que o tradutor deveria fazer de um método de tradução adequado (Reiss 2000: 17-66). Contudo, Reiss afirmou ainda que uma abordagem rígida aos métodos de tradução não seria objectiva nem prática, devendo ser completamente adaptável ao tipo de texto em causa e conservando as características essenciais do mesmo (Reiss 2000: 24).

Além disso, Katharina Reiss realçou também que, para que o crítico avaliador pudesse formular um juízo de valor objectivo sobre o texto traduzido, precisaria de ter acesso a dados provenientes de uma categoria pragmática (Reiss 2000: 66-87) que permitisse analisar convenientemente a importância de algumas características extra-linguísticas do texto traduzido, nomeadamente: contexto, tema, tempo, local, público-alvo, emissor e implicações afectivas.

Com tudo isto Katharina Reiss pretendia demonstrar que a avaliação/crítica de um texto traduzido só poderia ser devidamente concretizada se o texto fosse analisado à luz de critérios pertinentes ao tipo de texto pretendido e ajustados aos padrões da função especial ou do público-alvo a que se dirigia. Segundo a autora, as influências e condições subjectivas influenciariam os géneros de tradução aplicados e, também, a crítica de tradução, que apenas poderia ser verdadeira e assumir um carácter objectivo se tivesse em consideração essas condições subjectivas (Reiss 2000: 114).

De todo o conjunto de apreciações analisadas resultava claro para Juliane House que a tradução não poderia ser, de todo, desligada do texto de partida e estaria intimamente ligada aos pressupostos e às condições que determinam a recepção nos sistemas linguístico e cultural de chegada (House 1997: 199). E foi precisamente a partir daí que esta autora avançou para uma proposta de modelo “funcional-pragmático” destinado à avaliação da qualidade da tradução.

O elemento fundamental do modelo de Juliane House (1997: 199) assenta no princípio de que o texto traduzido deve ter uma função – em termos de ideias e de componentes funcionais interpessoais – que seja equivalente à do texto original. Ou seja, House adopta uma perspectiva bastante semelhante à de Eugene Nida com o seu princípio do efeito equivalente, complementada pelas ideias de Katharina Reiss e Hans Vermeer.

Além disso, e segundo Juliane House, o tradutor deve servir-se de meios pragmáticos equivalentes para conseguir alcançar tal função para o texto traduzido. De maneira a conseguir pôr em funcionamento tal modelo, a autora sustenta que se deve analisar o original segundo diversas dimensões situacionais e determinar os respectivos correspondentes linguísticos. Estes darão origem a um perfil do texto original, o qual determinará a função do texto traduzido.

Para Juliane House esse será então o padrão segundo o qual deve ser avaliado o texto traduzido, que é classificado de acordo com as categorias de “tradução aberta” – “an overt translation is one in which the addressees of the translation text are quite ‘overtly’ not being directly addressed” (1997: 66) – ou de “tradução encoberta” – “is a translation which enjoys the status of an original source text in the target culture” (1997: 69). Ora, esta distinção binária é controversa e pouco clara, não só por causa da terminologia usada e respectivas definições tautológicas, mas também porque faz lembrar a diferenciação clássica e vaga entre “tradução livre” e “tradução literal”.

Deste modo, o modelo de análise de registo de Juliane House, que assentava fortemente na gramática funcional sistémica de Halliday, e que foi concebido para comparar um par de línguas (alemão-inglês) em torno de variáveis situacionais, de género, de função e de ordem linguística, e que permitiria identificar tanto o método de tradução usado como os erros de tradução detectados demonstrou conter também falhas significativas.

Com efeito, a análise proposta e, sobretudo, a determinação clara das intenções do autor e das funções do texto de partida, presentes no modelo de Juliane House para a avaliação da qualidade de uma tradução, são questionáveis e até mesmo impossíveis de alcançar, na sequência, aliás, do que já fora sublinhado por Ernst-August Gutt, em *Translation and Relevance* (1991: 46-52). Ainda assim, este mesmo modelo viria a proporcionar os alicerces fundamentais que possibilitariam a revelação de algumas considerações significativas para o processo de trabalho dos tradutores e avaliadores da tradução.

Carol Maier, em *Evaluation and Translation* (2000: 137-145), procurou adoptar antes uma perspectiva com mais exactidão, analisando os conceitos de “qualidade” e “avaliação”, tantas vezes usados de maneira algo indiferente por diversos investigadores e académicos. Assim, e a propósito da noção de “qualidade”, Maier (2000: 139) assinalou

aquele que, na sua opinião, teria sido o primeiro momento significativo e de surgimento efectivo deste conceito aplicado na área da tradução, e que remontava a 1959.

Nesse ano, pouco antes do Congresso da Federação Internacional de Tradutores (FIT), terá sido enviado um questionário a todos os participantes no Congresso, em que se indagava sobre a percepção individual que cada um teria sobre o conceito de “qualidade” para a tradução literária. Maier referencia depois, tal como Juliane House também o fizera a propósito do mesmo assunto (House 1997: 1-2), o carácter vago e subjectivo das respostas obtidas. Além disso, Maier realça o facto de as noções apresentadas se limitarem a abordar a questão da tradução literária, deixando sem resposta eventuais percepções diferenciadas que os tradutores teriam sobre a área da tradução técnica. Este facto sugere, aliás, a Maier uma acertada posição crítica quando afirma:

The fact that the questionnaire pertained solely to literary translation suggests a perception both that the role of quality was different, more central to the work of literary than that of non-literary translators, and that the two types of translation could be separated neatly. (2000: 139)

A abordagem de Carol Maier sobre a noção de “Qualidade” conclui depois que grande parte da discussão sobre o conceito de “qualidade” ocorre no contexto da “avaliação”, pelo que não poderá ser uma ideia definida em termos relativos e individualizados, e implica necessariamente uma medição e um juízo de carácter pessoal.

Também Carol Maier faz referência à importância da obra de Katharina Reiss para a avaliação da qualidade na tradução e à necessidade que esta autora estipulava de se estabelecer uma comparação qualitativa entre texto traduzido e texto original, mostrando-se ainda preocupada com a igualdade de valor entre “original” e respectiva “versão” (2000: 141-142). Contudo, Maier aproveita para analisar e criticar a diferenciação existente entre os termos usados pelos diversos autores (função, intenção, objectivo, razão, *Skopos*) e o facto de quase todos usarem procedimentos e princípios diferenciados, dando assim conta da diversidade de opiniões e métodos. Maier reconhece, no entanto, que o texto original raramente é omitido em todas essas perspectivas, embora a sua presença seja frequentemente discutida e o respectivo grau de importância também seja visto de forma diferenciada.

Por fim, Carol Maier analisa sucintamente as opiniões expressas a propósito do conceito de “valor igual” e, sobretudo, a noção de “valor”, tal como foram enunciadas por

diversos autores. De entre os nomes citados por Maier, poderão citar-se alguns dos mais destacados, como Edwin Gentzler ou Lawrence Venuti. Contudo, apesar da diversidade de posições individuais de cada um deles, nota-se que Carol Maier terá passado por algumas dificuldades para os catalogar e, acima de tudo, para caracterizar as suas posições. Na verdade, é de salientar que os conceitos sobre a avaliação da qualidade na tradução enunciados por estes autores são eminentemente virados para a tradução literária e, por vezes, vagos no que diz respeito aos eventuais parâmetros a adoptar para a avaliação de um texto traduzido. Mais do que isso, assentam num cepticismo teoricamente determinado quanto à possibilidade de se concretizar a avaliação de traduções à luz de critérios minimamente estáveis de “qualidade”.

A propósito dessas posições algo vagas e passageiras, Edwin Gentzler, por exemplo, aborda, em *Contemporary Translation Theories*, a noção de “avaliação da tradução” (1993: 41-42), referindo-se sobretudo ao carácter prático da disciplina da Tradução e aos aspectos subjectivos de apreciação dos textos, tal como eram praticados pelos académicos nas universidades norte-americanas em *workshops* de tradução. Lawrence Venuti, por seu turno, em *The Translator’s Invisibility* nem sequer parece dedicar uma atenção específica ao tema da avaliação de qualidade da tradução, desdobrando-se em análises sobre tópicos mais genéricos como seja a necessidade de fluência imposta por agentes externos (1995: 81).

Em contrapartida com as posições anteriores, Andrew Chesterman manifesta, em *Memes of Translation* (1997), uma atitude muito mais incisiva e esclarecedora procurando alinhar algumas ideias fundamentais sobre as matérias de avaliação da qualidade da tradução. Além disso, Chesterman procura mesmo definir o conceito de qualidade quando afirma:

In one sense it can mean ‘nature, characteristics’, and in this sense assessment is purely *descriptive*: a statement is made to the effect that a given translation is of such-and-such a type, that it has such-and-such features, that it has such-and-such an effect on the target culture or on intercultural relations more generally, etc. (...) There is a shift to the second sense of “quality” as an *evaluative* term, not just a descriptive one.

In this evaluative sense of “quality”, assessment is made in terms of how good or bad the translation is, whether it conforms to required standards, particular values, etc. (1997: 118-9)

Mas, conforme se afirmou anteriormente, Chesterman não se fica por aqui e avança no sentido de analisar o processo individual de eliminação de erros que deve ocorrer no processo de trabalho individual do tradutor (1997: 121). Assim, e no decurso da execução do trabalho, segundo Chesterman, o próprio tradutor procede à eliminação de alternativas, apreciando e revendo o texto, e processa um texto final que considera adequado aos propósitos que lhe terão sido comunicados e encomendados. Deste move, vai avançando gradualmente até ao momento em que circunstâncias externas, normalmente o prazo-limite imposto, o obrigam a entregar a tradução terminada. Por fim, o texto é sujeito ao escrutínio final de quem tem a incumbência de o avaliar e, eventualmente, editar e corrigir.

Numa primeira instância, a perspectiva adoptada por Chesterman serve-se da noção de erro funcional enunciada por Christiane Nord, segundo a qual a incapacidade de cumprir determinados requisitos, como sejam as instruções recebidas do cliente e, portanto, frustrando as suas expectativas, implicam que não terá respeitado uma norma ou padrão estabelecido (Chesterman 1997: 121). Aliás, Chesterman propõe mesmo uma definição para erro que segue, em grande medida, o conceito de Nord, quando afirma: “let us say that an error is anything in the form of the translated text that triggers a critical reaction in a reader” (1997: 121). Contudo, é também uma noção demasiado geral e relativa, no sentido de não absoluta, o que o leva a concluir: “... like translations themselves, evaluative assessments too are ultimately not final or absolute but relative to particular people and places and times” (1997: 122).

Enquanto Gideon Toury procurou, e conseguiu, concentrar-se numa classificação descritiva das normas, de maneira a identificar padrões recorrentes para o exercício da tradução, Chesterman propôs antes um novo conjunto de normas (ver capítulo 2) que, além da sua noção mais prescritiva, estavam claramente associadas a uma classificação de tipos de avaliação diferenciados, tal como ele os percepcionava. Assim, e segundo Chesterman, a avaliação de uma tradução poderia subdividir-se em cinco modalidades diferentes, de acordo com cinco perspectivas diversas sobre a apreciação que é feita sobre o texto traduzido (1997: 145). Além disso, Chesterman identifica os autores cujas obras e propostas mais estariam associadas a cada uma destas modalidades de avaliação.

A avaliação retrospectiva deste autor (Chesterman 1997: 123-128) está associada à norma de relação – a qual é de carácter linguístico e estipula que o tradutor deve agir de maneira a estabelecer e manter uma relação apropriada de semelhança relevante entre o texto de partida e o texto de chegada (1997: 69). É uma avaliação subjectiva, pois baseia-se nas opiniões e expectativas dos leitores para o texto de chegada. Mas é também intersubjectiva pois tais expectativas e requisitos são reconhecidos como tal em qualquer sociedade e, portanto, pré-existent. Não é, contudo, uma avaliação objectiva, pois não respeita um padrão absoluto que todas as traduções deveriam seguir. Assenta sobretudo na noção de “equivalência” e foi muito influente sobretudo para Juliane House, cujas propostas avaliativas derivam desse conceito.

Já a avaliação prospectiva de Chesterman (1997: 128-133), que está associada à norma de comunicação – a qual é de carácter social e em que o perito em comunicação, o tradutor, deve fazer todos os possíveis para otimizar a comunicação, conforme a situação, entre todas as partes (1997: 69) – é uma avaliação que procura analisar o efeito produzido, ou que se julga vir a produzir, pelo texto de chegada sobre os leitores, sem que haja um regresso ao texto de partida. É um modo de avaliação centrado nos receptores e nas suas reacções e teve como expoentes máximos Eugene Nida e Charles Taber.

A avaliação lateral de Chesterman (1997: 133-136), por seu turno, está associada à norma de expectativa – a qual é definida pelas expectativas que os leitores de um texto traduzido (de determinado tipo) têm relativamente ao que um texto traduzido (deste tipo) deve ser (1997: 64) – e é uma avaliação que pretende ser mais objectiva, pois compara o texto traduzido com o texto de partida, não em torno de objectivos, efeitos ou reacções, mas em função de textos (não traduzidos) autênticos na língua de chegada e que sejam do mesmo tipo, os designados textos paralelos. Ainda assim, a avaliação lateral é claramente orientada pelos elementos presentes na língua e na cultura de chegada, sendo influenciada pelas ideias de Gideon Toury e manifestando-se sobretudo na obra de Vemas-Lehto (1997: 136).

Da avaliação introspectiva de Chesterman (1997: 136-138) poderá dizer-se que está associada à norma de responsabilidade – a qual implica que um tradutor deve cumprir as exigências de lealdade para com o autor original, para com quem encomendou a tradução, para com o próprio tradutor, para com os leitores previstos e para com todos os outros intervenientes relevantes (1997: 68) – e é uma avaliação essencialmente pessoal e individual, centrada no tradutor. Procura, portanto, descrever, explicar ou justificar as decisões do tradutor, e está intimamente ligada a questões de personalidade e de ética do

comportamento do tradutor. Talvez o nome mais destacado ligado a este tipo de avaliação seja o de Wolfram Wilss, segundo Chesterman (1997: 137).

Por fim, a avaliação pedagógica deste autor (1997: 138-141) está associada a todos os tipos de normas; é uma avaliação executada tanto por profissionais como por professores, aplicando-se normalmente a todos os estudantes de tradução ou a todos aqueles que iniciam a sua actividade profissional na área da tradução. Os seus principais objectivos são a formação e a acreditação dos candidatos a tradutores. Também por isso são vários os nomes de destacados autores que advogam esta avaliação, sobretudo em contexto académico.

Deste extenso conjunto de posições e apreciações, elaboradas e apresentadas por vários investigadores, académicos e tradutores sobre a avaliação de qualidade na tradução resulta claro que haverá percepções diferentes, condicionadas por motivações diversas sobre os conceitos de “avaliação” e “qualidade”. O que parece emergir de forma consensual em todas as opiniões é a continuidade de uma linha de associação entre o texto traduzido e o texto original, ainda que o peso relativo deste para o processo de avaliação possa ser, consoante os intervenientes e as práticas adoptadas, maior ou menor.

2.6.3 Avaliação e Qualidade: Diferentes perspectivas

Partindo então da noção básica de “qualidade”, deve assinalar-se que essa é a propriedade ou condição natural de um objecto que nos permite distingui-lo de outros objectos, conforme é definida e registada no Dicionário da Língua Portuguesa, da Porto Editora (2007). Mas o conceito de “qualidade” está também claramente ligado ao valor que permite identificar isoladamente um objecto e distingui-lo de outros, qualificando a sua essência e existência numa classificação particular, conforme referenciado pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Portanto, “qualidade” é simultaneamente a condição natural de um objecto, por força dos elementos primários que o compõem, mas também é o resultado da conjugação desses elementos primários com os elementos secundários que o constituem, nomeadamente os juízos de valor que são externamente formulados sobre esse mesmo objecto. Daí que a análise de um objecto implique necessariamente aspectos objectivos e subjectivos.

O ideal seria que a quantidade e a catalogação de elementos objectivos fossem suficientes para elaborar uma grelha de referência perante a qual poderiam ser verificadas as componentes do objecto. Depois, e em função dessa grelha, seria possível medir o objecto por comparação com outras grandezas da mesma espécie, que poderiam ser usadas como padrão ou unidades de referência. E, na verdade, há um número significativo de elementos constituintes do objecto a traduzir que podem ser adequada e objectivamente enumerados. Elementos como a data e o formato de entrega, ou o preço a pagar pelo trabalho executado.

Contudo, também é de reconhecer que o texto traduzido, na medida em que é objecto da subjectividade, da análise crítica e da reformulação individual de cada leitor, poderá ser diferentemente interpretado e avaliado por cada um desses potenciais avaliadores/leitores. Na verdade, a confiança e fiabilidade depositadas pelos leitores no texto traduzido que têm à sua frente, enquanto representação ou reprodução do original, parecem ser, efectivamente, os factores determinantes para qualquer avaliação do objecto (Robinson 1997: 8).

Mas será que a avaliação de qualidade da tradução deve contar com a opinião e colaboração dos leitores finais? Porque, de facto, para a grande maioria dos leitores de um texto final traduzido a apreciação baseada na comparação com o texto original tem pouca importância, ou mesmo nenhuma. Com efeito, muitas das eventuais marcas presentes no texto da língua de partida não são reconhecidas por um leitor que apenas observa o texto na língua de chegada, atribuindo a este um valor único. Nesse caso, para o leitor final o factor de comparação ideal são apenas outras obras, semelhantes ou não, e as características intrínsecas das mesmas, sem que seja necessário tomar em consideração a figura do tradutor e sem que este leitor proceda a qualquer avaliação da qualidade da tradução, restringindo-se apenas à análise da qualidade intrínseca da própria obra.

Todavia, a perspectiva do próprio tradutor e dos elementos que dão sequência à execução do projecto de tradução, nomeadamente na sua revisão e correcção, é bem diferente, englobando aspectos complementares, mas inerentes a todo o trabalho conducente à tradução. Estão neste caso as especificações que lhes são solicitadas enquanto clientes primeiros do texto a traduzir, mas também os passos necessários à investigação, recolha, selecção e apresentação de soluções para a tradução, e ainda os que se referem à entrega da própria tradução e aos factores de contabilização da mesma.

Por outro lado, também os inúmeros indivíduos responsáveis pela avaliação e correcção de uma tradução poderão constituir-se como um problema para esta equação,

porquanto não usam um discurso uniforme sobre a tradução, embora se assumam, com frequência, como peritos especializados. A perícia que afirmam ostentar pode resultar muito simplesmente do facto de o texto traduzido se inserir na sua área técnica especializada, mas também porque, muitas vezes, afirmam ter um conjunto de conhecimentos importantes sobre os objectivos do leitor, ou ainda porque entendem ser eles próprios a definir e moldar as características do texto e o respectivo resultado final. Muitas vezes, a lógica de mercado em que baseiam a sua apreciação assenta apenas na produção de obras acessíveis e legíveis, com estratégias de tradução de resistência mínima e naturalidade máxima, conforme afirma Michael Cronin:

The indifference of critics and reviewers to translation questions means that there can be little in the way of quality control for translations as target-language readability is the sole criterion of assessment. (2003: 121)

Nos casos em que a perícia demonstrada e a posição efectivamente ocupada por tais indivíduos são consistentes com a necessidade de leitura e uma boa capacidade de revisão do texto traduzido, antes de este ser apresentado ao leitor final, é natural, e até desejável, que a sua intervenção aconteça. Aliás, a acção por exemplo dos revisores de texto é essencial a um bom trabalho final de tradução e tem sido devidamente comprovada, por autores e tradutores, ao longo dos tempos. Ainda assim, por vezes, tal papel parece sobrepor-se ao do tradutor, correndo o risco de o desresponsabilizar ou desacreditar, não assumindo, como deveria acontecer, a tarefa complementar de melhoria efectiva do trabalho concretizado. Deve assinalar-se, a esse propósito, a observação incisiva e crítica de Brian Mossop:

And of course, the more revisions you make, the greater the risk that you will introduce error, and make the translation worse. Revisers would do well to take a cue from the Hippocratic Oath doctors take: first, do no harm! (2001: 144)

É notório que há cada vez mais pessoas que usam os textos produzidos pelos tradutores e cada vez mais profissionais que fazem da tradução a sua ocupação principal. Assiste-se mesmo, e cada vez com maior frequência, à passagem da situação do tradutor temporário ou a tempo parcial para a situação em que o tradutor se dedica a tempo inteiro, isoladamente ou em colaboração com muitos outros agentes, a projectos de tradução

diversificados e de grande dimensão. Contudo, no seio da disciplina, a área da avaliação da qualidade da tradução tem sido de alguma forma menosprezada (Hatim & Mason: 1997: 197).

Além disso, é muito frequente os próprios tradutores abdicarem da função de avaliadores das traduções executadas, seja porque assumem a posição inatacável de quem não aceita rectificações ou sugestões de modificação que lhes são propostas pelos revisores ou críticos, seja porque acatam silenciosamente os reparos, admitindo implicitamente os eventuais erros apontados. Há ainda muitas situações em que os tradutores são objecto de todo o género de sugestões e comentários depreciativos ao seu trabalho, em especial nas críticas literárias publicadas nos meios de comunicação social, o que inevitavelmente insinua a fragilidade da posição que deveriam defender e serve para instilar a noção de menor qualidade do tradutor e do seu trabalho.

Tendo em consideração que a maior fatia de textos produzidos na actualidade é proveniente das designadas áreas técnicas (manuais, textos formais, textos comerciais, etc.), seria importante que a criação, desenvolvimento e aplicação de sistemas de avaliação da qualidade das traduções fosse mais fomentada e adequadamente implementada, de maneira a que a verificação desse aspecto pudesse ser uniforme e generalizada. Tal atitude contribuiria ainda para conferir maior legitimidade ao trabalho desenvolvido pelos tradutores e facilitaria o seu reconhecimento público.

O uso de uma terminologia comum e de conceitos unanimemente reconhecidos deveria servir tais propósitos com maior rigor, como tão acertadamente assinalou Louise Brunette, em *Towards a Terminology for Translation Quality Assessment* (2000: 169-182). Ainda que afirme não pretender ser prescritiva (2000: 180), esta autora procede no texto em causa a uma abordagem cuidadosa, onde aprecia as distinções terminológicas, mas também as diferenças e semelhanças entre diferentes procedimentos de avaliação, desde os de carácter didáctico aos que poderão ser aplicados em situação profissional de cariz editorial, passando pelos procedimentos de avaliação e controlo de qualidade por amostragem (2000: 170-3).

Deve, aliás, reconhecer-se que a determinação rigorosa dos valores associados a qualquer objecto avaliado permite validar a sua existência e características, garantindo aos respectivos utilizadores a necessária confiança para a utilização que dele podem fazer. Para os clientes intermédios – as casas editoras, os agentes literários, as empresas de tradução, etc. –, ou finais – os leitores – a adequação aos objectivos de leitura e de uso dos textos traduzidos permitiria seguramente acrescentar valor ao produto final. Simultaneamente tal

atitude representaria para os tradutores o reconhecimento e a credibilidade que tanto necessitam de alcançar para a actividade que exercem.

Na análise que Susanne Lauscher (2000: 150) fez sobre o contributo que os modelos académicos de avaliação da qualidade na tradução procuraram trazer para esta área, foi devidamente realçada a inadequação de alguns requisitos de tais modelos, nomeadamente a falta de alguns elementos práticos essenciais para um modelo de avaliação. Em particular, segundo a autora, seria muito importante incluir e reconhecer a importância de elementos como o tempo de entrega, o local de entrega, ou o preço.

Esta opinião é tanto mais importante quanto deve ser reconhecido que essas questões são habitualmente menosprezadas em função da avaliação comparativa pedagógica a que os trabalhos escolares são normalmente sujeitos, mas também porque é comum os objectivos de análise das obras literárias não contemplarem tais quesitos. Daí que seja evidente que um processo de avaliação da qualidade da tradução terá de integrar os elementos subjectivos de consideração individual, mas também os elementos objectivos, nomeadamente os aspectos práticos.

Por outro lado, é curioso notar que o exercício de avaliação de uma tradução continua a conservar as características de interligação ao texto original do texto traduzido, obrigando este a corresponder aos objectivos estabelecidos para aqueloutro. Apesar das peculiaridades autorais e legais que normalmente obrigam a que isso se verifique, deveria, efectivamente, tomar-se em maior consideração o conjunto de características e condicionantes da língua e cultura de chegada, que impõem obstáculos à aplicação e emulação das condições existentes na língua e cultura de partida.

De facto, e na sequência das ideias enunciadas por Louise Brunette (2000: 174-180), uma lista que integre os critérios de avaliação do texto de chegada deve conter obrigatoriamente os seguintes elementos:

- A lógica da forma e conteúdo do texto, que depende fortemente da coerência e coesão do mesmo;
- O objectivo do texto, em termos da intenção e do efeito pretendidos pelo autor original;
- O contexto do texto no que diz respeito ao público-alvo, à posição deste mesmo público, ao autor, ao momento e local de utilização da tradução, ao período em que o texto será usado, ao tipo de texto, ao meio usado para a sua divulgação, e à situação socio-ideológica em que o mesmo se deverá inserir;

- Por fim, a norma linguística de chegada, no âmbito das suas regras e convenções gramaticais, ortográficas, terminológicas, etc.

Daqui poderia então partir-se para a elaboração de uma lista mais completa de quesitos complementares, convenientemente estruturados, de maneira a abarcar todas as variáveis do projecto de tradução de uma obra. Entre os requisitos em causa, devem constar quer as componentes anteriores ao processo de execução da tradução (como por exemplo, as especificações de formato de entrega por parte da casa editora), quer as que dizem respeito ao processo posterior à tradução (como por exemplo, as indicações de revisão e correcção do texto após a tradução efectuada). No fundo, talvez o modelo mais adequado seja aquele que é oferecido por uma estrutura semelhante à de uma Norma de Qualidade, como a que se apresentará nas páginas seguintes.

2.6.4 A Norma Europeia de Serviços de Tradução – EN 15038

A necessidade de sistematização dos dados de avaliação e aferição da qualidade, mas também o rápido desenvolvimento empresarial e industrial de áreas diversificadas impulsionaram a criação de modelos destinados a normalizar os parâmetros de recolha e apresentação de tais dados. Desse modo, foram acolhidos os contributos fornecidos ao longo dos últimos anos por académicos da área dos Estudos de Tradução – investigadores e professores –, bem como pelas empresas de áreas diversas (editoriais, de tradução, etc.), tornando possível a compilação de um conjunto relativamente vasto de itens importantes para a formação de uma lista de tópicos a respeitar pelos tradutores ou fornecedores de serviços de tradução.

A princípio, iniciativas de âmbito internacional, como a certificação ISO 9002 (1994), aplicável a empresas de tradução, ou nacional, como a DIN 2345 (1998), do Instituto de Normalização Alemão, para os projectos de tradução desenvolvidos e executados na Alemanha, constituíram-se como paradigmas a seguir, em especial nas áreas da tradução técnica. Mais recentemente, a Norma Europeia de Serviços de Tradução, EN 15038 (2006), surgiu como documento de síntese de inúmeros contributos anteriores e assume-se como modelo dos parâmetros a adoptar para a verificação e controlo de qualidade da tradução, em particular nos textos técnicos.

Tendo em vista a implementação e definição dos requisitos essenciais ao fornecimento de serviços de qualidade por parte dos prestadores de serviços de tradução,

esta Norma abrange todo o processo de execução da tradução, mas também vários outros aspectos relacionados com a prestação do serviço em causa (2006: 4). Ao longo das 18 páginas desta Norma, é possível perceber como todo o serviço a executar e respectivos requisitos poderão ser cumpridos, respeitando com rigor os critérios estipulados e seguindo as indicações constantes do documento.

Numa descrição que não se pretende exaustiva do documento, comentam-se, de seguida, alguns dos tópicos mais importantes do mesmo, especialmente tendo em vista a sua eventual aplicação ao sector da tradução para edição. Desde logo, é de notar que o apelo de Louise Brunette (2000) no sentido da uniformização terminológica é convenientemente respondido e esclarecido na Secção 2 desta Norma (2006: 5-6), onde são apresentadas todas as definições e expressões presentes no documento, com o mínimo de ambiguidade possível. De salientar, apenas a título de exemplo da clareza do documento, a distinção essencial entre a noção de “review[ing]” (2006: 5), centrada na adequação do texto de chegada ao objectivo intencionado e no respeito pelas convenções do respectivo domínio de especialidade, e a noção de “revise[ing]” (2006: 6), cuja principal intenção implica, além da adequação ao objectivo acordado, a comparação e cotejo entre textos de partida e de chegada. Contudo, em ambos os casos, caberá aos executores de tais tarefas (primeiro o “reviewer” e, no segundo, o “reviser”) recomendar as medidas correctivas adequadas. Ou seja, é aqui bem esclarecida a diferença entre revisão especializada e revisão comparada entre texto de partida e texto de chegada.

Por outro lado, ao longo da Secção 3 (2006: 6-7) são igualmente indicadas e descritas as indispensáveis competências profissionais dos envolvidos no processo de preparação e apresentação da tradução. Em particular, nesta secção são elencadas e explicitadas as competências de carácter translatório, linguístico e textual nas línguas de partida e de chegada, mas também as competências de investigação, aquisição e processamento de informações, e as competências culturais e técnicas de tradutores, revisores e revisores especializados.

Parece ser primordial, desde o primeiro momento, que o tradutor tem de ser competente na transposição para a língua de chegada do texto de partida em função do que tiver sido definido no contrato com o cliente. Se bem que esta competência possa parecer que tem mais relevância para os moldes de adaptação ou localização de um texto técnico, não pode deixar de se referir que também o tradutor para edição é compelido a executar por vezes adaptações de obras para públicos-alvo bem definidos pela casa editora, conforme reconhece, por experiência pessoal, o autor desta investigação. Contudo, deve

admitir-se que tal situação é porventura mais rara no tradutor para edição e que o grau de adaptação pretendido no resultado final é normalmente menor.

As competências de cariz linguístico e textual implicam, como parece evidente pela própria designação, a capacidade de compreender a língua de partida, em diversos tipos de texto, mas também o domínio da língua de chegada, que permita a produção dos mais variados textos especializados, com as adequadas variações de linguagem. Da competência de investigação, aquisição e processamento de informações pode dizer-se que é esperada do tradutor a capacidade para adquirir os conhecimentos (linguísticos e especializados) necessários à compreensão do texto de partida e produção do texto de chegada, bem como o uso de ferramentas adequadas a tal produção. No que diz respeito à competência técnica, como seria de esperar, é conveniente que o tradutor tenha as aptidões necessárias à preparação e produção das traduções, em especial no que concerne aos recursos técnicos necessários. Quanto ao nível da competência cultural, o tradutor deverá ser capaz de usar adequadamente as informações sobre padrões, normas de comportamento e sistemas de valores característicos tanto da cultura de partida como da cultura de chegada.

Entretanto e a propósito do trabalho de revisão, acrescenta-se que os revisores deverão possuir as competências anteriores – apontadas para os tradutores – acrescentando-se a necessidade de terem experiência de tradução. Os revisores especializados, por seu turno, deverão ser especialistas nas respectivas áreas de intervenção na língua de chegada.

Curiosamente, os requisitos exigidos aos tradutores de áreas mais técnicas, acabam por se revelar afinal bastante idênticos aos dos tradutores para edição, especial quando confrontados com as respostas obtidas no âmbito do Inquérito administrado nesta investigação. Tal como acontece com os revisores. Ou seja, as casas editoras poderão ter nesta Norma uma referência importante e útil para a definição dos critérios de selecção e apreciação dos tradutores que contratam.

Em especial quando se analisa mais detalhadamente o processo de tradução, na Secção 5 (2006: 11), percebe-se claramente que a formulação do texto final de chegada, de acordo com as regras do sistema linguístico de chegada, implica respeitar condições essenciais aos dois tipos de tradutor (técnico ou para edição). Na realidade, o tradutor deve respeitar a terminologia específica, ou mesmo a que for materializada pelo cliente para projectos especializados, e conservá-la de forma consistente ao longo de todo o processo.

O tradutor deve ainda prestar toda a atenção à gramática de texto (sintaxe, ortografia, pontuação, etc.), ao léxico usado e ao estilo solicitado pelo cliente ou imposto

pelo guia de estilo do mesmo (inclusive registo e variantes linguísticas). Na verdade, as diferenças entre a actuação do tradutor para edição e do tradutor técnico poderão acentuar-se sobretudo nos momentos em que for necessário promover a localização do texto – a adaptação total do texto a convenções locais ou a normas regionais – e adequá-lo a um público-alvo e a um objectivo claramente definido para o texto traduzido em causa.

De salientar ainda que os trabalhos do revisor e do revisor especializado se devem pautar por parâmetros de verificação em que, no essencial, o revisor deverá comparar o texto traduzido com o original, formulando conselhos de correcção, que poderão mesmo chegar à retradução de todo o texto. Já o revisor especializado tem a incumbência de assegurar uma revisão monolingue, na língua de chegada, em que é prioritária a verificação da adequação do texto traduzido aos objectivos definidos. Também este revisor especializado deverá propor medidas correctivas, ainda que a retradução completa não esteja prevista.

O processo integrado de normalização previsto pela Norma EN 15038 fornece ainda Anexos informativos e úteis. Nos detalhes de registo de um projecto (2006: 13) para além das referências indispensáveis à identificação dos responsáveis e contactos respectivos, aos contratos estabelecidos e à descrição do material a traduzir, é importante salientar que devem ser claramente indicados, entre outros elementos, o objectivo e uso previsto para a tradução, bem como a terminologia específica do cliente e os guias de estilo a usar. Sugere-se igualmente que sejam referenciadas as reacções do cliente e as medidas correctivas tomadas no âmbito do projecto executado ou a executar.

Ora, a recolha e enumeração deste conjunto bastante completo de informações é, ou deveria constituir, um modelo a seguir pelas empresas de tradução e pelos tradutores técnicos. Mas poderia também ser um modelo exemplar para grande parte do que se faz no mundo da tradução para edição. Ou seja, o elenco de características apresentadas neste Anexo (2006: 13) poderia servir de orientação também para as fichas de projecto das casas editoras. A lista poderia ser completada, porventura, com algumas questões mais pertinentes sobre a actividade editorial, nomeadamente quanto ao eventual contacto com o autor da obra, ou mesmo com os gabinetes gráficos responsáveis pela sua apresentação final. Mas, na sua generalidade, estão ali presentes grande parte dos componentes essenciais a uma descrição exhaustiva do projecto de tradução e, portanto, a que a sua concretização possa ser melhor executada.

Aliás, é de notar que também o Anexo C da Norma EN 15038 (2006: 15) contém uma lista completa dos tópicos fulcrais dedicados à análise a desenvolver sobre o texto de partida, na qual se faz referência aos factores extra e intra-textuais, à macroestrutura e à microestrutura dos textos de partida e de chegada. O preenchimento dos itens constantes desta lista, numa análise adequada ao texto de partida, servirá seguramente para que um tradutor consciente possa melhorar o seu desempenho e executar com mais competência a sua tarefa. Mas se a casa editora envolvida na publicação de uma obra preparar uma ficha contendo o elenco completo destes itens e a fornecer aos tradutores mais inexperientes, talvez possa ajudá-los a compreender todo o trabalho que deles espera e o que está implícito na sua execução do projecto encomendado. Note-se que em alguns tópicos – por exemplo, as especificações solicitadas pela casa editora, enquanto cliente, relativamente ao que pretende do texto final, como adaptação ou tradução – será até essencial que o resultado final seja negociado e bem explicitado entre a casa editora e o tradutor.

Por fim, e no que diz respeito aos elementos constantes da Norma EN 15038, convirá não esquecer o conjunto de sugestões sobre os elementos que podem constar de um guia de estilo e que se encontram no Anexo D (2006: 16), pois é frequente tais indicações serem fornecidas ao tradutor de forma avulsa, e não sistematizada, variando até, dentro da mesma casa editora, entre diferentes responsáveis pela coordenação editorial. Como é natural, tais indicações podem sofrer variações entre casas editoras, mas modelam questões essenciais como a pontuação, a ortografia, o formato gráfico, os modelos de adaptação a seguir, as opções terminológicas a respeitar ou até os erros mais comuns a evitar. Quantas vezes poderiam ser evitadas versões finais com gralhas incómodas ou que necessitam de revisões mais profundas no seio da casa editora se, no decurso do trabalho prévio de preparação da tradução, o tradutor tivesse tido a oportunidade de conhecer as convenções editoriais estipuladas.

Uma nota final para a Bibliografia apresentada pela Norma EN 15038 (2006: 18), em jeito de aparte, para realçar o facto da mesma não constar uma única obra ou nome de autor da área dos Estudos de Tradução e cujo contributo tanto terá influenciado essa Norma, como se pode ver numa leitura atenta. Com efeito, da referida Bibliografia constam apenas referências cruzadas a outras normas técnicas emitidas pela ISO, ou a outras normas europeias de avaliação, conformidade e certificação. Contudo, sem recurso ao trabalho desenvolvido no âmbito das teorias funcionalistas por Katharina Reiss, Hans Vermeer ou Christiane Nord pense-se apenas no que seria uma explicação eficaz sobre os

factores extra e intra-textuais presentes quer no texto de partida quer no texto de chegada. A conclusão é que não teria sido possível elaborar tais afirmações sem a investigação desenvolvida nas universidades por tais professores.

2.7 Quadro de referência nos Estudos de Tradução para esta investigação

Por esta altura, e partindo do vasto conjunto de ideias anteriormente enunciado, importa então referir que nesta investigação o tratamento das respectivas componentes centrais, em particular o Inquérito por Questionário e o estudo de caso sobre uma casa editora portuguesa reflectem a consciência dos contributos acima apresentados e comentados, na sua diversidade e pluralidade. De entre tais contributos, concede-se uma saliência especial aos modelos funcionalistas, à teoria do polissistema e às relações de poder evidenciadas pela tradução. O estudo aqui desenvolvido enquadra-se, portanto, no âmbito de uma abordagem descritiva orientada para a consideração das formas e efeitos que o texto traduzido encontra nos contextos e junto dos leitores do sistema de chegada, procurando estabelecer uma distinção clara entre o processo de tradução e o produto resultante desse mesmo processo.

Das ideias de Reiss, Vermeer, Hölz-Mänttari e Nord reter-se-á a noção da importância da identificação do tipo de texto, dos objectivos do texto a traduzir e das estratégias adoptadas para a tradução. Além disso, serão tidos em consideração os receptores previstos e as especificações do cliente para a execução da tradução. Acrescentar-se-ão ainda outros factores, de ordem pragmática, como os prazos de entrega, os valores a pagar e a delimitação do campo de actuação de cada interveniente, de maneira a formar um conjunto de itens que comporá uma espécie de ficha de “encomenda de tradução”. Na medida em que é em função dessa ficha que as casas editoras encarregam os tradutores da execução do seu trabalho será fundamental perceber até que ponto tais itens constam efectivamente, ou estão ausentes, das habituais “encomendas” editoriais. Notar-se-á, assim, a possível contribuição que uma eventual norma técnico-literária poderia dar para a melhoria do processo de avaliação da tradução não só *a posteriori*, mas também, e se devidamente usada, *a anteriori*.

Entretanto, ter-se-á igualmente em conta a noção de que a tradução actua como um factor indirecto de interferência, normalmente muito pouco visível, e que age sobre outros

sistemas próximos, nomeadamente os sistemas linguístico, cultural e literário (Even-Zohar 1990: 57). Daí que além de se registar que as investigações desenvolvidas, principalmente no âmbito dos *Descriptive Translation Studies*, de que é parte influente a teoria do polissistema, comprovam a importância histórica e social do exercício da tradução para o desenvolvimento da literatura, da cultura e da sociedade em geral também se venha a procurar com esta investigação um testemunho que permita corroborar tais ideias.

Apesar desse papel significativo, não se perde a noção de que a importância da tradução continua a ser menosprezada, sendo frequentemente subalternizada no âmbito da análise e investigação histórica que lhe é dedicada (Holmes 1978: 69), muito por causa da soberania que é conferida à noção de autoria, conforme afirmou Venuti (1998: 2), ou até por uma questão de afirmação da identidade nacional, que tende a relegar para segundo plano os contributos linguísticos provenientes do exterior, lançando suspeitas sobre o exercício da tradução e domesticando tais marcas até que elas se conformem aos valores autóctones (Venuti 1998: 67). Apesar de, nos últimos anos, parecer notar-se uma ligeira tendência de mudança, devido à valorização do multiculturalismo e dos contributos interculturais, e ao consequente aproveitamento de tudo aquilo que os estudos de tradução revelam afinal sobre a diversidade das configurações identitárias, procurar-se-á validar tais conceitos e desenvolvê-los com mais acuidade nos próximos capítulos.

Umbilicalmente ligado às noções da teoria do polissistema enunciada por Itamar Even-Zohar, e já anteriormente citada, é essencial também reconhecer que serão aqui tomadas em consideração as ideias de Gideon Toury sobre as normas translatórias (1980, 1995), ou seja, e nas palavras de Mona Baker, “regularities of translation behaviour in a specific sociocultural situation” (1998: 163).

Finalmente, é indispensável referir que serão de extrema importância para esta investigação as obras de Lawrence Venuti *The Translator's Invisibility* (1995) e *The Scandals of Translation* (1998), predominantemente dirigidas para a análise do panorama literário anglo-saxónico, mas que, com os devidos ajustamentos de perspectiva, poderão revelar-se esclarecedoras quanto a alguns aspectos do mapa literário e editorial português. Acresce a isso que o trabalho de Lawrence Venuti contribuiu grandemente para revelar a necessidade urgente de tornar visível o papel da tradução e dos tradutores, devido à habitual inclinação, por parte de editores, críticos e público em geral, de não notarem a intervenção translatória, em parte por convenientes questões económicas, mas também por força de uma atitude habitualmente centrada no predomínio das noções de autoria.

É de notar ainda que para se poderem revelar alguns dos aspectos mais marcantes da interferência indirecta da Tradução sobre os sistemas-alvo literário, linguístico, cultural e social em Portugal tornou-se essencial coligir e tratar criticamente um conjunto significativo de dados sobre a importância da tradução enquanto actividade intercultural em Portugal. Este trabalho, meritoriamente iniciado por Alexandra Assis Rosa, em 2006, e do qual resultou o artigo “Does Translation Have a Say in the History of Our Contemporary Linguacultures? Some Figures on Translation in Portugal”, confronta-se, no entanto e ainda hoje, com a gritante falta de dados publicados e aceites como fiáveis, como já na altura foi referenciado por essa investigadora. Por esse motivo, a presente investigação assenta sobretudo num conjunto diversificado de informações solicitadas e recolhidas sobre a intervenção editorial e o papel desempenhado por casas editoras, associações de editores e profissionais a elas associados. Tais dados poderão contribuir para traçar um perfil mais apurado e aprofundado das regras que incidem essencialmente sobre os procedimentos de produção, os quais, como se torna evidente, regulam claramente o consumo. Mas poderão, também, permitir uma avaliação mais ponderada da importância efectiva da tradução, e dos profissionais que a desenvolvem, na modulação de padrões artísticos, intelectuais e até sociais do Portugal contemporâneo.

O tratamento dos dados em causa será objecto de especial atenção ao longo do próximo capítulo, onde serão visíveis as circunstâncias de recolha, classificação e ordenação dos dados resultantes de um Inquérito por Questionário administrado às casas editoras portuguesas. Será igualmente significativa a avaliação primária de tais dados, com a apresentação de algumas conclusões parciais, relevantes em função de cada um dos itens analisados. No capítulo subsequente, proceder-se-á a uma tentativa de interpretação dos dados observando-os no contexto da situação concreta de uma casa editora portuguesa, que será usada como estudo de caso.

3. A Tradução para Edição em Portugal

Os aspectos a abordar e aprofundar neste capítulo reflectem inevitavelmente aquele conjunto de determinantes do trabalho de tradução que, como se viu no capítulo anterior, têm recebido mais significativa atenção teórica ao longo desta investigação, em particular os contributos de Katharina Reiss, Hans Vermeer, Christiane Nord e Justa Hölz-Mänttari, mas também de Itamar Even-Zohar e Gideon Toury, e ainda de André Lefevere e Lawrence Venuti.

Ou seja, esta abordagem – agora mais pragmática e sociológica, porque baseada nos resultados de campo aqui apresentados, mas também nas reflexões sobre os factores culturais e sociais que condicionam a selecção, produção e recepção da tradução e esclarece ainda o papel específico dos agentes envolvidos no processo de tradução – assenta, por um lado, e de acordo com o primeiro conjunto de teóricos acima referidos, na teoria da “encomenda” do trabalho de tradução, com todas as determinantes que lhe estão subjacentes, nomeadamente o contexto – cultural, económico, institucional – que é imposto ao tradutor; mas também e, por outro lado, na obra de Toury e Even-Zohar, na teoria do polissistema e na consciência dos condicionamentos mútuos e complexos (ao nível das expectativas dos leitores, dos padrões de gosto, etc.) entre os textos traduzidos e os textos com origem na cultura de chegada. Por fim, recolhe e aprecia o contributo das noções de influência cultural e ideológica de André Lefevere e das relações de poder enunciadas por Lawrence Venuti, particularmente quando actua sobre os tradutores e sobre o reconhecimento do seu desempenho.

Em primeiro lugar, e sobre as questões reconhecidas e analisadas pelos teóricos funcionalistas, devem salientar-se as ideias que presidem à decisão de encomendar ou, de alguma outra forma, iniciar um trabalho de tradução. Para estes autores a função do texto traduzido, nomeadamente os factores cruciais inerentes ao início de todo o processo, são determinantes nas tomadas de decisão dos tradutores. Tal como é importante na fase inicial de encomenda a função específica que se espera vir a ser cumprida pelo texto traduzido e a situação em que o mesmo deverá ser recebido.

Deste modo, a actuação do tradutor situa-se no mundo real do trabalho em tradução, é enquadrada por solicitações concretas e determinada por motivações

normalmente externas, da responsabilidade dos clientes/editores que fazem a encomenda. A produção do texto traduzido tem, assim, como objectivo essencial a satisfação de um processo comunicativo em que são relacionadas as circunstâncias de criação do texto de partida com o acto de tradução e com os objectivos que tal texto deverá tentar alcançar. Note-se ainda que a perspectiva de *skopos* para o sistema geral da tradução foi recentemente complementada pelas teorias sobre sistemas sociais (Cf. Vermeer 2006), integrando, portanto, as interrelações das várias entidades envolvidas no acto de tradução (tradutor, autor da encomenda de tradução, autor do texto de partida, leitor, etc.).

Em segundo lugar, e de certo modo complementando as ideias anteriores, até porque estabelecem uma ponte crucial com a tradução literária, devem destacar-se as propostas da análise polissistémica, em que é analisada a influência de factores extra-literários sobre as decisões poéticas de cada tradutor. Assim, deve ter-se em conta a noção da forte influência da poética da cultura de chegada sobre as decisões de tradução e o facto de a maior parte das traduções se deixar influenciar por tais imposições. Deve ainda tomar-se em consideração o facto de a poética de nações mais fracas (países em desenvolvimento, países em crise de ideias ou valores, países em processo de mudança acentuada) normalmente ser favorável à aceitação das formas provenientes de um texto de partida. Assinale-se por fim, e na conjugação global destas ideias, que a tradução está bem longe de ser uma actividade marginal, afirmando-se mesmo como fundamental para a criação de um sistema literário.

A síntese dos contributos acima referenciados e que foram descritos em mais pormenor no capítulo anterior, demonstra claramente o seu valor para um entendimento mais profundo do exercício da actividade da tradução e das circunstâncias que rodeiam e determinam a actividade editorial. No momento em que encara a perspectiva editorial de elaboração e produção de uma obra, literária ou não, certamente que o editor responsável pondera questões de variada ordem, cuja preparação e resolução procura antecipar, de maneira a evitar eventuais problemas no futuro do livro. Desde logo, e mais especificamente no que a esta investigação diz directamente respeito, é indispensável enquadrar o contributo e a intervenção de coordenadores editoriais, tradutores e revisores na execução do projecto de edição de uma obra originalmente em língua estrangeira.

Enquanto objecto relevante para esta investigação, a escolha de um tradutor e a sua contratação poderão depender de factores diversos, que cabe normalmente à casa editora definir e que, desejavelmente, deverão ser o reflexo de uma lista de critérios bem

delineados. Contudo, é de realçar que nem sempre é isso que se verifica, pois há metodologias diferenciadas na selecção destes profissionais, ou até mesmo regras, por vezes aleatórias, motivadas pela contingência do momento de publicação ou da indisponibilidade temporária do profissional que se pretendia contratar.

Determinantes para o sucesso da obra são também as indicações de carácter editorial fornecidas aos envolvidos na tradução, revisão e edição da obra. Por vezes, esses aspectos modelam a leitura, e a consequente recepção do livro, sendo ora partilhados ora escondidos do tradutor, por razões da inteira responsabilidade dos editores. Caberia, porventura, consolidar tais razões em termos mais adequados e claramente expressos nos livros de estilo da própria casa editora, ou então em motivos devidamente sustentados e divulgados ao profissional a quem caberá a tarefa da tradução. Contudo, verifica-se que, muito frequentemente, as razões invocadas para determinadas propostas de resolução são apenas aplicáveis a cada situação ou projecto em particular e que nem sempre acontece serem devidamente indicadas ao tradutor.

Acrescem ainda outras e bem mais criteriosas decisões a tomar sobre a edição de um livro, que muitas vezes podem ser tomadas em conjugação com o trabalho do tradutor ou em resposta às questões suscitadas por este. Foi sobre o conjunto desses variados elementos que se pretendeu recolher nesta investigação uma série de informações úteis e especializadas, que, se devidamente sistematizadas e coligidas, poderiam servir aos diversos intervenientes envolvidos e permitir uma interacção produtiva e mais eficaz no trabalho desenvolvido. A concretização de tal desiderato poderá ser adequadamente aferida e avaliada ao longo do trabalho de investigação que se exporá de seguida.

Neste capítulo, de cariz marcadamente mais sociológica, no discurso e no tipo de metodologia utilizada, procede-se, em primeiro lugar, a uma curta exposição sobre o procedimento usado para a recolha das informações e sobre as razões subjacentes a esta pesquisa procedendo ainda, e desde logo, a uma análise das características técnicas e práticas das ferramentas usadas para a compilação desta investigação, incidindo nomeadamente nas condições de aplicação de um Inquérito por Questionário.

De seguida, entendeu-se fundamental prosseguir para uma abordagem pormenorizada dos números e estatísticas resultantes do Inquérito, recorrendo com alguma frequência não só aos números obtidos, mas também a quadros e tabelas – apresentados no Anexo II desta investigação e aqui devidamente referenciados – que permitiram explicá-los

ou compará-los com realidades já conhecidas ou estudadas por outros investigadores deste fenómeno.

Por fim, sugere-se, no final de cada uma das análises, localizadas em cada secção do Inquérito, um conjunto de conclusões parcelares que poderão vir a ser úteis para a elaboração e aglomeração final das ideias que resultam da aplicação de todo o Inquérito e dos seus resultados enquanto objecto deste estudo.

3.1 Caracterização do Inquérito por Questionário

Na elaboração do Inquérito por Questionário aplicado no âmbito desta investigação foram especialmente tidas em conta as noções enunciadas por Maria Isabel Correia Dias, em *O Inquérito por Questionário* (1994), Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon, em *O Inquérito* (1992), Marinús Pires de Lima, em *Inquérito Sociológico* (1981), e João Almeida e José Pinto, em *A Investigação nas Ciências Sociais* (1981).

Deve dizer-se, aliás, que a definição de Maria Isabel Correia Dias para o que é o “Inquérito por Questionário” é bem esclarecedora da relevância e utilidade desta ferramenta de investigação:

[O Inquérito por Questionário é uma] Técnica de investigação que, através de um conjunto de perguntas, visa suscitar uma série de discursos individuais, interpretá-los e depois generalizá-los a conjuntos mais vastos. Trata-se de uma técnica de observação não participante, uma vez que não exige a integração do investigador no meio, no grupo ou nos processos sociais estudados. Sendo constituída por uma série de perguntas, mas também podendo integrar outros instrumentos, como por exemplo, testes e escalas de atitudes e opiniões que visam aferir um certo tipo de comportamentos-reacções, e avaliar a intensidade em que se dá determinada opinião ou atitude, as respostas assim obtidas vão constituir o material sobre o qual o investigador vai produzir interpretações e chegar a generalizações. (...)

Finalmente, através do inquérito por questionário, temos acesso a informação actual e actualizada, ou seja, esta técnica de pesquisa permite-nos estudar um fenómeno tal como ele ocorre e é simultaneamente construído e representado num determinado momento. (1994: 4-5)

Entendeu-se que esta técnica de observação, usada no âmbito do presente estudo, deveria dar lugar central às respostas a uma sequência de perguntas escritas, dirigidas a um conjunto de inquiridos, que poderiam fornecer respostas diversas em função das respectivas situações profissionais específicas. Todavia, ponderou-se que seria sobretudo importante que os inquiridos proporcionassem respostas com informações factuais sobre a sua intervenção individual, ou da empresa que representariam, em situações profissionais concretas e relacionadas com o trabalho de tradução nas casas editoras a que pertenceriam.

A aplicação deste Inquérito e a resposta ao mesmo deveriam ser remetidas e devolvidas através de correio electrónico, o que significava a exclusão de uma relação de comunicação oral directa entre o inquiridor e os inquiridos. Ou seja, depender-se-ia, em exclusivo, das informações escritas enviadas pelos inquiridos. Pretendia-se, pois, que a aplicação desta técnica fosse a mais adequada ao estudo extensivo de um grande conjunto de indivíduos que se constituíam como elementos de uma amostra representativa do universo editorial em Portugal. Além disso, pensou-se que seria possível estabelecer comparações mais precisas entre as respostas fornecidas pelos inquiridos, sem a eventualidade de uma interacção presencial condicionadora. Por fim, as respostas obtidas poderiam servir para generalizar os resultados da amostra à totalidade do universo de casas editoras e respectivos responsáveis editoriais.

Durante a fase de planeamento do Inquérito tentou demarcar-se o âmbito dos problemas a analisar e, portanto, o género de informações a obter. Foram, pois, definidos os objectivos do Inquérito, elaborando algumas hipóteses teóricas que iriam determinar os momentos de preparação e execução do mesmo. De seguida, delimitou-se o universo do Inquérito e definiram-se os indivíduos que seriam considerados os mais representativos na constituição de uma amostra informada, e que pudessem fornecer respostas conhecedoras às perguntas colocadas.

Na fase de preparação do instrumento de recolha de dados procedeu-se à redacção do projecto de questionário e tentou estabelecer-se uma coordenação adequada entre os objectivos de conhecimento que o Inquérito se propunha alcançar e uma linguagem acessível e conhecida dos inquiridos. O procedimento de aplicação de um pré-teste ou inquérito-piloto, em que seriam ensaiados o tipo, a forma e a ordem das perguntas incluídas, a título provisório, no projecto de questionário, foi concretizado com a administração do Inquérito a três indivíduos indirectamente associados às actividades que seriam objecto de análise. Tal facto ficou a dever-se à percepção de que o universo de

inquiridos seria já muito diminuto, pelo que não seria viável aplicá-lo a elementos do conjunto a investigar, eliminando assim possíveis respondentes futuros.

Na preparação para a administração do Inquérito passou-se naturalmente também por uma etapa de execução material, em que foram ponderados, e resolvidos, diversos problemas, como por exemplo: o aspecto gráfico do questionário; os problemas relativos ao envio e devolução dos questionários; o preenchimento dos questionários num formato adequado e o mais simplificado possível; a reutilização posterior dos dados, com base em codificações previamente inseridas no corpo do questionário; etc. Deste modo, durante a administração dos Inquéritos, e com grande parte do trabalho de preparação eficazmente desenvolvido, seria possível uma aplicação com maior presteza e agilidade.

Durante a fase de análise dos resultados, para o apuramento e tratamento das informações recolhidas usaram-se os programas informáticos SPSS 16.0 for Windows, SPSS Statistics 17.0 e SPSS SmartViewer 15.0. Partindo da introdução do conjunto de informações neste conjunto de programas de análise e tratamento dos dados, procedeu-se, de seguida, a uma apreciação sumária das principais informações recolhidas. Daqui viria a resultar clara a noção de que os elementos introduzidos, as variáveis assumidas e os cruzamentos de informações tentados teriam de ser objecto de um tratamento mais aprofundado, face ao número algo reduzido de respostas obtidas e às consequentes eventuais distorções que tais números poderiam produzir nas conclusões finais. Tornou-se ainda evidente que as possibilidades de resposta menos orientada, em que a falta de padronização assumida à partida pretendia avaliar e enquadrar acções mais isoladas, foram as menos usadas, com resultados francamente insatisfatórios.

3.2 Alguns dados sobre o estudo desenvolvido

Ao longo da fase preparatória do estudo a desenvolver ficou claro que os elementos estatísticos relativos ao número efectivo de casas editoras em Portugal eram desajustados da realidade e necessitariam de confirmação de diversas fontes, em especial fontes cuja combinação tornasse possível a verificação e intersecção de muitos dados. Como tal, o método de selecção usado resultou do cruzamento das informações fornecidas pelas duas associações de editores, complementando-as com os dados fornecidos pela Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas no respectivo sítio na Internet (<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAs/Paginas/home.aspx>).

Deste modo, verificou-se que o número total efectivo de casas editoras e chancelas editoriais registadas a 1 de Junho de 2008, nos dados fornecidos pela APEL, ascendia a 201. A UEP, por seu turno, indicava, na mesma data, 80 empresas associadas. A Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, por seu lado, registava um total global de 125 casas editoras existentes em Portugal. A partir deste conjunto de informações, e expurgando da lista os casos de repetição e de uma actividade económica associada unicamente à distribuição e ao retalho (como sucedia com várias empresas associadas da APEL) chegou-se ao número total inicial de 255 casas editoras registadas.

Tendo em conta que a validade e qualidade dos resultados do Inquérito dependeriam, grandemente, da dimensão da amostra inquirida, pensou-se que, face às dificuldades de selecção iniciais para o conjunto total de casas editoras, seria porventura melhor tentar definir uma amostra que fosse completamente idêntica à totalidade da população que se pretendia inquirir, o que proporcionaria seguramente um erro de amostragem nulo.

Assim, foram enviadas mensagens de correio electrónico às 255 casas editoras referenciadas, incluindo-se, em anexo à mensagem, o Questionário “A Tradução para Edição em Portugal” a preencher num ficheiro electrónico do programa Microsoft Word. Na mensagem introdutória, e de apresentação do estudo, era solicitada a resposta ao referido Questionário anexo, sendo contextualizado que o projecto de investigação em curso, sobre a “Tradução para Edição em Portugal”, estava a ser desenvolvido no âmbito do CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies), na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e era apoiado – na pessoa do investigador – pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), visando recolher informações sobre o exercício da “Tradução para Edição em Portugal”, e destinando-se a todas as empresas de edição que recorriam ao fornecimento de serviços de tradução.

Indicava-se, ainda, que as respostas solicitadas deveriam ser fornecidas preferencialmente por um responsável editorial, com intervenção directa sobre o trabalho de tradução exercido na/para a casa editora e eram dadas algumas indicações úteis sobre o modo de preenchimento, no programa Microsoft Word, do referido Questionário. Depois de preenchido, deveria o documento em causa ser reenviado como ficheiro anexo, através de uma nova mensagem de correio electrónico, ao cuidado do investigador responsável. Finalmente, garantia-se o sigilo total no tratamento dos dados recolhidos, que seriam

posteriormente tratados em termos estatísticos, e indicava-se que a fase de recolha de informações decorreria entre Junho e Setembro de 2008.

Neste ponto, convirá ainda realçar que as mensagens foram enviadas em três momentos diferentes, ainda que temporalmente bastante próximos – Junho, Julho e Setembro de 2008 – com vista à recolha do maior número possível de respostas das casas editoras contactadas. Em cada um dos momentos de envio das mensagens, evitou-se a repetição do envio às casas editoras que já tivessem respondido positivamente num momento anterior.

Ainda durante o primeiro mês de envio dos Questionários, Junho, foi recebido um razoável número de respostas (quinze), o que prenunciava algum interesse pela matéria abordada e pelo contributo que o estudo poderia fornecer para uma caracterização do panorama da tradução nas casas editoras, conforme referiam inclusivamente algumas das simpáticas mensagens de resposta recebidas.

Durante o mês de Julho a taxa de respostas diminuiu (apenas foram recebidas nove respostas), talvez devido ao decréscimo das actividades e que normalmente está associado aos meses estivais.

Por fim, no mês de Setembro, e face à aproximação da data limite para a recepção final das respostas, assistiu-se a um ligeiro acréscimo no número de Questionários respondidos (doze) e recebidos, ainda que o número total final a que se chegou (vinte e seis respostas) tivesse ficado bastante aquém do que seria expectável. É de notar que, nesta fase em que o prazo limite para as respostas se aproximava rapidamente do final, tinha havido um reforço do pedido, na mensagem expedida pelo investigador, sobre a necessidade de uma resposta dentro do prazo previsto.

Depois do envio das mensagens e respectivos Questionários anexos, procedeu-se então à recolha final e ao tratamento e organização do conjunto de informações recebidas. Assim, constatou-se que apenas 225 casas editoras terão efectivamente recebido as mensagens enviadas, pois do número inicial de 255 casas editoras, 30 dos endereços contactados recusaram liminarmente a entrada de qualquer mensagem, assinalando erros técnicos de diversa ordem para a impossibilidade de recepção de tais mensagens. As causas mais prováveis para a incapacidade de concretização desse contacto poderão ter sido as seguintes:

- Desaparecimento da marca comercial ou da própria casa editora, sem que tal tivesse sido comunicado e actualizado nos registos fornecidos pelas associações de editores e na DGLB;
- Endereços de correio electrónico inexistentes ou apagados, face à eventual desactualização dos dados fornecidos às associações de editores e à DGLB;
- Erros eventuais nos endereços apresentados e usados para o envio das mensagens electrónicas.

Partindo do cenário de inexactidão referente ao número real de editoras portuguesas com actividade contínua, a que já se fez referência anteriormente, acabou por se tomar então, como ponto de partida, um universo de 225 casas editoras. Contudo, deve salientar-se que apenas 123 casas editoras acusaram realmente a recepção da mensagem e do Questionário, ao passo que 102 outras nem sequer acusaram a recepção de qualquer mensagem, esquivando-se ao envio de uma simples resposta, ou até mesmo ao pedido de notificação de recepção da mensagem. Por este motivo, considera-se afinal que o número mais próximo da realidade quanto à quantidade efectiva de casas editoras em Portugal, era o indicado pela Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, que ascendia, recorde-se, a 125.

Considerou-se, portanto, um universo efectivo de 123 casas editoras para este estudo. Deste universo, 87 casas editoras (70,73%) declararam ter recebido a mensagem e o Questionário anexo, num dos contactos estabelecidos em momentos diferentes (Junho, Julho e Setembro de 2008), mas não devolveram qualquer resposta em que o Questionário surgisse preenchido.

36 casas editoras (29,26%) enviaram uma resposta à mensagem inicial, tendo 11 delas (8,94%) declarado que não responderiam ao Questionário pelos mais variados motivos, dos quais se destacam, pela sua recorrência, os seguintes:

- A data de implantação da casa editora era ainda muito recente para que os dados a fornecer pudessem ser considerados significativos, pelo que os responsáveis se escusavam a dar uma resposta;
- A casa editora tinha uma dimensão demasiado reduzida para se considerar capaz de fornecer uma resposta cabal e substancial ao Questionário recebido, daí a consideração que não valeria a pena responder, sob pena de enviar os resultados gerais do Questionário;

- O trabalho de edição desenvolvido pela casa editora em questão era feito exclusivamente com base na língua portuguesa, pelo que as respostas sobre eventuais trabalhos de tradução (inexistentes) não eram possíveis;
- A casa editora dedicava-se exclusivamente à área da edição escolar, não tendo portanto qualquer possibilidade de fornecer respostas às perguntas feitas sobre a área da tradução pois não era desenvolvido qualquer trabalho nessa área no seio da editora em causa;
- A casa editora não tinha tempo para fornecer quaisquer respostas porque os responsáveis estavam demasiado ocupados com trabalhos de edição vários o que impediria uma contribuição eficaz;
- Em diversos casos, verificou-se ainda uma conjugação simultânea de alguns dos factores anteriores, o que contribuía para uma efectiva impossibilidade de responder.

Finalmente, deve referir-se que responderam efectivamente ao Questionário 25 casas editoras, ou seja, 20,32% das 123 que acusaram a recepção da mensagem e do Questionário. É de notar que houve uma resposta dupla ao Questionário por parte de uma mesma casa editora, que, sob uma orientação editorial diferente e para chancelas diferentes, optou pela selecção de opções bem diferentes. Por esse motivo, foram registadas as respostas recebidas a ambos os Questionários.

Assim sendo, e tendo em conta os resultados finais obtidos, é de salientar a escassez no número de respostas efectivamente recebidas. Esse facto poderia levar-nos a concluir que os resultados obtidos não seriam representativos do universo que se pretendia estudar. Contudo, e como afirmam Ghiglione e Matalon, em *O Inquérito*:

Colocar o problema da representatividade por si só, e querer a qualquer preço uma amostra representativa, é impor uma condição difícil de satisfazer e, muitas vezes, inútil. É necessário substituir a noção global de representatividade por uma noção mais ampla, a de adequação da amostra aos objectivos estabelecidos, sabendo-se que um inquérito visa, em geral, diversos objectivos (na prática, isso significa que estão previstos diversos tipos de análise) e que não é necessariamente a mesma amostra que, inicialmente, seria considerada óptima para cada um deles. (1992: 59)

Ora, não se pode considerar que a amostra a que se chegou no caso da presente investigação foi previamente seleccionada. Apesar disso, a representatividade da amostra mencionada pelos autores acima acaba por ser realmente significativa, em especial se se atender ao facto de várias respostas serem provenientes de algumas das casas editoras que têm um maior número de obras traduzidas no mercado português. Além disso, é de referenciar igualmente que as respostas de algumas editoras de pequena dimensão são claramente representativas do posicionamento e actuação deste tipo de casas editoras em Portugal.

A somar a tudo isso, é preciso ter em conta a percepção que o negócio da edição implica normalmente preocupações de grande sigilo relativamente ao produto que é objecto de comercialização, em especial num mercado tão diminuto quanto o existente em Portugal. Tal sigilo em relação à obra resulta, frequentemente, de preocupações comerciais por parte das casas editoras relativamente a diversas eventualidades. Nomeadamente de a obra poder ser copiada e divulgada em outros formatos, ou de a compra de direitos da obra em causa poder ser feita sub-repticiamente por outros editores ou entidades, inviabilizando a sua rentabilização pelo editor que a pretendia adquirir originalmente. Além disso, a divulgação antecipada de elementos textuais ou de enredo da obra poderá servir para promover o desinteresse do público pela sua compra, ou até servir para uma promoção negativa da obra em causa.

Por outro lado, nota-se que as casas editoras portuguesas conservam um sigilo profundo relativamente aos profissionais que contratam para o desenvolvimento do trabalho de tradução para edição. E também neste caso deverá haver, seguramente, motivos diversos para tal atitude. Talvez seja uma questão de a procura superar a oferta no que diz respeito aos profissionais mais competentes, o que inviabilizará a sua contratação simultânea por várias casas editoras. Talvez seja uma simples estratégia de contenção de custos das casas editoras, que assim reservam para o seu serviço alguns profissionais a preços mais vantajosos. Ou talvez seja uma inevitabilidade do sistema geral de formação de tradutores, que não proporciona um número suficiente de profissionais qualificados para o mercado da edição em Portugal.

Seja como for, é apenas conjectural a possibilidade de as preocupações de sigilo se terem alargado e serem o motivo principal para a escassez de respostas dadas ao Inquérito. É claramente mais provável assumir que se deverá ter verificado um fenómeno importante e contributivo para a ausência de muitas respostas, nomeadamente o facto de não ter sido

uma entidade oficial pública, mas antes um investigador isolado, ainda que enquadrado num grupo de investigação universitário, a elaborar e enviar o Inquérito. Conhecem-se bem as resistências que as situações de investigação académica normalmente provocam e que, associadas à já crónica falta de tempo para desenvolver os trabalhos de edição necessários à publicação das próprias obras, terá levado à falta de respostas. Claramente exemplificativo deste género de resposta foi o que um editor retorquiu ao pedido de preenchimento dos dados no Inquérito por Questionário, e que a seguir se transcreve:

Lamentamos informar que não podemos corresponder ao solicitado uma vez que recebemos inúmeros pedidos deste género, muitos dos quais de resposta obrigatória, como é o caso daqueles que nos chegam do *INE, Ministério do Ambiente, Sociedade Ponto Verde* e de muitos outros organismos oficiais.

Nestas circunstâncias, e dada a grande sobrecarga dos nossos serviços, é-nos de todo impossível dar sequência ao pretendido. (Resposta por *e-mail* de uma das casas editoras contactadas)

3.3 Análise do conjunto de dados resultantes do Inquérito

Procede-se, de seguida, à análise circunstanciada dos dados recolhidos, com a respectiva apresentação quantitativa e interpretação sucinta dos resultados. Assinala-se ainda que os números apresentados, com evidências percentuais, constam do Anexo II, onde são apresentados os resultados sob a forma de tabelas, colocado no final de todo o trabalho. Igualmente apresentado, como Anexo I, está o Inquérito por Questionário enviado a todas as casas editoras que constavam da lista inicial relativa ao conjunto destas empresas existentes e actantes no mercado português.

3.3.1 Identificação dos Inquiridos (Anexo II – 1.)

Para uma caracterização sucinta dos inquiridos que enviaram respostas ao Inquérito por Questionário procurou determinar-se um conjunto curto de dados essenciais, considerando especialmente a sua importância para um enquadramento que permitisse a descrição sumária dos responsáveis pelas casas editoras em Portugal. Procurava-se, deste

modo, aferir se a formação específica, ou de algum outro género, domina o exercício das profissões nesta área de actividade. Dedicava-se igualmente atenção à possibilidade de ser traçar um perfil dos profissionais envolvidos neste sector.

Assim e no que à variável “Distrito de Residência” (Anexo II – 1.1/1.2) diz respeito, registou-se um predomínio bastante significativo de residentes oriundos da área geográfica de Lisboa, à qual se verificou pertencerem cerca de 62% dos inquiridos. De seguida, nesta listagem, surgiram os residentes na cidade do Porto, de onde eram provenientes quase 12% dos inquiridos, sendo que, no seu conjunto, estas duas áreas concentravam, portanto, 74% de todos os inquiridos.

Note-se que não será de estranhar tal distribuição geográfica dos quadros superiores das casas editoras, dada igualmente a situação geográfica dos escritórios principais, ou sedes, dos respectivos empregadores, conforme registados para efeitos deste mesmo estudo. Esta situação é habitual nas empresas portuguesas, também em outros sectores de actividade, e reflecte bem a dimensão do país e a centralização dos serviços. Na verdade, a grande maioria das editoras portuguesas concentra-se na região de Lisboa, onde, já em 2002, estavam sediadas cerca de 76% das empresas, conforme registara Rui Telmo Gomes, em Julho de 2005, no estudo *Um Mercado de Trabalho Feminizado: Oportunidades e Constrangimentos na Edição de Livros em Portugal*:

**Empresas do sector da Edição de Livros,
por Pessoal ao serviço e Região (2002)**

2211 - Edição de livros	Número de Empresas	%	Número de Pessoal ao Serviço	%	Volume de negócios **	%
Escalões de pessoal						
Até 9	261	84,7	506	17,5	28.501	8,3
10-19	19	6,2	286	9,9	19.101	5,5
20 e mais	28	9,1	2.099	72,6	297.617	86,2
Região						
Norte	48	15,6	613	21,2	94.190	27,3
Centro	16	5,2	100	3,5	4218	1,2
Lisboa	233	75,6	2.135	73,8	245.820	71,2
Alentejo	4	1,3	18	0,6	495	0,1
Algarve*	–	–	–	–	–	–
Açores	3	1,0	21	0,7	424	0,1
Madeira*	–	15,6	–	21,2	–	–
<i>Total</i>	308	100,0	2.891	100,0	345.219	100,0

Fonte: INE, *Inquérito às Empresas*

* A fonte não refere dados por uma questão de sigilo estatístico

** Milhares de euros

(Gomes 2005: 7)

Já no que concerne à variável “Sexo” (Anexo II – 1.3) dos inquiridos, não se encontram grandes discrepâncias entre o número de homens e de mulheres envolvidos nesta área de actividade. Embora o número de inquiridos masculinos e femininos seja relativamente equilibrado, nota-se ligeiramente que é uma área de trabalho exercida com mais frequência por indivíduos do sexo feminino. Com efeito, e no âmbito desta investigação, concluiu-se que as respostas tinham sido fornecidas por 48% de homens e 52% de mulheres, ou seja, e face ao que tinha sido solicitado, também seria esta a percentagem de inquiridos responsáveis pelo desempenho de tarefas relacionadas com a direcção ou coordenação editorial nas casas editoras.

Confirma-se portanto, também neste caso, o panorama já anteriormente traçado por Rui Telmo Gomes para a caracterização do mercado de trabalho no sector da edição, e que é apresentado nas duas tabelas mais abaixo, que são, note-se, provenientes de fontes diferentes. É de realçar também a percentagem gradualmente mais significativa, ao longo dos anos analisados, do número de mulheres que têm vindo a desenvolver a sua actividade profissional nesta área.

Percentagem de mulheres no sector da edição

CAE	1998		2000		2003	
	Total	%M	Total	%M	Total	%M
<i>Total</i>	4.843.800	44,4	5.020.900	44,9	5.118.000	45,5
22 - Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados	37.300	32,7	47.000	35,1	42.100	30,6
221 - Edição	11.200	43,8	21.800	48,2	17.400	36,2

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

(Gomes 2005: 15)

Percentagem de mulheres no sector da edição

CAE	1995		2000		2002	
	Total	%M	Total	%M	Total	%M
<i>Total</i>	2.062.505	41,0	2.464.762	43,4	2.564.448	42,9
22 - Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados	31.174	32,0	34.104	35,6	32.612	36,3
221 - Edição	8.192	42,1	9.898	47,6	10 206	48,1
2211 - Edição de livros	1.855	41,6	1.588	53,5	2.163	51,9
2212 - Edição de jornais	3.692	35,9	4.039	40,9	4.072	41,4
2213 - Edição de revistas e outras publicações periódicas	2.286	52,0	3.815	52,8	2.994	53,4
2214 - Edição de gravação de	79	34,2	129	36,4	102	42,2
2215 - Edição -dispersos	219	50,7	291	46,7	875	53,0
Edição, n.e. (não especificado)	61	37,7	36	38,9	0	0,0

Fonte: Ministério do Trabalho
(Gomes 2005: 16)

Segundo Rui Telmo Gomes, o sector da edição é, de facto, um campo com “forte representação feminina”, algo que o autor em causa associa às transformações sociais na sociedade portuguesa, com a extensão e alargamento da escolaridade e a entrada das mulheres no mercado de trabalho. De facto, neste estudo salienta-se que se tem verificado:

... uma entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho ao longo das últimas quatro décadas. Refira-se que, de acordo com o recenseamento geral da população portuguesa, a taxa de actividade feminina era de 13% em 1960 e 46% em 2001. (2005: 35)

Além disso, o facto de tantas mulheres intervirem profissionalmente na área da edição deve-se também à aquisição de habilitações académicas de nível superior que, crescentemente, têm sido obtidas por parte das mulheres em Portugal. Realça-se pela sua importância, em particular para esta área da edição, a especialização na área das Humanidades que serve quase como passaporte de entrada neste sector.

Já no que se refere ao item “Idade” (Anexo II – 1.4) dos inquiridos não se nota qualquer predominância relevante de uma faixa etária em particular. De facto, e até porque era uma pergunta para a qual a resposta era de carácter facultativo, verificaram-se inúmeras situações de “não resposta” à pergunta sobre a idade, sendo inclusivamente esse o

comportamento mais evidente nesta variável. Torna-se, contudo, claro que a grande maioria dos inquiridos que responderam a esta questão tem entre 35 e 50 anos. Não sendo de estranhar, é uma confirmação possível de que é nesta faixa etária que normalmente se situarão os responsáveis pelas casas editoras portuguesas.

Mais uma vez, lamenta-se a falta de resposta a esta questão, até porque os dados relativos aos elementos sobre a idade dos responsáveis, juntamente com os dados fornecidos sobre o sexo dos mesmos, poderiam ser potenciais determinantes para a antevisão de padrões de gosto e de expectativas geracionalmente definidas, reflectindo-se efectivamente naquilo que se publica em determinado período e demonstrando preferências eventualmente marcantes para os envolvidos, mas também, e necessariamente, para o público leitor e receptor dos gostos de tais indivíduos.

Quanto ao item relativo às “Habilitações Académicas” (Anexo II – 1.5) dos inquiridos é de realçar uma tendência bastante relevante para o exercício da actividade profissional por parte de indivíduos com habilitações académicas de nível superior, na medida em que 73,9% dos indivíduos revelam possuir pelo menos o grau de Licenciatura. Igualmente significativo é o facto de haver também uma percentagem importante de inquiridos, 13%, que afirmaram deter o grau de Mestrado. Ou seja, estamos perante um quadro de profissionais com qualificações bastante elevadas, o que reflecte as tendências normalmente associadas ao exercício de funções executivas de nível superior na área das Artes.

Relativamente às áreas de formação de onde são provenientes os diversos inquiridos que responderam a este item deve salientar-se que o sector tradicional das Humanidades usufrui de uma vantagem bastante significativa sobre todas as outras áreas. De facto, as habilitações em Línguas, Literaturas, Linguística e Tradução compõem mesmo o maior contingente de formações de nível superior que desempenham funções de supervisão na área editorial, pois abarcam 52,1% dos indivíduos. Seguem-se, mas a grande distância, a História, o Direito e a Gestão, com apenas 8,6%, cada. A distribuição dos restantes inquiridos faz-se por áreas tão díspares quanto as Relações Internacionais ou a Economia, passando ainda pela Sociologia ou pelo Multimédia, sem um predomínio acentuado de qualquer uma dessas outras formações.

Mais uma vez, estas conclusões corroboram o estudo de Rui Telmo Gomes, que salientara também a área académica das Humanidades como aquela que proporcionava um maior número de profissionais para a supervisão editorial:

A especialização em literatura e/ou línguas, os conhecimentos e experiências relacionados com a área, ou tão simplesmente o gosto pelos livros e pela leitura são os capitais mais valorizados e diferenciadores das candidaturas para o ingresso no sector. (2005: 35)

No que diz respeito às “Funções Desempenhadas” (Anexo II – 1.6) pelos inquiridos observa-se que 33,3% dos que responderam exercem efectivamente o cargo de Director Editorial, sendo seguidos pelos Editores Principais e Coordenadores de Edição, ambos com 19% de respostas. Apesar das instruções claramente fornecidas na mensagem que acompanhava o Questionário, e nas quais era solicitado que as respostas fossem dadas por indivíduos que exercessem funções de supervisão editorial, pode ver-se que apenas 71% dos inquiridos desempenhavam efectivamente funções dessa ordem e nessa área de actividade. Os restantes elementos estavam ligados a funções de administração, ou outras não identificadas, supostamente referenciadas no seio das próprias editoras como sendo de responsabilidade bastante para poderem responder ao Inquérito.

A partir dos elementos recolhidos e anteriormente enunciados poderá então concluir-se que:

- A caracterização da área geográfica de proveniência dos inquiridos responsáveis nas casas editoras aponta para a sua localização maioritariamente no distrito de Lisboa, ou, numa alternativa mais residual, no distrito do Porto;
- Os respondentes são pessoas com idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos;
- Os respondentes são principalmente do sexo feminino;
- Quanto às habilitações académicas, os respondentes afirmam ter, na sua maioria, habilitações iguais ou superiores à Licenciatura, com uma incidência maior no número de indivíduos que obteve formação na área das Humanidades;
- Por fim, os respondentes ao Inquérito exerciam essencialmente funções como Directores Editoriais, embora também tenham respondido alguns Editores Principais e Coordenadores de Edição.

3.3.2 *Caracterização da Casa Editora* (Anexo II – 2.)

Na perspectiva de uma descrição contextualizadora, e servindo de base ao necessário enquadramento das casas editoras em Portugal, foi também incluída no Inquérito por Questionário enviado uma curta secção que pretendia descrever as empresas deste sector de actividade. Partindo dessa breve consulta, e dos dados daí resultantes, pensou-se que seria possível confirmar a actividade desenvolvida, mas também a dimensão das casas editoras cujas respostas foram recebidas. Além disso, tornar-se-ia possível aquilatar, assim, da importância e dimensão dos trabalhos de tradução para o volume de negócios da casa editora em causa.

Solicitou-se, portanto, que as casas editoras contactadas indicassem o respectivo “Código de Actividade Económica” (CAE), de forma a poderem ser devidamente enquadradas num sector específico de actividade ou em mais do que apenas um sector. Contudo, e estranhamente, este item viria a ser objecto de um grande número de não-respostas, ainda que o seu preenchimento não fosse facultativo. Eventualmente os respondentes não terão podido responder a esta questão por desconhecerem o código em causa, por o mesmo estar desajustado ou desactualizado, ou ainda por entenderem que tal resposta poderia ser prejudicial aos interesses da empresa, porventura devido a alguma situação irregular.

A falta de respostas viria, portanto, a inviabilizar por completo a utilização e eventual utilidade deste item para a confirmação da área de actividade a que as empresas se dedicavam. Pena que assim tenha sido, porque seguramente teria sido possível verificar, ou até confirmar, a dispersão de actividades em que se envolvem estas empresas, intervindo em múltiplas áreas, nomeadamente ao nível da concepção gráfica e da produção de livros, mas também da distribuição e comercialização através de múltiplos canais. Se tais áreas de intervenção fossem claramente evidenciadas, seria possível traçar um quadro mais rigoroso e poder-se-ia aquilatar também da eventual participação de empresas de outras áreas no sector da edição

Já quanto à solicitação a propósito do item “Designação Comercial da Casa Editora”, apesar de ser facultativo o respectivo preenchimento, foi muitas vezes

respondido. Contudo, é legítimo reconhecer agora que a solicitação deveria ter sido mais específica. Com efeito, a coordenação editorial de uma casa editora, ou de várias, muitas vezes sob a designação de uma só editora ou de várias chancelas editoriais – marcas comerciais diferentes – de uma mesma casa editora, é normalmente feita por um mesmo conjunto de pessoas. Ora, na resposta ao Inquérito, constatou-se que os responsáveis por essa coordenação, apesar de terem respondido às questões colocadas, não identificaram em nome de qual das casas editoras e/ou chancelas estariam a responder, assinalando frequentemente apenas um dos títulos (normalmente a casa editora mais conhecida no mercado). Desse modo, poderia ter-se desenvolvido um quadro de interligações e a consequente interpenetração de critérios editoriais entre as várias marcas comerciais que fossem orientadas por uma só coordenação editorial.

Assim, verificou-se neste Inquérito que, apesar de não ter sido possível contactar todas as casas editoras e chancelas existentes no mercado, em muitos casos um só responsável editorial forneceu, de facto, as respostas que indicavam a atitude e a posição de todo um grupo editorial perante as perguntas que lhe eram colocadas, e em nome, afinal, de todas as marcas do grupo que eram por si coordenadas. É de assinalar, ainda, que foi efectivamente isso que se verificou com alguns dos maiores grupos editoriais nacionais, como as marcas do Grupo Leya, ou as diversas chancelas do grupo Bertelsmann.

Já quanto às respostas sobre o “Número Total de Colaboradores Permanentes da Casa Editora” (Anexo II – 2.1) as respostas foram sintomáticas da situação editorial portuguesa. De facto, a maioria das casas editoras que responderam ao Inquérito assinalaram a sua reduzida dimensão. A maioria das inquiridas tinha menos de dez colaboradores permanentes (34,6%) ou até menos de cinco colaboradores permanentes (30,8%).

No extremo oposto, com mais de sessenta e menos de cem colaboradores permanentes (7,7%), ou até mesmo com mais de cem colaboradores permanentes (7,7%), verifica-se que há um reduzido número de casas editoras a operar em Portugal. Como é evidente, e perante estes resultados, não se poderá concluir que estejamos perante casas editoras de grande dimensão, até porque cerca de 65% delas não chega a ter um número de colaboradores superior a dez.

Estes dados confirmam claramente, aliás, estudos já antes citados, nomeadamente o de Rui Gomes, no qual se indicava que, em 2002, as casas editoras portuguesas com escalões de pessoal até nove funcionários eram 84,7% do total. Por seu turno, e ainda

segundo o mesmo estudo, as casas editoras que tinham mais de 20 pessoas ao seu serviço eram apenas 9,1% (Gomes 2005: 7). Para o ano de 2006, um outro estudo, da empresa espanhola de consultoria DBK, indicava, em iguais moldes, que em Portugal as empresas editoras geravam um volume de emprego na ordem dos três mil trabalhadores e que, em média, deveria haver oito trabalhadores em cada empresa editorial (DBK 2007: 1).

Enquanto elementos igualmente caracterizadores das empresas portuguesas da área da edição deve salientar-se ainda que as quotas de mercado das principais e maiores empresas deste sector – Porto Editora, Círculo de Leitores, Texto Editores, Asa Editores e Ediclube – representavam, no seu conjunto, 27% do mercado português (DBK 2007: 1). Igualmente importante é notar que estas empresas tinham, em 2006, capitais essencialmente portugueses e estruturas muitas vezes de cariz familiar. Contudo, já em 2006, começava a notar-se a entrada em Portugal, para este sector, de alguns dos principais grupos europeus relacionados com a área editorial e comunicação.

No que diz respeito ao número de “Colaboradores Permanentes Adstritos ao Departamento Editorial” (Anexo II – 2.2), as indicações provenientes do Inquérito administrado sugerem que o número de funcionários que exercem tais funções situa-se, frequentemente, entre os três e os seis colaboradores (57,7%), ainda que haja uma percentagem significativa de empresas em que apenas um a dois colaboradores (30,8%) exercem funções bem definidas no Departamento Editorial.

Não sendo de estranhar, estes dados corroboram, de facto, a situação de contratação externa dos mais diversos profissionais que trabalham para as casas editoras. Com efeito, é relativamente frequente que *designers*, ilustradores, revisores, tradutores, e até mesmo alguns coordenadores editoriais, sejam contratados extra-portas para o exercício das respectivas tarefas (Gomes 2005: 23) e esvaziando, de alguma forma, as casas editoras dos profissionais que na área editorial poderiam exercer funções internas. Atente-se que não se pretende com esta afirmação mais do que constatar que tais empresas e profissionais desempenham o respectivo ofício nesta condição, sem que essa conclusão pretenda indiciar algum outro tipo de implicações ou conclusões.

Ainda segundo o estudo já antes referenciado da empresa DBK (2007: 4), para o ano de 2006, o número de funcionários ligados às empresas da área da edição era exactamente de 3004 pessoas. Este indicador especificava unicamente as pessoas directamente ligadas às empresas e, portanto, com vínculos permanentes em funções diversas, não permitindo extrapolações quanto ao eventual número de colaboradores

externos que exerceriam funções para as empresas de edição. Face ao que se nota no sector, ao nível da contratação externa, será, portanto, extremamente difícil descrever mais pormenorizadamente outros dados, até ao momento inexistentes, sobre os colaboradores dedicados exclusivamente à área editorial.

Quanto ao indicador de caracterização das casas editoras com base no “Número Total de Títulos Editados por Ano” (Anexo II – 2.3), é de realçar que se revelou bastante eficaz e revelador da grandeza relativa das mesmas. Com efeito, a maior percentagem de inquiridos (26,9%) situou-se no intervalo dos 21 a 40 títulos publicados por ano, o que poderá ser revelador da tendência geral das casas editoras portuguesas.

Contudo, também é de realçar que o valor percentual imediatamente inferior a este é de 15,4% e que, curiosamente, tal valor ocorre, de forma idêntica, em três intervalos: nas casas editoras que afirmaram publicar menos de dez títulos por ano; nas casas editoras que afirmaram publicar entre onze e vinte títulos por ano; e nas casas editoras que afirmaram publicar entre 41 e 70 títulos por ano.

É igualmente significativo notar que no intervalo situado entre as cem e as duzentas obras publicadas por ano, a percentagem de casas editoras é apenas de 7,7%. Por outro lado, verifica-se uma ligeira subida, para os 11,5%, quando se registam as casas editoras que publicam mais de duzentas obras por ano. Ou seja, o mercado português não é um mercado de casas editoras que publiquem um grande número de livros por ano, com algumas excepções.

Deste modo, a caracterização das casas editoras em Portugal, através do presente estudo, confirma os dados de estudos anteriormente apresentados sobre a realidade do nosso mercado editorial, nomeadamente a investigação de Rui Telmo Gomes (2005). Pode mesmo dizer-se que a dimensão apresentada no âmbito deste estudo revela que as casas editoras que responderam ao Inquérito são representativas da edição em Portugal, assumindo-se quase como uma amostra do panorama editorial português, ainda que não tivesse sido seleccionada *a priori*.

A respeito de todo este item, deve salientar-se ainda a forte associação entre os valores registados, pois à medida que aumenta o número total de colaboradores na casa editora, aumenta também o número de títulos editados por essa mesma casa editora. Contudo, apesar de tal associação e tendência ser notória, não é uma associação absolutamente rigorosa, pois 12,5% das casas editoras com menos de 5 colaboradores afirmaram editar ou ter editado anualmente mais de 200 obras. Como é evidente, esta

situação poderá ser consequência directa do aproveitamento de um espólio passado ou presente considerável, cuja reedição/reimpressão é feita pela casa editora (Gomes 2005: 23), apesar de esses casos não serem encarados como significativos da publicação efectiva de títulos novos.

No ano de 2002, no estudo liderado por Rui Telmo Gomes (2005: 9) afirmava-se que a distribuição dos títulos publicados por “Novidades” correspondia a 7235 obras, ao passo que as “Edições/Reimpressões” significavam 3473 títulos. Além disso, os “Livros escolares” representavam a maior fatia do total, com 37,8% do volume de vendas e 44,6% dos exemplares produzidos. A “Literatura” perfazia apenas 26,4% do volume de vendas e 20,5% do número de exemplares produzidos.

Importante para o estudo presente era o item seguinte, no qual se indagava qual o “Número de Títulos Traduzidos a partir de Outras Línguas e Editados Anualmente” (Anexo II – 2.4). Neste caso, tornou-se evidente uma tendência para a publicação de um número não muito significativo de obras estrangeiras, o que parecia, à primeira vista, contrariar a percepção habitual de qualquer frequentador de livrarias, pois é certo que normalmente parecem ver-se destacados muito mais livros estrangeiros e muito menos livros de autores portugueses.

No entanto, os números obtidos junto das casas editoras indicaram que a percentagem mais elevada, 34,6%, assinalava que as casas editoras tinham uma edição anual inferior a dez títulos provenientes de outras línguas. Segue-se-lhe a percentagem de 19,2%, para o intervalo entre 21 e 40 títulos estrangeiros publicados em casas editoras nacionais. A confirmação final destes valores assenta no indicador de apenas 7,7% para as casas editoras portuguesas que publicam mais de 151 obras estrangeiras. É ainda curioso reparar que neste caso e no que diz respeito à relação entre o número de colaboradores permanentes e o número de títulos traduzidos e editados a associação é um pouco mais fraca, ainda que significativa. De facto, apesar de uma casa editora ter poucos colaboradores permanentes pode ter efectivamente um grande número de títulos traduzidos.

É provavelmente importante salientar o dado anterior, pois indica claramente que as casas editoras portuguesas com menor dimensão, no que diz respeito ao número de colaboradores, investem fortemente nos títulos estrangeiros, dependendo da contratação externa de tradutores e de autores estrangeiros para a criação e manutenção do respectivo

catálogo. Por outro lado, também é de registar que há, de facto, algumas casas editoras cujo catálogo contém anualmente mais de 151 títulos originais em língua estrangeira.

Ora este facto é importante para a caracterização das editoras portuguesas, que assentam grande parte das obras que publicam nos livros estrangeiros e, portanto, na necessidade de contratação de profissionais da área da tradução. Também é significativo notar que muitos dos títulos traduzidos situam-se na área da literatura e não tanto das obras de referência.

No estudo de Rui Telmo Gomes (2005: 10) *Edição: Mercado de Trabalho Feminizado*, já anteriormente citado, assinalava-se para o ano de 2002 que o número de títulos produzidos, no âmbito do género “Literatura”, era dominante, ainda que registasse percentagens muito inferiores às dos livros escolares no que dizia respeito ao número de exemplares produzidos. Com efeito, haveria cerca de sete milhões de exemplares produzidos no género “Literatura”, o que ascenderia a cerca de metade do que era produzido em “Livros escolares”.

Por outro lado, é de realçar que o volume de títulos efectivamente traduzidos e editados em Portugal, e registado por esta investigação, é consistente com a situação geral verificada em Portugal, tal como descrita em outros estudos, em especial quando se compara o número de títulos traduzidos em língua portuguesa com o número de títulos publicados em língua portuguesa original. Na verdade, José Soares Neves, em *Inquérito ao Sector do Livro*, assinalou, para os anos entre 2000 e 2004, que os livros traduzidos constituíam entre 25% e 26% do volume total de títulos depositados na BNP (2008: 16). A excepção, pela ligeira tendência crescente assinalada, mas que careceria de ser posteriormente confirmada, foi o ano de 2005, em que o volume de títulos traduzidos ascendeu já a quase 31% por cento do total de obras depositadas na BNP.

A partir do conjunto de dados anteriores, é possível concluir que:

- As casas editoras não se preocuparam grandemente com a identificação clara do respectivo código de actividade económica, como se isso fosse um dado adquirido evidente, prejudicando assim a pretendida caracterização do sector;
- A obrigatoriedade da identificação individual de cada empresa, cujo preenchimento era de carácter facultativo, teria possibilitado um registo muito útil de todas as casas editoras e chancelas envolvidas e permitiria apreciar o âmbito de acção dos respondentes ao Inquérito administrado;

- A falta da identificação individual impediu o desenvolvimento de um quadro de interligações e a consequente interpenetração de critérios editoriais entre as várias marcas comerciais orientadas por uma só coordenação editorial.

Dos indicadores sobre o número de colaboradores permanentes na área da edição em Portugal é possível determinar que:

- Esta área de actividade é composta por casas editoras de pequena dimensão;
- As casas editoras têm poucos colaboradores internos nos respectivos departamentos editoriais;
- Na composição de uma casa editora portuguesa média trabalham normalmente menos de dez colaboradores;
- O departamento editorial de uma casa editora portuguesa tem habitualmente menos de seis pessoas ao seu serviço, o que indicia a realidade do país, pois também reflecte o número reduzido de leitores existentes em Portugal e confirma muitas das estatísticas sobre essa matéria.

Também o indicador registado nesta investigação sobre o número de títulos editados anualmente por cada casa editora viria a revelar-se extremamente interessante e descritivo, já que permitiu demonstrar que:

- Em média, as casas editoras portuguesas editam menos de quarenta títulos por ano;
- Em média são traduzidos em cada casa editora menos de dez títulos a partir de outras línguas, o que poderá servir para compreender a verdadeira dimensão da actividade da tradução para edição no nosso país (algo diminuta);
- Ainda assim, há algumas casas editoras com um número significativo de títulos em língua estrangeira – mais de 151 – publicados anualmente.

3.3.3 *Seleccção de um Tradutor* (Anexo II – 3.)

No âmbito desta secção do Inquérito por Questionário apresentado procurava abordar-se o conjunto de aspectos que permitiriam traçar uma descrição do perfil do tradutor a contratar, tal como esse perfil era percebido pelas casas editoras em Portugal. Procurava-se, assim, determinar qual o conjunto de factores e critérios

considerados mais importantes para a selecção de um candidato a tradutor, mas também os conhecimentos e habilitações que tal candidato deveria possuir para o exercício das suas funções. Na parte final desta secção do Questionário era também evidente a intenção de determinar as condições contratuais em que se vêem envolvidos os tradutores quando trabalham para uma casa editora em Portugal.

No início desta secção era solicitado às casas editoras que indicassem por ordem de importância os respectivos critérios de selecção dos tradutores, tendo em atenção especial os seguintes elementos:

- Habilitações académicas do candidato (Anexo II – 3.A);
- Habilitações profissionais e experiência profissional anterior do candidato (Anexo II – 3.B);
- Condições contratuais propostas pelo empregador e aceites pelo candidato (Anexo II – 3.C);
- Referências fornecidas por terceiros sobre o candidato (Anexo II – 3.D).

Nas respostas obtidas foi notório que o critério de selecção mais valorizado pelas casas editoras era o item das Habilitações e Experiência profissionais anteriores do candidato, que viria a alcançar os 87%. De seguida, ainda que a larga distância, ficaram as Habilitações Académicas do candidato, apesar de o grau de importância atribuído a este item se ter quedado normalmente pelo segundo lugar no grau de importância atribuído pelas casas editoras.

No que respeita aos outros dois factores, é de realçar que as condições contratuais propostas pelos empregadores foram normalmente consideradas mais importantes do que as eventuais referências fornecidas por terceiros sobre o candidato.

Deste modo, torna-se evidente a noção de que para as casas editoras o recrutamento de profissionais da tradução deve ser feito com base na experiência já consagrada destes executantes, naturalmente secundada por uma formação académica adequada. De somenos importância serão os outros aspectos aqui considerados, como sejam as condições de execução aceites em contrato pelo tradutor e também as referências que possam ser apresentadas sobre esse mesmo candidato.

Na medida em que cada um dos itens referenciados e ordenados por grau de importância era posteriormente complementado por um conjunto de opções associadas,

que tinham como objectivo a identificação da respectiva importância relativa na decisão de selecção do tradutor, elencam-se, de seguida, os valores percentuais obtidos a partir da recolha desses dados, e algumas apreciações sobre os mesmos.

No âmbito das “Habilitações Académicas” (Anexo II – 3.A.1-5), foram alvo de maior valorização por parte das casas editoras o grau de especialização do candidato ao nível dos conhecimentos técnicos, mas também ao nível dos seus conhecimentos literários, com 40% de importância e em situação de igualdade entre os dois tipos de conhecimentos. Este indicador é significativo, em particular porque demonstra que as casas editoras atribuem igual importância a um tratamento editorial cuidadoso de diferentes tipos de texto. Ou seja, esta opção revela que as casas editoras valorizam sobremaneira a competência e os conhecimentos em áreas técnicas dos candidatos a tradutores e não apenas o alegado “escrever bem” associado aos conhecimentos literários. Deste modo, confirma-se também a necessidade de os tradutores acumularem a especialização linguística e a especialização de cariz técnico, eventualmente mais adstrita – como será de prever – às áreas de intervenção técnica especializada que venham a ser solicitadas pela casa editora.

Curiosamente, e ainda no âmbito deste indicador, para as casas editoras as Habilitações Académicas obtidas pelos candidatos a tradutores numa instituição de ensino de referência nacional revelaram-se menos importantes do que as habilitações obtidas numa instituição de referência internacional. Este facto poderá indiciar, por um lado, que as casas editoras conferem menor credibilidade à formação linguística, técnica ou em tradução ministrada a nível nacional. Por outro lado, poderá inferir-se daqui que, sendo essencial a formação linguística dos candidatos a tradutores, poderá haver, da parte dos potenciais empregadores, uma tendência para a contratação de quem tenha feito a sua formação académica precisamente em países estrangeiros, eventualmente até em países cuja expressão linguística seja justamente a dos textos a traduzir.

No que diz respeito às “Habilitações Profissionais e Experiência Profissional Anterior” (Anexo II – 3.B.1-6) dos candidatos a tradutores, a experiência de tradução profissional em trabalhos anteriores é o critério mais valorizado pelas casas editoras portuguesas, conforme é demonstrado por 72% das respostas. Em segundo lugar, surge a especialização profissional na área da obra a publicar, com 52% das respostas. Torna-se evidente, além disso e no conjunto de respostas a esta secção do Questionário, que a

valorização dos trabalhos académicos e da experiência académica na área da edição por parte dos candidatos são factores vistos pelas casas editoras com alguma indiferença. Contudo, a especialização académica desses mesmos candidatos na área da obra a publicar já é encarada com sinais de alguma importância.

Daí ser clara a noção de que para os eventuais candidatos a trabalharem em tradução para as casas editoras portuguesas é indispensável que ponham toda a dedicação e empenho na obtenção de uma formação especializada em áreas técnicas que lhes permitam posteriormente executar a tradução de obras de especialidade. Mas também é evidente que o eventual investimento numa formação literária, com a aquisição de conhecimentos literários sobre um autor, poderá permitir uma tradução mais apurada de um autor e da sua obra e a contratação do tradutor pelas casas editoras – como aliás se verifica com alguma frequência no mercado editorial português, que contrata inúmeros académicos ou especialistas em alguns autores estrangeiros para a tradução de obras literárias desses mesmos autores.

Quanto ao item sobre as “Condições contratuais” (Anexo II – 3.C.1-2) propostas aos candidatos, a nota mais significativa parece apontar para a indiferença (47,8%) com que as casas editoras encaram este factor. Contudo, será necessário analisar mais cuidadosamente tais dados porque as percentagens de respostas sobre as condições remuneratórias propostas pela casa editora são realmente muito elevadas, revelando afinal a importância de tal item. Com efeito, na catalogação de “Muito importante” verifica-se o resultado de 41,7% de respostas, e em “Importante”, foram anotadas 54,1% de respostas. Ou seja, se por um lado as condições contratuais a estabelecer não são significativas *a priori*, no momento em que se passa à negociação da contratação do tradutor essa questão deverá vir ao de cima e tornar-se prioritária e nessa altura as casas editoras parecem pôr de parte a indiferença inicial.

Elemento decisivo para a análise das habilitações profissionais dos candidatos, bem como da sua experiência profissional anterior, parecem ser, de facto, as “Referências” (Anexo II – 3.D.1-2.5), sejam elas concedidas por uma outra casa editora ou por um indivíduo. Aliás, note-se que a importância atribuída ao factor das referências fornecidas por um terceiro alcança, na soma das classificações de “Importante” (60%) e “Muito importante” (32%), a percentagem de 90%. Ou seja, este dado demonstra que, para a casa editora, é fundamental conhecer credivelmente o candidato a tradutor com base nas

recomendações de outros que já puderam observar o trabalho desenvolvido por esse mesmo candidato. Este facto vem confirmar, indesmentivelmente, a necessidade de experiência anterior por parte do tradutor, já atrás assinalada, acrescentando-lhe apenas a alegada virtude de o trabalho desenvolvido ver a sua qualidade confirmada por quem seja conhecedor dos meandros da edição.

Igualmente assinalável é o facto de ter sido confirmada neste Inquérito a importância atribuída à eventual “Imposição colocada por um autor/editor original” à intervenção de um tradutor no exercício da respectiva função na língua de chegada. Com efeito, 69,6% das respostas apontam para o grau de “Importante” atribuído a tal designação, nos casos em que ela se verifica. Daí que seja de prestar atenção a este aspecto, que, não sendo muito conhecido do público leitor e até mesmo de alguns profissionais da área da edição, é, apesar de tudo, verdadeiro. Ou seja, há casos em que a escolha do tradutor poderá ser ditada pelo autor/editor original, o que implica uma selecção prévia motivada pelo conhecimento que tais intervenientes tinham da qualidade do tradutor escolhido. Nestas situações, ao editor português não é possível senão cumprir com o pedido, e ao tradutor mais não deverá restar do que cumprir, se assim o aceitar, com o desígnio da nomeação.

Ainda no âmbito da selecção do tradutor para a execução do trabalho de tradução de determinada obra e autor, perguntou-se às casas editoras quais seriam os factores mais relevantes para a sua designação de um tradutor para um projecto específico de tradução. Esperava-se que de entre uma listagem de factores diversificados e apontando em diferentes direcções teórico-práticas – conhecimentos sobre o autor e a obra em causa, condições de preço do tradutor, prazo de entrega e formatação final da obra traduzida – as casas editoras pudessem aferir da importância intrínseca de cada um e, assim, fornecer uma perspectiva global de referência sobre a respectiva intervenção na designação de um tradutor.

De entre tais factores, indagava-se, em primeiro lugar, qual seria a importância na atribuição de uma obra a um tradutor, em particular, os “Conhecimentos demonstrados pelo tradutor sobre o autor” (Anexo II – 3.D.2.1) em causa. A respeito deste parâmetro, conferiram as casas editoras a classificação de “Importante” em 57,1% dos casos e até de “Muito importante” em 38,1% das situações, o que fez um total de 95,2%.

Não se pode dizer que seja um dado novo, na medida em que se parte do pressuposto, efectivo, que o tradutor, até na sequência da formação normalmente adquirida, deverá proceder à recolha de elementos sobre o autor que o ajudem a compreender melhor as opções estilísticas, lexicais, sintácticas ou semânticas seguidas pelo autor. Diga-se mesmo que a definição de autoria como expressão de originalidade, ou de auto-expressão num texto único e singular (Venuti 1998: 31) é comum e implica que o tradutor deverá adquirir *per se* os conhecimentos que lhe permitam “imitar” devidamente as características patenteadas pelo autor.

Curiosamente, a percentagem dos dois principais parâmetros de avaliação (“Importante” com 47,8% e “Muito importante” com 43,5%) acabou por compor um total de 91,3% quando se indagou as casas editoras quanto à importância dos “Conhecimentos do tradutor sobre a obra” (Anexo II – 3.D.2.2) a traduzir. Este resultado reforça a noção, também anteriormente assinalada, de que para as casas editoras, é decisivo que os tradutores sejam conhecedores da obra original e das suas peculiaridades estilísticas, temáticas ou técnicas. Contudo, deve registar-se que o grau de importância global deste item não supera o grau de importância atribuído aos conhecimentos do tradutor sobre o autor, tal como evidenciado no item anterior.

Este indicador de importância dos conhecimentos do tradutor sobre a obra talvez indicie que, para as casas editoras, o conjunto de saberes adstritos à obra, e que deverão ser obtidos pelo tradutor, poderão ser adquiridos à medida que a execução da tradução da obra for avançando, não sendo obrigatórios conhecimentos *a anteriori*. Ou seja, para a casa editora é talvez mais desejável que, à partida, o tradutor conheça melhor o autor e menos bem a obra que tem de traduzir, pois esse trabalho poderá ser feito ou complementado no decurso dos trabalhos de tradução a desenvolver.

Na sequência de uma outra pergunta, formulada sobre a importância das “Condições de preço” (Anexo II – 3.D.2.3) propostas ao tradutor pela casa editora, e da sua consequente aceitação das mesmas, verificou-se que este era um factor com um grau de importância significativo, já que 70,8% das respostas referiu isso mesmo. Realce-se, aliás, que para 16,7% dos casos foi mesmo considerado um factor “Muito importante”.

Note-se ainda que este dado contraria a noção anteriormente evidenciada no item “Condições contratuais” propostas pelas casas editoras aos tradutores, em que se registava sobretudo a indiferença dos editores para com tais aspectos. Afinal, tal atitude não seria totalmente verdadeira, porquanto na análise do presente item o grau de importância atribuído é efectivamente bem elevado.

O item relativo às “Condições de prazo de entrega” (Anexo II – 3.D.2.4) foi considerado por 52,2% das casas editoras como “Importante” e para 39,1% foi encarado mesmo como “Muito Importante”. Mais uma vez, e numa questão prática, assinala-se um grau extremamente elevado de interesse e de atribuição de importância. Não é de estranhar que assim seja, em particular nesta questão que é essencial para o cumprimento dos prazos de publicação e para a programação interna de uma casa editora.

Por fim, e no que concerne às “Condições técnicas de formatação final” (Anexo II – 3.D.2.5) do trabalho traduzido, a posição das casas editoras é bastante dividida, até com respostas de “Nada importante” (4,3%) e sem qualquer menção a “Muito importante”. De tal maneira que a posição mais comum (39,1%) é de “Indiferente”, seguida de “Importante” (30,8%).

Deve salientar-se que esta atitude é consentânea com a contratação de serviços externos ao nível da formatação gráfica, retirando essa competência específica das mãos do tradutor e colocando-a no âmbito de acção de outro género de profissionais. Deste modo, o tradutor parece ser desresponsabilizado por algumas casas editoras dessa tarefa, devendo preocupar-se exclusivamente com a tradução da obra que lhe é encomendada.

Assinale-se, neste caso, a grande diferença entre este comportamento e as exigências actuais que são habitualmente impostas ao tradutor de textos técnicos e que recebe as encomendas que lhe são feitas por empresas de tradução ou directamente pelas empresas que necessitam de ver traduzidos os respectivos manuais de instruções de uso de diferentes produtos. Nesses casos, as incumbências dos tradutores têm de passar, cada vez mais, pelo investimento em formação e aquisição de competências informáticas especializadas, como por exemplo as relacionadas com a formatação de texto, mas também com conhecimentos sobre o uso de sistemas auxiliares à tradução (Gouadec 2002: 120-136).

Ao longo desta secção sobre a Selecção de um Tradutor foi possível definir um percurso algo sinuoso nos critérios usados pelas casas editoras para a contratação de um profissional da área da Tradução. Assim, verificou-se que tal candidato deve:

- Ser alguém com experiência nesta área de actividade e, preferencialmente, recomendado por outros intervenientes que nela actuem;
- Ter habilitações obtidas numa instituição de referência internacional, com um maior grau de especialização nas vertentes técnicas;

- Ter formação especializada anterior, que é privilegiada pelas casas editoras, em detrimento da formação literária ou generalista.

Outras mais-valias importantes na apreciação das habilitações profissionais e posterior contratação do candidato a tradutor são:

- A realização de trabalhos anteriores para casas editoras congêneres;
- A especialização profissional na área da obra a publicar;
- Não é grandemente valorizada a eventual especialização ou experiência académica do candidato a tradutor.

Para a contratação de um tradutor as condições mais importantes são:

- As condições remuneratórias propostas aos candidatos a tradutor;
- A oferta de outro tipo de eventuais benefícios pela casa editora ao tradutor, como por exemplo regalias de ordem social, descontos na aquisição de livros, ou outros, nem sequer são mencionados pelas editoras como fontes possíveis de compensação para o trabalho dos tradutores.

No que concerne às referências fornecidas sobre os candidatos, foi notório que:

- As casas editoras consideram muito relevantes as referências provenientes de uma outra casa editora ou mesmo de um indivíduo com credibilidade para tal;
- É igualmente importante a imposição que possa ser feita pela casa editora do original ou pelo autor da obra a traduzir, caso tal se verifique.

No processo de designação efectiva para a tradução de uma obra, é extremamente relevante para a casa editora que:

- O tradutor demonstre conhecimentos bastantes sobre o autor a traduzir;
- Os conhecimentos demonstrados pelo tradutor sobre a obra a traduzir sejam progressivamente adquiridos, não sendo, *ab initio*, condição essencial para a execução do trabalho.

Já as questões mais pragmáticas do preço, do prazo de entrega e da formatação gráfica final da obra traduzida, se bem que consideradas importantes, não parecem ser determinantes para as casas editoras, que apesar de as assinalarem nas respostas, com diferentes graus de importância, não lhes atribuem grande valorização.

3.3.4 Formação ministrada pela casa editora (Anexo II – 4.)

Na perspectiva de uma caracterização mais fundamentada do trabalho editorial, mas também das casas editoras existentes em Portugal, e do seu modelo de funcionamento, procurou avaliar-se a importância dos aspectos formativos internos das casas editoras. Nesse âmbito, pretendia-se aferir da contribuição fornecida pelos editores a propósito do trabalho desenvolvido pelos tradutores, e da sua real participação na formação destes profissionais.

Com efeito, deve ter-se consciência que o trabalho dos tradutores é habitualmente comentado de forma crítica e até mesmo negativa pelas casas editoras, sendo referido com alguma frequência como não adequado às exigências do mercado editorial e do público leitor, conforme se poderá ver mais adiante, especialmente em alguns parâmetros relativos à revisão da tradução feita pelas casas editoras.

Contudo, é de realçar que não parece notar-se uma intervenção positiva, ou até mesmo de alguma outra ordem, dos editores portugueses na melhoria do actual sistema de formação de tradutores. Ou seja, se, por um lado, advertem para a falta de qualidade dos profissionais formados nas instituições de ensino superior portuguesas, por outro, não têm fornecido muitas achegas que permitam a mudança de tal panorama e possibilitem um desempenho mais apurado dos actores da tradução. No âmbito deste Inquérito houve mesmo quem afirmasse “Não é nossa missão formar profissionais nesta área.” (Resposta de uma casa editora no Inquérito administrado).

Razões para isso haverá seguramente inúmeras, mas nem todas são evidentes, pois nem sequer são divulgadas ou comunicadas às instituições de ensino superior, que poderiam delas tirar algum proveito no sentido de apurarem a formação que ministram, melhorando a qualidade final dos estudantes que as frequentam. Contudo, e em abono da verdade, deve realçar-se que as instituições de ensino superior também só em anos mais recentes, e face às preocupações com uma formação mais profissionalizante determinada pelo Processo de Bolonha, têm procurado desenvolver um relacionamento mais próximo com o mercado de trabalho por forma a aproximar a formação vocacional das futuras circunstâncias profissionais dos seus graduados.

Os estágios integrados têm seguramente desempenhado um papel crucial nesse âmbito, como é reconhecido pelos responsáveis de diversas instituições por essa área

(autor do estudo incluído). Dos contactos directos entre alunos e mercado profissional sai naturalmente a consciência de uma formação mais direccionada, que precisa gradualmente de ser complementada e melhorada. Daí surge também a necessidade de criação de departamentos especializados nas instituições de ensino e nas empresas, com preparação para a integração dos alunos e para a recolha das impressões sobre as suas experiências. Como exemplo, aponta-se o Sector de Inserção Profissional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cujos objectivos são aqui citados:

Compete ao Sector de Inserção Profissional:

- a) Atender e apoiar de forma individual e personalizada os utentes do SIP com dificuldades de inserção no mercado de trabalho;
- b) Gerir a Bolsa de Emprego interactiva da FLUP;
- c) Recolher e divulgar ofertas de emprego/estágio e de formação;
- d) Divulgar e colaborar em candidaturas a programas de apoio ao emprego;
- e) Publicar o jornal trimestral ‘Emprego & Letras’;
- f) Organizar sessões de esclarecimento sobre ‘técnicas de procura activa de emprego’ e de encontros subordinados ao tema do emprego;
- g) Contactar empresas/instituições com o objectivo de estabelecer Protocolos para facilitar a realização de estágios curriculares/profissionais e a colocação dos diplomados da FLUP no mercado de trabalho.

(http://sigarra.up.pt/flup/unidades_geral.visualizar?p_unidade=114)

Também as empresas começam a desenvolver progressivamente medidas neste sentido, criando departamentos de acolhimento de estagiários ou recém-licenciados e promovendo a sua integração. Apenas falta, como já se disse anteriormente, que as medidas sejam *a anteriori*, definindo perfis de competências e o conjunto de conhecimentos indispensáveis aos formandos, para que o investimento na aquisição de tais conhecimentos seja mais proveitoso, seguro e aplicável nas actividades profissionais das próprias empresas e também para que os candidatos se sintam mais e melhor preparados para os desafios profissionais que terão de enfrentar.

Entretanto, e no que diz respeito ao actual estado de coisas na área da tradução, não é de menosprezar a situação algo confusa que se vive actualmente no sector, pois as associações representativas dos tradutores (Associação Portuguesa de Tradutores ou Associação de Tradução em Língua Portuguesa), apesar de se afirmarem de âmbito

nacional, não congregam efectivamente todos os tradutores portugueses, nem sequer respondem com a profundidade e seriedade devidas a todas as questões pertinentes para os profissionais da área.

Mas também no que diz respeito às casas editoras, seria de exigir algo mais. Nomeadamente a criação ou desenvolvimento de formações especializadas, internas ou direccionadas para o exterior, e que permitissem aos tradutores, ou candidatos a tradutores, assimilarem regras de actuação comuns ou mais específicas desta actividade. Certamente que, no caso de tais regras serem melhor conhecidas e aplicadas, os principais beneficiários seriam as próprias casas editoras, que passariam a ter ao seu dispor profissionais mais competentes e com ferramentas mais adequadas ao exercício das suas funções. Além disso, tais medidas serviriam igualmente para um reconhecimento mais aprofundado e seguro por parte do público leitor da qualidade da edição produzida por quem investisse mais seriamente nesse campo.

Ainda assim, é preciso ter em conta que, regra geral, os tradutores apenas dão pontualmente o seu contributo às empresas de edição, na medida em que actuam como colaboradores externos, conforme se poderá ver mais adiante nesta análise ao Inquérito ministrado a propósito do item “Contrato de Trabalho”. Portanto, é natural que tais empresas não se sintam vocacionadas para investir na formação desses profissionais em regime de trabalho externo. Acresce que os custos sociais (impostos, segurança social, etc.) seriam porventura maiores no caso de tais empresas contratarem os tradutores ao abrigo de um outro regime de trabalho e, deste modo, evitarem tais despesas.

Daí resulta que todo o processo de formação intensiva e contínua está normalmente a cargo dos próprios tradutores, sem recurso a outros meios que não aqueles de que possam dispor individualmente – como pode ser comprovado, por exemplo, com a situação do autor deste estudo. Mais, o investimento de um tradutor na sua auto-formação nem sempre é recompensado com a contratação para a execução de novos trabalhos de tradução, o que, por si só, também o desincentiva de investir mais, criando um círculo vicioso do qual se torna muito difícil escapar. Ou seja, o tradutor entende que não valerá a pena obter mais formação porque isso não significará certamente mais trabalho, e a casa editora também não aposta em fornecer tal formação porque haverá sempre um outro tradutor livre e disponível para responder às exigências que lhe são feitas.

Assim, e a propósito do trabalho a desenvolver pelos tradutores, pretendia saber-se se haveria, ou não, algum tipo de “Formação ministrada pela casa editora aos tradutores”

(Anexo II – 4.1.1-2). Em relação a este ponto, as respostas dividiram-se, com uma percentagem válida de 60,9% dos respondentes a pronunciarem-se negativamente, assumindo, portanto, que não forneciam qualquer formação. 39,1% dos inquiridos, por outro lado, afirmaram proporcionar formação aos tradutores que contratavam.

Das respostas negativas, há a salientar o facto de 92,3% dos casos considerar que não seria necessário desenvolver qualquer plano de formação por confiarem na experiência profissional anterior do candidato. Aliás, esta resposta é consistente – se dúvidas restassem – com as respostas anteriormente assinaladas sobre a contratação habitual de profissionais com experiência anterior no exercício das funções de tradutor. Fica por se saber, como é evidente, o que poderá acontecer nos casos em que são contratados tradutores sem experiência profissional anterior.

Já quanto às respostas positivas, é decisiva a noção de que é necessário enquadrar convenientemente o tradutor nos métodos de trabalho da casa editora e, sobretudo, no seu “Livro de Estilo” próprio. Daí que seja de 100% a percentagem de respostas aqui obtidas, bem indiciadoras de como é importante para a casa editora que o tradutor desempenhe a sua função com os adequados conhecimentos práticos sobre os métodos de trabalho empregues na própria casa editora.

Num segundo momento deste Inquérito e no que concerne à “Formação mais específica” (Anexo II – 4.2.1-4) que, eventualmente, poderia ser concedida pelas casas editoras aos tradutores que com elas trabalham e na perspectiva da melhoria contínua desses serviços prestados, entendeu-se solicitar respostas sobre a importância que essas mesmas casas editoras atribuiriam a alguns aspectos mais pertinentes.

Assim, e sobre a “Organização geral de trabalho com a casa editora” (Anexo II – 4.2.1), verificou-se que a familiarização dos tradutores com tal aspecto seria importante para 44,5% dos inquiridos. O número aumenta para uma percentagem de 50%, na mesma classificação de “Importante”, no que diz respeito à formação específica sobre “Revisão de texto e edição” (Anexo II – 4.2.2), embora este parâmetro alcance mesmo o valor de 38,9% na classificação de “Muito importante”.

Já a classificação de “Indiferente” foi a que recolheu um número mais significativo de respostas (55,6%) quando se tratou de analisar a eventual formação técnica sobre “Composição gráfica e preparação do texto para publicação” (Anexo II – 4.2.3). Ou seja, estes aspectos de formatação final do texto continuam a ser vistos pelas casas editoras como devendo ser claramente atribuídos aos profissionais das artes gráficas. Note-se que

esta atitude desvia-se do que já é normal verificar-se em muitas situações para os tradutores de textos eminentemente técnicos (como por exemplo de manuais de instruções), nas quais é solicitado aos profissionais da tradução que intervenham complementarmente como profissionais gráficos, produzindo as versões finais dos textos traduzidos a entregar aos utilizadores de um produto de consumo.

Por fim, à indagação sobre a oportunidade de formação relativa a “Aspectos de tradução” (Anexo II – 4.2.4), propriamente dita, as casas editoras assumem, paradoxalmente, uma atitude bastante interventiva. De facto, 61,1% dos inquiridos reputam esta formação como “Muito importante”, sendo que apenas 7,7% afirmam “Indiferença” perante essa formação. Aparentemente, é um sinal de insatisfação com as qualificações efectivas dos tradutores, mas também poderá ser visto como uma afirmação de vontade de contribuir para a melhoria desse aspecto, com a intervenção formativa dos próprios editores sobre a actuação dos tradutores.

Por outro lado, constata-se que há uma tendência clara para que sejam as casas editoras com um número maior de colaboradores permanentes aquelas que ministram mais formação aos tradutores. É, aliás, relevante observar que as casas editoras com um número de colaboradores abaixo de 20 elementos declaram não apostar de forma intensiva na formação. Logo, são as casas editoras com maior dimensão as que se dedicam a fornecer mais formação aos seus colaboradores, entre os quais, apesar de temporários, se contam os tradutores.

Em consequência deste conjunto de dados, torna-se evidente pelas respostas das editoras ao questionário que lhes foi apresentado, o seguinte:

- As casas editoras portuguesas não promovem uma formação consistente e contínua dos tradutores que contratam, afirmando depositar confiança na experiência profissional dos candidatos;
- Quando tal experiência não existe, não se compreende muito bem de que forma poderia ser devidamente complementada, porquanto tal não é expresso nos dados recolhidos;
- É notório que as diferenças nos métodos de trabalho, ou de simples abordagem, relativamente à tradução das obras é diferenciada entre casas editoras;
- Apesar de em menor número, as respostas que sugerem a necessidade de enquadramento dos candidatos a tradutores nas regras do “Livro de Estilo” da casa

editora e nos métodos de trabalho de cada uma das editoras, pretendem alertar precisamente para essa evidência;

- Quando questionadas sobre a possibilidade de ser ministrada formação específica, as casas editoras realçam a grande importância do eventual investimento na formação específica a ministrar ao tradutor sobre revisão de texto e edição;
- Assinale-se ainda que as casas editoras gostariam de poder ministrar formação específica em tradução aos tradutores que as procuram para o exercício de funções de tradução, porque são correntes as ideias de que os tradutores nacionais não conhecem bem língua estrangeira de trabalho, têm dificuldades notórias de expressão em língua portuguesa, não conhecem as áreas técnico-literárias em que exercem a sua actividade, e são incumpridores no que diz respeito aos contratos que assinam e aos prazos de entrega, além de demonstrarem falta de ética relativamente a outros colegas.

3.3.5 *Contrato de trabalho* (Anexo II – 5.)

Numa perspectiva de caracterização do exercício da actividade translatória, em termos do regime de trabalho dos tradutores enquanto profissionais desta área, procurou determinar-se, com a maior exactidão possível, o modelo de contratação de tradutores adoptado pelas casas editoras. Tal modelo poderia permitir uma caracterização das condições de trabalho, da situação sócio-económica e até mesmo do perfil global dos actuais tradutores para edição no mercado português.

Além disso, e por se tratar de uma questão essencial para assegurar a manutenção dos serviços de profissionais da tradução em certas casas editoras, pensou-se que seria também possível deste modo, e sobretudo através do conhecimento dos modelos de contratação adoptados pelas casas editoras, perceber se as condições de trabalho oferecidas, e aceites, poderiam ser atractivas para novos tradutores e para a continuidade dos actuais neste mercado de trabalho.

Tal caracterização, sumária, não pretendia ser tão extensiva quanto a de Francisco José Magalhães, em *Da Tradução Profissional em Portugal*, sobre “Os Tradutores Literários” (1996: 79-89). Além disso, e porque o universo de inquiridos por Francisco Magalhães era constituído pelos próprios tradutores, não seria possível traçar um perfil do “tradutor literário”, tal como aquele que foi tão pormenorizadamente traçado por Francisco

J. Magalhães para o ano de 1994, comportando o mesmo conjunto de questões fiscais e de preços praticados. Quanto mais não seja porque desde a primeira hora foi entendimento do autor desta investigação que essa análise específica sobre fiscalidade e preços não seria o objecto fulcral deste estudo.

Assim, e no que se refere à “Existência de Contrato” (Anexo II – 5.1) escrito celebrado entre a casa editora e os tradutores a propósito da edição de uma obra, a resposta afirmativa assumiu um peso determinante de 72%. Ou seja, de facto, verifica-se que há uma grande regularidade na existência de contratos escritos celebrados entre as casas editoras e os tradutores.

Contudo, e no que diz respeito ao “Modelo de contrato” (Anexo II – 5.1.1), a forma mais comum de contratação está claramente assente no pagamento de um valor fixo final sobre o número de caracteres/palavras traduzidos, que se verifica em 100% dos casos. Ou seja, excluem-se as situações de contrato permanente, temporário ou ainda, de uma percentagem fixa sobre o valor de cada obra vendida. O que significa, na prática, uma irregularidade na prestação do serviço por parte dos tradutores, que é condicionada à encomenda de tradução de uma obra, sem qualquer outro tipo de compromisso posterior.

Como forma de aprofundamento das razões para a “Inexistência de um modelo de contrato” (Anexo II – 5.1.2), procurou saber-se quais seriam os motivos para tal. Curiosamente, também neste caso se verificou uma percentagem de 100% de respostas, que indicaram que o facto de haver uma forte relação de confiança entre o tradutor e a casa editora dispensava a assinatura de quaisquer contratos.

Por fim, e ainda no âmbito desta secção do Inquérito, ficou a saber-se que o “Prazo mais habitual de pagamento da tradução após esta ter sido concluída e entregue pelo tradutor” (Anexo II – 5.2) à casa editora era de 30 dias, pois foi esta a resposta de 40,9% dos inquiridos. No entanto, verificou-se que havia também uma percentagem de idêntica 13,6% de casos de pagamento a 45 dias, igual percentagem 90 dias e ainda a mesma percentagem de casos de pagamento imediato. Por curiosidade, assinala-se um caso verdadeiramente excepcional, em que o pagamento é feito “Entre uma a duas semanas após a entrega do trabalho”. (Resposta de uma casa editora no Inquérito administrado).

Do cruzamento de dados entre o número de colaboradores permanentes de uma casa editora, caracterizador essencialmente da sua dimensão, e as condições contratuais praticadas para com os tradutores, conclui-se que estas não são algo que varie em função

do número de colaboradores. Ou seja, independentemente do número de colaboradores, as casas editoras praticam regimes de contrato semelhantes, com uma uniformidade que poderá levar a crer que são bem conhecidas de todos os intervenientes contratantes no mercado da tradução as condições aplicadas, e que as mesmas serão até idênticas, qualquer que seja a dimensão da casa editora.

A sucinta caracterização fornecida por estes elementos permite perceber, portanto, que:

- Um tradutor para edição em Portugal assume compromissos contratuais parciais e extremamente precários com as casas editoras;
- A encomenda associada ao projecto de tradução de uma obra determina a celebração, entre casa editora e tradutor, de um contrato específico para a execução do trabalho de tradução;
- O contrato é regulado por um valor fixo a pagar ao tradutor sobre o número final de caracteres/palavras traduzidos;
- Não foram assinalados casos de contratos de trabalho mais definitivos, a título permanente ou temporário, associados à actividade do tradutor para edição;
- Em alguns casos, os tradutores nem sequer têm com a casa editora qualquer contrato escrito que assegure a sua posterior remuneração ou compensação pelo trabalho desenvolvido, mormente por causa de uma forte relação de confiança entre tradutor e casa editora;
- Deve assinalar-se ainda a regularidade dos prazos de pagamento após a conclusão e entrega da tradução pelo editor à casa editora, com a grande maioria dos casos a situar-se bem abaixo dos 45 dias.

3.3.6 *Informações para o tradutor* (Anexo II – 6.)

A noção de que uma casa editora deveria conhecer bem e promover a divulgação de um autor que terá decidido publicar no mercado português esteve subjacente ao desenvolvimento de algumas questões relacionadas com as supracitadas “Informações para o tradutor”. Com efeito, seria de esperar que a decisão de publicação de um autor e da sua obra fossem devidamente informadas, assentes em critérios de conhecimento e enquadramento do autor numa linha editorial da casa editora. Seria ainda mais previsível

que tal conhecimento resultasse da recolha, por parte da casa editora, de dados relevantes, não apenas de cariz comercial, sobre a vida, obra, reputação crítica e feições características do autor em causa. Tais dados seriam certamente úteis para aferir se o autor e a sua obra poderiam ter a devida recepção no mercado português, mas também permitiriam melhorar aspectos relacionados com a sua promoção e divulgação.

Da perspectiva do necessário aprofundamento dedicado pela casa editora aos conhecimentos sobre o autor e sobre a sua obra, seria útil se tais dados fossem transmitidos ao tradutor na altura de este iniciar o seu trabalho, permitindo-lhe, assim, uma identificação mais apurada dos universos em questão. Desse modo, seria muito provavelmente melhor executado o serviço de tradução, com ganhos evidentes no tempo dispendido na tradução e revisão, mas também no enriquecimento e conhecimento demonstrado na obra traduzida, que acabariam por beneficiar globalmente o leitor final.

Julga-se que a transmissão pela casa editora dessas informações, que são cruciais para o tradutor, não terá sido, até esta investigação, devidamente analisada e confirmada em nenhum outro estudo. Por esse motivo, os dados que se apresentam de seguida poderão servir como ponto de partida para o desenvolvimento de medidas de maior investigação e aprofundamento sobre o conjunto de conhecimentos obtidos e aqui apresentados.

Contudo, a interpretação dos dados que a seguir se apresentam poderá ter uma latitude considerável, desde logo porque falta saber até que ponto o carácter sigiloso da informação relativa aos métodos de trabalho internos da própria casa editora não poderá ter influenciado algumas respostas, ou até impedir um conhecimento mais apurado desta realidade. Ou ainda, se as respostas dadas não correspondem antes à noção de que seria expectável tal atitude, embora a mesma não se confirme na realidade.

Procurava saber-se, portanto, se os tradutores receberiam informações anteriores, fornecidas pela casa editora, sobre a tradução a efectuar. A surpresa dos resultados obtidos não esteve tanto nas respostas recebidas, mas sim na percentagem das mesmas. Com efeito, 100% (Anexo II – 6.1) das casas editoras respondeu afirmativamente, confirmando a ideia de que o tradutor é informado sobre aspectos bastante diversos relacionados com a encomenda de tradução que lhe é feita. Diga-se, aliás, e apenas porque vem a propósito, que o autor desta investigação, enquanto tradutor para casas editoras há vinte anos e que já trabalhou com mais de uma dezena de casas editoras diferentes, reconhece tais afirmações como válidas.

Note-se, ainda, que, através das respostas que forneceram, as casas editoras rejeitaram a sugestão de que a tarefa de recolha de informações sobre autor e obra deveria recair exclusivamente sobre o próprio tradutor. Tal como excluíram a possibilidade de as informações serem fornecidas no decurso da execução do trabalho de tradução, decidindo-se clara e inequivocamente pelo fornecimento antecipado das referidas informações ao tradutor. Esta atitude indicia claramente uma perspectiva interventiva e colaborativa da casa editora para com o tradutor.

Já quanto ao tipo de informações fornecidas pelas casas editoras é de assinalar que nas respostas foram referenciados frequentemente mais do que um só aspecto. Ainda assim, é evidente que os dados “Sobre a obra a traduzir” (Anexo II – 6.1.1) são aqueles que percentualmente mais vezes são indicados ao tradutor, com 32,9% de respostas. A alguma distância, mas também significativas, são as informações fornecidas “Sobre outras obras da mesma colecção” (17,1%) e “Sobre obras anteriores do mesmo autor” (15,8%). É ainda notório que as informações “Sobre o autor”, com 14,5%, serão porventura menos relevantes do que as anteriores.

Nesta secção era colocada ainda uma outra pergunta sobre a eventual “Solicitação ao tradutor para respeitar algum formato habitual de produção e apresentação da tradução” (Anexo II – 6.2). Com esta questão pretendia-se confirmar não só a situação de encomenda efectiva, com regras gráficas específicas eventualmente dadas a conhecer ao tradutor, mas também a possibilidade de o tradutor não ter a obrigatoriedade de respeitar tais solicitações por a casa editora se responsabilizar autonomamente pelo cumprimento de tais parâmetros.

No entanto, na maioria das respostas obtidas – 69,2% dos casos – as casas editoras afirmaram não solicitar qualquer formato habitual de produção e apresentação para a tradução. Isto porque, de facto e esmagadoramente, com 100% de respostas nesse sentido, indicaram que o tratamento interno de revisão e gráfico na própria casa editora permitiria evitar tais imposições.

Por outro lado, os resultados vieram confirmar que nos restantes 30,8% de casos em que o tradutor teria de responder à encomenda de trabalho com um formato habitual de produção e apresentação, eram efectivamente as “Exigências do Livro de Estilo da casa editora” (Anexo II – 6.2.1), em 62,5% dos casos, que teriam de ser devidamente respeitadas.

Deste modo, tornaram-se evidentes, e constatadas pelo número de respostas obtidas, as seguintes ideias:

- As casas editoras promovem habitualmente a divulgação de informações relativas à obra a traduzir junto dos tradutores aos quais encomendam a tradução;
- Curioso é notar que as informações fornecidas pelas casas editoras sobre o próprio autor são menos frequentes do que as relativas a obras do mesmo autor ou ainda do que as proporcionadas sobre obras da mesma colecção;
- Habitualmente os tradutores não são forçados a seguir regras gráficas ou de apresentação do texto traduzido, porque as casas editoras afirmam encarregar-se desse trabalho quando recebem o texto acabado.

3.3.7 Revisão da tradução (Anexo II – 7.)

Ainda que seja habitualmente ignorada ou remetida para situações mais obscuras, a revisão do texto traduzido (ou até mesmo da própria obra original) é uma tarefa fundamental no trabalho de edição e muito frequentemente implica a intervenção de um revisor, do próprio tradutor ou até mesmo do autor original. É um tipo de trabalho que muitas vezes é menosprezado, apesar de ser essencial à qualidade final do texto que é dado a ler. Contudo, a sua ausência é a mais notada quando se descobrem defeitos no texto final.

Na verdade, aspectos como os erros ortográficos, as irregularidades nas convenções gráficas usadas, a dificuldade de compreensão das ideias apresentadas por causa de problemas de contradição interna ou de deficiência de cariz sintáctico, a inadequação do registo usado ou a simples dificuldade em seguir a sequência dos acontecimentos, podem dever-se a uma revisão do texto menos apurada.

Ao revisor, que tantas vezes é o próprio autor, numa primeira instância, ou o próprio tradutor, quando produz a versão final do texto traduzido, pede-se que expurgue o texto final desses erros, permitindo ao leitor usufruir do texto na sua plenitude. Por esse motivo, e também porque aos olhos que criaram, viram e leram o texto pela primeira vez passaram essas impurezas, deve acrescentar-se uma nova leitura. Limpa de constrangimentos anteriores e de ideias pré-concebidas, ou de frases lidas e relidas sem o grau adequado de análise e aprofundamento, a revisão funciona como correcção das imperfeições e melhoria do texto.

Como é evidente, a revisão implica atenção e dedicação ao trabalho de leitura do texto, mas também tempo disponível para a execução dessa tarefa. Coisa que frequentemente não abunda para os lados do tradutor, que se vê subjugado a prazos muito

limitados para o exercício das suas funções. Além disso, os métodos de trabalho de cada tradutor poderão mesmo influenciar a forma como trabalha o texto que apresenta traduzido no final.

Para o trabalho e técnica usados pelos tradutores servimo-nos aqui das ideias avançadas em *O Escritor Invisível* (Pinho 2006), onde se analisaram alguns métodos de trabalho de tradutores consagrados e se traçou uma sequência metodológica possível para o trabalho de um tradutor. Assim, a preparação intensiva da redacção poderá ser uma técnica adoptada antes de se iniciar o trabalho de escrita de cada frase. De seguida, poderá proceder-se à recolha antecipada dos conceitos e da terminologia indispensáveis ao exercício de tradução e que poderão ser úteis à concretização do trabalho. Mas há tradutores que mal lançam uma vista de olhos ao texto começam de imediato a traduzi-lo, e só depois, durante a fase de redacção, vão resolvendo os problemas com que deparam, deixando partes em branco ou sujeitas a confirmação posterior.

Por fim, e ao desenvolverem o trabalho de revisão sobre o seu próprio texto, as atitudes dos tradutores também poderão ser muito díspares. É frequente sentirem-se limitados e compelidos a respeitarem integralmente as escolhas iniciais, que os condicionam ao ponto de não conseguirem encontrar novas formulações. Ou então, pelo contrário, procedem a tantas e tão profundas alterações que o texto deixa de ter as marcas autorais iniciais (Mossop 135-9).

Tudo isto pode ser contornado e resolvido quando um revisor lança um novo olhar sobre o texto traduzido. Cabe-lhe suprir as falhas, sugerir novas formas de dizer, ou, tão simplesmente, corrigir os erros detectados. Mas cabe-lhe, igualmente, sujeitar tais propostas e correcções ao arbítrio de quem as poderá e deverá validar, no caso da obra original, o autor, e no caso do texto traduzido, o tradutor. Porque, afinal, a responsabilidade definitiva pelo texto apresentado ao público leitor cabe a estes intervenientes.

Na obra *Revising and Editing for Translators* (2001), de Brian Mossop, já anteriormente referenciada, são descritas de forma exaustiva as inúmeras competências e tarefas associadas ao trabalho de revisão. Dos motivos para a existência e necessidade de um revisor, até aos parâmetros de revisão a aplicar, passando por questões como a consistência e coerência do texto, ou a auto-revisão, o autor procede a uma análise extremamente metódica de todos os aspectos implícitos ao trabalho do revisor e editor final do texto.

É fundamental ter ainda em conta que esta obra presta igualmente atenção à grande variedade de situações culturais em que ocorre a intervenção e o trabalho de editores e

revisores, e o papel fundamental, de carácter social e político, que desempenham no exercício das suas funções. Acresce que Brian Mossop chega mesmo a dedicar-se a uma exploração minuciosa do trabalho de auto-revisão executado pelos tradutores e integrado na produção da tradução. Este conjunto de conceitos e aplicações práticas deveria necessariamente ser do conhecimento de muitos envolvidos no processo de trabalho da edição, embora ainda não tenha sido convenientemente analisado para o mercado português.

Portanto, e no âmbito deste Inquérito por Questionário apresentado às casas editoras portuguesas, pretendia-se verificar se, no âmbito do item “Revisão da Tradução” (Anexo II – 7.), haveria lugar à existência e implementação de procedimentos internos de revisão nas referidas empresas. Mas desejava-se também saber quais seriam os procedimentos adoptados e o eventual retorno que seria concedido aos tradutores sobre o trabalho efectuado, para que o mesmo pudesse ser melhorado ou objecto de eventuais modificações.

Relativamente aos “Procedimentos internos de revisão” (Anexo II – 7.1) nas casas editoras após a recepção do texto traduzido verificou-se que essa tarefa é quase integralmente concretizada na leitura e correcção executada pelos editores/coordenadores de edição. Com efeito, em 77,4% dos casos o desempenho e actuação internas para corrigir o texto traduzido cabem a estes responsáveis editoriais. Sendo residual a actuação dos compositores gráficos, cabe-lhes, ainda assim, tal atribuição em 16,1% dos casos. Curiosamente, em 6,2% das respostas essa tarefa cabe integralmente ao tradutor. Ou seja, e nesta situação, o trabalho do tradutor não é verdadeiramente submetido a uma apreciação e correcção posterior.

Após a revisão efectuada pela casa editora, o “Retorno fornecido aos tradutores” (Anexo II – 7.2) traduz-se tendencialmente por uma sugestão de melhorias de dados incorrectos e por uma apreciação geral, positiva ou negativa, sobre o trabalho desenvolvido. 85,8% das respostas concentram-se nestes dois domínios, com uma subdivisão perfeitamente equitativa entre ambos: 42,9% para a sugestão de melhorias dos dados incorrectos; 42,9% para a apreciação positiva/negativa sobre o trabalho. Aliás, deve frisar-se que muitas respostas apontaram precisamente no sentido da complementaridade destes dois factores. Assim, após a sugestão de melhorias, desenvolver-se-á um processo de análise que conduz a uma apreciação positiva/negativa sobre o trabalho recebido.

Curiosamente, também a esta pergunta houve uma percentagem de respostas de 3,8% que indicaram que não era fornecido nenhum retorno ao tradutor após a revisão. Ou seja, qualquer que tenha sido a intervenção por parte dos revisores internos, ao tradutor não será comunicado absolutamente nada.

Finalmente, era solicitado às casas editoras que indicassem quais seriam os “Procedimentos de rectificação” (Anexo II – 7.3) no caso de serem detectadas incorrecções. A situação mais vezes assinalada como mais utilizada foi a de introdução interna das correcções, em 48,6% dos casos. Ainda assim, a introdução autorizada de correcções após consulta ao tradutor também mostrou ser um procedimento comum, em 34,3% dos casos. Regista-se ainda que alguns destes casos funcionam em regime de complementaridade, na medida em que à autorização concedida pelos tradutores segue-se a introdução interna, na casa editora, das correcções sugeridas.

Deve ainda assinalar-se, dado o seu carácter extraordinário, o conjunto de outros procedimentos adoptados, que mereceram 17,1% de respostas e em que as casas editoras mencionaram comportamentos diversos, alguns dos quais podem ser registados do seguinte modo: as alterações a efectuar devem ser executadas pelo tradutor, de acordo com os comentários feitos pelo editor; as alterações a efectuar podem ou não ser comunicadas ao tradutor em função da sua maior ou menor gravidade; a credibilidade do tradutor contratado e o seu trabalho anterior determinam se lhe é ou não comunicada a sugestão de alteração. Mas houve mesmo um caso de “Outros procedimentos” com uma resposta curiosa, em que a casa editora assinala que a “Introdução das alterações é feita após consulta ao autor”.

Por fim, é de notar que no cruzamento de dados entre o número de colaboradores permanentes da casa editora e a revisão efectuada pela mesma ao trabalho do revisor, à medida que se verifica um aumento no número de colaboradores da casa editora, também se regista que a exigência em termos de revisão é maior. Por exemplo, verifica-se que as casas editoras com mais de 10 colaboradores não deixam a tarefa da revisão integralmente a cargo do tradutor. Isso significa claramente que as maiores casas editoras recorrem a outros procedimentos de verificação e correcção, e não somente à revisão efectuada pelo tradutor.

As conclusões parciais que se poderão retirar do conjunto de respostas incluídas nesta secção fornecem as seguintes ideias:

- Há procedimentos internos de revisão dos textos traduzidos na grande maioria das casas editoras portuguesas, com poucas excepções, pois em alguns casos registou-se que caberia integralmente ao tradutor a execução dessa tarefa;
- Nota-se que os resultados da avaliação da casa editora sobre o trabalho do tradutor são normalmente comunicados ao profissional da tradução, implicando sugestões e a posterior correcção do trabalho pelo próprio tradutor, mas também aqui há situações de “retorno zero” ao tradutor, com o que isso poderá e deverá implicar de modificações da exclusiva responsabilidade da casa editora;
- A correcção de eventuais erros pode, portanto, acontecer sem uma releitura e justificação, ou reconhecimento, por parte do tradutor dos desvios assinalados, pelo que a falta de sugestões de melhoria ao trabalho executado pelo tradutor não permitirá que este rectifique procedimentos e desenvolva competências no sentido de fazer melhor no trabalho seguinte.

3.3.8 Contratação do mesmo tradutor (Anexo II – 8.)

Nesta última secção do Questionário, as casas editoras foram consultadas a propósito de algumas questões relacionadas com a contratação do mesmo tradutor para a execução de novas traduções. A este propósito pretendia saber-se se haveria algum tipo de procedimento de contratação devidamente estabelecido e que permitisse a intervenção sucessiva dos mesmos tradutores que executariam novas traduções para as mesmas casas editoras, apesar de, como já se viu anteriormente, os tradutores não serem, regra geral, assalariados permanentes das casas editoras portuguesas.

Associada a esta primeira questão estava ainda a oportunidade e capacidade de avaliação da qualidade da tradução na casa editora. Ou seja, a eventual prioridade concedida a um tradutor que já tivesse traduzido a obra de um autor para a tradução de obras subsequentes do mesmo autor, teria de ser devidamente validada pela casa editora, com base em critérios minimamente objectivos e declarados sobre a qualidade do trabalho de tradução anteriormente desenvolvido.

Pretendia aferir-se, deste modo, da condição da experiência anterior para beneficiar o trabalho final de tradução. O recrutamento de profissionais mais competentes e

conhecedores das matérias e autores a traduzir, por parte das casas editoras, deveria então reflectir o benefício de os tradutores em causa já terem efectuado trabalhos anteriores e terem recebido as indicações necessárias a tais trabalhos. Por outro lado, poderiam mesmo ter usufruído da oportunidade de os seus trabalhos serem corrigidos pela casa editora, concorrendo para a melhoria geral da tradução apresentada.

As respostas a esta secção “Contratação do mesmo tradutor para outros trabalhos de tradução”, nomeadamente à primeira pergunta sobre a “Prioridade concedida a tradutor de uma primeira obra de um autor na tradução das restantes do mesmo autor” (Anexo II – 8.1), foram bastante elucidativas da noção de que a um tradutor que já tivesse trabalhado a obra de determinado autor seria concedida a oportunidade de traduzir as subsequentes. Com efeito, 92% dos inquiridos responderam afirmativamente. Presumia-se, aliás, que esse resultado se verificaria. No cruzamento de dados entre o número de colaboradores e a primazia concedida ao tradutor da primeira obra, para que pudesse traduzir as subsequentes, foi constatado que, independentemente do número de colaboradores, as casas editoras concedem efectivamente tal prioridade ao tradutor da primeira obra.

Ainda assim, foi com alguma surpresa que se registou que para 8% dos respondentes tal atitude não seria tão óbvia, não sendo mesmo adoptada. Ou seja, para 8% dos inquiridos, não havia qualquer prioridade na escolha do mesmo tradutor para traduzir a obra de um autor já anteriormente traduzido por esse tradutor.

Da análise circunstanciada dos dados relativos aos motivos que porventura levam as casas editoras a não solicitarem ao mesmo tradutor a tradução de um autor que já tenha sido traduzido por esse mesmo tradutor, sobressai desde logo a noção de que a variedade de motivos invocados é bastante díspar. Igualmente assinalável é o facto de os respondentes indicarem mais do que um só motivo ao abrigo de cada uma das categorias, o que evidencia desde logo o carácter cumulativo das razões que defendem.

Assim, deve registar-se que o menor número de não-respostas (3) incidiu sobre a “Insatisfação da casa editora com o trabalho produzido pelo tradutor” (Anexo II – 8.2 A). Ora, este indicador revela claramente que, para as casas editoras, o factor mais influenciador sobre a ponderação de voltar, ou não, a contratar um tradutor é a sua avaliação do trabalho anteriormente executado por esse mesmo tradutor. Com um grau de importância equiparado ao nível das não-respostas (6) estão as “Condições negociais in comportáveis do tradutor” (Anexo II – 8.2.D) e a sua “Indisponibilidade”.

Manifestamente irrelevantes parecem ser a “Exigência da casa editora/agente estrangeiro detentor dos direitos de tradução” (Anexo II – 8.2.B), com 16 não-respostas e, mais ainda, a “Exigência do autor” (Anexo II – 8.2.A), com 17 não-respostas.

Da averiguação mais aprofundada sobre os dados recolhidos e numa perspectiva pormenorizada relativamente a cada um dos motivos possíveis para a não contratação do mesmo tradutor é ainda possível assinalar um conjunto de dados que se especificam de seguida e que resultam da análise das respostas efectivamente fornecidas.

Assim, e quanto à “Exigência do Autor” (Anexo II – 8.2.A), nos casos em que ela se poderá verificar, 45,6% dos inquiridos sugerem que quando o autor nomeia um tradutor da sua confiança impede a casa editora de usar os serviços do tradutor anterior. Deste modo, cabe ao autor aferir desde logo, e em primeira mão, das qualidades e competência de um tradutor, que ele conhece, e que entende indicar para a execução da tradução da sua obra. Note-se que esta “exigência” apenas deverá acontecer com autores e tradutores contemporâneos.

Contudo, ao abrigo da alínea “Outras exigências do autor” (Anexo II – 8.2.A) há algumas respostas curiosas a esta questão, quando várias casas editoras assinalam que o autor não terá gostado do trabalho/tradução anterior do tradutor e, portanto, descartou a possibilidade de tal tradutor voltar a traduzir a sua obra. Pese embora o carácter invulgar da situação, deverão ter sido, seguramente, ocasiões em que o autor usufruiu do privilégio de poder comparar a sua versão original com a tradução e, assim, conseguir compreender integralmente as diferenças e desvios que registou e que o terão levado a tomar tal atitude. Registe-se, portanto, esta situação como sendo perfeitamente extraordinária, pois tais casas editoras terão beneficiado seguramente de um privilégio raro concedido pelos autores em causa.

No que concerne às eventuais “Exigências da casa editora/agente detentor dos direitos de tradução” (Anexo II – 8.2.B), regista-se uma situação semelhante à anterior, pois também aqui a percentagem mais elevada (50%) está associada à escolha e sugestão de um tradutor da confiança de tal entidade para a execução do projecto de tradução. A inadequação do tradutor proposto é também uma razão fortemente invocada (40%) para tal comportamento. Seja como for, a aplicação desta medida escapa, mais uma vez, ao controlo da casa editora portuguesa, que se vê forçada a seguir uma orientação imposta do exterior e que, apesar de questionável, não é passível de ser revogada.

A “Insatisfação da casa editora com o trabalho produzido pelo tradutor” (Anexo II – 8.2.C) é, como já se escreveu acima, o motivo mais vezes referenciado para que um tradutor não volte a ser contratado por uma casa editora para a tradução de um autor que já traduziu anteriormente. Mais, tornou-se evidente, quanto mais não fosse pelo grande número de respostas fornecidas a propósito de cada um dos itens objecto do Inquérito, que tal factor era realmente determinante para as casas editoras.

Neste indicador é notório que a “Má qualidade geral do trabalho” é o factor mais importante para as casas editoras, já que 31,9% responderam assinalando tal opção. Somam-se a este factor outros aspectos conexos, como os “Erros de tradução”, com 21,7% de respostas, os “Problemas de construção sintáctica”, com 14,5% de respostas, a “Inadequação da tradução aos objectivos propostos”, com 13%, e os “Erros ortográficos”, com 11,6%. Deve ainda frisar-se que neste indicador são também incluídas em “Outros motivos”, com 7,2% de respostas, as situações de comportamento inadequado do tradutor, sobretudo por incumprimento dos prazos definidos. Citam-se, aliás, e a propósito desta situação de desrespeito cometido pelos tradutores, as afirmações de duas casas editoras: “Atraso consecutivo na entrega”; “Incumprimento grave e não justificado do prazo acordado inicialmente”. (Repostas de duas casas editoras no Inquérito administrado).

Já no que concerne às “Condições negociais do tradutor inoportáveis” (Anexo II – 8.2.D.) para justificação para que um tradutor não volte a executar a tradução de determinado autor para uma casa editora é de salientar que o factor mais frequentemente registado foi o que se refere aos “Prazos propostos”, que são considerados inaceitáveis por 46,1% dos inquiridos. A curta distância ficou o “Valor demasiado elevado para a tradução”, com 43,6% de respostas.

Finalmente e no que se refere à “Indisponibilidade” manifestada pelo próprio tradutor para realizar a tarefa que lhe seria encomendada (Anexo II – 8.2.E.), 63,4% dos inquiridos afirmou que, na verdade, esse era um factor extremamente importante e até mesmo decisivo, pois terá significado que o tradutor em causa não pôde executar o trabalho em causa.

Por outro lado, em 33,3% dos casos foi bastante significativo o facto de o tradutor ter abandonado a actividade e, portanto, não poder dedicar-se à tradução da obra em causa. Note-se, nesta situação, sobretudo a grande percentagem de respostas que assinalam tal ocorrência, o que é seguramente sinal do que se verifica no mercado de trabalho da tradução, com a passagem dos profissionais para outras áreas, por motivos certamente relacionados com a instabilidade profissional e com a fraca remuneração desta actividade.

Em jeito de conclusão parcial sobre esta secção é de registar que nas respostas aos Questionários foi assinalado:

- A grande importância atribuída pelas casas editoras à noção de continuidade do tradutor, que deverá continuar a executar trabalhos de tradução do mesmo autor, caso não haja impedimentos de maior que impeçam a sua contratação;
- A avaliação da casa editora normalmente aponta para uma apreciação geral negativa do trabalho do tradutor;
- Aspectos particulares, como os erros de tradução, a incorrecção sintáctica, a inadequação aos objectivos do livro, os erros de ortografia, ou mesmo o incumprimento de prazos por parte do tradutor, são itens de avaliação que, conjugados, ou isolados, determinam a decisão da casa editora de não contratar novamente aquele tradutor;
- Cabe à casa editora, em função da avaliação ao trabalho desenvolvido pelo tradutor, a decisão relativa à celebração de um contrato com o tradutor para que este execute novo trabalho de tradução;
- Imposições externas para a contratação de determinado tradutor, como as do próprio autor ou da entidade que administra os direitos de tradução, são muito raras;
- A indisponibilidade do tradutor, seja porque mudou de actividade, seja porque está ocupado com uma outra tradução, é um factor importante e impeditivo para que possa concretizar uma nova tradução do mesmo autor;
- É ainda decisivo se o tradutor propuser prazos inadequados aos objectivos da casa editora, que antes de se ver limitada a aceitá-los prefere recusar entregar a tradução a esse tradutor;
- A proposta de condições remuneratórias/contratuais inoportáveis para a casa editora é um factor dissuasor da realização de uma nova tradução por parte do mesmo tradutor.

3.4 Curtas conclusões

Numa espécie de sùmula final a todo o conjunto de dados recolhidos, e relacionados com os Inquéritos por Questionário administrados, é indispensável reconhecer desde logo que o trabalho desenvolvido recebeu um número relativamente reduzido de respostas. Apesar disso, deve salientar-se que tais respostas se nos afiguram bem representativas da realidade do mercado de trabalho da tradução para edição em Portugal.

Por um lado, porque confirmam dados empíricos conhecidos do autor deste estudo e de muitos outros tradutores, percepções tantas vezes divulgadas em privado ou em fóruns de discussão públicos e comuns à maioria dos tradutores portugueses. Por outro lado, porque os dados que revelam são consistentes entre si, demonstrando posições e reacções conjuntas, que denunciam claramente atitudes comuns às empresas contactadas e não comportamentos isolados ou desviantes.

Por tudo isso, e apesar de não ter sido uma amostra previamente seleccionada, entende-se que o conjunto de editoras que respondeu aos Inquéritos caracteriza adequadamente a situação actual, em Portugal, da tradução e do trabalho dos tradutores para as casas editoras. Assim, as conclusões que se apresentam de seguida poderão ser tidas como representativas dos procedimentos e comportamentos habituais no mundo da edição em Portugal e recuperam os resultados apresentados.

Tornou-se evidente, e ficou claramente comprovada através das respostas obtidas, a noção de que as casas editoras portuguesas estão maioritariamente sediadas em Lisboa, onde albergam os sectores editoriais que coordenam o trabalho de tradução. Os responsáveis editoriais, que foram os principais responsáveis pelo preenchimento dos Inquéritos, constituem um universo de respondentes com feições de alguma homogeneidade em termos etários (entre os 30 e os 50 anos) e ainda no que respeita à sua formação (dominantemente na área das Humanidades, sendo detentores de licenciaturas ou mesmo de graus académicos mais elevados).

Desta caracterização será possível inferir que alguns elementos, nomeadamente os referentes à idade e ao sexo dos responsáveis, poderão ser potenciais determinantes de padrões de gosto e de expectativas geracionalmente definidas, reflectindo-se efectivamente

no que se publica em determinado período. Esta dedução carece, contudo, da confirmação que o estudo de caso apresentado no âmbito desta investigação procurou indagar.

Sem comprovação, face à ausência de inúmeras respostas, fica no entanto a percepção de que grande parte das casas editoras portuguesas exerce actividades variadas também no sector da comercialização e distribuição de livros e não apenas na sua elaboração e produção. Igualmente perceptível, e passível de comprovação nas listas de empresas e respectivas moradas, é a ideia de que muitas casas editoras adoptam designações comerciais diversas – as chamadas chancelas – de modo a reflectirem interesses e temáticas variegados, ao abrigo das quais publicam títulos diferenciados.

Já não é, contudo, tão evidente a multiplicação das equipas de coordenação editorial por chancelas ou designações diferentes. Com efeito, parecem ser exactamente as mesmas pessoas que se dedicam à concepção e produção de tais obras para o público leitor, ainda que sob marcas diferentes. Ou seja, uma marca comercial diferente não significa necessariamente um tratamento editorial diferente para um livro, com tudo o que isso implicaria de alterações de regras e critérios adoptados e/ou impostos. Ainda assim, neste caso tal conclusão apenas pode ser deduzida por conhecimentos empíricos, já que não houve muitas respostas aos Inquéritos sobre os pedidos de identificação das diversas designações comerciais adoptadas pelas casas editoras.

Por outro lado, ficou confirmado que a área da edição em Portugal é maioritariamente composta por casas editoras de pequena dimensão, que têm um número de colaboradores inferior a dez pessoas. Além disso, em média, nos respectivos departamentos editoriais exercem funções menos de seis pessoas. Acresce a tudo isto que, normalmente e segundo os dados fornecidos pelas casas editoras portuguesas, estas publicam menos de quarenta títulos por ano, sendo menos de dez os títulos traduzidos a partir de outras línguas. No seu conjunto, estes dados demonstram a diminuta dimensão do mercado editorial português e, como consequência directa, a ainda mais reduzida importância da actividade da tradução para edição em Portugal.

Talvez por isso, a principal aposta das casas editoras, quando pretendem contratar um tradutor, assente sobretudo na experiência comprovada que esperam desse profissional. De facto, preferencialmente as casas editoras seleccionam alguém que possua habilitações académicas obtidas internacionalmente, e com incidência nas vertentes técnicas mais especializadas, sendo algo menosprezada a eventual formação literária. Além disso, é muito importante para as casas editoras que as referências fornecidas sobre o candidato a tradutor sejam credíveis e provenientes de pares reconhecidos por elas próprias. É de tal

modo notório esse facto que a realização de trabalhos anteriores para outras casas editoras, ou mesmo a especialização profissional na área da obra a publicar são apontadas como mais-valias importantes.

Por outro lado, entendem as casas editoras que a remuneração que propõem ao tradutor deve ser aceite por este, devendo mesmo salientar-se a importância decisiva deste factor para a decisão tomada pelo editor na contratação do tradutor. Para que a designação do tradutor seja confirmada, é ainda relevante que este profissional demonstre bons conhecimentos sobre o autor a traduzir. Outros factores, de cariz mais prático, como os prazos de entrega ou a formatação gráfica final da obra traduzida, não se mostram tão fundamentais para as casas editoras, ainda que sejam devidamente tidos em consideração na fase inicial de selecção do candidato.

Na sequência da definição da encomenda de tradução, e em relação aos compromissos contratuais entre casas editoras e tradutores, registou-se que tais contratos têm habitualmente um carácter precário e temporalmente bem definido, estando ligados simplesmente à encomenda de tradução de uma obra. É normalmente um contrato regulado por valores fixos associados ao número de caracteres traduzidos e, em regra, é pago até 45 dias após a entrega do trabalho acabado. Verifica-se, contudo, que há inúmeras situações em que a regularidade da prestação do serviço e a confiança estabelecida entre tradutor e casa editora são de tal ordem que nem sequer são formalizados em contrato os modelos de colaboração mútua e as recompensas estabelecidas.

Já no que se refere à formação ministrada aos tradutores contratados pelas casas editoras, é de realçar a falta de acções de formação contínua, ou até mesmo temporária, que permitam a tais profissionais uma integração mais rápida e adequada nas regras de trabalho de cada casa editora, que são necessariamente diferentes. Apesar de assentarem na confiança que depositam na experiência profissional anterior dos candidatos e, portanto, no trabalho que esses tradutores já tiverem executado, as casas editoras apenas parecem demonstrar alguma consideração pela necessidade de enquadramento dos candidatos nas regras do “Livro de Estilo” da própria empresa.

Além disso, como já se escreveu anteriormente, quando tal experiência é inexistente não se compreende muito bem de que forma poderia ser devidamente complementada. Soma-se a isso que a consideração demonstrada pela cada editora em relação ao tradutor parece ditar que este, quando muito, proceda à simples leitura e cumprimento das regras de estilo da casa editora, não implicando um acompanhamento e instrução próxima do tradutor, proporcionada pela casa editora. Parece ser igualmente

claro que, caso existisse um processo de trabalho participado, com recurso a uma colaboração, eventualmente formativa, entre tradutor e casa editora, haveria mais hipóteses de alcançar melhores resultados.

Aliás, quando questionadas sobre a possibilidade de ministrarem formação específica, as casas editoras realçam a grande importância de um eventual investimento em formação para os tradutores sobre revisão de texto e edição. Este é um sinal evidente de como são significativas as competências que o tradutor deveria possuir sobre essas matérias. Realce-se, contudo, que este tipo de formação não é facilmente adquirível nas instituições de ensino e ainda menos no mercado de trabalho. Na verdade, nem sequer é objecto de uma oferta conhecida e publicamente divulgada que permita a sua obtenção por parte dos candidatos a tradutores. Com efeito, habitualmente estas situações de formação especializada em revisão de texto e edição são ministradas por profissionais liberais da área, e sem um vínculo directo a casas editoras.

Na verdade, as casas editoras reconhecem deste modo a importância das competências do tradutor em matérias cuja formação não está disponível no mercado de ensino e que apenas poderia ser ministrada por elas próprias. Acresce ainda, por outro lado, que um grande número de casas editoras assinala a falta de qualidade da formação em tradução dos profissionais desta área, assumindo mesmo que gostariam de ministrar tal formação aos candidatos a tradutores. É um paradoxo difícil de compreender: as casas editoras não ministram formação na sua própria área de intervenção (edição), mas gostariam de a ministrar numa outra (tradução).

É comum os tradutores profissionais portugueses confrontarem-se com preconceitos, por parte das editoras, em relação à sua formação e ao rigor do seu exercício profissional. São correntes as noções de que os tradutores portugueses não têm conhecimentos suficientes de línguas estrangeiras, de língua portuguesa e das áreas técnico-literárias em que trabalham. Mais, afirmam as casas editoras que é frequente os tradutores não cumprirem os contratos e demonstrarem até desrespeito pelas regras acordadas. Ora, se estas noções percorrem habitualmente os corredores das casas editoras, deixando no ar a ideia de que seria necessária melhor formação para os tradutores, tal como aliás fica expresso neste estudo com a informação fornecida a propósito da formação específica em tradução, talvez fosse importante o contributo fornecido nessa área por tais casas editoras.

Na verdade, esta situação deveria concorrer para um trabalho conjunto entre casas editoras e instituições de ensino superior que permitisse superar tais lacunas e proporcionar

melhor formação aos tradutores. Talvez as casas editoras devessem apoiar ou ligar-se a instituições de ensino superior que promovessem a disseminação desses conhecimentos pelos principais interessados, cativando os candidatos a tradutores com a possibilidade de aquisição de conhecimentos nas áreas de tradução adequadas às suas próprias necessidades internas. Talvez fosse igualmente importante que as casas editoras proporcionassem condições aos tradutores que contratam, para que a obtenção de conhecimentos de tradução por parte destes profissionais servisse objectivos mútuos de enriquecimento de uma cultura geral ou especializada de que ambos, casas editoras e tradutores, tanto carecem. No fundo, a perspectiva sobre a orientação formativa deveria guiar-se por uma especialização nas áreas de interesse editorial semelhante à indicada por Daniel Gouadec e que já é praticada em França em algumas áreas (2002: 381-409).

Por outro lado, quanto às informações fornecidas sobre a obra a traduzir, ou ainda sobre o autor da obra, é de realçar que as casas editoras afirmam dar a conhecer tais dados aos tradutores no momento em que lhes fazem a encomenda da tradução. Contraditório parece ser o facto de as casas editoras assinalarem que não solicitam aos tradutores o cumprimento de regras gráficas ou de apresentação do texto traduzido, por se encarregarem elas próprias desse trabalho, quando anteriormente haviam afirmado que na eventualidade de ministrarem formação a fariam incidir precisamente sobre tais aspectos.

Entretanto, verificou-se que, na grande maioria das casas editoras portuguesas, vigoram procedimentos internos de revisão dos textos traduzidos. Normalmente, em consequência do trabalho de revisão efectuado na casa editora, o tradutor recebe as sugestões que lhe são apresentadas e procede à correcção e melhoria do trabalho executado. Algumas excepções, ainda que poucas, atribuem todas as tarefas de tradução e revisão ao próprio tradutor. Nestes casos, pode questionar-se todo o processo que permite a uma obra cuja edição original terá sido objecto de cuidadosa leitura e releitura, mas que, numa língua de chegada diferente apenas é submetida à leitura, apresentação e verificação final por parte do tradutor.

Já quanto à manutenção e continuidade do tradutor na sua colaboração com a casa editora ela poderá estar, e está, muito frequentemente associada à execução de projectos de tradução de um autor que já anteriormente terá traduzido. Contudo, há uma condição que poderá impedir que isso se verifique: uma avaliação negativa por parte da casa editora sobre o trabalho anteriormente recebido. Mas também é evidente que a eventual indisponibilidade do próprio tradutor poderá contribuir para que lhe seja impossível fazer uma nova tradução de um autor que tão bem deveria conhecer. Razões outras, como a

proposta por parte do tradutor de prazos inadequados ou de condições remuneratórias/contratuais inoportáveis para a casa editora, são ainda outros factores que poderão impossibilitar a realização da tradução de um autor já anteriormente traduzido por determinado tradutor.

4. A casa editora “Campo das Letras”

Procurando estabelecer uma ponte entre o trabalho de campo mais genérico, dedicado à análise da realidade editorial portuguesa, e a situação concreta do trabalho quotidiano realizado no seio de uma casa editora, bem como as estratégias editoriais seguidas, procurou definir-se um estudo de caso passível de ser encarado, de alguma forma, como representativo da realidade editorial contemporânea em Portugal. Ou seja, procedeu-se à análise de uma casa editora cujo padrão de projecto editorial pudesse ser extrapolável, dentro de certos limites, para outras editoras nacionais. Devido à proximidade da sua localização, mas também por questões profissionais relacionadas com a contribuição regular do autor deste estudo para a casa editora em causa, estabeleceu-se o contacto com a editora Campo das Letras, com sede no Porto, que viria, portanto, a ser o objecto de estudo de uma investigação mais aprofundada.

A editora Campo das Letras surgiu em Portugal durante um período histórico de estabilidade social e política, e de alguma prosperidade económica. Portugal sofrera transformações fundamentais, a todos os níveis da sociedade, durante a década de 1970, sobretudo após a Revolução de Abril de 1974. Após a grave crise financeira do país, em especial nos primeiros anos da década de 1980, experimentou-se em Portugal um período de recuperação económica que coincidiu com algumas tentativas, cada vez mais sólidas, destinadas a garantir a paz social e política (Lains 2005: 471), também apoiadas pelo forte contributo da União Europeia, após a adesão de Portugal à então C.E.E., em 1986.

Por força da adesão à Comunidade Europeia, seguiram-se a partir de 1985 algumas reformas de fundo nas instituições, regulamentações e mecanismos de funcionamento da economia e do mercado de trabalho, bem como a concretização de um plano de privatização de empresas nacionalizadas e de redução do peso do Estado no sistema produtivo.

O esforço de adequação das políticas económicas às exigências de convergência nominal de Maastricht e, depois, ao modelo de disciplina orçamental do Pacto de Estabilidade e Crescimento revela, por seu turno, para anos mais recentes, toda a

amplitude dos impactos a que estruturas produtivas e equilíbrios macroeconómicos têm estado submetidos, impactos esses que hoje deixaram, aliás, de poder ser enfrentados por alguns dos instrumentos e ajustamento económico convencionais. (Pinto & Pereira: 2006: 133-4)

Ainda assim, só durante a década de 1990 viria a instalar-se paulatinamente uma sensação geral de estabilidade e desenvolvimento, conforme referenciado: “Em 1993, 65% da população achava que Portugal tinha beneficiado muito em termos de desenvolvimento económico, com a adesão à CEE” (Monteiro & Pinto: 2000: 244). Ao crescimento económico associou-se uma evolução acentuada das indústrias do lazer e da cultura, nomeadamente na área editorial. Associados a toda situação estão também o crescimento das taxas de urbanização, bem como a concentração demográfica em torno das grandes cidades, o que produziu uma alteração significativa dos modos de vida em Portugal (Pinto & Pereira: 2006: 135).

Entretanto, os níveis de igualdade entre géneros em Portugal (Ferreira 2000: 182-6) e, sobretudo, de escolaridade de toda a sociedade aumentaram bastante. Tais factos tornar-se-iam ainda mais visíveis, nas duas vertentes, devido ao ingresso das mulheres, em grande número, em todos os escalões de ensino, com forte incidência no ensino superior (Ferreira 2002: 48-51), e também no mercado de trabalho (Ferreira 2002: 60-71). É precisamente isso que assinalam José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira:

Ao longo dos trinta anos de democracia, Portugal passa, em matéria de participação das mulheres no mercado de trabalho, de taxas comparativamente muito baixas para taxas comparativamente muito altas. (2006: 137)

Refira-se ainda, por tal ser verdade, que o crescimento das remunerações dos trabalhadores por conta de outrem e a feminização da população activa proporcionam confortos financeiros relativos permitindo a disponibilização de rendimentos para outras áreas que não apenas a alimentação, indício de melhores rendimentos globais (Almeida 2000: 169).

Além disso, durante a década de 1990, o desemprego ainda não afectava mais de metade dos diplomados e os níveis de sucesso no ensino superior cresciam fortemente, verificando-se inclusive um grande aumento no número de doutoramentos reconhecidos em Portugal (INE 2003). Aliás, é notório e reconhecido que Portugal passa a ter “taxas de

participação das populações jovens no ensino superior que não se afastam significativamente da fasquia europeia” (Pinto & Pereira: 2006: 138), com os estudantes a acederem com mais frequência e em muito maior número ao ensino superior (Almeida 2000: 166), pelo que a procura da educação passa a ser um valor largamente difundido.

Igualmente evidente é o facto de a partir da década de 1990 as actividades económicas passarem a ser dominadas por sectores da economia que até então não eram predominantes. A população abandonou rapidamente a agricultura e enveredou antes por áreas relacionadas com a prestação de serviços ou ligadas a diversas indústrias, entre as quais as de ordem cultural.

A evolução da população activa por sectores de actividade vai confirmando, por outro lado, o que habitualmente se chama a terciarização da economia. Com toda a sua diversidade, agregando actividades de vitalidade muito diversa, o sector já ocupava em todo o caso, em 1992, mais de 55% da população activa. Em 1960 não chegava aos 28%. (Almeida 2000: 165)

A distribuição por classes sociais em Portugal ao longo dos anos, em especial entre 1960 e meados dos anos 1990, também sofreu evoluções significativas. Assistiu-se ao crescimento das classes médias, com variações internas assinaláveis e, sobretudo, com uma distribuição de recursos variados, em que o capital económico, cultural e escolar passaram a estar nas mãos de grupos diferentes, mais diversificados e muito mais alargados (Almeida 2000: 166-7). A “pequena burguesia técnica e de enquadramento, envolvendo assalariados que são quadros científicos e intelectuais, bem como técnicos e quadros intermédios” (Almeida 2000: 167) atingia em 1992 os 16,8 %.

O que se verifica com esta faixa social “maioritariamente urbanizada, é que ela dispõe de alto capital cultural relativo, de forte visibilidade e influência, e por isso ela absorve e amplia transformações no plano dos valores seguramente de forma muito significativa” (Almeida 2000: 167). Simultaneamente, desenvolveu-se e assumiu protagonismo um conjunto heterogéneo de “empresários, dirigentes do topo do Estado ou das empresas e pelos profissionais liberais” (Almeida 2000: 167). Ora foi precisamente no seio destas faixas em crescimento que passou a encontrar-se a grande maioria dos profissionais e responsáveis pela criação, produção, difusão e posterior consumo das designadas indústrias culturais, em particular alguns dos elementos que se tornaram mais significativos para esta investigação sobre a indústria editorial.

Em paralelo, durante a década de 1990, que começou internacionalmente com o colapso e desmembramento da União Soviética, e o fim da Guerra Fria, assistiu-se à consolidação de inúmeros sistemas democráticos, um pouco por todo o mundo, mas também viria a assistir-se ao surgimento de conceitos como o de globalização e capitalismo global. Tais conceitos consolidar-se-iam, de formas distintas, mas concomitantes, com algumas evoluções que viriam a tornar-se emblemáticas dessa mesma década: a primeira Guerra do Golfo confirmaria alguns traços característicos da nova ordem internacional, na sequência do fim da Guerra Fria e da polarização que caracterizara tal situação, em especial no chamado “mundo ocidental”; as tecnologias até aí de vanguarda e de acesso restrito começaram a estar disponíveis para os cidadãos comuns através da popularização generalizada do computador pessoal; e, em relação directa com este salto tecnológico, o desenvolvimento da Internet proporcionaria um acesso até então impensável a uma enorme vaga de informação, virtualmente ilimitada, com o avanço daquilo que o presidente norte-americano Bill Clinton viria a designar como as “auto-estradas da informação (*information highways*)”.

O aparecimento da editora Campo das Letras, em 1994, coincidiu, portanto, com esse período de prosperidade e crescimento económico subsequente aos anos 80 (Almeida 2000: 169). Numa perspectiva de descentralização do panorama editorial, habitualmente centrado em Lisboa, esta casa editora nasceu na cidade do Porto, tendo sido fundada por Joaquim Jorge Araújo. É uma editora que viria a afirmar-se no mercado editorial português com uma intervenção regular e relevante no domínio da literatura, da poesia, da literatura infantil e juvenil e, de modo particular, na área dos temas políticos e sociais da actualidade, do ensaio sobre problemas económicos e questões políticas internacionais da actualidade.

Apesar de ser em torno do seu lema – “Onde o livro tem a palavra” – que a editora se organiza, patrocinando e promovendo um respeito constante pelos livros e pela edição, a Campo das Letras caracteriza-se essencialmente por ser, nas palavras dos seus responsáveis:

[Uma] Editora independente, procura divulgar alguns daqueles temas, daquelas obras e daqueles autores que a lógica estrita do mercado tem conduzido a um quase esquecimento. Pretende, assim, dar um contributo para a formação do gosto literário e a promoção da leitura, mas intervir também de forma activa no campo do

pensamento democrático de esquerda. Com critérios amplos, abertos às diversas correntes e sensibilidades, através da publicação de obras que ajudem a uma melhor compreensão do mundo em que vivemos, à captação da memória de personagens e temas fundamentais da História, a contribuições críticas para os debates económicos e sociais que permitam dilucidar as dimensões políticas mais significativas. (<http://www.campo-letras.pt/>)

De acordo com os dados recolhidos no Inquérito administrado e referenciado no Capítulo 3, a Campo das Letras assinalou ter um pequeno grupo de colaboradores, cujo número não era superior a vinte, e tinha menos de seis colaboradores permanentes ao serviço do respectivo departamento editorial. Face a estes dados, pode afirmar-se que o enquadramento desta casa editorial correspondia à percentagem da maioria das casas editoras portuguesas que, segundo o *Inquérito ao Sector do Livro*, de José Soares Neves *et al.* (2008: 17), registava, para 2005, um maior número de casas editoras na faixa em que o escalão de pessoal está situado entre as 10 e as 49 pessoas (66,1%).

Como acontece com muitas outras editoras portuguesas, também a Campo das Letras recorria ao fornecimento externo dos serviços de tradução, *design* de capas, formatação de livros e fotocomposição, reduzindo assim a contratação directa de muitos colaboradores. Esta prática, habitual nas editoras nacionais, permite a redução drástica dos custos fixos, aliviando o peso sobre as máquinas editoriais de profissionais cuja situação laboral independente transforma em trabalhadores contratados “à peça” para projectos temporários e com vínculos muito precários com as entidades empregadoras.

Ao longo dos seus quinze anos de existência – e segundo os dados fornecidos pela editora no respectivo sítio na Internet (<http://www.campo-letras.pt/>), confirmados no catálogo geral da editora e ainda na Porbase, da Biblioteca Nacional – a Campo das Letras publicou mais de 1400 títulos e criou 74 colecções, onde se integram as obras de 652 autores portugueses – de entre os quais 49 publicaram nesta editora o seu livro de estreia – e 355 autores estrangeiros. Dos títulos publicados, 237 situam-se na área da literatura, 165 na área da poesia, 104 no campo da actualidade política e social, e 358 na área do livro infanto-juvenil.

Se as afirmações da editora no respectivo sítio da Internet, anteriormente citadas, já apontavam nesse sentido, estes números permitem perceber ainda melhor a forte orientação desta editora para a publicação de obras literárias, sobretudo de novos autores em língua portuguesa, mas também para a edição de livros sobre temas da actualidade, especialmente

de cariz político “no campo do pensamento democrático de esquerda” (<http://www.campo-letras.pt/>), e de um grande número de obras da área infanto-juvenil. Porventura menos habitual do que acontece em outras editoras portuguesas é o número relativamente significativo de obras publicadas na área da poesia, um género minoritário no universo geral da edição, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Ainda de acordo com os dados inscritos no Inquérito a que respondeu, e já mencionado no Capítulo 3, a Campo das Letras afirmou publicar anualmente, em 2009, entre 101 e 150 títulos, situando-se o número de obras traduzidas a partir de línguas estrangeiras entre 21 e 40. Deste modo, é possível ver que a Campo das Letras segue o padrão habitual das casas editoras no mercado nacional, com uma forte publicação de obras originais em língua portuguesa, precisamente na ordem dos números já referenciados por estudos anteriores (Neves 2008: 16), com valores entre os 70% e 75% de obras originais em português.

Apesar de também se verificar que a Campo das Letras publicava várias obras provenientes de línguas estrangeiras diversas, o número destas era, no entanto, menor, situando-se entre as 21 e as 40 por ano, ou seja entre os 25% e 30% do total da produção editorial, confirmando, também neste caso, o que já era notório e foi assinalado para as casas editoras portuguesas em estudos anteriores (Neves 2008: 16).

4.1 Produção editorial: Alguns dados

A respeito da produção editorial deve recordar-se que foram referidos alguns números a propósito da edição de livros traduzidos em outros países, nomeadamente França e Estados Unidos (Capítulo 1), que serão agora complementados e acrescentados aos dados recolhidos sobre outros países. O número de livros traduzidos em França, tal como foi registado e apresentado pelo Centre National du Livre (http://www.centrenationaldulivre.fr/IMG/pdf/Chiffres-cles_2008-2009.pdf) apontava, em 2005, para que essa fatia da edição representava uma percentagem de 15,9% do mercado total dos livros editados, descendo gradualmente até 14%, em 2008, e recuperando apenas ligeiramente, em 2009, para um valor de 14,3% do total de livros editados.

Segundo o mesmo estudo, no ano de 2009 as línguas mais traduzidas em França eram o inglês, com 5638 títulos publicados, ou seja 62% do número total de traduções, seguido a longa distância pelo japonês, com 751 títulos, ou seja 8,3% do mercado das

traduções. Só depois surgiam o alemão, com 566 títulos e 6,2%, o italiano, com 388 títulos, ou seja 4,3%, e o espanhol, com 362 títulos, que representavam apenas 4% do mercado de livros traduzidos. Estes números sobre as línguas de origem das traduções são muito semelhantes aos que já se verificavam em 2007 também no mercado francês: nesse ano, a língua inglesa era a origem de 5137 títulos traduzidos – ou seja 60,1% do total de traduções; o japonês era a origem de 642 títulos – 7,5%; o alemão de 606 títulos – 7,1%; o italiano de 406 títulos – 4,7%; e o espanhol de 276 títulos – 3,2%. Estes valores confirmam a tendência para a afirmação da importância crescente do inglês como língua de partida de muitos títulos traduzidos em França.

Já em Espanha, e segundo a Federación de Gremios de Editores de España (<http://www.federacioneditores.org/SectorEdit/DatosEstadisticos.asp>), a percentagem de títulos traduzidos a partir de outras línguas, que não o espanhol, sofreu variações muito ligeiras entre 2003, com 25,8%, e 2008, quando alcançou os 24,8%. O pico máximo foi atingido em 2006, com 28,02% de títulos traduzidos. Estes valores aproximam-se bastante das percentagens conhecidas e já anteriormente assinaladas para Portugal. Contudo, estes dados da FGEE também assinalam o aumento significativo no número de ISBN concedidos ao longo do mesmo período – de 77 950 para 104 223 – o que equivale a dizer que o número de títulos publicados em Espanha também tem vindo a aumentar de forma significativa.

Os dados para Itália, fornecidos pela Associazione Italiana Editori (http://www.aie.it/Portals/21/Files%20allegati/sintesiRapporto2009_R.pdf), são bastante mais escassos e apenas indicam que em finais de 2002 um em cada quatro títulos (ou seja 25%) era uma obra traduzida a partir de original em língua estrangeira. Contudo, tal situação tem vindo a regredir pelo que em 2007, esta associação de editores registava uma percentagem de apenas 19% de livros estrangeiros cujos direitos tinham sido adquiridos para serem publicados em italiano. Esta situação denota, segundo tal estudo, a procura crescente de títulos italianos para venda no estrangeiro e, portanto, a maior autonomia desta língua, que não necessita de tantos títulos estrangeiros nos catálogos dos editores italianos.

Por fim, nesta breve análise comparativa de dados com outros países a propósito do número de títulos traduzidos e publicados na língua de chegada, assinale-se o caso da Finlândia. Segundo os dados da Suomen Kunstannusdistys Ry (Associação Finlandesa de Editores – <http://tilastointi.kustantajat.fi/WebReport.aspx?language=ENG>), a proporção de

títulos traduzidos em relação a todo o género de livros publicados na Finlândia tem variado ligeiramente, atingindo, por exemplo em 2005, 26,1% do número total de títulos.

Contudo, em 2008, a proporção de títulos traduzidos a partir de outras línguas desceu para 23,5%. Para o ano de 2006, aquele que, em anos mais recentes, teve um número maior de livros publicados na Finlândia, a proporção foi de 24,9% de títulos traduzidos. Assinale-se apenas que relativamente a 1991 – o ano mais distante em que os dados fornecidos pela associação finlandesa de editores já estavam devidamente regularizados – a percentagem era de 23,8% de títulos traduzidos para o total de livros publicados.

Também no caso da Finlândia a língua de partida para a maior parte das traduções tem sido o inglês, língua que tem vindo a assumir clara predominância ao longo dos anos mais recentes e que, desde os anos 90, representa aproximadamente dois terços dos títulos publicados em finlandês. Neste país há um número cada vez maior de títulos publicados a partir de outras línguas escandinavas, mas a proporção destas no número de títulos de literatura traduzidos tem vindo a diminuir, alcançando apenas uma percentagem que se situa entre os 10% e os 15% por ano no conjunto das línguas traduzidas (http://www.stat.fi/tup/suomi90/huhtikuu_en.html).

Este conjunto de dados permite, portanto, perceber que a edição portuguesa se enquadra num vasto conjunto de países que importam um grande número de títulos a partir de línguas estrangeiras dominantes, em especial o inglês. Mas também é de notar que a importância relativa de tais línguas estrangeiras no conjunto de livros publicados é ligeiramente superior em Portugal ao que se verifica em países próximos, nomeadamente Espanha e França, ou mesmo em comparação com países como a Finlândia, cuja dimensão populacional é semelhante à de Portugal, e onde o número de títulos traduzidos é menor (quase -7%).

Além de tudo isso, o volume de exportação dos direitos de autor de autores portugueses para outras línguas é bastante baixo, o que pode indiciar uma menor capacidade de penetração da língua portuguesa em outros mercados. Ou, por outro lado, é revelador de uma menor capacidade de promoção e divulgação dos autores portugueses em mercados externos, associada à concomitante incapacidade de divulgar no estrangeiro a cultura portuguesa veiculada por tais autores.

4.2 Polissistema, normas, refração: revisitando algumas ferramentas conceptuais

Pretende-se com o estudo de caso sobre a Campo das Letras colocar em evidência, de uma perspectiva analítica, um conjunto de feições da estratégia de uma casa editora ao longo de aproximadamente quinze anos de história. Tais feições compreendem o relacionamento da editora com as tendências dominantes de publicação (nacional e internacionalmente), mas também com os seus públicos – e, instrumentalmente, com os profissionais de que se socorre, incluindo os tradutores. Neste último caso, a caracterização do relacionamento da editora com os tradutores conduzirá desejavelmente a um entendimento mais sustentado da relação entre estratégias de edição e estratégias de tradução – das decisões sobre o que publicar às decisões sobre como traduzir.

Este percurso de estudo confere especial valor operativo a alguns dos conceitos estruturantes dos estudos de tradução desde a década de 1970, dando grande saliência a noções como as que se recordam de seguida, e que virão a ser directamente investidas na consideração crítica de um corpus de traduções publicadas pela casa editora Campo das Letras.

Como se viu anteriormente, em particular no Capítulo 2, Itamar Even-Zohar socorreu-se da noção da literatura como sistema dinâmico, que recolheu da teorização literária dos formalistas russos, para a desenvolver, actualizar e aplicar à consideração da literatura traduzida, na pluralidade das relações que estabelece com o sistema de chegada. Even-Zohar (1990) preocupou-se acima de tudo com a posição, central ou periférica, dos textos literários traduzidos nos sistemas literários de chegada, enquanto os formalistas encaravam cada texto de uma literatura como um sistema fechado, que tinha de ser analisado de forma isolada e internamente.

Even-Zohar tentou demonstrar que o modelo de análise a aplicar à literatura traduzida deveria integrar os elementos externos e admitir a importância dos aspectos históricos e culturais para que fosse possível encarar o sistema literário como uma estrutura heterogénea e aberta: o polissistema. Segundo ele, este modelo permitiria a análise dos sistemas da literatura traduzida nos polissistemas literários e a sua relação com o polissistema de chegada, o que possibilitaria que se prestasse toda a atenção aos impactos da tradução nos aspectos sincrónicos e diacrónicos de toda uma literatura (Even-Zohar

1990a: 15). A marginalização de alguns textos e autores no polissistema literário, e a canonização de outros, com alternâncias sucessivas e a introdução de novos paradigmas, seriam, como efectivamente são, provas inequívocas do dinamismo do polissistema literário no seu todo.

Para Even-Zohar, a situação mais comum é aquela em que a literatura traduzida ocupa uma posição secundária, respeitando e integrando-se nos padrões literários da língua e cultura de chegada. Ainda assim, este autor assinala que as obras traduzidas a partir das principais literaturas mundiais ocupam uma posição de predominância nas culturas de chegada e que é inerente ao facto de serem as mais divulgadas. Além disso, acrescenta que a posição ocupada pela literatura traduzida no polissistema de chegada influencia decisivamente a estratégia de tradução adoptada pelos tradutores, que, no caso de essa posição ser predominante, se sentem mais à vontade para quebrarem as convenções e produzirem um texto traduzido que respeite linhas mais próximas do texto de partida, promovendo portanto novos modelos na língua de chegada. O inverso verifica-se nas situações em que a posição da literatura traduzida é secundária e em que os tradutores tendem a usar os modelos já existentes na cultura de chegada (1978/2000: 195-7).

A partir destas ideias, resultou para esta investigação uma preocupação permanente relativa à análise da posição que as obras provenientes de outras línguas e culturas poderiam ocupar no seio do polissistema literário português. Mas também viria a procurar registar-se a relevância de tais influências sobre as estratégias de tradução adoptadas, nomeadamente a capacidade de os tradutores promoverem a adopção de novos modelos ou, pelo contrário, aterem-se antes a modelos já consagrados e evitarem rupturas com a introdução de novas soluções.

Também as perspectivas de Gideon Toury viriam a ser determinantes para esta investigação por razões já anteriormente assinaladas. De facto, Toury participou e colaborou nos trabalhos de investigação desenvolvidos por Itamar Even-Zohar, tendo-se dedicado inicialmente a uma investigação de cariz sociológico sobre as condições culturais que afectaram a tradução de romances estrangeiros para o hebraico entre 1930 e 1945. Depois disso, empenhou-se no desenvolvimento de uma teoria geral de tradução, que expôs em *Descriptive Translation Studies and Beyond* (1995). Nessa obra procurou descrever algumas condicionantes, de vários tipos e de variabilidade diferente, que esquematizou hierarquicamente, de maneira a permitir uma análise histórica, cultural e sociológica daquilo que designou por “normas translatórias” (1995: 54-5).

Para Toury a posição ocupada pelas traduções nos sistemas social e literário da cultura de chegada é determinante e influenciadora das estratégias de tradução aplicadas (1995: 13), dando assim continuidade às ideias de Itamar Even-Zohar sobre o polissistema literário. As condicionantes socioculturais da tradução de diferentes tipos de texto ou a tradução para públicos específicos implicam, portanto, a adopção de estratégias diferentes por parte dos tradutores e, naturalmente, resultados distintos.

Servindo-se destes pressupostos, Toury procurou demonstrar que a questão mais importante na tradução reside no equilíbrio que se deve tentar encontrar entre a adequação ao texto de partida e a aceitabilidade do texto traduzido no polissistema de chegada (1995: 56-7). Assim, o tradutor ora procura aproximar-se do texto de partida, adequando a tradução à cultura de partida e modificando as normas do sistema de chegada com elementos que lhe são estranhos, ora procura aproximar-se da cultura de chegada, tentando tornar aceitável o texto traduzido no sistema de chegada.

Do conjunto de normas de Toury resultou a formulação de leis probabilísticas de tradução, nomeadamente a lei da normalização crescente – que postula a modificação de um original em prol de opções habituais oferecidas pelo reportório da língua de chegada (1995: 268) – e a lei da interferência – que reconhece a cópia de padrões da língua de partida para a língua de chegada (1995: 274-9). Para Toury, esses padrões são evidentes e reconhecidos nos casos de estudo que apresentou.

Para a investigação em curso foi importante tentar perceber, em primeiro lugar, e partindo das ideias de Toury, até que ponto seriam notórias as marcas literárias de adequação ou aceitabilidade produzidas pelos tradutores portugueses nas obras da língua e cultura de chegada. De seguida, tentou reconhecer-se se as normas iniciais, preliminares e operacionais de Toury estariam presentes de alguma forma no modo de actuação dos tradutores. E, por fim, procurou perceber-se em que medida os padrões descritos por Toury seriam igualmente aplicáveis aos casos de estudo analisados. A recolha das conclusões sobre os aspectos assinalados permitiria ilustrar um quadro sobre o modo de actuação dos tradutores e, em simultâneo, compreender o panorama da produção literária traduzida em Portugal.

Ainda na sequência e em paralelo com os trabalhos de investigação desenvolvidos por Itamar Even-Zohar e Gideon Toury sobre os sistemas literários é importante realçar para esta investigação o contributo de André Lefevere, sobretudo as ideias veiculadas nas suas obras *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame* (1992a) e

Translation, History and Culture (1992b). Na verdade, as ideias deste investigador e académico desenvolveram-se em sintonia com as anteriormente apresentadas, complementando-as e fazendo-as evoluir.

Assim, na perspectiva de André Lefevere é extremamente pertinente a noção da tradução como uma forma de reescrita. Esta opinião centra atenções nos diversos processos a que estão sujeitas as traduções e que, de alguma maneira, permitem a “reinterpretação” de um texto original. Por vezes, este tipo de análise parece centrar-se apenas numa atitude manipuladora propositadamente adoptada pela tradução, mas não pode nem deve ser visto de uma forma tão simplista. De facto, a sua perspectiva é mais abrangente, abarcando os factores concretos que influenciam sistematicamente a recepção, a aceitação ou a rejeição das obras literárias, em particular, as “questões de poder, ideologia, instituição e manipulação” (Lefevere 1992a: 2). E são precisamente as pessoas e instituições que ocupam tais posições de poder que podem “reescrever” a literatura a seu bel-prazer.

Inevitavelmente, esta linha de análise teria de concorrer para a investigação em curso, não só pelo objecto de estudo desenvolvido e analisado – as casas editoras portuguesas e o caso de estudo particular de uma casa editora, com algumas das respectivas obras traduzidas –, mas também por causa dos componentes influenciadores que esses possíveis patronos põem em acção: ideologia, economia e estatuto. Com efeito, tais componentes podem revelar-se decisivos para o trabalho dos tradutores, em especial os que são contratados pelas editoras e sujeitos a solicitações de “encomenda”, com a noção implícita de respeito e até subjugação a tais pedidos. Sobre tais processos e métodos incidiu aliás uma parte significativa do questionário enviado às casas editoras, cujas respostas foram bastante elucidativas acerca das respectivas atitudes. E, por maioria de razão, revelou-se extremamente importante para o caso de estudo da Campo das Letras e da eventual relação de influência, sobretudo ao nível ideológico e económico, que esta casa editora poderia exercer sobre os seus tradutores.

Com Lawrence Venuti prosseguiu o escrutínio dos estudos culturais e das influências do discurso dominante e das estratégias de tradução. Tal como os anteriores, Venuti insiste que os Estudos de Tradução necessitam de incorporar o programa cultural e político da sociedade para serem convenientemente examinados e assim registar todas as cambiantes influenciadoras de comportamentos e atitudes translatórias. Em particular destaque na análise de Venuti está a indústria editorial e o exercício da sua posição

dominante sobre os tradutores, que parece provocar a particular invisibilidade deste sector profissional (1995: 1).

Em paralelo, Venuti recupera as ideias de Friedrich Schleiermacher sobre as estratégias de domesticação e estrangeirização do texto por parte dos tradutores. Em relação à primeira, Venuti reconhece que é uma atitude dominante na cultura anglo-americana e resulta da necessidade de tornar o texto transparente e fluente, minimizando o aparente impacto da acção do tradutor. Além disso, implica que os textos domesticados são mais facilmente assimilados pela cultura e literatura de chegada, enquadrando-se com facilidade nos cânones literários nacionais pré-existentes. Já a segunda, seria uma estratégia que poderia servir para realçar o reconhecimento do papel dos tradutores, provocando nos leitores a sensação de estranheza gerada por um texto de uma língua de partida estranha, mas também para tornar visível a intervenção translatória (1995: 19-20).

Esta perspectiva de Venuti foi igualmente útil para a elaboração do questionário administrado no âmbito desta investigação tendo em especial linha de conta o relativo menosprezo a que são votados os tradutores na moderna indústria editorial. Mas seria principalmente pelo reforço, ou não, de uma perspectiva domesticadora na tradução das obras seleccionadas que as suas ideias se revelariam mais proveitosas. De especial relevo, poderia ser a constatação de que os tradutores sujeitos ao poder da indústria editorial estariam quase obrigados a respeitar escrupulosamente a “encomenda de tradução”, sem grandes possibilidades de afirmação individual.

O enorme mérito do conjunto de ideias enunciadas pelos autores referenciados – Itamar Even-Zohar, Gideon Toury, André Lefevere e Lawrence Venuti – reside sobretudo no facto de perspectivarem uma abordagem da tradução em que os processos de transferência e equivalência fazem apenas parte de um contexto bem mais abrangente, em que estão englobadas as culturas implicadas em todo o processo. O que significa que todo esse contexto exerce uma influência decisiva sobre o processo de tradução, que não pode, portanto, ser analisado isoladamente.

Partindo do pressuposto que a tradução é uma actividade que evidencia normas culturais e históricas, de incidência mais ampla do que o próprio processo translatório, o impacto das traduções literárias não poderá então ser avaliado apenas em função da possibilidade de provocar mudanças no sistema de chegada. Terá igualmente de ser visto tomando em consideração, por exemplo as representações da cultura de partida no sistema de chegada.

Mas será ainda necessário analisar a consequência mais ampla das traduções na cultura de chegada, permitindo eventualmente que se extraiam conclusões sobre a constituição do polissistema e sobre as forças que actuam na sua formação, nomeadamente as questões políticas, ideológicas, económicas e sociais.

Será, portanto, a partir desse ângulo – político, ideológico e económico-social – que se avançará para uma abordagem sobre o papel e intervenção de uma pequena editora portuguesa – a Campo das Letras – no panorama editorial nacional. Dessa perspectiva, tornar-se-á ainda possível esquadriñar o âmbito de actuação de alguns profissionais envolvidos no trabalho de edição – em particular os tradutores – e traçar o quadro da sua envolvimento e eventual influência sobre as obras finais traduzidas.

Para que tal posição seja a predominante deve ocorrer um, ou vários, dos seguintes fenómenos: juventude da literatura que está em fase de implantação e que desse modo procura encontrar modelos válidos e que pretende seguir a partir de literaturas mais antigas; carácter periférico ou fraco de uma literatura, o que a leva a importar modelos que não possui; a ocorrência de um momento histórico de viragem na história da literatura de chegada, sendo portanto necessário encontrar novos modelos que complementem os já existentes (Cf. Even-Zohar 1978/2000: 193-4).

4.3 Percurso e lugar da editora Campo das Letras

De regresso ao trabalho desenvolvido pela editora Campo das Letras, podemos então situar os dados abrangidos por esta investigação entre os anos de 1994, data da fundação dessa casa editora, e 2009, o ano em que se registaram as últimas entradas de obras novas no catálogo da referida editora e em que foi assinalada a situação de falência e posterior insolvência desta editora.

A constituição e implantação da editora Campo das Letras na cidade do Porto terá sido a prova de que era possível descentralizar e fazer vingar a indústria editorial a norte do país, na sequência, aliás, do que se verificava com algumas importantes editoras nacionais. Na verdade, algumas das editoras mais fortes em Portugal, em 1994, eram precisamente dirigidas a partir do Porto, como acontecia com as Edições Asa ou a Porto Editora, que na altura detinham enorme influência, respectivamente, sobre a área da literatura de ficção e sobre a área do livro escolar e dos dicionários.

Por outro lado, a situação geográfica da editora Campo das Letras, a norte do país, terá resultado essencialmente da proveniência dos respectivos fundadores, mas não poderá ser desligada de uma imagem segundo a qual se terá pretendido alcançar uma espécie de equilíbrio relativamente ao poder mais centralista das editoras lisboetas, posicionando-se como uma alternativa nortenha num percurso paralelo ao da Editorial Caminho. Esta editora, localizada no sul do país, na época, tinha orientações estratégicas e uma matriz ideológica bastante próximas das da editora Campo das Letras. De notar ainda que a Campo das Letras viria até a usar a mesma empresa de distribuição (ECL – Empresa de Comércio Livreiro) que a Editorial Caminho e, em alguns casos, faria até a publicação das obras de alguns autores que “partilhava” com aquela casa editora (por exemplo Gonçalo M. Tavares ou José Jorge Letria).

Vinte anos depois do 25 de Abril de 1974, com um mercado de leitores potenciais em Portugal mais estabilizado e em que se notava uma procura mais acentuada por títulos da designada literatura *light*, a Campo das Letras tentava, apesar de tudo, formar novos públicos recorrendo à introdução de novos autores, sobretudo autores da língua portuguesa. Aliás, e em relação à aposta editorial da Campo das Letras nos novos autores portugueses, poderá afirmar-se que esse aspecto terá sido um sinal evidente e notório do investimento inicial de uma editora que procurava ganhar espaço de mercado e reconhecimento público. Com novos nomes e propostas até então inexploradas, de autores nacionais desconhecidos para os leitores portugueses, a perspectiva editorial terá sido eminentemente motivada pela projecção desses nomes e retorno gradual do investimento ao longo dos anos em que tais autores viessem a conquistar leitores e reconhecimento em Portugal.

Deve salientar-se igualmente que a abertura e as intenções marcadamente orientadas para a publicação de livros da área política de esquerda, explicitamente manifestadas por esta editora desde a sua origem, terão tido a intenção clara de captar a atenção de uma faixa de leitores que, em meados da década de 1990, dissociava o fenómeno literário de perspectivas políticas mais determinadas. Ou seja, uma das orientações mais fortes na proposta editorial inicial da Campo das Letras procurava recuperar um espírito de intervenção que começava a esbater-se em Portugal e evidenciar a intenção de prosseguir editorialmente um rumo político e ideológico bem definido.

Nota-se, portanto, que o carácter periférico da literatura portuguesa e a incipiente cristalização dos modelos existentes, fruto das alterações políticas ainda recentes em Portugal, terão servido como pano de fundo favorável à concretização de um novo projecto editorial, cujas intenções assentavam sobretudo nessa linha de divulgação de novos autores

portugueses, mas também na veiculação de uma mensagem política determinada e influenciadora.

Por outro lado, uma nova linha forte evidenciada no catálogo da Campo das Letras foi a decisão de publicar um número tão vasto de títulos para a área infanto-juvenil. Em particular, neste caso, terá pesado a proposta de conquista de um público infantil e juvenil cujos pais começavam a ter poder de compra suficiente para adquirirem livros, assegurando desse modo a rentabilidade do projecto editorial.

Mas também terá sido determinante para a editora a aposta nessas faixas etárias mais jovens em função dos interesses associados à aquisição de conhecimentos inerente ao desenvolvimento da educação para a infância e juventude, na qual todos os governos portugueses, após o 25 de Abril de 1974, investiram fortemente. A ligação ao ensino e à produção editorial para os mais jovens é evidenciada ao longo dos anos pela associação de um grande número de obras publicadas pela Campo das Letras ao Plano Nacional de Leitura, que valida de certo modo a qualidade das obras em causa e “aconselha” a sua leitura aos jovens.

Por fim, terá sido ainda decisiva para a Campo das Letras a ambição de conquistar desde cedo esses leitores mais jovens que, no futuro, reconheceriam a marca da editora e os produtos que esta viesse a lançar para o mercado, adquirindo-os e mantendo a fidelidade à marca. Desse modo, procurava a editora assegurar um vasto leque de leitores interessados que, ao longo do tempo, poderiam manter-se próximos da Campo das Letras, quer como leitores, quer como compradores, ou ainda como divulgadores dos seus lançamentos editoriais.

4.3.1 *As colecções da Campo das Letras*

Na sua generalidade, a publicação das obras na editora Campo das Letras obedeceu ao respectivo enquadramento em colecções relativamente abrangentes, cujos critérios estão adequadamente plasmados nas designações atribuídas a cada colecção. Algumas dessas colecções são listadas e descritas de seguida, por ordem alfabética, embora, por questões de dimensionamento de espaço e relevância, sejam apresentadas apenas as colecções em que foram publicados pelo menos 10 (dez) títulos.

Além disso, indicam-se, de seguida, as intenções e características de cada uma das colecções (ver também Anexo III), num enquadramento genérico que visa essencialmente

a sua descrição breve. Assinala-se ainda o tipo de capa usado na colecção apenas nos casos em que tal informação é fornecida pela editora e como forma de evidenciar a importância relativa que esse aspecto denuncia sobre o valor atribuído à colecção pela própria editora.

- “A Minha Pequena Enciclopédia Larousse” – 34 títulos provenientes exclusivamente do francês, virados para o público infantil e compondo uma enciclopédia para os mais pequenos, dos 3 aos 6 anos. Colecção cartonada.
- “A Minha Primeira Enciclopédia Larousse” – 16 títulos originários em exclusivo da língua francesa, com textos muito curtos e repletos de ilustrações sobre os mais variados temas, para leitores dos 7 aos 12 anos. Colecção encadernada, com 4 exemplares cartonados.
- “As Histórias da Joanhinha” – 16 títulos provenientes apenas do italiano, para a área infantil, com conhecidos contos infantis em adaptações muito simples para os mais pequenos. Colecção brochada, com 2 exemplares cartonados.
- “Autores da Madeira” – 14 títulos de autores portugueses, com origem na Ilha da Madeira. Colecção brochada.
- “Campo da Actualidade” – 106 títulos, de obras de autores que escrevem em português (42), francês (28), inglês (17), espanhol (12), alemão (3), italiano (3) e polaco (1), com conteúdos relevantes para o momento da respectiva publicação particularmente relacionados com matérias contemporâneas de âmbito político ou social. Colecção brochada.
- “Campo da Educação” – 14 obras, essencialmente de autores portugueses, pois apenas uma é de origem alemã, com conteúdos relacionados com a área da educação. Colecção brochada.
- “Campo da Filosofia” e “Zétesis” – 37 obras, provenientes do português (28), do francês (6), do inglês, alemão e italiano (1 de cada língua), contendo matérias relacionadas com a área da filosofia. Colecções brochadas.
- “Campo da História” – 27 obras, do português (14), do inglês (4), do polaco (4), do espanhol (3) e do francês (2), essencialmente relacionadas com temáticas históricas e de análise histórica. Colecção brochada, com 3 exemplares encadernados.
- “Campo da Literatura” – 170 obras literárias de autores reconhecidos, portugueses e estrangeiros, que se subdividem em duas grandes áreas: ensaio (40 obras em português, 2 em espanhol e 1 em francês); e literatura (93 obras de autores que

escrevem usando a língua portuguesa, 16 em espanhol, 6 em russo, 5 em inglês, 3 em francês, 2 em hebraico, 1 em italiano, e 1 em alemão). Colecção brochada, com 3 exemplares encadernados e 1 cartonado.

- “Campo da Memória” – 18 obras essencialmente autobiográficas ou de memórias, de autores que escreveram em português (14), inglês (2), francês (1) e espanhol (1). Colecção brochada.

- “Campo da Música” – 12 obras de nove autores portugueses, dois franceses e um inglês subordinadas ao tema da música. Colecção brochada, com um exemplar encadernado.

- “Campo da Poesia” – 83 obras de autores da língua portuguesa (63), do espanhol (12), do francês (4), do inglês (2) e do alemão (2), dedicadas à criação poética individual. Colecção brochada, com 3 exemplares cartonados e 4 encadernados.

- “Campo das Ciências” – 21 obras de autores portugueses (13), franceses (4), ingleses (3) e uma em espanhol, relacionadas com a área das ciências. Colecção brochada.

- “Campo de Estreia” – 49 obras, exclusivamente de autores portugueses, cuja principal particularidade reside no facto de serem a primeira obra publicada desse autor. Colecção brochada.

- “Campo do Desporto” + “Saberes do Desporto” – 12 obras de autores portugueses subordinadas ao tema do desporto. Colecções brochadas.

- “Campo do Teatro”, “Teatro Nacional São João” e “Cadernos Dramáticos” – 48 títulos dedicados à publicação de textos dramáticos ou sobre o teatro, de proveniências muito diversas, nomeadamente 28 títulos de autores em português, 6 do inglês, 4 do francês, 3 do espanhol, 3 do russo, 2 do alemão, 1 do italiano e 1 do neerlandês. Colecções brochadas, com 1 exemplar cartonado e dois encadernados.

- “Campo dos *Media*” – 13 obras, provenientes do português (6), francês (6), e espanhol (1), com abordagens históricas, sociológicas ou económicas sobre os *media*. Colecção brochada.

- “Comunicação e Sociedade” – 14 obras, das quais apenas uma tem origem no inglês, sendo as restantes de autores portugueses, dedicadas à análise de temas sobre a relação entre aspectos da comunicação e a sociedade. Colecção brochada.

- “Cultura Portuguesa” – 18 obras de autores portugueses sobre aspectos culturais portugueses. Colecção brochada, com um título encadernado.

- “Iberografias” – 13 obras, das quais 12 provenientes de autores portugueses e uma de um autor espanhol, que constam de trabalhos e estudos realizados no âmbito do CEI (associação transfronteiriça formada pela Câmara Municipal da Guarda, Universidade de Coimbra, Universidade de Salamanca e Instituto Politécnico da Guarda). Colecção brochada, com um exemplar cartonado.
- “Instantes de Leitura” – 97 obras literárias de autores da língua portuguesa (89), da língua russa (3), da língua inglesa (2), do francês (1), do espanhol (1) e do luxemburguês (1), cuja principal característica é o seu carácter breve de expressão literária. Colecção brochada, com um exemplar cartonado.
- “Matilde” – 10 títulos para um público infantil, criados e ilustrados por Mary Katherine Martins e Silva. Colecção brochada.
- “Novos Ilustradores” – 10 obras em que escritores consagrados da língua portuguesa recriam contos tradicionais portugueses e novos artistas dão-lhes cor e formas para um público infantil. Colecção cartonada.
- “O Meu Primeiro Larousse” – 18 títulos, provenientes do francês, em que se procura responder às inúmeras perguntas do público infantil. Colecção cartonada.
- “O Sol e a Lua” – 62 obras de autores portugueses, escritas para um público juvenil (7-12 anos). Colecção cartonada, com um exemplar brochado.
- “Obras Clássicas da Literatura Portuguesa” – 31 autores clássicos da literatura portuguesa editados no âmbito de um projecto nacional do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. Colecção brochada, com um exemplar encadernado.
- “Palmo e Meio” – 54 obras de autores portugueses, escritas para um público infantil (4-7 anos). Colecção cartonada, com 12 exemplares brochados.
- “Shakespeare para o Século XXI” – 14 peças de William Shakespeare em tradução integral e actualizada num projecto de colaboração com o Instituto de Estudos Ingleses/CETAPS (*Centre for English, Translation, and Anglo-Portuguese Studies*) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Colecção cartonada.
- “Vamos Ler” e “Segredos” – 17 obras de autores da língua portuguesa (9), francesa (3), espanhola (2), alemã (1), italiana (1) e inglesa (1), para um público juvenil (7-12 anos). Colecções brochadas, com um exemplar cartonado.
- Fora de Colecção – 227 obras, de várias proveniências, intenções e temáticas, subdivididas por 166 de autores da língua portuguesa, 31 da língua inglesa, 15 da língua francesa, 8 do espanhol, 5 do italiano, 1 do alemão e 1 do neerlandês. No conjunto destas obras, normalmente brochadas, há 53 cartonadas e 28

encadernadas, que correspondem habitualmente aos formatos de Álbum (grande ou pequeno) e da Colecção/Infanto-juvenil ou de BD/Ilustração. As restantes obras são brochadas.

As indicações sobre o número de obras publicadas em cada colecção e sobre as intenções genéricas de cada uma servem para confirmar que, de facto, há uma grande quantidade de títulos publicados nas áreas da literatura, infanto-juvenil e de actualidade. Aliás, essa classificação é ainda mais reforçada com os inúmeros títulos “Fora de Colecção”, em que as obras infantis e juvenis têm um peso considerável. Nesta situação há também muitas outras obras literárias, de divulgação ou de referência a assuntos da actualidade, cujo enquadramento nas colecções existentes terá sido mais complicado de fazer, tendo, portanto, caído nesta situação “Fora de Colecção”. Note-se, ainda, que até a colecção “Instantes de Leitura” acentua a ideia de publicação pela Campo das Letras de obras literárias relativamente breves, pois são essas as características da grande maioria dos títulos publicados nesta colecção.

Através da indicação sobre a configuração da capa de um livro e/ou colecção pretendeu-se qualificar e reconhecer a maior qualidade e importância atribuída à colecção ou livro em causa pela editora, que para isso terá produzido livros cartonados ou encadernados. Curiosamente, há alguns casos de colecções com um ou mais exemplares cartonados ou encadernados entre uma série de outros brochados. Esta condição singular parece conferir, de facto, um carácter de excepção aos exemplares em causa, distinguindo-os e enobrecendo-os relativamente às restantes obras da mesma colecção.

Como é evidente, esta qualificação sobre a importância e qualidade do livro, por associação à capa que é usada, poderá estar sujeita a variações de outra ordem. Em particular, poderá depender do custo final da produção de uma obra e/ou colecção, que é maior nos casos em que a obra ou colecção é cartonada. Como a cartonagem ou encadernação torna o produto final mais dispendioso poderá servir, portanto, para o tornar também menos apetecível ou acessível ao leitor/comprador final. Daí que seria legítimo pensar que os editores optariam antes por colecções/obras brochadas para os livros de grande divulgação, ou para aqueles cujo custo inicial já é bastante significativo em termos de direitos de autor e de pagamento dos trabalhos preparatórios, como por exemplo quando são traduções de livros estrangeiros.

Mas nem sempre assim acontece. Por vezes, a negociação dos direitos para publicação em determinado país implica que as condições impostas pelo editor estrangeiro obrigam ao uso de um formato cartonado. Outras vezes, como acontece normalmente com o público infanto-juvenil, o editor entende que o formato brochado é aquele que mais resistência e durabilidade poderá oferecer ao público-alvo. Outras vezes ainda, por ser um livro de bolso ou por estar integrado numa colecção de uso popular e, portanto, bem menos dispendioso, o livro é imediatamente configurado para o formato brochado.

Deste modo e regra geral, o formato adoptado pela editora Campo das Letras para a publicação da maioria dos seus livros – brochado – parece configurar um propósito de divulgação generalista e menos dispendiosa para os possíveis compradores. Tendo em vista a ideia inicialmente proposta pela Campo das Letras, que consistia em “dar um contributo para a formação do gosto literário e a promoção da leitura”, é natural que assim seja e que o público adquirente possa ser beneficiado com tal atitude.

Habitualmente, há alguns aspectos na configuração dos livros produzidos pela Campo das Letras que denotam características de valorização do próprio livro e menos de outros aspectos marginais, como por exemplo um *design* gráfico composto por uma parafernália de elementos que pudessem desviar os consumidores do que é essencial – a leitura da obra em causa. As excepções são as obras infanto-juvenis, especialmente aquelas cujos direitos foram adquiridos a casas editoras estrangeiras e traduzidas para português. Nesses casos, haverá seguramente imposições gráficas inevitáveis que são respeitadas e seguidas pela Campo das Letras.

Assim, e especificando alguns desses aspectos, o logótipo da Campo das Letras é normalmente colocado ao centro da capa, no fundo da mesma, bem como na lombada, também ao fundo. Em ambos os casos, é habitual destacar-se claramente sobre uma cor única que compõe o pano de fundo da capa ou da lombada. É, afinal, uma forma útil de referenciar a editora, destacando-a onde melhor se vê e sem multiplicar arabescos desnecessários. Além disso, o símbolo é claro e bem identificativo da editora desde a sua fundação.

Normalmente, as contracapas da Campo das Letras são sóbrias, por vezes com curtos resumos da obra e brevíssimos comentários críticos sobre as mesmas, ainda que não sejam preenchidas em exagero. Acresce que não é habitual pulularem comentários recheados de adjectivos e advérbios, que poderiam transformar os livros em atracções imediatas e irresistíveis, mas desvirtuadas dos propósitos da editora. Por isso, as indicações

paratextuais são habitualmente direccionadas para os aspectos referenciais mais significativos do livro e não tanto para as parangonas jornalísticas de comentário apreciativo do autor ou da obra.

Em regra, as capas da Campo das Letras também primam pela sobriedade, prezando uma apresentação mais clara e destacada do autor e do título da obra. Tanto assim é que é usada com alguma frequência a cor branca, ou uma só cor como pano de fundo na capa, o que permite salientar ainda mais a referência autoral e o próprio título. Igualmente significativo é o facto de em muitas capas serem usadas ilustrações originais. Nos livros traduzidos – com excepção dos infanto-juvenis, acima referenciados – isso implica frequentemente não copiar as capas estrangeiras e conceder um novo espaço criativo a um ilustrador português.

No seu conjunto, na Campo das Letras o livro parece ser mais valorizado pelo seu conteúdo do que pelos aspectos gráficos e, sobretudo, pelos aspectos de comercialização/promoção da obra através de capas e contracapas, como normalmente se verifica em outras casas editoras nacionais e internacionais (Matthews 2006: 55). Contudo, estes elementos não são descurados, e o cuidado que é dedicado a uma linha editorial clara e sóbria releva sobremaneira as intenções de veiculação e divulgação das ideias e formas apresentadas. Ou seja, o livro vale sobretudo pelo que é e pelo que pretende dar a conhecer.

4.3.2 *Autores e linhas editoriais da Campo das Letras*

De acordo com as perspectivas de Itamar Even-Zohar para o aparecimento em força de uma literatura traduzida, com uma grande capacidade de influência, por contraponto com a afirmação de uma literatura nacional (1978/2000: 192-7), poderia pensar-se que o momento histórico de surgimento da Campo das Letras, em meados da década de 1990, teria coincidido com uma situação de viragem histórica marcante, ou com um momento de crise grave em Portugal. Ainda à luz de tal entendimento, também não se pode associar o evento de criação da Campo das Letras com a noção de uma qualquer imaturidade percebida na literatura portuguesa e, portanto, reveladora de alguma espécie de vácuo literário que precisaria de ser preenchido.

Todavia, para os responsáveis editoriais pela Campo das Letras terá sido evidente e essencialmente necessário suprir a falta de obras orientadas para a área política da sua

preferência, conforme acentuam e já se referiu anteriormente, o “campo do pensamento democrático de esquerda”, servindo portanto a editora como veículo de divulgação de autores, estilos e ideias provenientes desse quadrante ideológico e, porventura, menos representadas no mercado editorial português, pelo menos segundo a percepção destes responsáveis.

Assim, deve notar-se que as colecções “Campo da Actualidade”, “Campo da História” e “Campo dos *Media*”, em especial, serviram precisamente para introduzir no mercado português matérias provenientes de obras e autores dessas origens, e cuja influência se pretendia efectiva e permanente. Por exemplo, a particularidade de a colecção “Campo da Actualidade” incorporar precisamente as novidades editoriais relacionadas com as matérias políticas mais sensíveis em cada momento da história contemporânea fez dessa colecção um espaço privilegiado para a divulgação de tais temáticas, determinadas pela agenda política programada e programática da editora. Mas também é nesta colecção que são publicados os temas que ocasionalmente estão mais sujeitos ao escrutínio da opinião pública, por força da sua relevância em determinados momentos.

Contudo, e por outro lado, é mais perceptível notar que o carácter periférico da literatura portuguesa no seio das literaturas europeias e até mesmo a relativamente pouca importância alcançada por muitos autores portugueses a nível internacional terá servido para promover o surgimento de novas editoras num período em que Portugal, enquanto país, procurava afirmar-se externamente. Tanto assim terá sido que, em 1994, o aparecimento da Campo das Letras permitiu a produção editorial de obras em língua portuguesa cujos autores eram, até então, totalmente desconhecidos dos leitores em Português.

Prova disso mesmo foi a grande quantidade de nomes – catorze – de novos autores portugueses que a Campo das Letras lançou, apenas entre os anos de 1996 e 1998, precisamente através da Colecção Campo de Estreia, cujo nome indiciava precisamente essa intenção de publicar novos autores portugueses. Prova disso é a lista de autores que se apresenta de seguida:

1. Manuel Jorge Marmelo (1996);
2. Vítor Pinto Basto (1996);
3. António Teixeira e Castro (1996);
4. Ricardo Lopes Moura (1996);
5. Luís Bizarro Borges (1997);

6. Pena dos Reis (1997);
7. Júlio Santos (1997);
8. Sérgio Luís de Carvalho (1997);
9. Vítor da Rocha (1997);
10. Miguel Real (1998);
11. Emerenciano (1998);
12. António Murteira (1998);
13. Luísa Monteiro (1998);
14. Fernando Aguiar-Branco (1998).

Se bem que nem todos estes autores, e ainda outros posteriores a estes, tenham vindo a alancardar-se a um espaço seguro de referência no panorama literário português, por motivos diversos relacionados desde logo com a qualidade literária dos projectos individuais, é um facto que se nota nesta colecção – “Campo de Estreia” – a intenção clara de lançamento de novos nomes, fazendo deles eventuais exemplos literários para o futuro. É ainda notório que a colecção em causa reflecte um campo de novas experiências literárias, com obras de temáticas e estilos mais vanguardistas ou, no mínimo, diferenciados, e desenvolvidos por autores contemporâneos.

Portanto, e apesar de não ser detectável um vácuo profundo na produção literária portuguesa na década de 1990, realça-se a ideia que a Campo das Letras terá procurado promover autores que escapassem às regras convencionais e se lançassem por novos caminhos na criação literária. Veja-se que, no total, foram lançados nesta colecção, “Campo de Estreia”, entre 1995 e 2009, 49 novos autores portugueses, provenientes de quadrantes geográficos variados da língua portuguesa e cujas vozes anteriormente não eram sequer conhecidas em Portugal, o que é um número significativo para uma só editora no mercado português. Este número de autores aqui mencionados nem sequer abrange outros nomes novos que também se estrearam na escrita em outras colecções da mesma editora, nomeadamente na área infanto-juvenil. Além disso, este lançamento serve para demonstrar claramente o investimento que esta editora tem feito em novas vozes literárias, regra geral desconhecidas do grande público.

Por outro lado, também se nota que a escolha feita pela Campo das Letras de novos nomes a apresentar ao público leitor português recaiu ainda sobre outros autores que, apesar de escreverem em português, nomeadamente recorrendo às variantes linguísticas faladas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) ou no Brasil, não

eram ainda, pelo menos até à altura de publicação em Portugal por esta editora, objecto de grande divulgação. Foi esse o caso de nomes consagrados como Rubem Fonseca, Oscar Niemeyer, Patrícia Melo, José Luís Tavares ou Carlos Drummond de Andrade, entre muitos outros.

A apresentação e divulgação dos novos autores por parte da Campo das Letras implicava necessariamente o enriquecimento do panorama cultural e temático proporcionado aos leitores, em especial quando tais autores se lançaram em empreendimentos literários reveladores de novas mundivisões. Soma-se a isso o facto de muitos destes autores terem conquistado projecção nacional e internacional com os prémios que receberam e a consequente angariação de um séquito de leitores que se mostrou indispensável ao seu reconhecimento público.

Todavia, a tendência de descoberta e apresentação de novos autores em língua portuguesa pela editora Campo das Letras não se esgotou apenas com os falantes do português. Com efeito, entre 1995 e 2009, a Campo das Letras promoveu a tradução para o português, bem como a publicação e a divulgação, de 429 obras com proveniência de diversas línguas estrangeiras. Ou seja, a Campo das Letras, ao longo da sua existência, tem uma percentagem de 30,1% de obras traduzidas a partir de outras línguas, valor que é semelhante à média das editoras nacionais, o qual era, recorde-se, na ordem dos 30,7%, em 2005 (Neves: 2008: 16).

Para concretizar esse trabalho de tradução, a Campo das Letras empregou ou recorreu aos serviços de, pelo menos, 147 tradutores diferentes, que, isoladamente ou em parceria, traduziram tais obras em língua estrangeira. Conforme indicado, tais tradutores não executaram esses trabalhos de tradução enquanto colaboradores directos da editora, mas sim como colaboradores externos.

Os dados publicamente disponíveis para consulta no sítio da editora na Internet não permitiram identificar com total fiabilidade as nacionalidades de proveniência das obras traduzidas, bem como a língua, ou línguas, a partir da qual foi traduzida cada uma das obras. Ainda assim, foi possível determinar com alguma exactidão os seguintes dados (ver Anexo III):

- 174 obras eram originariamente em língua francesa – 40,55%;
- 108 obras terão sido traduzidas a partir do inglês – 25,17%;
- 73 obras eram provenientes da língua espanhola, nas suas diversas variantes – 17,01%;
- 39 títulos eram provenientes do italiano – 9,09%;
- 13 títulos eram originários da língua russa – 3,03%;
- 11 obras eram originárias da língua alemã – 2,56%;
- 4 obras eram provenientes do polaco – 0,93%;
- 3 obras tinham origens diversas (como o neerlandês, o luxemburguês e o norueguês) – 0,69%;
- 2 obras foram traduzidas a partir do hebreu – 0,46%;
- 2 obras não tinham qualquer indicação sobre a respectiva língua de partida – 0,46%.

Apesar de as estratégias editoriais individuais ou colectivas, delineadas e seguidas pelos responsáveis desta casa editora, ou de qualquer outra casa editora, serem verdadeiramente questões internas, raramente comunicadas ao público e, portanto, também de difícil determinação para um investigador, é possível perceber algumas tendências através da simples análise externa. Uma determinante que permite descortinar um perfil mais pormenorizado das origens e influências literárias presentes numa editora é a presença no catálogo de denominadores comuns às origens linguísticas da maioria das obras que compõem tal catálogo.

No caso da editora Campo das Letras, apesar de haver muitos títulos provenientes das línguas francesa, inglesa, espanhola e italiana, torna-se inevitável referenciar a origem francesa da grande maioria dos títulos publicados por esta casa editora. Não será estranho a essa situação, como é evidente, o extenso conjunto de obras publicadas para os mais jovens a partir do catálogo da editora francesa Larousse.

Mas também não é despidendo notar que a grande maioria dos restantes autores traduzidos a partir do francês estão enquadrados nas colecções “Campo da Actualidade”, “Campo da História” e “Campo dos *Media*”. Ora, tais colecções reflectem um interesse editorial manifesto por matérias históricas, políticas ou sociais de cariz contemporâneo, ou seja, terá sido uma opção editorial o privilégio concedido a essa origem linguística para a publicação de livros de referência nestas áreas.

Poderá ser revelador desta preferência o facto de grande parte dos exilados políticos portugueses durante o período do Estado Novo, e até 1974, terem encontrado acolhimento precisamente em França, mormente na cidade de Paris. O fluxo migratório de inúmeros portugueses, pertencentes a diversas classes sociais, ocorrido em meados do século XX, foi responsável pela saída de muitos cidadãos, mais precisamente “Entre 1946 e 1973, (...), terão emigrado quase 2 milhões de pessoas” (Mattoso 1993a: 421). Tendo alcançado um ponto máximo em 1970, essa tendência viria a decrescer até ao momento em que os investigadores portugueses assinalaram o fim da emigração portuguesa e que aconteceu apenas “em 1985 na conferência internacional ‘Portugal e a Europa: o fim de um ciclo migratório’, declaração provavelmente prematura” (Baganha 2000: 231).

Por entre o volume de saídas motivadas pela escassez de emprego e rendimento, verificam-se também muitas emigrações por motivos políticos, de fuga ao regime então em vigor. Ora, grande parte dos homens e mulheres que tinham emigrado por razões políticas, exilando-se voluntariamente em diversos países europeus, mas com maior incidência em França, regressarão a Portugal logo após o 25 de Abril de 1974 (Mattoso 1993b: 45). Imbuídos do espírito socialista e comunista que tinham comungado no exílio, estes indivíduos fazem parte de uma geração que vive em Paris o afastamento de Portugal e que aí colhe os ensinamentos linguísticos e culturais que os marcarão para o futuro. É precisamente a esta geração que pertence o fundador da Campo das Letras, Jorge Araújo, e é nas ideias que partilha com muitos dos seus compatriotas e camaradas que ele irá buscar as referências de que se servirá para a construção do catálogo desta editora.

Dentro do catálogo da Campo das Letras, colecções como a “Campo da Actualidade”, a “Campo da História”, a “Campo dos Media” e a “Campo da Poesia”, parece terem sido pensadas para leitores intelectualmente mais exigentes; com manifesta vontade de conhecerem mais aprofundadamente as matérias abordadas e partilhando da perspectiva ideológica e social desta editora. Não se pense, contudo, que os leitores da classe média baixa ou da classe trabalhadora terão sido menosprezados nas intenções editoriais. Para estes, as colecções “Instantes de Leitura”, “Campo da Literatura” e as inúmeras publicações para os mais novos procuravam assegurar um público diferenciado e heterogéneo, capaz de ser cativado por títulos e matérias diferentes. Aliás, é de notar que ao longo dos anos de existência desta casa editora, a diversificação dos âmbitos de leitura ocorreu com um número cada vez maior de obras, crescentemente viradas para novos públicos e procurando chegar junto de mais leitores.

Por outro lado, a opção editorial pela origem anglo-saxónica de muitas outras obras traduzidas parece denunciar a inevitável ascendência internacional do inglês como língua de divulgação internacional, ou mesmo como a *lingua franca* dos nossos dias. Ainda assim, é de notar que o maior número de obras com tal origem linguística no catálogo da Campo das Letras destinou-se, mais uma vez, à publicação para a faixa do público infanto-juvenil. Ou seja, tendo sido originalmente títulos marcadamente criados e publicados para um público internacional, sem marcas literárias ou culturais demasiado vincadas e adstritas a referências inultrapassáveis, tornou-se possível a sua divulgação e posterior tradução/adaptação aos muitos públicos potenciais existentes em qualquer parte do mundo.

Note-se ainda que, embora em muito menor número, há também muitos outros títulos destinados ao público infanto-juvenil com origem nas línguas italiana e francesa. É evidente, neste caso de selecção de obras para o público infanto-juvenil, a influência dos grandes mercados internacionais de produção de tais obras – inglês, francês, italiano – que determinam, em grande medida, os catálogos internacionais de produção e publicação em diversos países.

Mas também é claro que este facto é revelador da sujeição dos editores nacionais à aquisição externa de tais obras e ao menor investimento em produção própria. Ainda que se deva salientar que a Campo das Letras é provavelmente um excelente exemplo de excepção no mercado editorial português, pelo grande número de autores portugueses que publicou e projectou nessa área especial do livro infanto-juvenil. Acresce que também procurou desenvolver e fomentar o estudo e a promoção dessa área com a publicação da Malasartes, uma “revista sobre livros para crianças e jovens dirigida a educadores, bibliotecários, pais, professores e estudantes do ensino superior, profissionais do livro” (<http://www.campo-letras.pt/malasartes.html>). Lamentavelmente, a produção dos livros infantis não terá conseguido alcançar a indispensável divulgação no estrangeiro que lhe permitiria ser depois adquirida e divulgada em outros mercados, para além do diminuto mercado português.

Já no que diz respeito a grandes autores da literatura mundial que usam na obra original a língua inglesa, e são publicados pela Campo das Letras, parece notar-se que a sua publicação está associada a situações algo pontuais e excepcionais. Exemplo disso mesmo é a colecção “Shakespeare para o Século XXI”, que contempla a intenção de publicar a obra completa de Shakespeare – embora tenham sido publicados apenas 14 títulos – e cuja tradução foi executada por professores e investigadores ligados à Faculdade

de Letras da Universidade do Porto. Fruto de uma parceria inicialmente celebrada entre o Instituto de Estudos Ingleses da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Campo das Letras esta colecção permitiu reunir uma tradução actualizada das obras desse excepcional autor da língua inglesa. Contudo, esta colecção representa um caso singular de publicação de um autor literário a partir do inglês. Com efeito, não é frequente nem variada na Campo das Letras tal produção.

Aliás, tal situação é verificável quando se repara na publicação dispersa de alguns títulos de autores literários consagrados da língua inglesa, como Seamus Heaney, Sarah Kane ou George Bernard Shaw. Ou seja, com excepção da estratégia concertada destinada à publicação da obra completa de William Shakespeare, na colecção “Shakespeare para o Século XXI”, os outros autores traduzidos a partir da língua inglesa e aqui mencionados (Shaw, Kane e Heaney) parece terem sido publicados em função de motivações muito particulares da casa editora.

As obras de Bernard Shaw e Sarah Kane, por exemplo, terão sido traduzidas para serem inseridas numa colecção da casa editora – “Campo do Teatro” – onde seria inevitável a sua inclusão, em especial face à importância que estes autores têm internacionalmente para a dramaturgia contemporânea. Já o poeta Seamus Heaney terá sido editado (até pela data da primeira edição referenciada na Campo das Letras, 1998) após a maior divulgação internacional do seu nome por ter sido agraciado com o Prémio Nobel da Literatura (1995), e com a consequente e inevitável promoção que tal prémio granjeia aos editores nacionais que publicam os autores agraciados com o Nobel. Daí ser legítimo ligar a publicação de um livro deste autor aos aspectos de comercialização mais imediata da sua obra, por força da publicidade conquistada com o Prémio Nobel.

A publicação da tradução de obras literárias ou ainda de referência diversa no catálogo da Campo das Letras está, na verdade, sobretudo associada aos autores de língua espanhola. Aliás, alguns dos maiores nomes da literatura mundial publicados por esta casa editora, nomeadamente Pablo Neruda, Enrique Vila-Matas, Roberto Juarroz, Juan Marsé, Francisco Umbral ou Federico García Lorca, para referenciar apenas alguns, usam precisamente o espanhol como veículo original da sua escrita e foram publicados em Portugal pela primeira vez pela Campo das Letras.

Este sinal poderá ser sintomático tanto das opções editoriais de referência política seguidas pela Campo das Letras (e já anteriormente mencionadas), como do vazio que os seus responsáveis editoriais terão sentido no mercado português para a leitura de tais autores e títulos provenientes da língua espanhola. O que é um facto é que a publicação

destes autores supriu a inexistência de obras suas em Portugal, proporcionando a sua divulgação e reconhecimento.

Assinala-se também, por outro lado, a publicação pela Campo das Letras das traduções de alguns títulos – ainda que poucos – a partir das línguas russa (13) e polaca (4). Esta menção deve-se simplesmente ao facto de tal atitude ser algo rara entre as casas editoras portuguesas, que preferiram durante muitos anos recorrer a línguas intermédias, como o inglês ou o francês, para conseguirem publicar títulos dessas origens.

Sendo natural que assim acontecesse, principalmente devido aos custos envolvidos na tradução a partir de línguas mais “exóticas”, deve realçar-se neste caso sobretudo o esforço de promoção e publicação a partir da língua original. Aliás, é uma tendência que colhe adeptos entre muitas editoras contemporâneas em Portugal e que serve até como marca distintiva de algumas editoras nacionais (como acontece actualmente, por exemplo, com a Cavalo de Ferro), que investem bastante nessa tentativa de publicação a partir do texto original, defendendo que desse modo a obra literária não terá sofrido interferências e eventuais desvirtuações provocadas por línguas terceiras.

4.3.3 *Os tradutores na Campo das Letras*

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelos tradutores para a editora Campo das Letras, deve registar-se, em primeiro lugar, que, a propósito do Inquérito conduzido a todas as editoras portuguesas e referido no Capítulo 3, o critério de selecção indicado por esta editora como sendo o mais importante para a contratação de um tradutor é o conjunto de condições contratuais propostas pelo empregador e aceite pelo candidato, quedando-se em segundo lugar as habilitações profissionais e experiência profissional anterior do candidato.

Deve notar-se que esta ordenação dos critérios mencionados por parte da Campo das Letras indicia uma atitude estranha à grande maioria das casas editoras portuguesas (Ver Anexo II 3.). Com efeito, 87% das casas editoras em Portugal afirmaram que era mais importante prestar a atenção devida às habilitações profissionais e experiência profissional anterior do candidato. Além disso, verificou-se que muitas editoras nem sequer afirmaram dar grande atenção à questão das condições contratuais (Ver Anexo II 3.C), pois apenas 7,7% colocaram tal factor no primeiro lugar dos respectivos critérios de selecção.

Já no que concerne ao processo de designação de um tradutor seleccionado para a tradução de determinada obra e autor, os factores considerados mais relevantes para a Campo das Letras foram as condições de preço propostas pelo tradutor e também o prazo de entrega a que o tradutor se comprometeria no início do trabalho de tradução. Também aqui a Campo das Letras demonstrou uma preocupação maior por questões de ordem prática, revelando um interesse quase nulo em relação aos conhecimentos do tradutor sobre o autor ou a obra a traduzir. Ou seja, também aqui esta casa editora manifestou uma atitude algo diferente da que foi demonstrada por outras casas editoras portuguesas, que se mostraram essencialmente atentas aos referidos conhecimentos do tradutor sobre autor e obra original.

Em contrapartida, indagada sobre a formação ministrada pela casa editora aos tradutores contratados a Campo das Letras forneceu a resposta mais habitual: “Nenhuma”. Tal resposta assentou essencialmente nas mesmas razões expostas por outras casas editoras, nomeadamente a confiança na formação académica e na experiência profissional anterior do candidato. Além disso, também a Campo das Letras afirmou que gostaria de conceder formação específica sobre aspectos relacionados com a tradução aos tradutores que contrata, além de focar a importância de proporcionar formação sobre outros aspectos essenciais, como sejam a organização de trabalho na casa editora e a formação específica em revisão de texto e edição.

A propósito dos contratos estabelecidos com os tradutores, a Campo das Letras afirma não ter necessidade de tais documentos devido à forte relação de confiança existente entre os tradutores e a casa editora. Nota-se, aliás, que alguns dos tradutores aos quais esta casa editora habitualmente recorre são igualmente autores com obras publicadas na própria editora Campo das Letras, como por exemplo, Albano Martins, Vasco Graça Moura, Ana Saldanha, António Simões ou Arnaldo Saraiva, entre muitos outros.

Este facto não só revela uma relação de grande proximidade, mas também de cumplicidade editorial entre ambas as partes (editor e tradutor/autor), propiciando a edição de algumas obras literárias e a escolha de outras, devendo corresponder seguramente os tradutores/autores aos desejos de equivalência e correspondência literária manifestados pelo editor para a tradução de obras estrangeiras.

Assinale-se ainda que, nestes casos, deverão ocorrer os fenómenos de influência literária referenciados por André Lefevere sob a designação de “profissionais do sistema literário” (1992a: 14) e já mencionados no âmbito desta investigação. Assim, os autores consagrados estrangeiros são, em primeiro lugar, seleccionados para a publicação em

Portugal por um “patrono” – a casa editora – ou por esses mesmos tradutores/autores. O processo de selecção e decisão de publicação desses autores pode englobar aspectos relacionados com o gosto e a paixão literários dos próprios tradutores (Pinho 2006: 32-42), mas também resulta da actividade profissional do editor e das suas evidentes intenções comerciais (Pinho 2006: 32-3).

De seguida, tais obras são objecto de um tratamento translatório de cumplicidade literária, em que a tradução é feita precisamente pelos tradutores/autores mais identificados com as marcas criativas e literárias desses autores estrangeiros, que para isso terão sido devidamente seleccionados pela própria casa editora, ou que se terão oferecido, eles próprios, para o fazer (Pinho 2006: 34). Por fim, tais obras e autores são objecto de referências paratextuais, ou até de críticas literárias, por parte dos tradutores/autores nacionais, que os traduziram, ou por parte de alguns dos seus congéneres e contemporâneos.

Deste conjunto de acções advirá, muito seguramente, uma forte influência sobre a divulgação e propagação da obra junto dos leitores, que se sentirão mais induzidos a adoptar as sugestões e “conselhos” destes tradutores/autores. Em simultâneo, acontecerá inevitavelmente um fenómeno de contágio sobre as redes de contactos e de influência das quais fazem parte tais tradutores/autores, que promovem o conhecimento e a consequente compra e disseminação da obra em causa.

Paralelamente, a actuação destes tradutores/autores poderá servir os propósitos de manutenção ou, pelo contrário, de disrupção da linguagem poética dominante, reafirmando parâmetros literários em vigor, ou estabelecendo novos padrões mais consentâneos com as suas próprias ideias e/ou experiências. De uma ou de outra forma, o autor estrangeiro fica a ganhar com esta promoção num outro país, a editora nacional conquista uma nova faixa de leitores, ou assegura a manutenção de leitores e adeptos daquele autor e/ou corrente literária, e os próprios tradutores/autores promovem activamente a divulgação de uma obra e de um autor com o qual sentem algum tipo de afinidade.

No que diz respeito à questão prática do formato habitual de produção e apresentação do texto traduzido à Campo das Letras, é de notar que o tratamento gráfico e de revisão interno da própria editora evita a solicitação de modelos rígidos aos tradutores. Aliás, o registo dos procedimentos de revisão pela editora indica que a leitura do texto e a respectiva correcção são executadas por editores/coordenadores de edição. Depois disso, e nos casos em que tal é necessário, são sugeridas melhorias ao tradutor. Contudo, a

introdução das correcções no texto final passa apenas por um processo interno, em que a consulta ao tradutor apenas servirá para autorizar tal correcção.

Por fim, a Campo das Letras advoga que as obras de um autor possam ser traduzidas pelo mesmo tradutor que já traduziu anteriormente livros desse autor. Para que tal não suceda, os motivos estarão essencialmente relacionados com a má qualidade do trabalho produzido pelo tradutor, nomeadamente os erros de tradução. Por outro lado, há motivos registados, do foro pessoal do próprio tradutor, para que ele/ela não traduza a obra de um autor que já traduziu, em especial a inadequação dos prazos que propõe ou o facto de estar ocupado com a execução de uma outra tradução.

4.4 Leitura crítica de algumas traduções da Campo das Letras

Na sequência do trabalho desenvolvido sobre a edição e publicação de livros produzidos pela editora Campo das Letras, foi seleccionado um pequeno conjunto de obras publicadas por essa editora que possibilitassem uma análise comparativa entre os originais e a respectiva tradução em português. Relativamente aos critérios adoptados para a selecção das obras a analisar ponderou-se que a língua de trabalho de partida teria de ser o inglês, na medida em que esta investigação se enquadra num programa de Doutoramento em Estudos Anglo-Americanos, para além de a língua de partida de trabalho profissional do autor deste estudo ser também o inglês.

Além disso, foi ponderada ainda a necessidade de se escolherem obras representativas de cada uma das colecções mais importantes e com maior número de livros publicados por esta editora – nomeadamente nas colecções Campo da Literatura, Campo da História e Campo da Actualidade. Foram ainda escolhidas algumas outras obras que, não fazendo parte de nenhuma colecção (enquadradas portanto no grande grupo “Fora de Colecção”), reforçam a percepção das grandes linhas editoriais da Campo das Letras – e que, também por isso, enriquecem o *corpus* no qual pretendemos aqui identificar estratégias de edição cruzadas com estratégias translatórias.

A única condição de exclusão das obras referenciadas inicialmente residiu na decisão de não seleccionar obras traduzidas pelo autor desta investigação. Desse modo, procurou manter-se um quadro de objectividade crítica na consideração das traduções, para além de se evitar a divulgação de dados confidenciais ou de estratégias editoriais que comprometessem a casa editora ou o tradutor. Somou-se a tudo isso a selecção de um

conjunto de obras em que se procurou ter sempre à disposição “vozes” de tradutores diferentes, por forma a constituir um *corpus* tão representativo quanto possível e menos susceptível de conduzir a conclusões determinadas por feições idiossincráticas de um qualquer tradutor em particular.

Assim, foram seleccionados os seguintes títulos:

Barsamian, David & Edward W. Said (2003). *Culture and Resistance – Conversations with Edward W. Said*. Londres: Pluto Press.

Barsamian, David & Edward W. Said (2004). *Cultura e Resistência – David Barsamian Entrevista Edward W. Said*. Tradução de Miguel Serras Pereira e Susana Serras Pereira. Porto: Campo das Letras.

Dunmore, Helen (2002). *The Siege*. Londres: Penguin Books.

Dunmore, Helen (2007). *O Cerco*. Tradução de Margarida Baldaia. Porto: Campo das Letras.

Fredrickson, George M. (2003). *Racism – A Short Story*. New Jersey: Princeton University Press.

Fredrickson, George M. (2004). *Racismo – Uma Breve História*. Tradução de Miguel Ramalheite. Porto: Campo das Letras.

Hobsbawm, Eric (1998). *Behind the Times – The decline and fall of twentieth-century avant-gardes*. Londres: Thames and Hudson.

Hobsbawm, Eric (2001). *Atrás dos Tempos – Declínio e Queda das Vanguardas do Século XX*. Tradução de Raquel Mouta. Porto: Campo das Letras.

Lowe, Janet (1998). *Oprah Winfrey Speaks*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, Inc.

Lowe, Janet (2006). *Oprah Winfrey – Em Directo*. Tradução de Brigith Guimarães. Porto: Campo das Letras.

Nagarkar, Kiran (1995). *Ravan & Eddie*. Londres: Penguin Books.

Nagarkar, Kiran (1999). *Ravan & Eddie*. Tradução de Elsa Andringa. Porto: Campo das Letras.

Roseman, Mark (2002). *The Villa, the Lake, the Meeting. Wannsee and the Final Solution*. Londres: Penguin Books.

Roseman, Mark (2005). *Ordem de Trabalhos – Genocídio*. Tradução de António Costa Santos. Porto: Campo das Letras.

Alguns aspectos referentes às obras em causa, nomeadamente as suas características gráficas, de composição e apresentação, são identificados e registados em fichas individuais, integradas num anexo a esta investigação (Anexo IV), para eventual consulta dos potenciais interessados. Refira-se que entre esses dados constam elementos relativos à inclusão de notas por parte dos tradutores, cuja utilidade enquanto paratexto é inegável, além de permitir, muito frequentemente, apreciar a maior ou menor capacidade de intervenção de tais tradutores junto dos editores.

A partir do conjunto de textos seleccionados, e após uma análise circunstanciada dos mesmos, tornou-se possível discernir algumas estratégias de tradução dominantes, cujo uso por parte dos tradutores configura sobretudo uma perspectiva pragmática do trabalho desenvolvido. Contudo, é notório que o enquadramento dos textos traduzidos no âmbito do conceito de normas iniciais de Gideon Toury (1995: 56-9), torna possível confirmar que, regra geral, os tradutores adoptam comportamentos translatórios mais consentâneos com as normas existentes na cultura e língua de chegada, promovendo portanto muito mais a aceitabilidade (1995: 56-7) do texto de chegada junto dos seus potenciais leitores – e subjugando-se, portanto, o tradutor às normas activas na cultura de chegada ou naquela das suas secções que acolhe o produto final –, e não tanto a sua adequação, ou seja a sujeição do tradutor ao texto original e às respectivas normas da língua e cultura de partida (1995: 56-7). Mas também se apreciam aqui os textos seleccionados à luz da noção de Lefevere sobre o conceito de refracção (2000: 234-5) – esse conjunto de transformações ou reorientações que um enunciado experimenta ao passar para outro meio linguístico, cultural e literário – e à luz da teoria do *skopos*, de Vermeer (2000: 221-32) – dominada pela percepção de que qualquer tradutor se entrega à sua tarefa sob o peso determinante de uma “encomenda” (de cujas condições pode estar plenamente consciente ou não) e para atingir um dado objectivo (ou *skopos*).

4.4.1 *Cultura e Resistência – David Barsamian Entrevista Edward W. Said*

O livro *Cultura e Resistência* foi publicado pela Campo das Letras, em 2004, numa tradução conjunta de Miguel Serras Pereira e Susana Serras Pereira. Como é habitual nas obras da colecção “Campo da Actualidade”, não há praticamente elementos paratextuais de qualquer ordem dos tradutores e que se reportem ao trabalho desenvolvido, ou às dificuldades e necessidades sentidas na execução deste projecto. Na verdade, e por referência à presença dos tradutores nesta obra, deve notar-se que para o leitor mais distraído tal presença só poderá ser associada à leitura de uma única Nota de Tradução existente na obra, através da qual os tradutores explicitam o uso da expressão “*street Arab*”, cuja tradução literal em português (“árabe da rua”) usam depois profusamente nas linhas seguintes.

Este livro é da autoria de David Barsamian, um cidadão americano de origem arménia, locutor e autor de programas de rádio, escritor e director da *Alternative Radio*, um programa semanal de entrevistas, ouvido em inúmeras estações de rádio, de diversos países. Enquanto escritor, Barsamian ficou conhecido pela série de entrevistas que fez a Noam Chomsky e que foram publicadas em livros traduzidos para diversas línguas. O entrevistado na obra que é aqui analisada é o eminente Edward W. Said, um americano de origem palestiniana, professor na Universidade de Columbia na área da Literatura Comparada, autor do muito influente *Orientalism: Western Conceptions of the Orient* (1978), uma das figuras fundadoras dos estudos sobre o pós-colonialismo e defensor fervoroso e mundialmente conhecido dos direitos do povo palestino⁵.

⁵ Algumas obras importantes de Edward W. Said:

(1966). *Joseph Conrad and the Fiction of Autobiography*. Harvard: Harvard University Press.

(1975). *Beginnings: Intention and Method*. New York: Basic Books.

(1978). *Orientalism*. New York: Pantheon Books.

(1979). *The Question of Palestine*. New York: Times Books.

(1981). *Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World*. New York: Pantheon Books.

(1983). *The World, the Text, and the Critic*. Harvard: Harvard University Press.

(1986). *After the Last Sky: Palestinian Lives*. New York: Pantheon Books.

(1987). *Criticism in Society*. New York: Taylor & Francis.

(1988). *Nationalism, Colonialism, and Literature: Yeats and Decolonization*. Derry: Field Day.

(1991). *Musical Elaborations*. Columbia: Columbia University Press.

(1993). *Culture and Imperialism*. New York: Knopf.

(1994a). *The Politics of Dispossession: The Struggle for Palestinian Self-Determination, 1969-1994*. New York: Pantheon Books.

(1994b). *Representations of the Intellectual: The 1993 Reith lectures*. New York: Pantheon Books.

Nesta obra, que se constitui como uma colectânea de entrevistas efectuadas em diferentes momentos por David Barsamian a Edward W. Said, a interacção na conversa entre entrevistador e entrevistado é um dos elementos essenciais à manutenção de um diálogo eloquente e esclarecedor. Das sequências entre pergunta e resposta emerge um conjunto de opiniões e explicações do entrevistado que permitem reconhecer a situação do estado e do povo palestinianos e os seus fundamentos histórico-políticos. Mas tais intervenções também tornam possível conhecer a personalidade de Edward Said e as atitudes e posições que este assumiu ao longo dos anos relativamente ao conflito israelo-palestiniano e ao papel da resistência popular no combate contra a opressão, nomeadamente a israelita.

A integração desta obra na colecção “Campo da Actualidade” afigura-se como óbvia, tendo em conta a importância mundial do conflito entre Israel e Palestina não só à data da publicação deste livro em inglês (2003), mas ainda hoje. De igual modo, é evidente que a publicação em português, cerca de meio ano após a morte de Edward W. Said (ocorrida em Setembro de 2003), serve de registo e memorial a tal acontecimento funesto, mas pretende sobretudo evidenciar as linhas gerais dos acontecimentos em Israel e na Palestina, à luz da visão desassombrada e lúcida de um americano de origem palestina e que vivia na América.

O facto de o autor ser, por um lado, uma figura institucionalmente consagrada no seu país de acolhimento, como professor numa universidade de grande prestígio; mas, por outro lado, um crítico da estratégia americana face ao mundo (e, em geral, da posição dos

(1994c). *The Pen and the Sword: Conversations with David Barsamian*. Monroe, Maine: Common Courage Press.

(1995). *Peace and Its Discontents: Essays on Palestine in the Middle East Peace Process*. New York: Vintage Books.

(1999). *Out of Place: A Memoir*. New York: Knopf.

(2000a). *The End of the Peace Process: Oslo and After*. New York: Pantheon Books.

(2000b). *Reflections on Exile and Other Essays*. Harvard: Harvard University Press.

(2000c). *Mona Hatoum: The Entire World as a Foreign Land. Essays by Said and Sheena Wagstaff*. London: Tate Gallery Publishing.

(2001). *Power, Politics, and Culture: Interviews with Edward W. Said*. New York: Pantheon Books. & Daniel Barenboim.

(2002). *Parallels and Paradoxes: Explorations in Music and Society*. New York: Pantheon Books.

(2003a). *Freud and the Non-European*. New York and London: Verso Books.

(2003b). *Culture and Resistance: Conversations With Edward W. Said. Interviews with Said by David Barsamian*. New York: South End Press.

(2004). *From Oslo to Iraq and the Road Map*. New York: Pantheon Books.

(2004a). *Humanism and Democratic Criticism*. Columbia: Columbia University Press.

(2004b). *Interviews With Edward W. Said*. Mississippi: University Press of Mississippi.

(2005). *Edward Said: Continuing the Conversation*. Chicago: University of Chicago Press.

(2006). *Paradoxical Citizenship: Edward Said*. New York: Lexington Books.

(2006). *On Late Style: Music and Literature Against the Grain*. New York: Pantheon Books.

ocidentais face ao “outro”) tornou este volume de entrevistas atraente para uma editora que ambicionou contribuir para o debate político contemporâneo a partir de posições ideológicas de esquerda. Para os atractivos do volume terá contribuído também o facto de Said expressar as suas opiniões sobre temas difíceis, como a guerra contra o terrorismo e o Iraque.

Sobre a tradução em português na Campo das Letras há algumas considerações prévias a fazer, nomeadamente no âmbito da política de tradução seguida – uma das normas preliminares indicadas por Gideon Toury (1995: 58) –, pois a selecção desta obra por parte desta casa editora enquadra-se na perspectiva de divulgação em Portugal das opiniões do lado palestino no conflito que opõe este povo aos israelitas. Sabendo-se que, historicamente, a posição política das autoridades portuguesas implicou, por via da Aliança Atlântica, um alinhamento com a estratégia americana (que notoriamente inclui o apoio a Israel), a casa editora procurava deste modo evidenciar uma perspectiva oposta à visão dominante, esclarecendo opiniões e tentando promover uma panorâmica mais alargada da realidade naquela zona do globo.

Aliás, esta linha editorial é bem sintomática da atitude da Campo das Letras, conforme se referiu acima, de construção de um catálogo composto por contributos intelectuais ou artísticos identificados, consistentemente com causas de esquerda, nomeadamente quando se observa a selecção de obras e autores que defendem perspectivas divergentes também em outras áreas e quadrantes, como se pode ver com os nomes seguintes: Noam Chomsky, Ignacio Ramonet, Amnon Kapeliouk, Juan Luis Cebrián, David Grossman, Aung San Suu Kyi, Marta Harnecker, Ryszard Kapuscinski, ou os portugueses Luís Sá, Manuel Carvalho da Silva, Mário de Oliveira, João Teixeira Lopes, entre muitos outros.

Já quanto ao trabalho de tradução de Miguel Serras Pereira e Susana Serras Pereira, nota-se que terá pretendido sustentar o diálogo entre Barsamian e Said recorrendo a estruturas sintácticas semelhantes às do original. Perguntas e respostas são articuladas de forma coerente e interligada, tal como na obra original, conservando também um registo de linguagem próximo do usado no original.

A forma de tratamento pessoal entre Barsamian e Said é, como seria natural, a do pronome pessoal inglês “you”. A forma de tratamento adoptada pelo tradutor para português é a da terceira pessoa de cortesia que predomina no relacionamento, em português europeu, entre interlocutores que não têm entre si grande familiaridade. Essa

terceira pessoa de cortesia pode (por via da gramática portuguesa, neste caso sustentada pelas formas verbais) dispensar o uso quer de formas pronominais, quer de formas nominais (“Quer isto...?”, “Prefere aquilo...?”). Quando não as dispensa, pode ser tornada um pouco mais solene pelo uso de formas como “o senhor/o senhor doutor/professor/engenheiro (prefere, acha, etc.)”, ou relativamente informalizada pelo uso da fórmula “você” – que coloca o relacionamento verbal num nível intermédio: sem a solenidade de formas nominais como as referidas, nem a informalidade básica da segunda pessoa (“tu”). Assim, o tratamento desde o início da obra em inglês por “you” como em: “What reports do you get on his health?” (Barsamian 2003: 1); obtém o equivalente “você” apenas implícito na língua portuguesa: “Que informações tem do seu estado de saúde?” (Barsamian 2004: 13). Esta forma de tratamento é consistente e constante ao longo de todo o livro em português, sugerindo a atenção dos tradutores à necessidade de manutenção do critério adoptado.

Contudo, há alguns casos de excepção em que o “você” abandona o carácter implícito e surge mais explicitamente como no seguinte excerto: “Returning to *Covering Islam*, in your introduction you say that...” (Barsamian 2003: 124); cuja tradução para português foi: “Para voltarmos ao *Covering Islam*, você diz na sua introdução” (Barsamian 2004: 116). Ainda que excepcional, talvez esta decisão dos tradutores tenha sido encarada como inescapável face à sintaxe da frase usada, mas poderia ter sido desnecessário o seu uso em função da clarificação sobre a pessoa envolvida, que o pronome possessivo “sua” certamente esclareceria.

Ou o caso de uso de uma outra forma de tratamento para “you”, com recurso à frase “a sua pessoa”, em: “You’re a lightning rod for criticism, from the *National Post* in Canada to the *Wall Street Journal* to *Commentary* to the *New Republic*.” (Barsamian 2003: 82); que foi traduzido por “Têm chovido críticas sobre a sua pessoa, desde o *National Post* no Canada ao *Wall Street Journal*, ao *Commentary* e à *New Republic*.” (Barsamian: 2004: 79). Mais uma vez, a forma de tratamento usada parece estar subjugada à construção da frase, contribuindo mais para a sua fluência em português e para a vontade de introduzir algumas marcas de informalidade e desconstracção social no discurso, do que respeitando qualquer outro género de imposição.

Aliás, e no que diz respeito à replicação em português da estrutura de frase do original inglês, deve salientar-se que são poucas as situações em que os tradutores procedem à segmentação das frases, como acontece no seguinte exemplo: “... which were never part of Jerusalem but have become part of the municipal boundaries of the city,

Palestinians and Israelis interact, through antipathy and hostility...” (Barsamian 2003: 5); cf. tradução portuguesa: “... que nunca fizeram parte de Jerusalém mas se tornaram parte do território municipal da cidade. Nesses lugares, os israelitas e os palestinos interagem, com antipatia e hostilidade...” (Barsamian 2004: 17). Aparentemente, a ocorrência deste caso excepcional – que, apesar de tudo, não modifica o sentido e intenção da mensagem – é revelador da preocupação dos tradutores com a integridade do texto original, uma preocupação que conduz ao decalque (no essencial) das estruturas do enunciado de partida.

Já o mesmo não poderá ser dito de uma série de omissões verificadas em alguns passos da tradução portuguesa. Não sendo embora, de modo algum, um exemplo extremo de uma prática translatória marcada pela omissão de segmentos do texto, são contudo situações a assinalar, até pela estranheza da sua ocorrência, nomeadamente nos casos citados de seguida: “... a year after they were banned by order of the Minister of Information, Yasir Abed Rabbo,...” (Barsamian 2003: 2); cujo equivalente em português foi “... um ano depois de Yasir Abed Rabbo ter proibido os meus livros,...” (Barsamian 2004: 14), onde foi omitida a referência ao cargo ocupado pela personalidade mencionada; ou “For years, the mainstream media, at least in the United States, pretty much have studiously ignored you.” (Barsamian 2003: 3); cuja tradução foi “Durante anos, os órgãos mais importantes da comunicação social de massas ignoraram regularmente os seus pontos de vista.” (Barsamian 2004:15), em que a referência aos Estados Unidos foi ignorada; ou ainda “A lot of them on the West Bank and Gaza go around Palestinian towns and villages” (Barsamian 2003: 5); que teve como tradução “Na Faixa de Gaza, muitas dessas estradas contornam as povoações palestinianas.” (Barsamian 2004: 16), onde foi omitida a referência à Margem Ocidental.

Estas omissões, ainda que não sejam prejudiciais à compreensão geral do sentido do texto e, sobretudo, à leitura do mesmo, significam, apesar de tudo, algum tipo de menosprezo por elementos que escaparão ao leitor que não faz uma leitura cotejada do texto em paralelo com o original. E, por sinal, são omissões relevantes (pela negativa) para os propósitos ideológicos de inclusão desta obra no catálogo da Campo das Letras, pois oblitera-se, por um lado, a menção aos Estados Unidos como espaço de consagração institucional de Edward Said, mas também a percepção deste académico como radical ignorado pelos meios de comunicação social de massas – mas, por isso mesmo, valorizado em ambientes europeus com um enviesamento ideológico anti-americano; e, por outro lado, omite-se um dado informativo e geopolítico importante sobre a paisagem política da Palestina. Ainda que, no seu conjunto, não pareçam revelar nenhum tipo de manipulação

da informação ou das características estilísticas da obra, mais parecendo, até pelo carácter algo aleatório das faltas, uma situação de simples esquecimento, são omissões que mereceriam um tratamento mais cuidadoso e atento por parte do tradutor e da casa editora. E tal deveria ser reforçado em especial se se atentasse na perspectiva de “encomenda” da tradução, tal como enunciada por Hans Vermeer (2000: 221-32), que implica a forte determinação do texto pelas solicitações e propósitos do cliente.

Contudo, há casos em que as omissões são ainda mais graves, deixando de parte informações bastante significativas. Veja-se o exemplo do seguinte passo: “They are nameless. Killed for no particular reason. Lots of children have been killed. The rate of killing of Palestinians vs. Israelis is three...” (Barsamian 2003: 134); cuja tradução foi “Que não têm nome. Acontece que, por cada israelita morto, há três...” (Barsamian 2004: 122). Aqui parece evidente que o “esquecimento” das duas frases sublinhadas no original, além de prejudicar gravemente o sentido do original, constitui um obstáculo sério ao reforço da ideia que Edward Said pretendia veicular. Neste excerto traduzido, parte do efeito retórico da denúncia que Said faz das atrocidades cometidas sem uma razão discernível e que vitima inocentes (inclusive crianças) é claramente perdido e o leitor não toma conhecimentos desses dados.

Por outro lado, se a isto somarmos os casos de acrescento de elementos ao longo do texto, decorrente do contributo individual dos tradutores e promotor de ligeiras alterações estilísticas e semânticas, talvez seja de algum modo possível levantar algumas interrogações quanto à consistência da estratégia translatória, e quanto aos eixos de sentido que textualizam a “refracção” (Lefevere 2000: 234-5) das entrevistas de Said nesta versão portuguesa. Senão, vejam-se os seguintes casos, que envolvem questões de ênfase e modalização: “He signs every little piece of paper involving employees’ vacations, the movement of large funds, state documents.” (Barsamian 2003: 1); que foi traduzido por “Assina todos os papelinhos que tenham a ver com as férias dos empregados ou com os movimento [sic] de quantias importantes, bem como os documentos oficiais, e assim por diante.” (Barsamian 2004: 13). Nesta última parte o elemento acrescentado (“e assim por diante”) cumpre uma função enfática, reforçando a noção anteriormente exposta. Mas mais adiante, em “... but that a lot of people now see the reality” (Barsamian 2003: 3), passa a “... mas também o facto de serem muitos os que hoje vêem melhor a realidade” (Barsamian 2004: 15), onde o acrescento introduzido (“melhor”) altera a perspectiva, sugerindo que haverá actualmente muitas pessoas que percebem mais claramente a situação (israelo-palestiniana). Veja-se, a título de exemplo adicional, o papel

extraordinariamente relevante e enfático da posição defendida pelo entrevistado quando os tradutores acrescentam a palavra “frequentes” no excerto seguinte:

If killing nine children is a successful operation then one wonders why the attacks on Palestinians for their desperate suicide bombings doesn't also include condemnations of Israeli terror bombings, which are far greater. (Barsamian 2003: 138)

Que foi traduzido da seguinte forma:

Se matar nove crianças é uma operação bem sucedida, então teremos de perguntar porque é que as acusações feitas aos palestinianos pelos seus ataques à bomba suicidas não incluem também o terror semeado pelas bombas israelitas, muito mais frequentes e poderosas. (Barsamian 2004: 126).

Ao longo de todo o texto, é precisamente sobre esses dois eixos – o da ênfase/reforço da ideia apresentada e o da alteração da perspectiva (por vezes ligeira, outras vezes mais intensa) – que se organiza a refração das entrevistas, um conjunto de inflexões que nos permitem apreender as opiniões do entrevistado ora como menos enfática e veementemente expressas do que parecerá suceder com o texto de partida, ora (pelo contrário) como mais fortes e reveladoras de uma posição coerente e consistente. Ainda por cima, o entrevistado tem, sobre a situação palestiniana, uma perspectiva que é tudo menos neutra, pelo que é claro que qualquer inflexão (deliberada ou não) dos seus juízos problematiza o papel do tradutor, o modo como corresponde à “encomenda” recebida e (em termos últimos) a influência que inevitavelmente deterá na determinação da opinião dos leitores sobre o assunto “da actualidade” com que a obra traduzida os vem confrontar.

4.4.2 *Ordem de Trabalhos – Genocídio*

Da autoria de Mark Roseman, Professor de História Moderna na Universidade de Southampton, esta obra teve a tradução portuguesa a cargo de António Costa Santos. Integrado na colecção “Campo da História”, este livro faz uma análise vívida dos acontecimentos que levaram à reunião realizada a 20 de Janeiro de 1942, em Berlim, onde foram delineados os planos para a “Solução Final da Questão Judaica”, bem como das consequências dessa reunião. Com base em documentos reais e em factos verídicos, ou relatados como tal, este livro assenta essencialmente nos acontecimentos históricos que procura descrever, nomeadamente o processo de constituição e organização de um comportamento ditatorial concertado para aniquilar o povo judeu.

A selecção e integração desta obra na colecção “Campo da História” parece ter sido sobretudo ditada pela tentativa de revelar um episódio algo obscuro e pouco conhecido para os leitores em língua portuguesa do século XX, remetendo-os, portanto, para um conjunto de eventos cruciais na história contemporânea da humanidade e para a linha temática que é acolhida nas páginas de toda esta colecção.

Estilisticamente, ao longo das 160 páginas da obra em português somos confrontados com uma linguagem ostensivamente objectiva repleta de factos e caracterizada, predominantemente, pela escassez de recursos retóricos. De facto, o objectivo do autor parece consistir na elucidação detalhada dos acontecimentos ocorridos. Todavia, recorre, de vez em quando, a uma espécie de jornalismo narrativo, ou conforme designa Fernando Correia (1997: 182-4) esta forma de abordagem, de “personalização da notícia”, para apresentar alguns episódios, sobretudo na fase inicial e descritiva dos mesmos.

Nesses casos excepcionais, é deliberada a organização da história em torno de uma figura em particular, o que permite torná-la mais apelativa aos olhos do leitor e, porventura, potencialmente mais interessante, captando a sua atenção e não proporcionando apenas informação. É, afinal, uma estratégia que assenta na identificação pessoal com o público (Correia 1997: 183), pela empatia que gera. Servindo-se da documentação dos factos e recorrendo às regras básicas do jornalismo, apenas esboça algumas das condições de uma narrativa, pois o relato apresentado não contém cenas, personagens, ou diálogos, e, portanto, uma voz narrativa que coincida com um protagonismo, ou até mesmo uma forma de resolução exterior à acção. Deste modo, o

leitor adquire uma compreensão mais intelectualizada dos problemas, mas simultaneamente mais emocional, o que lhe permite manter uma relação mais íntima com os acontecimentos retratados.

Um dos casos paradigmáticos dessa estratégia de escrita neste livro é o início do Capítulo 4, “The villa, the lake, the meeting” (Roseman 2002: 55), central para o livro pois dá mesmo origem ao respectivo título em inglês.

In November 1941 Reinhard Heydrich was at the height of his career. Born in Halle of musical parents and a gifted violinist himself, he had grown up in the turbulent conditions of the 1920s. (Roseman 2002: 55)

Daqui resultou a seguinte tradução em português:

Em Novembro de 1941, Reinhard Heydrich estava no auge da sua carreira. Nascido em Halle, filho de pais músicos e ele próprio um violinista talentoso, cresceu nas condições conturbadas dos anos 20. (Roseman 2005: 81)

Mantendo-se tão próximo quanto possível da estrutura e das opções lexicais do texto de partida, o tradutor ter-se-á esforçado por decalcar o discurso do autor, conservando as suas marcas distintivas como forma de realizar objectivos idênticos.

Todavia, do tradutor percebemos a sua presença não só na ficha técnica da obra, mas também nas referências em algumas notas do próprio autor (!). Com efeito, as notas do autor surgem na tradução em rodapé, nas próprias páginas onde são referenciadas, ao passo que na edição original surgem como notas finais, colocadas no final do livro. Mas veja-se de que forma “introduz” o tradutor a sua voz: o passo “My translation from Robert M. W. Kempner, *Angkläger einer Epoche. Lebenserinnerungen...*” (Roseman 2002: 119), é traduzido por “Tradução do autor de *Angkläger einer Epoche. Lebenserinnerungen*, de Robert M. W. Kempner...” (Roseman 2005: 10). Regista-se, aliás, que tal intromissão do tradutor não se verifica, por exemplo, nas notas 22 e 23 do “Capítulo IV – A Vivenda, o Lago, o Encontro”, onde a tradução é antes a versão do próprio autor, com: “Minha tradução” (Roseman 2005: 89 e 90). E, por outro lado, no excerto “This translation is a revised version of the translation in John Mendelsohn...” (Roseman 2002: 146), que foi traduzido por “A tradução inglesa utilizada neste livro é uma versão revista da tradução in John Mendelsohn...” (Roseman 2005: 149).

Estas intromissões do tradutor, que complicam a percepção de quem escreveu e traduziu o quê, não são desviantes dos sentidos intencionados, mas são curiosas e, até, caricatas. Note-se que, no caso da primeira nota acima referenciada, quando temos uma nota do autor e este afirma (na tradução portuguesa) “Tradução do autor” parece apontar para si próprio (autor) como se fosse uma terceira pessoa. Já no último caso acima registado, a introdução da expressão “tradução inglesa” apenas remete para a necessidade óbvia de o leitor português tomar como referência a obra indicada em língua inglesa.

Todavia, nesta obra, tal como na anteriormente analisada, o tradutor também revela uma tendência para acrescentar elementos, por vezes desnecessários, ao original. Só que, nos casos indicados em seguida, ao contrário do que se verificou com o livro acima comentado, tais acrescentos introduzem alterações no plano objectivo da informação proporcionada pelo texto. Veja-se o caso de:

There is an extended discussion of how to deal with the half-Jew, the quarter-Jew, the Jew married to the gentile, the war-decorated Jew. (Roseman 2002: 1)

Cuja tradução foi:

Há ainda o registo de uma prolongada discussão sobre como lidar com os meio-judeus, os quarto-de-judeus, os judeus casados com não judeus e os judeus condecorados na Primeira Guerra Mundial. (Roseman 2005: 9)

Neste caso, o elemento acrescentado (“Primeira Guerra Mundial”) é significativo, sugerindo que o tradutor cede ao papel de explicitador. Este acrescento revela a percepção do tradutor de que, para o leitor português, é necessário explicar qual a guerra que aqui é objecto de referência. Esta amplificação resulta claramente de uma preocupação de tradutor com a gama de referentes prontamente reconhecíveis na cultura de chegada (uma gama distinta daquela que para o tradutor existiria na cultura de partida).

Um outro caso exemplar dessa característica explicativa e amplificadora do tradutor é o seguinte:

The dominant impression from Hitler’s table talk is not the clear goal-setting of the policy-maker but the late-night ramblings of an ignoramus at a *Bier Keller*. (Roseman 2002: 36)

Que foi traduzido por:

A impressão dominante retirada do discurso de Hitler não é a de um estabelecimento claro de objectivos por parte de um criador de políticas, mas a conversa de fim de noite de um qualquer frequentador de uma cervejaria de Berlim. (Roseman 2005: 55)

Nesta situação, as informações extraordinárias (“um qualquer frequentador de uma cervejaria de Berlim”) prestadas pelo tradutor passam até pela omissão da referência directa e culturalmente relevante usada por Mark Roseman. Em ambos os casos acima referenciados, o tradutor evidencia o recurso à estratégia da aceitabilidade enunciada por Gideon Toury (1995: 56-7), submetendo-se às normas predominantes na cultura de chegada.

Também explicativas são as concessões feitas com recurso às notas de tradução empregues. Com efeito, nos casos em que ocorrem essas notas, o tradutor procurou explicar os conceitos presentes, para os quais optou por não substituir as palavras usadas no original por uma tradução para português, e como são exemplos “*think-tank*” (Roseman 2005: 28), “Lend Lease” (Roseman 2005: 74) e “RM” (Roseman 2005: 93). Em dois outros casos de notas de tradução, a explicação do tradutor pretendeu ser mais esclarecedora do contexto geográfico e, sobretudo, da nova designação usada em língua portuguesa, numa versão actualizada relativamente ao que é referido no original: “Terezin na actual República Checa” (Roseman 2005: 106) e “Bielo-Rússia” (Roseman 2005: 141). Por fim, simultaneamente esclarecedora, mas em que também se nota um acrescento de informações, surge a nota “Territórios checos ocupados” (Roseman 2005: 82), onde o tradutor se imiscuiu no texto original e fornece dados suplementares e inexistentes no original, no qual constava apenas “Protectorate of Bohemia and Moravia”.

De cariz ligeiramente diferente são os casos em que o tradutor acrescenta elementos, aparentemente na tentativa clara de alcançar um reforço da ênfase pretendida, como em: “Yet the Protocol...” (Roseman 2002: 2), que passou a “E, ainda assim, o Protocolo...” (Roseman 2005: 10); ou “Above all, the timing seems wrong.” (Roseman 2002: 2), que foi traduzido por “Mas, acima de tudo, é o *timing* que parece errado.” (Roseman 2005: 10).

A propósito deste último exemplo, é de notar uma outra característica que perpassa grande parte da tradução, nomeadamente o emprego, por empréstimo, de alguns anglicismos retirados do original, como nos casos-exemplo de “*villa*” (Roseman 2002: 1 e 2005: 9); “*puzzle*” (Roseman 2002: 4 e 2005: 13); “*staff*” (Roseman 2002: 15 e 2005: 28); “his follow-up letter” (Roseman 2002: 84) e “a sua carta de *follow-up*” (Roseman 2005: 115). Ou ainda o empréstimo, mais natural, das muitas expressões alemãs usadas pelo autor também no original em inglês: “*Vernichtung*” (Roseman 2002: 7 e 2005: 19); “*völkisch* nationalism” (Roseman 2002: 17), “nacionalismo *völkisch*” (Roseman 2005: 30); “*Zigmillionen*” (Roseman 2002: 29 e 2005: 45); “*gauleiter*” (Roseman 2002: 88 e 2005: 120). Mas deve assinalar-se que este procedimento contrasta com a tradução anteriormente comentada de “Bier Keller” por “cervejaria de Berlim”.

No caso dos anglicismos referidos, a opção pelo empréstimo de tais palavras/expressões deve sugerir estranheza ao leitor português. Em particular porque parece ser injustificável, tendo em conta que existem palavras na língua portuguesa que o tradutor poderia ter usado para fazer corresponder às utilizadas na obra original. Note-se, a propósito de alguma disparidade de critérios na tradução e edição em português, que a palavra “*villa*” surge em vários pontos do livro com versões diferentes: “uma grande mansão” (Roseman 2005: contracapa), ou “vivenda” (Roseman 2005: 79, 92).

Contudo, os casos mais graves e sintomáticos de alguma irregularidade translatória são, nesta obra, os casos de omissão perpetrados pelo tradutor. Senão, veja-se o exemplo seguinte: “Perhaps the biggest point of consensus among historians until recently, therefore, was, as Eberhard Jäckel has argued...” (Roseman 2002: 2-3), que foi traduzido por “Assim, o ponto de maior consenso entre os historiadores talvez seja que, como defende Eberhard Jäckel...” (Roseman 2005: 11). A elisão da referência a um momento recente, até ao qual haveria algum consenso entre historiadores, transformando essa questão num ponto consensual e não limitado temporalmente, introduz factualmente um erro historiográfico, tal como o autor o propõe.

O mesmo acontece no caso da omissão seguinte:

But how closely did he now direct the killing of Jews? Was his approval given or merely presumed? Did the transition from mass killings to genocide indeed involve a clear decision... (Roseman 2002: 34-5)

Cuja tradução foi:

Mas quão directamente terá comandado a matança dos judeus? A transição dos assassinios em massa para o genocídio envolveu de facto uma decisão clara... (Roseman 2005: 53)

Todavia, este caso de omissão, em que a frase intermédia (“Was his approval given or merely presumed?”) desapareceu totalmente, poderá ser considerado bem mais grave, pois a interrogação retórica que deixou de ser transmitida colocaria o ónus da decisão do genocídio dos judeus nas mãos do próprio Hitler, mas, como na versão portuguesa tal hipótese nem sequer é contemplada, a dúvida deixa de ser colocada ao leitor.

De notar, a propósito do excerto traduzido e acima referenciado, o uso em português de uma palavra que comporta uma formalização mais acentuada do discurso na língua portuguesa – “quão” –, e que tão prontamente tem sido utilizada nos tempos mais recentes para equivaler ao “how” da língua inglesa. Ainda que a sua substituição por outras soluções implicasse certamente o recurso ao procedimento técnico da transposição (Vinay 1977: 50), com as inevitáveis alterações sintácticas, o uso desta palavra não pode deixar de ser ligado a uma tentativa de tradução mais literal da estrutura sintáctica do original e, portanto, alegadamente mais fiel às intenções do autor.

Na sua globalidade, não se pode considerar que a tradução desta obra seja desleixada. Percorrendo os mesmos caminhos trilhados pelo autor, o tradutor não deixa de procurar a fluência e ênfase pretendidas pelo original. O relato dos factos históricos e o respectivo encadeamento, numa sequência muito próxima do original, determinada por uma preocupação de objectividade que constitui (ela própria) um dado importante da tarefa ou “encomenda” assumida pelo tradutor, são os elementos mais notórios deste trabalho, embora os empréstimos provoquem alguma estranheza e interrupções constantes na leitura.

4.4.3 *Atrás dos Tempos – Declínio e Queda das Vanguardas do Século XX*

Integrada no amplo número de obras “Fora de Colecção” da Campo das Letras, esta palestra, aqui publicada em forma de livro, foi apresentada pelo ilustre Professor de Economia e História Social da Universidade de Londres, Eric Hobsbawm, no âmbito das Walter Neurath Memorial Lectures. Foi pronunciada na National Gallery, em Londres, por ocasião da décima terceira palestra anual desde o ano em que tais palestras se tinham iniciado e dedicava-se, como era habitual, a matérias de especial interesse para Walter Neurath.

Walter Neurath, em honra do qual eram organizadas estas palestras, desde 1969, fora um editor austríaco, nascido em Viena, em 1903, e que emigrara para Inglaterra em 1938, após a ascensão dos Nazis ao poder na Áustria. Depois de ter dirigido uma galeria de arte e de ter publicado livros ilustrados dedicados à área da educação, em Viena, Walter Neurath viria a fundar em Londres e Nova Iorque, em simultâneo, a sua própria casa editora, em 1949, a Thames and Hudson – assim designada em honra dos rios que banhavam Londres e Nova Iorque (Rosenthal 2004). Deve assinalar-se o facto de um texto de homenagem a um refugiado do nazismo, e que viria a ser um grande editor na Grã-Bretanha, ter sido certamente atraente para uma casa editora como a Campo das Letras.

Neurath foi pioneiro do conceito de co-edição, que actualmente é extremamente importante para livros editados em todo o mundo. Na sequência desta ideia, as obras, especialmente as ilustradas, passaram a ser concebidas, encomendadas, produzidas e vendidas às casas editoras de diferentes mercados e países, nas respectivas línguas e com uma chancela editorial do país de chegada. Deste modo, Neurath conseguiu revolucionar a edição e impressão internacional, produzindo um grande número de livros e com custos bem menores. Neurath viria a falecer em 1967, após o que Eva Neurath, sua esposa, continuou a dirigir a editora e promoveu as Walter Neurath Memorial Lectures, que dariam origem a uma extensa série de livros em que eram publicadas as comunicações apresentadas por ilustres autores convidados.

Eric John Ernest Hobsbawm (n. 1917) é um historiador britânico, de origens judaicas, filho de um inglês e de uma austríaca. Tendo vivido em Viena, tal como Walter Neurath, seguiu o mesmo percurso que este, ao mudar-se para Londres, em 1933, quando Hitler ascendeu ao poder. No final da II Guerra Mundial, Hobsbawm regressou à

Universidade de Cambridge onde viria a terminar o seu doutoramento e onde se juntou a alguns colegas para formar um grupo de historiadores com ideias socialistas. Durante a década de 1960, juntamente com alguns colegas historiadores marxistas britânicos, como Christopher Hill, Rodney Hilton e Edward Palmer Thompson, Hobsbawm viria a dedicar profunda atenção à História Social, tentando investigar a história da organização das classes populares em função das respectivas lutas e ideologias.

Depois de uma carreira insigne, em que alcançou reputação e prestígio internacionais, Hobsbawm viria a tornar-se Professor Emérito no Birkbeck College, da Universidade de Londres. O reconhecimento público britânico, ao mais alto nível, terá ocorrido quando foi nomeado, em 1998, “Companion of Honour”, uma comenda atribuída pela rainha apenas a 65 pessoas (originárias da *Commonwealth*) que se tenham destacado por feitos notáveis nas artes, literatura, música, ciências, política, indústria ou religião.

A trilogia de Hobsbawm sobre a ascensão do capitalismo – *The Age of Revolution* (1962), *The Age of Capital* (1975) e *The Age of Empire* (1987) – viria a tornar-se um marco na historiografia do período situado entre 1789 e 1914. Contudo, a obra que o notabilizou definitivamente, tanto nacional como internacionalmente, foi *The Age of Extremes* (1994), que foi traduzida para 37 línguas.⁶

Nessa obra, Hobsbawm historia e analisa aprofundadamente os acontecimentos verificados ao longo do período que decorreu entre a I Guerra Mundial e o colapso da União Soviética, em 1991, em particular até ao momento da Queda do Muro de Berlim. Crente nas potencialidades da razão e da ciência, Hobsbawm procede a uma análise incisiva e multifacetada da Guerra Fria, do Terceiro Mundo, dos inúmeros problemas económicos, da queda das ideologias, da crise das artes, entre muitas outras temáticas. No final, Hobsbawm procura antever o que será o século XXI, baseando-se, como habitualmente, em argumentos sólidos e fundamentados.

É curioso notar que as informações acima sugeridas não constam de qualquer elemento paratextual, ou de outra ordem, aduzido pelo editor ou pela tradutora no livro que aqui se pretende analisar sucintamente – *Atrás dos Tempos* – e que foi publicado pela casa editora Campo das Letras em 2001. E a curiosidade é tanto maior quanto o conhecimento em Portugal sobre o percurso e a obra deste autor, apesar de referenciado e reconhecido entre os eruditos e estudiosos da sua área de intervenção, não é muito divulgado junto do

⁶ Edição portuguesa: *Era dos Extremos* (2002). Tradução de Marcos Santarrita. Lisboa: Editorial Presença.

grande público. Também por isso, é de estranhar que a Campo das Letras não tenha registado os aspectos da obra deste historiador que, durante uma parte importante da sua trajectória pessoal esteve associado a perspectivas gratas às ideologias de esquerda. Na verdade, essa situação deveria proporcionar desde logo uma contextualização e uma recolha de elementos que permitissem a divulgação de tais informações, promovendo o autor em causa e a imprescindível angariação de um leque mais alargado de leitores. Mas será que a casa editora portuguesa tinha autorização para o fazer? Será que os detentores dos direitos de autor originais permitiriam que isso fosse concretizado?

Conforme se fez notar anteriormente, esta obra não está integrada em qualquer colecção da editora Campo das Letras. O que poderá querer significar que a sua escolha para publicação em Portugal terá sido principalmente ditada pela oportunidade de publicação do autor em causa e, em particular, pela abordagem sucinta que neste livro é feita sobre a evolução das correntes de vanguarda nas artes. Não pode, contudo, deixar de se referenciar, mais uma vez, que a área política de intervenção do autor terá sido um factor determinante e mais do que provável para a sua escolha e publicação. Assim como não pode deixar de se notar que a eventual dimensão de outras obras do mesmo autor – em número de páginas, em direitos de autor a pagar pela sua aquisição, em importância dessas obras e consequente exigência de publicação em Portugal por uma grande editora – terá constituído uma forte condicionante à sua publicação pela Campo das Letras.

Assim, na tradução publicada do livro em causa pode ler-se uma reprodução integral em português dos elementos informativos constantes do original inglês, sem acrescentos de maior e, saliente-se, também sem omissões relevantes. São relativamente directas e lineares as soluções habitualmente adoptadas por Raquel Mouta, que, de vez em quando, se permite recorrer a uma ordenação sintáctica diferente da usada no original. Os motivos para tal parecem residir na expressão clara do autor, pelo que as soluções de transposição adoptadas primam pela manutenção da sobriedade do discurso e pela intenção de fluidez associada a um texto que terá sido pronunciado oralmente no original.

Contudo, há ligeiras modificações introduzidas pela tradutora que, pontualmente, reconfiguram o texto traduzido, face ao original. Veja-se um exemplo de transposição num excerto que contém diversas alterações e até mesmo modulações (Vinay 1977: 51):

The fundamental assumption behind the various movements of the avant-garde in the arts which dominate the past century was that relations between art and society

had changed fundamentally, that old ways of looking at the world were inadequate and new ways must be found. (Hobsbawm 1998: 7)

Cuja tradução foi:

As diversas correntes de vanguarda artística que se evidenciaram durante o século que agora acaba assentavam num pressuposto fundamental: que as relações entre arte e sociedade se tinham transformado radicalmente, que as várias maneiras seculares de ver o mundo se tinham tornado inadequadas e que novas maneiras teriam de ser encontradas. (Hobsbawm 2001: 11).

Neste caso parece ter sido adequado o trabalho executado pela tradutora, apesar da sua introdução da modulação, com a mudança do ponto de vista adoptado, pois desse modo reposicionou o sujeito do original (“The fundamental assumption”), relegando-o para uma posição secundária, e diminuindo a sua importância. Por outro lado, também se verifica que a tradutora modificou bem a estrutura da frase, ainda que isso tenha obrigado a arranjos vários e até mesmo à alteração da pontuação. Além disso, é evidente que a alteração linguística de “past century” (adjectivo + nome) pela perífrase “o século que agora acaba”, implicou outras transformações estilísticas na frase. Maior equívoco poderá, contudo, ser visto no uso da tradução de “seculares”, para traduzir “old”, que pode ser lido (em discurso historiográfico) como um antónimo de “espirituais” ou “eclesiásticos” e, portanto, ser mal interpretado.

Mas a verdade é que casos como este ou até outras ligeiras modificações ao longo da obra não alteram o seu impacto nem lhe inflectem o significado, em especial se tomado em consideração o objectivo maior do teor e conteúdo deste texto, que serviu como discurso oral apresentado perante uma plateia, e cuja retórica foi cuidadosamente preservada.

4.4.4 *Oprah Winfrey – Em Directo*

Oprah Winfrey – Em Directo é uma obra que está organizada como se fora uma crónica abreviada sobre a personalidade, opiniões públicas e perspectivas de vida de Oprah Winfrey. O livro é essencialmente composto por citações retiradas de artigos, notícias e entrevistas a Oprah Winfrey, tendo sido preparado de modo a traçar o percurso biográfico, não autorizado, de Oprah, uma das pessoas mais ricas do mundo e presença habitual nos ecrãs de televisão norte-americanos e de inúmeros países com o seu programa de entretenimento.

Daí que, se observarmos atentamente este título e pensarmos na sua pertinência no catálogo da Campo das Letras surja, de imediato e muito provavelmente, uma pergunta prévia aos leitores mais avisados das obras desta casa editora, um enorme “Porquê?”. Afinal de contas, a carga ideológica e as inclinações de esquerda, já tantas vezes afirmadas a propósito da selecção de títulos pela Campo das Letras, desaconselhariam a publicação de um livro desta natureza. Com efeito, a aparente futilidade dos programas televisivos que têm trazido fama a Oprah Winfrey não parece sugerir a habitual pertinência que a Campo das Letras confere à escolha das personalidades biografadas que apresenta em livro, nem à carga ideológica associada a essas mesmas pessoas.

Na verdade, as motivações ideológicas da personalidade de Oprah Winfrey estão relativamente distantes da esfera de acção normalmente publicada na Campo das Letras. Além disso, é notório que a configuração de capa, contracapa e até mesmo a existência inabitual de uma sobrecapa neste livro relevam ainda mais essa sensação de estranheza quanto à escolha deste título pela Campo das Letras. Contudo, tal estranheza pode ser minimizada pelas justificações que a casa editora avança para enunciar as intenções e a importância desta publicação quando, a propósito do livro, no respectivo sítio do catálogo na Internet, afirma o seguinte:

[Este livro]... aborda também questões relacionadas com aquilo a que podemos chamar uma «filosofia de vida»: como lidar com as questões da paixão e das relações amorosas, como lidar com as questões da saúde, do equilíbrio alimentar e da perda de peso, como lidar com as questões religiosas e a espiritualidade, como

lidar com as dificuldades e os erros da profissão, como lançar iniciativas para melhorar o mundo, etc. (Campo das Letras 2006)

Por outro lado, também a perspectiva e o perfil da autora do livro, Janet Lowe, jornalista e escritora norte-americana, autora de obras que são sucessos de vendas sobre personalidades destacadas de diversas áreas, como Bill Gates, Billy Graham, Michael Jordan, Warren Buffet, ou Ted Turner, entre outros, não parece compadecer-se com a sensação de que, na verdade, a presença deste livro no catálogo da Campo das Letras é estranha.

As únicas justificações plausíveis e que poderão afinal ser alvo da simpatia e compreensão dos habituais leitores da Campo das Letras para a selecção desta obra para o catálogo da casa editora são, por um lado, a ideia de que este livro se insere no vasto conjunto de títulos “Fora de Colecção”, e escapa, portanto, aos padrões habituais das colecções instituídas, e, por outro lado, a consideração de que algumas vertentes da intervenção social e cívica da biografada, Oprah Winfrey, tocam áreas muito sensíveis e gratas à casa editora, nomeadamente as questões relacionadas com a violência e os abusos cometidos sobre as mulheres, a igualdade entre géneros ou a afirmação dos direitos de igualdade racial.

Na sequência do que já foi afirmado sobre as apreciações das traduções para português de livros anteriores, também se regista neste caso, por parte da tradutora, Brighith Guimarães, uma tentativa recorrente de explicitação que parece visar a promoção da aceitabilidade (Toury 1995: 56-7) junto dos potenciais leitores. Veja-se, por exemplo, a passagem “Cheese grits, homemade biscuits smothered in butter, home-cured ham, red-eyed gravy” (Lowe 1998: 6), cuja tradução foi, “grits com queijo, biscoitos caseiros com manteiga, presunto fumado em casa, molho de carne engrossado com farinha” (Lowe 2006: 28). Reflete-se aqui, na tradução para português e em especial nos casos sublinhados, uma tentativa de descrição dos diversos alimentos elencados recorrendo a um empréstimo (“grits”) – que por sinal não é sequer explicado – e a duas explicitações, uma das quais redundante (“presunto e fumado”), e a outra incorporada no próprio texto (“molho de carne engrossado com farinha”).

Também os casos seguidamente apresentados denotam essa tendência para a explicitação e amplificação de que a tradutora se vai servindo ao longo de toda a obra: “I celebrate my upbringing” (Lowe 1998: 30), que é traduzido por, “prezo a maneira como fui

criada e educada” (Lowe 2006: 30); “I am better able to understand what others have gone through” (Lowe 1998: 8), cuja tradução foi “sou muito mais capaz de compreender aquilo que outros passaram e sofreram” (Lowe 2006: 31); “Jeffrey gave a scathing interview” (Lowe 1998: 12), traduzido como “Jeffrey deu uma entrevista cáustica, corrosiva” (Lowe 2006: 35); ou “so the producer got her an ‘under five’ (under five mintues)”, que foi traduzido do seguinte modo, “por isso o produtor conseguiu-lhe um *under-five* (menos que cinco minutos representação)”.

De certo modo, são ainda as mesmas as aparentes intenções da tradutora nos excertos em que tentou reforçar a ênfase concedida às palavras e estruturas empregues na tradução, intensificando as emoções subentendidas, como por exemplo em: “One of Oprah’s childhood chores was to bring buckets of water to the house” (Lowe 1998: 5), traduzido por “uma das tarefas de Oprah era precisamente carregar baldes de água” (Lowe 2006: 27); “Nobody – nobody” (Lowe 1998: 8), traduzido por “Ninguém – absolutamente ninguém” (Lowe 2006: 30); ou ainda em “... Patricia Lee, revealed to the tabloids that, at age 14, Oprah...” (Lowe 1998: 11), que foi traduzido por “... Patrícia [sic] Lee, revelou aos tablóides que, com apenas 14 anos, Oprah...” (Lowe 2006: 33).

Uma outra tendência presente ao longo de toda a tradução é o uso de diversos empréstimos para veicular aspectos marcadamente identificados com a cultura norte-americana em que se insere a biografada, como no caso já registado de “*grits*” (Lowe 2006: 28), mas também podem anotar-se os exemplos de palavras ligadas ao meio artístico em que Oprah Winfrey está inserida, como por exemplo o muito frequente “*show*” (Lowe 2006: 23, 32, 79, 84, 95, 107, 111, 180, 194, 206,...), ou o frequente “*talk show*” (Lowe 2006: 62, 72, 87, 206), e ainda “*prime-time*” (Lowe 2006: 96), “*Media*” (Lowe 2006: 188), ou “*Web-site*” (Lowe 2006: 130). Outros casos avulsos de empréstimo incluem o uso de estrangeirismos cuja utilização em português se vulgarizou, como “*T-shirt*” (Lowe 2006: 143), “*travesti*” (Lowe 2006: 83), “*best-seller*” (Lowe 2006: 85), “*marketing*” (Lowe 2006: 63), ou, entre outras, “*pizza*” (Lowe 2006: 52).

Assinale-se, ainda, o facto de as situações mais criativamente deslindadas pela tradutora estarem associadas a algumas adaptações (Vinay 1977: 52-4), como se verifica em “I have life experience of saying, ‘here, chick, chick, chick’.” (Lowe 1998: 6), cuja tradução foi “Tenho experiência de vida quando digo ‘cá pita, pita, pita, pita’” (Lowe 2006: 28), em que a tradutora usa enfaticamente (curiosamente quatro vezes e não três, como no original) o regionalismo “pita”. Ou ainda, como acontece num outro excerto, “Baby, all you *have* to do is to stay black and die...” (Lowe 1998: 168), que foi traduzido por “Minha

jóia, a única coisa que *tens* de fazer é continuar a ser negra e morreres...” (Lowe 2006: 225), em que a naturalidade do texto com a expressão “minha jóia” foi plenamente alcançada, sem desvirtuações de sentido.

Ainda assim, a impressão geral que se retira deste trabalho de tradução é que a tradutora promove, regra geral, a explicitação e amplificação do texto original, concorrendo, mais uma vez, para a elucidação e esclarecimento das potenciais dúvidas dos leitores. Ou seja, estamos perante mais uma situação em que a tradução procurou implementar os critérios de aceitabilidade de Gideon Toury (1995: 57), preparando o texto final de modo a ser bem acolhido pelo leitor de chegada. Não se pense, contudo, que tal processo está deslocado relativamente às intenções de encomenda da própria editora. Pelo contrário.

De facto, uma obra com estas características – para um público muito vasto e não necessariamente conhecedor da biografada e da sua obra, antes mais interessado nas coscuvilhices habituais sobre as celebridades; sem marcas de linguagem ou um registo peculiares e que obrigassem a eventuais formatações específicas; sem sinais de literariedade que condicionassem as opções translatórias – forçou necessariamente a tradutora a um trabalho muito mais centrado na sujeição às normas da cultura de chegada e na preparação da sua aceitação por estes mesmos leitores.

4.4.5 *Racismo – Uma Breve História*

A questão do racismo atraiu as atenções de um grande número de sociólogos e investigadores de todas as áreas, especialmente ao longo do último século. As razões para isso prendem-se com o facto de as medidas e acções desenvolvidas em torno da questão racial terem produzido impactos diversos e profundos em inúmeras sociedades, especialmente nos últimos cinco séculos, como consequência da expansão europeia pelos quatro cantos do mundo e, desde meados do séc. XX, pelos processos de descolonização que puseram termo aos impérios das diferentes potências coloniais europeias.

Nesta obra, *Racismo – Uma Breve História*, o autor, George Fredrickson – Professor de História dos Estados Unidos na Universidade de Stanford, co-director do Research Institute for the Comparative Study of Race and Ethnicity, e ainda autor de várias obras sobre o fenómeno do racismo – analisa o conceito de racismo subdividindo o livro em três grandes secções: “A religião e a invenção do racismo”, “A ascensão do racismo moderno: Supremacia branca e anti-semitismo nos séculos XVIII e XIX”, e “Clímax e recuo: o racismo no século XX”.

Enquanto nas duas primeiras partes o autor enquadra e traça o percurso histórico e ideológico do racismo, com particular incidência sobre os séculos XVIII e XIX, na terceira parte Fredrickson debate o tema do racismo no contexto do século XX e o seu prolongamento para o século XXI, propondo-se apresentar uma análise alargada e avançando com uma definição do conceito de racismo. Tal como afirma inicialmente:

O objectivo deste livro é apresentar de forma concisa a história da ascensão e do declínio do racismo (embora, infelizmente, ainda não a sua queda), desde a Idade Média até ao presente. Para conseguir isto, tentei dar ao racismo uma definição mais exacta do que meramente a de se tratar de uma antipatia e desconfiança etnocêntricas pelo Outro. (2004: 13)

Ao longo do livro, a análise de Fredrickson centra-se sobretudo no racismo praticado contra os judeus na Europa e contra os africanos e seus descendentes nas Américas. No caso dos judeus, por exemplo, o autor parte da oposição de cariz religioso relativamente aos judeus, por terem sido considerados os responsáveis pela morte de Jesus

Cristo, passa pelo anti-semitismo por motivos económicos, e chega até ao Holocausto na Alemanha e na Polónia durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo, a definição final de Fredrickson para a noção de racismo é apresentada ainda na introdução, no início da obra:

É quando diferenças que podiam de outro modo ser consideradas etno-culturais são tidas como inatas, indelévels ou imutáveis que se pode dizer que existe uma atitude ou uma ideologia racista. (2004: 14)

O carácter deste livro, que é fruto de uma aturada investigação, a forte probabilidade de o respectivo público-alvo ser composto maioritariamente por estudiosos do fenómeno, a objectividade da linguagem e o registo assertivo que é usado na obra original propiciam, portanto, um trabalho de tradução igualmente sóbrio e preciso. Ora é exactamente isso que se nota na obra em português, cuja tradução é da responsabilidade de Miguel Ramalheite. Aliás, é notório, ao longo de toda a obra em português, que o tradutor terá procurado seguir escrupulosamente o modelo original, com acrescentos ou amplificações sempre restringidos na sua dimensão ou na remissão para conhecimentos extra-textuais.

São muito frequentes, por isso, as situações de tradução literal, tal como definida por Vinay e Darbelnet (1977: 48-50), em que o tradutor propõe uma solução estrutural e semanticamente bastante próxima daquela que é usada no texto original, evitando assim a potencial atribuição de significados diferentes por parte dos leitores. Vejam-se, apenas a título de exemplo, os casos das seguintes orações “The effort to guarantee “race purity” in the American South anticipated aspects of the official Nazi persecution of Jews” (Fredrickson 2003: 2), traduzida por “O esforço para garantir a “pureza racial” na América sulista antecipou aspectos da perseguição oficial dos judeus pelos nazis” (Fredrickson 2004: 11); ou de “But racism as I conceive it” (Fredrickson 2003: 6) que foi traduzida como “Mas o racismo como o concebo” (Fredrickson 2004: 14); ou de “if they were willing to be so incorporated” (Fredrickson 2003: 10), traduzida por “se estes estivessem dispostos a ser dessa forma incorporados” (Fredrickson 2004: 17); ou de “a historical construction with a traceable career” (Fredrickson 2003: 140), traduzido por “uma construção histórica com uma carreira traçável” (Fredrickson 2004: 120); ou ainda “Christians and secularists alike make them targets of suspicion and discrimination” (Fredrickson 2003: 149), traduzido por “os cristãos e secularistas semelhantes [sic] fazem deles alvos de suspeita e discriminação” (Fredrickson 2004: 127).

Por outro lado, são mais raras as situações em que se verificam paráfrases ou mesmo explicitações na tradução portuguesa relativamente ao texto original. Tais situações parecem surgir ora por não existirem estruturas em português que permitam a reprodução semelhante e integral dos elementos originais, ora porque a expressão correspondente na língua de chegada simplesmente não existe, como no caso de “intermarriage” (Fredrickson 2003: 3, 146), traduzido por “casamento inter-racial” (Fredrickson 2004: 11) ou por “casamento misto” (Fredrickson 2004: 125); de “on a basis other than membership” (Fredrickson 2003: 7), cuja tradução foi, “não baseada no sentimento de pertença a uma colectividade” (Fredrickson 2004: 15), e em que a palavra inglesa “membership” terá dado origem à paráfrase em português; ou ainda de “conferees” (Fredrickson 2003: 140), cuja tradução foi, “os participantes da conferência” (Fredrickson 2004: 120). Mas estas curtas explicações também podem surgir – ainda que muito mais raramente, deve assinalar-se – em consequência de uma tentativa de “ajuda” ao leitor para que este compreenda melhor a situação apresentada, como em “white supremacists in the American South” (Fredrickson 2003: 1), que foi traduzido por “americanos sulistas, adeptos da teoria da supremacia branca” (Fredrickson 2004: 11).

Regista-se também o recurso a alguns empréstimos – como “*apartheid*”, “*colored*”, “*afrikaner*” (Fredrickson 2004: 12), “*websites*” (Fredrickson 2004: 122), “*sikhs*” (Fredrickson 2004: 124), “*jihads*” (Fredrickson 2004: 126), e alguns outros. O seu uso justifica-se, por um lado, pela arcaica carga cultural e pela forte ligação às respectivas culturas de partida, mas, por outro lado, porque são universalmente reconhecidos o que os torna, também, facilmente interpretáveis e conhecidos dos potenciais leitores portugueses desta obra. Ainda assim, houve um caso de empréstimo a partir do original (onde não tinha qualquer explicação) “*pogrom*” (Fredrickson 2004: 23) que implicou a introdução, por parte do tradutor, da única Nota de Tradução existente em toda a obra para explicar o conceito, acrescentando pois conhecimentos suplementares ao que o autor criara. Tal poderá acontecer porque, porventura, o tradutor terá entendido que o termo, de origem iídiche tem índices de reconhecimento em inglês superiores aos que se verificariam num ambiente cultural português.

Por fim, assinala-se que os casos de omissão de palavras ou excertos do original são também raros. Aliás, as situações registadas, como em “the passage of segregation laws and restrictions on black voting rights” (Fredrickson 2003: 1), traduzido por “a aprovação de leis segregacionistas em relação aos direitos de voto dos negros” (Fredrickson 2004: 11); ou ainda “a racism based squarely on skin color” (Fredrickson 2003: 4), que foi

traduzido por “um racismo baseado na cor da pele”, não chegam a configurar alterações semânticas de grande monta. Com efeito, mais parecem ligeiros “esquecimentos” do que anulações intencionais de partes do texto.

Portanto, na sua globalidade, a tradução deste livro reflecte e reproduz de uma maneira muito próxima o texto existente no original, emulando mesmo algumas estruturas em formato de tradução literal. Servindo-se poucas vezes de explicitações, o tradutor terá sentido que os alvos directos desta obra teriam conhecimentos e erudição suficientes para compreenderem e interpretarem adequadamente as soluções adoptadas, sem que fosse necessária tal intervenção explicativa. Finalmente, regista-se que a tradução prima pela integridade do texto, mantendo em português algumas palavras e conceitos estrangeiros, e não omitindo ou anulando excertos significativos.

4.4.6 *O Cerco*

Helen Dunmore – professora de Inglês na Finlândia e, posteriormente, em diversas universidades britânicas, crítica literária em jornais de língua inglesa e membro da Royal Society of Literature – prossegue com *O Cerco* uma obra que se iniciou na poesia e nos contos e que só, em finais da década de 1980, viria a integrar os romances. Nesta obra, que seria nomeada para os prémios Whitbread Novel Award e Orange Prize for Fiction, Helen Dunmore constrói sobre o momento histórico do Cerco a Leninegrado, durante a Segunda Guerra Mundial, uma história sobre a miséria, o ódio, o medo, a amizade, a solidariedade, o amor, a vida e a morte. Nesta narrativa a autora realça, através dos tormentos humanos, a capacidade de luta do homem contra a sua própria desintegração e releva o mistério e a capacidade de sobrevivência, durante os três anos terríveis do Cerco a Leninegrado, numa história sobre a abnegação e a coragem femininas.

Anna, que tem 23 anos e é a heroína desta narrativa, representa a força das mulheres durante um período em que todos os limites da capacidade de resistência humana são postos à prova. É esta personagem que serve de guia ao leitor, em primeiro lugar quando relata os tempos iniciais de uma vida feliz com a mãe e o pai na azáfama quotidiana dos seus primeiros anos. Depois, quando descreve o seu trabalho num infantário, o cultivo dos campos e a ajuda que concede ao pai e ao pequeno irmão Kolya. Mais adiante, quando expõe as realidades nuas e cruas das provações para sustentar a

família no meio de uma situação em que todo o povo está sujeito às atitudes prepotentes do nazismo.

É uma obra essencialmente composta de quadros literários, nos quais o leitor pode assistir ao desenrolar da acção histórica, permeada pelos momentos fugazes da intervenção individual da personagem principal deste relato. Depois da fuga inicial provocada pela guerra, segue-se a devastação e a destruição das paisagens geográficas e humanas. Mas também nos são mostrados os quadros que ilustram a luta e o trabalho das mulheres, e a força que elas irradiam, promovendo a resistência e a coragem de todo um povo. Em 1941, dos três milhões e meio de habitantes que Leninegrado tinha no início, viriam a sobreviver, no final, apenas seiscentas mil pessoas. E Anna representa precisamente esse heroísmo da sobrevivência, encontrando no amor e companheirismo de Andrei a capacidade para superar obstáculos aparentemente intransponíveis.

A tradução desta obra para português, da autoria de Margarida Baldaia, na Campo das Letras, destaca-se desde logo pela escolha temática, pois o livro assume-se como um espelho da capacidade de resistência feminina, mas também de todo o povo soviético, perante as fortes adversidades que terá tido de enfrentar e que lhe foram provocadas por um adversário totalitário. A resistência da cidade cercada de Leninegrado tornou-se, não é de mais realçá-lo, uma das grandes narrativas históricas do imaginário comunista e internacionalista no período do pós-guerra. Ou seja, *O Cerco* é uma obra bem representativa dos típicos temas de carácter interventivo publicados por esta casa editora, reflectindo o seu interesse pela edição de títulos destinados a um público alerta para este género de fenómenos e intervenções.

No que concerne ao trabalho desenvolvido pela tradutora desta obra literária regista-se, desde o princípio, um acentuado acréscimo de vocábulos, com explicações frequentes e tentativas de clarificação/explicitação daquilo que no original apenas era entrevisto. É, por exemplo, o que se verifica em “clinging to winter’s skirts” (Dunmore 2002: 1), traduzido como “agarrada ainda às saias do Inverno” (Dunmore 2007: 11); na oração “racing from work to food queue to kitchen and back again” (Dunmore 2002: 3), traduzida de forma bem mais alargada por “que correm do trabalho para a fila do pão e da fila do pão para a cozinha, repetindo tudo de novo no dia seguinte” (Dunmore 2007: 14); na expressão “there was trouble hanging in the air like thunder” (Dunmore 2002: 9), traduzida por “alguma coisa no ar anunciando uma tempestade de problemas” (2007: 22); ou ainda em “clutching your just-in-case shopping-bag that you carry everywhere, always”

(Dunmore 2002: 133), traduzida por “com o saco de compras que levas para todo o lado, não vá o diabo tecê-las” (Dunmore 2007: 182).

São, afinal, soluções de tradução – cujo princípio de amplificação é emulado ao longo de toda a obra – em que a tradutora terá procurado reforçar a ênfase concedida a alguns elementos nas orações a traduzir. Em função dessa intenção clarificadora, e com incidência particular nas escolhas feitas pela tradutora, tais elementos são esclarecidos ao leitor, embora seja evidente que os motivos para tais opções, em detrimento de outras, radiquem unicamente nas escolhas da própria tradutora e não nas intenções que o texto mais prontamente nos leve a supor por parte da autora.

Um outro traço marcante da tradução efectuada para português assenta no tratamento que foi concedido à utilização do pronome pessoal “you” no original. Com efeito, é frequente a autora servir-se de “you” para se referir às pessoas em geral e não a uma pessoa em particular, por exemplo em orações impessoais, com afirmações de carácter generalizado sobre situações que a todos afectam ou tocam. Note-se, mais uma vez a título de exemplo, que, no primeiro parágrafo em inglês, as considerações da personagem que narra este momento da acção são claramente aplicáveis à generalidade das pessoas envolvidas na situação, propondo ao leitor uma sensação colectiva em que todos se sentirão irmanados:

... the lime leaves. They are so green that they look like an hallucination of the summer everyone had almost given up expecting. When you touch them, they are fresh and tender. (Dunmore 2002: 1)

Contudo, na tradução para português lê-se:

... folhas de lima. As folhas são tão verdes que parecem uma alucinação desse Verão porque já quase toda a gente desistiu de esperar. Quando lhes tocas, são frescas e tenras. (Dunmore 2007: 11)

Ou seja, a opção de tradução conduz-nos de imediato a um estreitamento da visão, direccionando o nosso olhar para alguém em particular, que será envolvido nos acontecimentos, ou mesmo para o próprio leitor, quando, na verdade, isso não era intencionado nem sequer visível no restante texto. Isto porque, em português, não é tão comum o uso da segunda pessoa do singular com o valor genérico e impessoal que em

inglês se pode consagrar com o uso do “you”. Ressalve-se, todavia, que, em anos recentes, a influência do inglês e também do espanhol tem levado um número crescente de falantes do português a assumirem esta prática pouco tradicional no uso da língua portuguesa.

Contudo, e ainda na primeira página, é notória a mesma opção em “If spring can come, if things can be different, how can you bear what your existence has been?” (Dunmore 2002: 1), traduzido por “Se ela pode chegar, se as coisas podem ser diferentes, como podes suportar aquilo que tem sido a tua existência?” (Dunmore 2007: 12). Também aqui o direccionamento do olhar para a perspectiva individualizada resultou num estreitamento e enviesamento da perspectiva, reduzindo bastante a paisagem pretendida por Helen Dunmore. O mesmo sucede num outro excerto em que se retrata a atitude combativa e de ajuda mútua que é generalizada entre a população de Leninegrado:

Only God knows how many thousands there are altogether. You only see your own bit, but no doubt there are thousands of Annas and Katyas and Evgenias, stretching the length of the Luga line. (Dunmore 2002: 53)

Mas a proposta de Dunmore é significativamente restringida por uma tradução que nos dá apenas a perspectiva de uma única pessoa a quem a autora parece dirigir-se:

Só Deus sabe quantas são ao todo. Só consegues ver as que estão à tua volta, mas o certo é que há milhares de Annas, Katyas e Evgenias ao longo de todas as trincheiras do Luga. (Dunmore 2007: 78)

Aliás, tal opção pelo uso da segunda pessoa do singular em português para traduzir o impessoal ou genérico “you” é permanente ao longo de toda a obra, como em “if you lift a hank of your own hair you can smell the stink of burnt fat” (Dunmore 2002: 132), quando a autora descreve a ocorrência de um incêndio que destruiu completamente os grandes armazéns que permitiam alimentar a cidade de Leninegrado e generaliza essa situação, mais uma vez, procurando demonstrar como ela afectara todos os habitantes da cidade, permeando-a de odores desagradáveis e perturbando a vida de todas as pessoas. É, portanto, essa ambiência que se perde quando em português se lê uma perspectiva direccionada apenas para uma pessoa e para o que isso representará com a tradução: “Se pegares numa madeixa do teu cabelo, sentes o cheiro da gordura queimada” (Dunmore 2007: 181).

Por outro lado, é significativo notar que, em algumas passagens da obra, as opções de tradução terão ficado mesmo aquém da transmissão efectiva do sentido original, resvalando para erros de tradução. Veja-se o exemplo de “Attack! Attack! The Reds are attacking – and the whites are retreating, their commander fat-ally wounded...” (Dunmore 2002: 15), cuja tradução foi “– Ao ataque! Os Vermelhos estão a atacar; e os Brancos batem em retirada, o comandante aliado gordo foi ferido...” (Dunmore 2007: 30). Se bem que a ortografia original possibilite a interpretação aqui escrita, parece ser evidente que “fat-ally” terá sido uma gralha no original, ou então a tentativa de reprodução do discurso oral do pequeno Kolya, que, no infantário, revivia a cena de uma batalha por si imaginada, fazendo uma pausa intermédia na palavra “fatally” (fatalmente/mortalmente).

Um outro erro terá ocorrido na tradução de “Her mother sat up and lit the bedside candle” (Dunmore 2002: 11), cuja tradução foi “A mãe sentou-se e acendeu o candeeiro junto à cama” (Dunmore 2007: 24). Neste caso, vivendo ambas (Anna e a mãe, Vera) temporariamente numa *dacha* de férias, algo destituída dos luxos citadinos, não seria de esperar encontrar ali um “candeeiro”, que de facto não existia, sendo a iluminação proporcionada apenas por uma “vela”, como pretendia o original.

E o que dizer de “The baby was due in late summer” (Dunmore 2002: 12), que foi traduzido por “O bebé nasceu no final do Verão” (Dunmore 2007: 26), cuja subversão do sentido é de tal modo peculiar que se duvida da sequência imediata de eventos nessa mesma página, em que Anna sugere à mãe que se vá deitar e, depois, se descreve o ritmo de trabalho que a mãe, Vera, continuaria a ter. Na verdade, o original “was due” apontaria para a probabilidade ou expectativa do nascimento para “o final do Verão” e nunca a sua efectivação nessa altura.

Igualmente estranhas são algumas traduções que parecem prefigurar alguma desatenção no trabalho de tradução e posterior revisão, e consequentes desvios relativamente ao original. Apenas a título de exemplo, anotam-se os casos de “fire-fighters” (Dunmore 2002: 132), traduzido por “soldados de fogo” (Dunmore 2007: 181) – quando deveriam ser “bombeiros” –, ou de “The potatoes are solid, with firm, yelow flesh.” (Dunmore 2002: 145), traduzido por “As batatas são boas, com uma pele firme e amarela” (Dunmore 2007: 199) – em que, na tradução, as características da batata são apenas atribuídas à “pele” e não à totalidade do tubérculo.

Deve registar-se ainda nesta tradução o uso de alguns empréstimos indispensáveis ao retrato tão específico da sociedade e realidade cultural russa, nomeadamente através das

poucas palavras que a autora também usa no original inglês, “*dacha*” (Dunmore 2007: 29) ou “*kolkhoze*” (Dunmore 2007: 105), ainda que esta última não seja adequadamente identificada como tal em itálico na tradução portuguesa. Ressalve-se, contudo, o escrupuloso conhecimento das regras de grafar diálogos em língua portuguesa, pois são integralmente respeitadas nesta obra em português as indicações de uso do travessão (Cintra 1984: 662-3), que indicam as mudanças de interlocutor.

Em traços gerais, poderá afirmar-se que a intervenção da tradutora é mais notória nesta obra do que em outras obras anteriormente analisadas sobretudo pelas dificuldades de transposição adequada dos sentidos presentes no texto original. Os motivos para tal não são evidentes ao longo da tradução, em que se nota um bom domínio da língua portuguesa e das suas regras sintáticas. De igual modo, não é possível afirmar que tal se tenha ficado a dever a razões associadas à encomenda de tradução, pois os desvios assinalados não denotam um enviesamento deliberado e programático.

4.4.7 *Ravan & Eddie*

Ravan & Eddie é um romance que conta a história de vida de dois rapazes, um hindu e um cristão, que vivem no mesmo abrigo do Departamento Central de Obras, na área de Mazagão, em Bombaim, Índia. O período em que decorre a história é a década de 1950, pouco depois da conquista da independência pela Índia e numa altura em que Goa continua sob o domínio dos portugueses. No abrigo são constantes as situações em que as divisões entre castas e de cariz religioso provocam conflitos e dissensões, nomeadamente porque hindus e cristãos não comunicam uns com os outros. Mas talvez seja de salientar que um dos obstáculos mais importantes a essa comunicação e eventual aproximação seja, indubitavelmente, o facto de desconhecerem mutuamente a outra língua.

O incidente que serve de peça de abertura da obra é essencial para determinar as vidas futuras de Ravan e de Eddie. Eddie está ainda no ventre da mãe e Ravan já tem alguns meses de idade. O pai de Eddie, Victor Coutinho, mostra-se perdidamente apaixonado pela mãe de Ravan, Parvatibai, mas não lho consegue dizer. Certo dia, enquanto a observa desde o rés-do-chão numa varanda, o filho dela, Ravan, excitado por ver Victor ao nível do solo escapa do colo da mãe e cai desde o quarto andar sobre Victor, que o consegue apanhar, salvando-o da morte. Enquanto Parvatibai se apressa a descer

para ir buscar o bebé, Violet, a esposa de Victor, enfurece-se com a atitude desavergonhada do marido. Contudo, Victor está morto e todas as pessoas no abrigo que viram a cena passam a considerar Ravan como o Assassino.

Ao longo da infância e adolescência, os dois rapazes vivem próximos um do outro, mas mantêm-se afastados na convivência entre si. Enquanto Eddie, que é mau aluno, se aproxima dos costumes e da religião hindu, tornando-se um perito no conhecimento dos textos do *Bhagvat Gita* e do *Mahabharata* – para grande fúria da mãe, que tenta exorcizar tais atitudes recorrendo à igreja católica, mas sem grandes resultados –, Ravan interessa-se por todos os assuntos cristãos, em especial as raparigas.

Contudo, mais do que estes dois intervenientes, a grande e principal personagem de toda a obra são os abrigos e a vida de todas as pessoas que habitam estes edifícios. Vive-se uma sensação permanente de melodrama, em que famílias inteiras, infelizes e de recursos modestos, se envolvem em lutas e confusões de toda a ordem pelos mais ínfimos motivos. Se, por um lado, a vida íntima de todos é bem conhecida dos restantes vizinhos, a água, por outro lado, é um motivo constante de conflitos sérios.

Kiran Nagarkar demonstra um conhecimento profundo da vida nos abrigos, revelando e descrevendo detalhes que só uma vivência muito próxima permitiria saber. Além disso, dedica uma atenção muito especial à exploração das vidas sexuais dos habitantes desses edifícios, em particular de Parvatibai. Servindo-se constantemente do sentido de humor e da riqueza de pormenores para submergir o leitor numa montanha russa de sorrisos e até gargalhadas perante as situações vívidas, mas também de estranheza e até repulsa perante as realidades descritas, Nagarkar propõe ao leitor uma teia de sub-enredos que giram em torno das vidas dos dois protagonistas, Ravan e Eddie. Ambos procuram expiar culpas passadas e descobrir o caminho individual para o futuro. Ambos sonham impossíveis e vivem realidades desajustadas. Ambos chegarão a um ponto de convergência, em que é muito mais aquilo que os une do que aquilo que os separa.

A tradução para português deste livro, a cargo de Elsa Andringa, está enquadrada no catálogo da Campo das Letras na colecção Campo da Literatura. Romance originalmente em língua inglesa, a escolha de *Ravan & Eddie* para esta colecção parece ter como primeira ambição dar a conhecer um autor até então inexplorado e traduzido para português. Em segundo lugar, parece igualmente evidente que a obra pretende suscitar o interesse dos leitores portugueses por referências a personagens, ocorrências e locais conhecidos ou indelevelmente familiares destes mesmos leitores. Aliás, essa mistura de

referências a nomes de territórios de Portugal, e que fizeram parte do império português até 1961, confronta os leitores da tradução com algo que lhes é nominalmente próximo, mas remoto na realidade, porque a Índia terá sido sempre muito mais central para os leitores de língua inglesa, com as suas conotações de “jóia da coroa” do respectivo império, do que para os leitores em Portugal. Por fim, é inevitável não reparar que esta obra faz um apelo evidente à temática do pós-colonialismo e da libertação, matérias tão gratas à Campo das Letras e que são igualmente tema principal de outras obras e autores que integram esta mesma colecção.

Do trabalho desenvolvido pela tradutora, poderá afirmar-se que, regra geral, procurou manter uma relação de grande proximidade com o registo e intenções do autor. Um dos recursos mais frequentemente usados pela tradutora para promover essa correspondência adequada entre o inglês e o português foi a equivalência, tal como definida por Vinay e Darbelnet “...il est possible que deux textes rendent compte d’une même situation en mettant en œuvre des moyens stylistiques et structuraux entièrement différents (1977: 52).

Assim, pode ver-se tal recurso usado em diversas situações, como por exemplo, em “Screamed the roof down” (Nagarkar 1995: 1), que foi traduzido por “Deitou a casa abaixo” (Nagarkar 1995: 9); em “that did it!” (Nagarkar 1995: 9), que foi traduzido por “o caldo entornou-se!” (Nagarkar 1999: 17); ou ainda em “Mark my words” (Nagarkar 1995: 11), que foi traduzido por “Podes escrever” (Nagarkar 1999: 19). Tais situações são relativamente recorrentes e frequentes ao longo de toda a obra, tendo permitido a manutenção da informalidade dos diálogos e da fluência narrativa presentes no original.

Em alguns outros casos, e aparentemente tendo sempre presente a manutenção dessas mesmas características de informalidade de registo no texto traduzido, a tradutora procedeu a adaptações (Vinay 1977: 52-4), recriando no português um efeito semelhante ao pretendido no original, embora se notem por vezes laivos de decalques, como no caso da simples adaptação gráfica da representação onomatopaica em “koochi poochi moochi” (Nagarkar 1995: 1), que foi traduzida por “cuchi, puchi, muchi” (Nagarkar 1999: 9). Note-se, aqui, a curiosidade de a onomatopeia ser mantida quando, em regra, seria alterada – como acontece, por exemplo, nos gritos de dor “ouch” para “ai” ou “ui”, ou no latido dos cães, “woof” ou para “au au”.

Contudo, também no caso desta tradutora – tal como em outros anteriormente referenciados – verificam-se inúmeras tentativas de explicitação e amplificação

relativamente ao texto original. E o primeiro sinal disso é a grande quantidade de notas de tradução (62 notas) que foram introduzidas na obra em língua portuguesa.

É um facto que a maior parte dessas notas resulta da necessidade de explicar os igualmente numerosos empréstimos (Vinay 1977: 47) usados pela tradutora para reproduzir uma realidade cultural muito peculiar, como é o caso da indiana. Mas deve notar-se que essa explicação dos termos e de tal realidade não foi feita pelo próprio autor em língua inglesa, apesar de a obra não ter como únicos destinatários os falantes de língua inglesa do subcontinente indiano ou os seus descendentes em outras partes do globo. Ou seja, para muitos ingleses, norte-americanos, canadianos, etc., também os termos indianos usados no original seriam estranhos e não foram explicados pelo autor, ainda que possam ter adquirido elevados graus de reconhecimento por força da presença regular das referências indianas nos ambientes anglófonos, em consequência da importância da Índia no império britânico.

Acresce que a tradução portuguesa propõe ainda muitas outras soluções de explicitação incorporadas nas orações e parágrafos, por vezes apenas como forma de melhoramento ou clarificação da construção frásica, como em “never mind if she doesn’t have one” (Nagarkar 1995: 1), traduzido por “não interessa nada que ela não tenha telefone” (Nagarkar 1999: 9). Outras vezes essa explicitação serve essencialmente para enfatizar aspectos que, na opinião da tradutora, deverão ser realçados, como em “Those ancient buildings” (Nagarkar 1995: 8), traduzido por “Até aqueles edifícios antigos” (Nagarkar 1999: 16); ou em “the magnificent floral arrangements at Victor’s funeral were recalled with awe” (Nagarkar 1995: 8), que foi traduzido por “o magnífico arranjo floral do funeral de Victor era lembrado com temor e respeito” (Nagarkar 1999: 16); ou ainda em “not even a day of it” (Nagarkar 1995: 116), traduzido por “nem um diazinho só” (Nagarkar 1999: 1125).

Portanto, é de novo notório que também esta tradução, através destas soluções, procura incentivar a aceitabilidade do texto traduzido (Tourney 1995: 56-7) junto dos leitores portugueses. Contudo, é estranho que a essa tentativa tenha escapado a grafia dos diálogos, que são quase sempre identificados entre aspas, seguindo o modelo do original em inglês. Apesar de algumas excepções – “– E se prendêssemos o avião ao tejadilho da carrinha?” (Nagarkar 1999: 16); ““Quem é que aí vem?” – o padre Agnello D’Souza parecia confuso.” (Nagarkar 1999: 20) – que devem porventura denunciar apenas ligeiras falhas de revisão do texto, a regra geralmente utilizada para a transcrição de diálogos evita precisamente o uso dos habituais travessões na língua portuguesa.

Pode afirmar-se que, ao longo de *Ravan & Eddie*, a tradutora seguiu conscienciosamente um percurso de preservação do ambiente sociocultural e respectivo quadro envolvente. As cedências maiores que acabou por fazer estiveram adstritas às notas de tradução que introduziu na obra em língua portuguesa e através das quais procurou complementar e acrescentar as inúmeras informações e contextos que mais estranhos deveriam ser, na sua perspectiva, para o leitor português. É, seguramente, uma opção criticável, em especial porque as inúmeras notas de tradução quebram o ritmo de leitura e chamam demasiado a atenção para a presença da tradutora. Além disso, é também claro que esta atitude menoriza o público-alvo, impedindo-o de adquirir individualmente tais conhecimentos.

Mas, como também é de notar, este tipo de comportamento translatório é comum entre os tradutores portugueses (Pinho 2006: 154-161), em especial quando as obras a traduzir ilustram contextos socioculturais bem diferentes dos nossos, ou mesmo quando se servem de linguagens especializadas e os públicos previstos para tais obras não parecem ter sido antecipadamente delimitados.

Por outro lado, é de realçar que são muito poucas as situações de omissão, bastantes aquelas em que se usam empréstimos – normalmente associadas a termos culturalmente inexistentes em português – e inúmeros os casos de adaptação, tradução literal e equivalência, o que concorre para se afirmar que, na sua generalidade, o texto traduzido se guia pelo propósito de encontrar correspondências quer para os sentidos dominantes, quer para as particularidades retórico-estilísticas do texto original

4.5 Algumas conclusões

Ao longo desta última secção do trabalho ora apresentado, procurou analisar-se um conjunto de obras seleccionadas a partir do catálogo da editora Campo das Letras e que fossem, de algum modo, representativas das preferências e opções editoriais desta casa editora, mas também que permitissem ajudar a caracterizar o público-alvo de leitores a quem essa editora tentava dirigir-se. A selecção inicial, conforme se disse atrás, esteve sujeita às condicionantes da língua de partida – o inglês – e à diversificação das colecções de proveniência, de maneira a cobrir o maior número possível de eventuais variáveis.

A análise desenvolvida passou, numa primeira fase, pela identificação e localização de cada obra no contexto do sistema da cultura de chegada, tentando perspectivar a respectiva importância e enquadramento nos diversos sistemas – histórico, cultural, literário, etc.. De seguida, procedeu-se a uma comparação das modificações passíveis de verificação entre os textos de partida (TP) e os textos de chegada (TC), identificando as relações entre pares de excertos de TP e TC e tentando descortinar as estratégias adoptadas pelos tradutores, e as possíveis razões para tal.

Deste modo, seguiram-se as orientações de Gideon Toury (1995: 36-9) para um corpus que, apesar de reduzido, permitiu traçar um perfil das estratégias e procedimentos usados pelos tradutores nas obras seleccionadas e avançar para um conjunto de observações genéricas – e, deve admitir-se, com alguns elementos conjecturais – sobre os motivos e justificações para tais opções translatórias.

As traduções em língua portuguesa das obras seleccionadas são apresentadas e aceites como traduções pelo público leitor, tendo os nomes dos tradutores e os títulos originais das obras nas fichas técnicas de cada uma. Daí que a primeira das conclusões a retirar deste curto estudo é que a consciência de uma “encomenda de tradução”, tal como foi caracterizada por Hans Vermeer no âmbito da sua teoria de *skopos* (2000: 221-32), parece subjazer aos procedimentos dos tradutores quando tentaram corresponder àquelas que consideravam ser as expectativas dos leitores prováveis de cada uma das obras, e conforme tais leitores lhes terão sido descritos pela casa editora, nos casos em que tal se tenha verificado. Apesar de tal ser evidente na maioria dos casos analisados – pela tentativa de adequação das linguagens específicas, dos registos e até mesmo dos reforços enfáticos presentes em inúmeras orações para ajudar os previsíveis leitores daquele autor

ou daquele tipo de texto – não se pode dizer que isso seja explícito em comentários paratextuais produzidos por qualquer um dos tradutores analisados nas obras seleccionadas.

Por outro lado, é evidente que as obras que integraram esta lista são obras provenientes de uma língua estrangeira, nomeadamente o inglês, tendo com frequência observações ou críticas (frequentemente elogiosas) de jornais, revistas ou mesmo de autores de língua inglesa nas respectivas contracapas. Note-se que até os resumos de cada uma das obras recorrem ao apelo ao leitor português para que este sinta empatia pela obra em causa, como acontece na contracapa de *Ravan & Eddie*, onde se pode ler:

Um romance com um valor acrescido para o leitor português que nele se poderá cruzar com personagens, factos e lugares de ressonâncias decerto bem familiares.
(Nagarkar: 1995)

Paratextos desta natureza deixam entrever desígnios conscientes e deliberados de integração de uma obra como esta (por via do seu universo de referência) no polissistema literário português. Tal integração é ainda potenciada por estratégias de constituição de uma colecção, ou ainda pela assimilação da obra traduzida a modelos já consagrados na literatura portuguesa.

Entretanto, o pressuposto de que terá havido uma encomenda de tradução não é, em regra, reconhecido pelos tradutores, apenas podendo ser deduzido a partir das estratégias e procedimentos explicativos a que recorrem, com mais ou menos frequência, em todas as obras analisadas. A explicitação, ou clarificação segundo a designação de Antoine Berman (1985/2000: 289-90), é uma estratégia em que o tradutor procura tornar claro aquilo que no original não o era, nem se pretendia que fosse. Muito frequentemente, esta estratégia implica uma expansão (Berman 1985/2000: 290) do texto traduzido, que se torna mais longo do que o texto original.

Além disso, nota-se que muitas vezes essa tentativa de clarificação visa promover uma espécie de enobrecimento (Berman 1985/2000: 290-1) do texto traduzido, pois reforça ou acrescenta ênfase em muitos excertos. Ainda que o grau de influência sobre a totalidade do texto seja maior ou menor, consoante a liberdade que cada tradutor concedeu a si próprio para a aplicação dessa ênfase, e pareça depender até da própria obra – já que nas

obras de ficção é aparentemente mais comum o uso desse recurso – tornou-se notório que era uma estratégia recorrente dos diversos tradutores analisados.

A partir desta noção é também possível concluir que, para os tradutores, a norma inicial de Gideon Toury (1995: 56-9) mais básica e predominante é a que decorre do seu conceito de aceitabilidade (1995: 57). Deste modo, prevalecem no texto traduzido as normas da cultura e da língua de chegada e é comparativamente menor a preocupação com a eventual adequação do texto traduzido às normas da língua e da cultura de partida. Ou seja, para os tradutores é determinante a reacção do leitor na língua e cultura de chegada, pelo que tudo é feito para minorar ou eliminar a estranheza que este possa sentir perante o texto traduzido. Um exemplo claro dessa atitude, visível ao nível das normas operacionais de Toury (1995: 58), mais concretamente das suas normas matriciais (1995: 58-9), é o recurso a notas de tradução que permitem esclarecimentos e ajudam o leitor a compreender os conceitos ou realidades que o tradutor terá considerado desconhecidos para o leitor na língua e cultura de chegada.

E é também ao nível da análise das normas operacionais que se conseguem detectar as regularidades ou irregularidades dos comportamentos translatórios, próprias de cada obra e de cada um dos tradutores envolvidos. Seja nas referidas normas matriciais, com a omissão de termos, a relocalização de excertos, uma segmentação diferente dos excertos, acrescentos, ou mesmo a introdução de notas de tradução, seja nas normas textual-linguísticas de Toury (1995: 59-60), com a selecção do material linguístico indispensável: léxico, frases e características estilísticas. Ora, as modificações detectadas e analisadas – cuja denominação original é *translation shifts*, conforme utilizada por Catford (2000: 141-7) –, e que foram introduzidas pelos tradutores nos textos analisados são, regra geral, uma prova bem evidente dessa habitual tentativa de promoção da aceitabilidade por parte dos tradutores essencialmente para suprir e complementar eventuais faltas de conhecimento dos leitores em cada obra traduzida sobre as referências presentes no original.

Menos evidente e, portanto, também mais difícil de demonstrar é saber até que ponto é que as estratégias editoriais determinam e condicionam, de algum modo, as tendências de execução do trabalho por parte dos tradutores. É, aliás, uma das vertentes menos exploradas por Gideon Toury em *Descriptive Translation Studies and Beyond*, que dedica ao conceito de política de tradução (1995: 58), no âmbito das normas preliminares, um espaço de reflexão muito restrito. Quando este autor se reporta a tal noção, pretende essencialmente conhecer os factores que determinam a selecção de livros a traduzir numa

língua, cultura ou época específica. À dificuldade de obtenção de tais dados não será seguramente estranho o facto de essas directrizes não serem habitualmente dadas a conhecer publicamente e muito menos transparecerem de forma evidente no trabalho dos tradutores.

Contudo, o estudo de caso aqui abordado é exemplar para a definição de um espaço ideológico em que a casa editora Campo das Letras se movimentava, das intenções subjacentes à publicação para os leitores interessados e dedicados a esse mesmo espaço e, por extensão lógica, da influência que tudo isso poderia exercer sobre os tradutores envolvidos. Se bem que seja notório que as escolhas translatórias reflectem mais a própria obra e as opções dos autores do que as eventuais orientações editoriais sugeridas, também não deixa de ser verdade que os temas das obras traduzidas são inevitavelmente paradigmáticos face à referida opção ideológica. E é precisamente aí que poderá então vislumbrar-se um vestígio inelutável da influência da casa editora e da subjugação do tradutor aos (mínimos) ditames editoriais que lhe foram impostos aquando da encomenda da tradução. Mais ainda, quando, em todos os casos analisados, os tradutores terão aparentemente procurado respeitar, com escrupulo e cuidado, as expectativas genericamente definidoras do público-alvo desta casa editora.

Nas obras estudadas verifica-se, pois, que a respectiva escolha terá sido determinada pela importância histórica e conjuntural da temática da obra em causa, momentânea – como em *Cultura e Resistência*, de David Barsamian – ou mais alongada no tempo – como em *Racismo*, de George Fredrickson. Deste modo, a casa editora procura influenciar o “pensamento democrático de esquerda” (<http://www.campo-letras.pt/>), mas não só, projectando-se para lá das fronteiras estritas do campo ideológico em que se movimentam as suas edições e mantendo um ascendente reconhecível sobre o pensamento em geral e num conjunto de áreas intelectualmente exigentes.

Por outro lado, e numa vertente bem diferente, pode até dizer-se que a actualidade momentânea de um tema poderá actuar como chamariz comercial para a sua edição, porque ao tornar esse tema crucial para um conhecimento mais aprofundado da respectiva área poderá, portanto, a casa editora fazer dele um sucesso comercial importante para os seus cofres. Mas a não vinculação de algumas outras obras a uma conjuntura em concreto garantirá um rendimento mais estável e seguro ao longo dos anos.

No que diz respeito às normas habitualmente em vigor entre os tradutores analisados poderá então dizer-se que a estratégia comum tem como objectivo a

aceitabilidade da obra traduzida junto dos leitores na língua de chegada, mantendo, tanto quanto possível, os itens lexicais existentes na língua de partida, muitas vezes até com recurso a empréstimos. Sempre que necessário, os tradutores recorreram também a soluções explicativas, com ou sem notas de tradução, que visaram única e simplesmente eliminar quaisquer dúvidas e potenciar um conhecimento mais aprofundado na cultura de chegada dos referentes presentes na obra.

Como consequência, para os tradutores mantém-se, ainda hoje, bem actual a estratégia de “domesticação”, que, não sendo a preferida de Friedrich Schleiermacher, era, apesar de tudo, aquela que mais adeptos teria entre os “verdadeiros tradutores”, e que este autor tão bem descreveu quando afirmou:

Ou o tradutor deixa o mais possível o leitor em repouso e move o leitor em direcção a ele; ou deixa o leitor o mais possível em repouso e move o escritor em direcção a ele. (2003: 61)

Ou seja, por muito que as agendas culturais e políticas das normas aplicadas pudessem ser consideradas importantes, não deixa de ser notório que a preocupação primordial dos tradutores vai para os leitores e para as suas eventuais dificuldades de compreensão do que lhes é apresentado, aplanando dificuldades e esclarecendo sempre que possível as eventuais estranhezas causadas pelo texto e cultura originais. Esta atitude é comum e reconhecida em outras abordagens e em outros tradutores e é igualmente referenciada em outros estudos (*Cf.* Kamenická 2008: 117-130).

Assim, mais do que nunca, na aparente anulação da sua intervenção, os tradutores estão afinal, e paradoxalmente, a chamar a atenção para uma afirmação de vitalidade e importância do exercício da sua actividade. Num ambiente cultural cada vez mais frágil e numa era em que a padronização linguística e a automatização conquistam cada vez mais terreno, os tradutores afirmam a sua presença como únicos intervenientes capazes de salvaguardarem os leitores de potenciais estranhezas, assumindo-se como intermediários competentes e qualificados, capazes de estabelecerem as indispensáveis pontes entre dois mundos cultural e linguisticamente distintos.

5. Reflexões Finais

Na sequência da perspectiva pessoal inicialmente adoptada para a imersão do autor destas linhas nesta longa investigação procurou avançar-se no sentido da recolha de dados e da posterior produção de um conjunto de ideias caracterizadoras do exercício da actividade dos tradutores que trabalham para as casas editoras portuguesas. Reitera-se a noção de que o período em estudo aqui abordado é o dos últimos trinta e cinco anos, em que ocorreram grandes transformações em Portugal na área editorial, particularmente também por força da data histórica de 25 de Abril de 1974. Este estudo incide particularmente sobre as últimas três décadas, durante as quais surgiram e se desenvolveram diversas editoras portuguesas, cujos métodos e processos de trabalho na sua relação com a tradução são objecto de estudo nesta investigação, em particular a editora portuense Campo das Letras, que é mais profundamente escrutinada.

A forte motivação pessoal do autor desta investigação, e que esteve sempre associada a todo o trabalho, augurava a possibilidade de se conseguir promover uma pequena revolução de mentalidades e conhecimentos no seio das classes de editores e tradutores para edição, com uma interligação mútua mais profícua. A intenção subjacente a este estudo perspectivava a possibilidade de esses profissionais poderem vir a adoptar processos de avaliação oriundos da tradução técnica e, assim, seguirem tais parâmetros como indicadores de boas práticas na tradução e edição de livros.

Acrescente-se ainda que a familiaridade e proximidade do autor deste estudo com os mercados da tradução e da edição permitiam vislumbrar um aprofundamento de tal ordem de todo o trabalho que se julgava vir a ser viável a sua aplicação no exercício da actividade profissional de muitas pessoas envolvidas nesta área. Aliás, a percepção empírica das inúmeras situações em que o autor desta investigação já se vira implicado ao longo dos anos nas funções de coordenador editorial, tradutor e revisor permitia-lhe decifrar não só muitos aspectos positivos, mas também descortinar algumas disfunções nos modelos até então conhecidos e habitualmente usados pelas diversas casas editoras portuguesas para as quais trabalhava.

Todavia, se nem todos os aspectos inicialmente imaginados viriam a ser concretizados, houve muitos outros, alguns até então inexplorados, que seriam

investigados, proporcionando a aquisição de conhecimentos e informações essenciais à compreensão dos fenómenos que rodeiam a edição e a tradução, e contribuem para a sua existência e modelo de funcionamento. Ao longo dos parágrafos que se seguem, retomam-se, portanto, as linhas condutoras desta investigação, agrupando juízos e apreciações finais e procurando sistematizar e sumariar os dados recolhidos, interligando-os com as noções entretanto adquiridas e estudadas.

Como seria de esperar numa viagem pelo conhecimento sobre a tradução e a publicação de livros em Portugal, o ponto de partida para a análise desenvolvida teria de ser, desde logo, a recolha e compilação de um vasto conjunto de dados sobre um dos objectos essenciais a esta investigação: o livro. Tais dados permitiriam traçar um quadro contextual que emoldurasse a actividade dos tradutores e editores, proporcionando um entendimento mais alargado e simultaneamente mais focado, deste sector e dos profissionais que nele operam.

Constituindo-se como um objecto de estudo relativamente recente, o livro tem sido analisado com maior e particular incidência nos últimos trinta anos. Como é evidente, a afirmação precedente não esquece que esta tendência mais incisiva e aprofundada de investigação em torno da “História do Livro” e dos “Estudos do Livro”, foi antecedida, ao longo de muitos anos, pelo estudo material do livro. Ora, este tipo de estudo viria a ser desenvolvido sobretudo em nichos académicos de investigação, por alguns especialistas como os bibliógrafos, os peritos em crítica textual, os estudiosos da tipografia, etc., pelo que se manteve algo restrito, não sendo objecto de grande divulgação e não alcançando, por isso, grande relevância pública.

Contudo, o foco mais recente dedicado a este género de investigação tornou-o no centro de inúmeras atenções e isso é bem evidente na publicação de inúmeras obras e periódicos de toda a ordem, na realização de muitas investigações, colóquios e seminários, e na consequente investigação de cariz académico dedicada a esta disciplina desenvolvida em inúmeras instituições de ensino superior.

Os estudos implementados na área do livro têm incidido frequentemente sobre as suas características interdisciplinares e servem-se de métodos provenientes da Bibliografia, da História Social, da Crítica Literária e da Teoria Cultural para aprofundarem os conhecimentos investigados e adquiridos. É curioso notar que se tem verificado internacionalmente uma ascensão paralela das duas áreas sob investigação neste estudo – Estudos do Livro e Estudos de Tradução – e que lhes permitiu subirem a um patamar de

proeminência disciplinar, no espaço universitário e investigativo, de que antes não desfrutavam.

De entre as tendências definidoras mais especificamente provenientes da área disciplinar dos Estudos do Livro em anos recentes, revelaram-se de especial relevância para esta investigação, pelos dados que poderiam vir a proporcionar:

- noção de grande diferenciação entre as diversas áreas que compõem o sector do livro – a coordenação editorial, a componente gráfica, a distribuição e o subsector retalhista – e a consequente necessidade de adequada interligação entre todas para uma boa produção e promoção do livro;
- A organização das empresas deste sector em associações profissionais e empresariais comuns, e também as dissensões e reunificações operadas em tais organismos ao longo dos anos, com as inevitáveis modificações de orientação daí resultantes e alguns avanços e recuos;
- A diferenciação de actividades de todo o sector, com a forte tensão entre a especialização e a latitude de competências, em que a perspectiva histórica fornecida pelos Estudos do Livro permitiu uma análise mais aprofundada sobre o papel do tradutor nas inúmeras actividades que rodeiam o livro, como por exemplo a necessidade de antigamente apenas traduzir textos ou actualmente ser capaz de também os formatar;
- As ameaças geradas pelos novos média, particularmente numa indústria que tem sido bastante renovada e modificada com a introdução dos meios electrónicos, mas que necessita de fazer face, de forma unificada, às novas realidades dos decrescentes índices de leitura e, sobretudo, do aparecimento de novos suportes mais atraentes para as gerações que se começam a desabituar do uso do livro;
- Os desafios a que o livro tem sido submetido, nesta era de comunicação electrónica global, e o papel dos tradutores, que traduzem para formatos distintos do convencional e para clientes que nunca verão fisicamente, mas também a novel consciência que os tradutores têm de ter sobre a tradicional “encomenda de tradução”.

Daqui resultaram algumas das linhas motrizes essenciais para a investigação desenvolvida e que permitiram traçar desde logo uma descrição do sector do livro em

Portugal, nomeadamente o quadro geral do sector para o âmbito deste estudo. Assim, registou-se que, em 2002, existiam em Portugal pouco mais de cem casas editoras com actividade regular e pouca notoriedade nacional, e sobretudo internacional, devido à sua frágil estrutura empresarial. Concentradas principalmente em Lisboa, o volume de negócios total das editoras portuguesas ascendia a mais de 345 milhões de euros.

Quanto ao número de livros editados em Portugal, registou-se que tem vindo a decrescer anualmente desde 2004, ainda que, entre 2000 e 2007, o número de livros traduzidos tenha aumentado. Estes dados apontaram para um desinvestimento na produção de obras originais em português, porventura motivada pela aglomeração e fusão das principais casas editoras e pela pulverização do mercado que passou a ser constituído por muitas pequenas editoras, cujo volume de produção principal assentava na produção de originais provenientes de uma língua estrangeira, em detrimento da descoberta e lançamento de novos autores em língua portuguesa.

A produção demasiado artesanal, a falta de quadros técnicos qualificados indispensáveis, a progressiva desactualização dos métodos de trabalho neste sector e a dispersão associativa revelaram-se factores cruciais para o desincentivo ao investimento e progresso das inúmeras pequenas casas editoras portuguesas. Por esse motivo, seria natural que surgisse a oportunidade de uma mudança significativa no mercado empresarial deste sector.

Gradualmente, tornou-se evidente que os novos grupos empresariais, de grande dimensão, resultantes dos processos de fusão e concentração, passaram a promover a criação e o desdobramento interno de actividades profissionais, com novos canais de distribuição, novos procedimentos de *marketing* e medidas inovadoras de promoção das vendas a grosso ou por retalho, que pretendem conquistar novos e mais diversificados públicos compradores. Daí também a aceleração, mais acentuada nos últimos anos, da subdivisão interna nas grandes editoras motivada pela especialização das respectivas chancelas e marcas. Paradoxalmente, este processo de evolução também tem sido marcado pelo surgimento pontual e paralelo de pequenas editoras vocacionadas para tipos de texto mais específicos, ou para alguns nichos de mercado, com públicos-alvo extremamente bem definidos.

Em simultâneo, nota-se que o uso das novas tecnologias digitais e dos meios electrónicos de comunicação tem produzido um impacto significativo sobre os canais tradicionais de produção e comercialização do livro impresso, promovendo mudanças profundas e constantes. Uma edição mais rápida, passível de alterações e melhorias quase

até ao último momento, com um número gigantesco de exemplares, ou, pelo contrário, com um número bastante diminuto de cópias, são agora possíveis graças a processos de produção digitais mais avançados e em constante evolução.

Globalmente, nota-se que a importância do objecto material “livro” e a sua disseminação pelos inúmeros campos do saber, tem diminuído. Tal deve-se, conforme se afirmou anteriormente, à gradual ascensão de outros meios de consulta e aquisição de conhecimentos, nomeadamente os meios electrónicos. Talvez por isso o empenho e aprofundamento da investigação na área dos Estudos do Livro tenha vindo a intensificar-se, numa espécie de compensação de interesse pelo objecto “livro”, quase como artefacto histórico.

A divulgação através das novas tecnologias (Internet, telemóvel, correio electrónico, etc.), sob muitas e inovadoras formas, tornou portanto possível chegar a públicos até agora distantes dos livros. Daqui resulta que as obras publicadas podem esgotar rapidamente a sua vida útil, em especial quando não se alcança o retorno desejado pela inevitável pressão das vendas. Mas também podem ser rapidamente substituídas por novas obras, numa renovação constante e que parece inesgotável.

Como seria de esperar, também em função da melhoria dos meios atrás mencionados, a promoção das obras e dos autores tornou-se mais fácil, imediata e globalizada. Contudo, passou a notar-se que as obras de referência, escolares e técnicas, que antes serviam para as editoras como âncoras seguras no que ao retorno comercial dizia respeito, foram substituídas por outros meios de consulta, tecnologicamente mais avançados e, sobretudo, mais do agrado das novas gerações, porque mais interactivos e mais simplificados.

Este processo arrastou consigo o desaparecimento em catálogo de tais obras e, consequentemente, a impossibilidade de constituição de um fundo de manuseio disponível para outros projectos, eventualmente mais arriscados e menos compensadores no imediato. Ou seja, apesar de um número de leitores potencialmente mais elevado, assiste-se a uma uniformização dos tipos de texto, conteúdos e estilos autorais, porque as editoras passaram a apostar quase sempre em valores seguros e reconhecidos pelos nichos de mercado para os quais trabalham ou para a generalidade dos leitores que comprem determinado género de obras.

A simplificação e imediatismo na produção de uma obra tem significado uma redução significativa de custos, o que levou as casas editoras a pagarem remunerações mais baixas aos envolvidos nos processos de produção, nomeadamente autores, designers,

tradutores, revisores, etc. Claro exemplo disso mesmo, e de particular interesse para esta investigação, foi a imposição generalizada aos tradutores de abdicarem dos respectivos direitos como co-autores das obras traduzidas, cedendo integralmente às casas editoras os rendimentos futuros que daí poderiam beneficiar.

Cumulativamente a esta situação, nota-se que os prazos de entrega das traduções se tornaram extremamente reduzidos e os valores pagos por página são cada vez mais incompatíveis com a realização de um trabalho difícil e cada vez mais especializado, comprometendo por vezes o rigor e a qualidade. No entanto, é curioso verificar que a pressão do sector editorial sobre as qualificações e qualidade do trabalho produzido pelos profissionais da tradução aumentou, em linha com a melhoria dos novos meios e conhecimentos que passaram a ter à sua disposição, mas em contraponto com as exigências feitas nas “encomendas de tradução”.

Em paralelo com o surgimento e aprofundamento da área sobre os Estudos do Livro, verificou-se um processo em todo semelhante na área dos Estudos de Tradução. Em particular ao longo do século XX, esta área de trabalho recebeu um forte impulso e assumiu mesmo um lugar próprio e proeminente entre as disciplinas académicas. Daqui resultou um incremento nos trabalhos de investigação e, sobretudo, o alargamento a estudos e contributos provenientes de inúmeras áreas do conhecimento, umas mais próximas do que outras, com contributos significativos e importantes para a evolução e desenvolvimento dos Estudos de Tradução e com evidente relevância directa para uma investigação como a que subjaz ao estudo que aqui se conclui.

Com efeito, a evolução positiva e progressiva da novel disciplina dos Estudos de Tradução implicou a passagem para uma era em que o estudo do fenómeno da tradução deixou de se basear na análise individualizada e na apreciação empírica, eminentemente impressionista, que os seus executores tinham de todas as tarefas envolvidas. Os debates e discussões em torno da tradução, que desde os primeiros tempos se centravam sobretudo na distinção entre tradução *palavra a palavra* e tradução *sentido a sentido*, ou seja, entre tradução literal e tradução livre, passaram a ser encarados quase como simples curiosidades históricas. Foram os casos das opiniões expressas por autores tão diversos nas suas origens, experiências e motivações quanto Cícero, S. Jerónimo, Leonardo Bruni, D. Duarte, Etienne Dolet, Martinho Lutero, John Dryden, ou Alexander Fraser Tytler.

Retrospectivamente, sabemos hoje terem assumido particular importância os contributos trazidos ao discurso sobre a tradução por alguns pensadores de inícios do séc.

XIX. As reflexões, nomeadamente de Friedrich Schleiermacher e outros autores alemães do seu tempo (como Humboldt e o próprio Goethe) configurariam um momento distinto na história do discurso sobre a tradução, com consequências reconhecíveis em várias das linhas de reflexão sobre a tradução no nosso tempo. A percepção, que nalguns dos seus textos se evidencia, da necessidade de delinear estratégias de tradução que prestem atenção à variedade de modalidades discursivas é nalguma medida discernível por detrás de contributos da área da linguística que marcariam o início do último quartel do séc. XX – e que se encontram entre os modelos teóricos capacitadores deste trabalho: neles se incluem as posições “funcionalistas” de Katharina Reiss (tipologia de texto), Hans Vermeer (*Skopostheorie*), Justa Hölz-Mänttari (modelo de acção translatória) e Christiane Nord (encomenda de tradução, análise do texto de partida e hierarquização funcional dos problemas de tradução). De entre estas, a noção de “encomenda de tradução” assumiu especial relevância para esta investigação, pois está intimamente associada ao fenómeno de produção do livro, nomeadamente na estipulação de prazos, na definição e imposição de critérios editoriais, no apoio editorial concedido ao tradutor, ou mesmo na avaliação final da obra traduzida. São, afinal, envolventes económicas e sociais da tradução, patentes no estudo aqui apresentado, e com um impacto determinante sobre a tarefa e modelo de acção dos tradutores. Ao interesse, presente neste estudo, pela “encomenda” e pelas condições de aferição contextual sugeridas pelas referidas teorias “funcionalistas” não foi também alheia a percepção de como contribuíram para um olhar mais incisivo sobre a qualidade do desempenho dos tradutores, por força de uma configuração mais ajustada da sua formação e uma consciência de como a investigação pode encontrar consequências sensíveis no exercício profissional. Além disso, a concretização de um trabalho de tradução passou a integrar no rol de competências e objectivos a cumprir um extenso conjunto de factores centrados nos usos previstos para o texto traduzido e nas características dos potenciais leitores desse mesmo texto.

A perspectiva que informava o modelo dual de Schleiermacher sobre as relações interculturais (que não apenas interlinguísticas) desencadeadas pela tradução encontraria ainda ressonâncias e continuidades várias nos estudos de tradução do nosso tempo – e vários dos contributos teóricos em causa revelaram-se operacionalmente importantes para o estudo desenvolvido ao longo desta investigação. Particularmente decisiva seria a diferenciação que Schleiermacher estabeleceu entre a tarefa do tradutor que se propunha “domesticar” o texto original e, portanto, trazer o autor e a sua obra até ao leitor na língua de chegada, e a daquele que pretendia “estrangeirar” esse mesmo texto, levando o leitor a

fazer um caminho de conhecimento até ao autor e à sua obra na língua estrangeira – estratégia esta face à qual era iniludível a simpatia de Schleiermacher.

Com efeito, e numa linha de descendência directa do modelo de Schleiermacher surgirá o de Lawrence Venuti, sobre domesticação vs. estrangeirização, e a simpatia de Venuti pelo segundo. Além da constatação da predominância dessa atitude domesticadora, Venuti viria a afirmar que esse comportamento acaba por promover ainda mais o carácter “invisível” dos tradutores na cultura contemporânea, sobretudo pela “ilusão de transparência” que os tradutores tentam promover tão afincadamente na obra traduzida – e que é exposto nos casos de estudo das obras traduzidas para a Campo das Letras e analisadas no âmbito desta investigação. Se Venuti afirma que esta atitude dos tradutores parece reproduzir, mais uma vez, a noção da estratégia de “domesticação”, há muito identificada por Friedrich Schleiermacher, também se verificou que as respostas dos editores aos inquéritos associados a esta investigação sustentavam tal pressuposto. Por outro lado, o favor concedido por autores como Lawrence Venuti a estratégias de estrangeirização por serem um modelo de tradução que vai ao encontro do Outro, chama a atenção para o modo como o discurso sobre a tradução assimilou, em anos recentes, preocupações políticas (como as do respeito pela diferença e pluralidade) que marcaram o nosso tempo e que o estudo desenvolvido sobre o catálogo da Campo das Letras também evidenciou.

Adicionalmente, a consideração do modo como a prática da tradução encontra um lugar evolutivo, mas actuante, nas relações que estabelece com outras actividades envolvidas na edição em Portugal beneficiou de alguns dos contributos da teoria do polissistema, e uma das perspectivas mais particularmente determinantes para esta investigação seria a desenvolvida por Itamar Even-Zohar, que propôs uma abordagem orientada para a tradução dos textos literários, realçando a noção de que a literatura se enquadra num sistema social, cultural, literário e histórico, sujeito a alterações dinâmicas, e em que se nota um esforço permanente de diversos formatos literários para alcançarem o lugar mais proeminente no cânone literário. Daí a ideia de que a literatura traduzida não só é um sistema extremamente activo no seio do sistema literário de chegada, sobretudo pelo modo como as obras originais são seleccionadas pela literatura de acolhimento, mas também pelo modo como as normas, comportamentos e políticas de tradução são influenciados por outros co-sistemas. Das relações reciprocamente influentes entre todos estes sistemas resultaria o conceito de polissistema de Itamar Even-Zohar, essencial para a análise das relações entre a literatura traduzida e outros textos publicados, e coexistentes

no catálogo de uma casa editora, como se verificou no caso de estudo sobre a Campo das Letras.

Em paralelo com Itamar Even-Zohar, Gideon Toury seria igualmente relevante para esta investigação, pelo desenvolvimento de um modelo de análise que incorporou exemplos e estudos de caso, e cuja metodologia seria designada *Descriptive Translation Studies* (DTS). Com base neste método, acentuou-se a importância da identificação das normas de conduta dos tradutores perante a tradução em função de duas orientações diferentes: a adequação (sujeição às normas da LP), ou a aceitabilidade (sujeição às normas da LC) – o que parece ter recuperado, de novo, o modelo binário de Friedrich Schleiermacher, de “domesticação” ou “estrangeiração” do texto traduzido.

Para além destas noções, Toury referenciou a aplicação de normas preliminares e operacionais no exercício da tradução e salientou a existência e a prática continuada de duas leis universais no exercício da tradução – a “Lei da Normalização Crescente” e a “Lei da Interferência” – cujas influências parecem ser notórias sobre a actividade dos tradutores actuais e, consequentemente, também no processo de edição posterior. Os estudos de caso de algumas obras traduzidas para português pela casa editora Campo das Letras viriam a demonstrar não só a utilidade prática dos DTS, mas também a aplicabilidade das leis de Toury aos processos de trabalho usados pelos tradutores portugueses ao serviço dessa casa editora, conforme se tornou evidente.

Já as ideias de André Lefevere, que encara a análise das traduções partindo de um escrutínio cultural alargado e contextual sobre os factores que determinam de forma sistemática a recepção, aceitação ou rejeição dos textos traduzidos, nomeadamente os factores ligados a questões como o poder, a ideologia, a instituição e a manipulação, possibilitaram uma “foto de família” ainda mais completa sobre o fenómeno da tradução. Na verdade, o conceito de “refracção” enunciado por Lefevere remete-nos para a consciência de que o texto traduzido é simultaneamente afectado e intervém sobre o contexto de acolhimento, contribuindo para a constituição e desenvolvimento do polissistema literário.

Este alargamento do âmbito dos Estudos de Tradução, que deste modo recebeu o contributo dos Estudos Culturais, permitiu, em primeiro lugar, acolher nesta área da tradução um vasto grupo de académicos, trabalhos e investigações influentes e decisivos. Em segundo lugar, e particularmente para esta investigação, estas ideias evidenciaram-se nas respostas das casas editoras aos questionários, por exemplo quando se registou a selecção e contratação dos tradutores por influência das referências de determinadas

personalidades. Por fim, e ainda no âmbito desta investigação, estas noções de ordem cultural reflectem as percepções sobre o trabalho dos tradutores e são vividamente demonstradas nos estudos de caso desenvolvidos sobre as obras traduzidas pela editora Campo das Letras, com alguns traços evidentes da manipulação e interferência exercidas sobre os tradutores.

Se bem que, para alguns autores, esta abordagem pudesse esconder outros objectivos, eventualmente políticos, porque aparentemente “colonizadores” nas palavras de Jeremy Munday, “The cultural turn might also be described as an attempt by cultural studies to colonize the less established field of translation studies” (2001: 139), a verdade é que a influência do enquadramento sociocultural sobre os tradutores foi e continua a ser determinante para o seu modo global de actuação.

Contudo, se a investigação que aqui se conclui encontrou um apoio produtivo em contributos teóricos que deram aos estudos de tradução a sua presente saliência internacional, foi igualmente informada pela consciência de que há um outro conjunto importante de noções, mais normativas e prescritivas, associadas à prática da tradução profissional e técnica, e que assenta na percepção consolidada de que há traduções melhores e piores. Esta visão é inevitavelmente orientada pela vinculação a expectativas sociais e a actividades económicas concretas.

Por tudo isso, esta outra perspectiva necessita, em absoluto, de um padrão de referência qualitativa e de se reger por normas eficazes, por um sentido do que é “correcto” e do que é “errado”, por entendimentos pouco controversos relativamente ao que é “qualidade”. Este estudo integrou o conhecimento de que, em paralelo com o crescimento e desenvolvimento da área da gestão de qualidade nas áreas industrial ou de serviços, surgiram também análises e estudos académicos internacionais mais rigorosos sobre o conjunto de práticas usadas para a aferição da qualidade na tradução, em especial os que foram amplamente analisados nos subcapítulos 2.6.2, 2.6.3 e 2.6.4.

Na medida em que se notou que eram escassas as investigações sobre a gestão de qualidade na área da tradução para edição em Portugal, o presente estudo procurou descortinar os objectivos mais especificamente ligados a essa questão, com particular incidência nos seguintes aspectos: conhecer as práticas de gestão de qualidade da tradução em vigor nas casas editoras portuguesas; apreciar a interdependência de tais práticas com o contexto, as circunstâncias ou a estratégia de produção da casa editora em que ocorrem; inquirir sobre os conhecimentos que todos os intervenientes no processo de produção para

edição têm, ou não, dos procedimentos aplicados à gestão de qualidade da tradução; e, por fim, saber se porventura esses procedimentos seriam reconhecidos pelos leitores nos livros traduzidos.

Depois de se verificar que não havia sinais de que um volume significativo de tradução para uma cultura receptora pudesse gerar hábitos de maior controlo de qualidade – embora o volume pudesse levar à especialização desse procedimento – notou-se que eram mais os hábitos económicos e de consumo dominantes na cultura de chegada a determinar a definição e a imposição dos referidos padrões de qualidade do que a consolidação de uma prática concreta, como a tradução. Com efeito, a maior parte dos projectos de tradução para edição tem no início do processo uma casa editora, que pretende sustentar desse modo as suas próprias ideologias, ambições de divulgação cultural e motivações mais imediatas de carácter económico e social. Além disso, as casas editoras recorrem a uma avaliação individualizada do trabalho de tradução, usando parâmetros próprios na apreciação e contratação desses profissionais.

Parece claro que as competências de análise e síntese de intervenientes que possam estabelecer pontes entre ambas as áreas – tradução para edição e tradução para fins técnicos – deverão servir para minorar danos no confronto e promover entendimentos bastante úteis. Até porque é um facto que são mais os aspectos que unem a formação, o exercício da actividade e as recompensas associadas à profissão de tradutor para fins técnicos do que aqueles que afastam este género de tradutor de um tradutor para edição, que acaba por estar sujeito a um escrutínio relacionado com os mesmos aspectos.

Na sequência da proposta inicial para esta investigação, pensou-se que o conhecimento apurado das práticas de avaliação da qualidade implementadas pelos contratadores, e conhecidas através da elaboração de um questionário e do tratamento posterior dessas respostas, poderiam consolidar, ou não, estudos académicos desenvolvidos sobre esta matéria. Fundamental para esta investigação foi, desde o princípio, o respectivo enquadramento em função dos contributos de alguns autores essenciais, nomeadamente: Juliane House, que procurou elaborar uma teoria sobre a avaliação de qualidade na tradução catalogando e incluindo no processo de avaliação as perspectivas eminentemente subjectivas e intuitivas, as respostas dos leitores aos estímulos proporcionados pelo texto e, por fim, as abordagens assentes na avaliação do próprio texto; Katharina Reiss, que realçou a importância do estabelecimento de uma comparação entre o texto traduzido e o texto original; e Andrew Chesterman, que acrescentou uma análise detalhada do processo de eliminação de erros por parte do tradutor, com a eliminação de alternativas, a apreciação e

revisão do texto, e o processamento final em função dos objectivos comunicados para a encomenda de tradução recebida.

Na sua generalidade, e tendo em conta as posições dos vários autores, verificou-se, através deste estudo, que o processo de avaliação da qualidade de uma tradução teria necessariamente de ser composto por elementos subjectivos de consideração individual, mas também por elementos objectivos sobre os aspectos seguintes: a lógica da forma e do conteúdo do texto; o objectivo do texto; o contexto do texto produzido relativamente ao público-alvo a que se dirige, à posição deste mesmo público, ao autor, ao momento e local de utilização da tradução, ao período em que o texto será usado, ao tipo de texto, ao meio usado para a sua divulgação, e à situação socio-ideológica em que o mesmo se deverá inserir; por fim, deve ter em conta a norma linguística de chegada, em particular as suas regras e convenções gramaticais, ortográficas, terminológicas, etc.

Na medida em que a sistematização de dados para a avaliação e aferição da qualidade e o desenvolvimento empresarial e industrial de áreas diversas concederam um forte impulso à criação de modelos normalizadores dos parâmetros de apresentação e apreciação dos dados de avaliação da qualidade, também a área da tradução, através da Norma Europeia EN 15038, passou a registar exaustivamente tais elementos, numa perspectiva obviamente mais orientada para projectos de tradução técnica. Todavia, é possível afirmar que alguns desses factores podem ser aplicados à tradução para edição, com ligeiríssimas alterações. Assim, e partindo da utilidade de tais itens, considera-se que são essenciais à avaliação da qualidade do trabalho de tradução pela editora:

1. A existência de um contrato entre tradutor e casa editora, que estipule:
 - Um valor fixo sobre o número final de caracteres/palavras traduzidos;
 - Uma penalização para situações de incumprimento do prazo de entrega;
 - Uma penalização para a entrega da tradução num formato inadequado.
2. A definição dos objectivos concretos para o livro a traduzir, em que seja devidamente esclarecida:
 - A caracterização, tão completa quanto possível, do público-alvo previsto;
 - Os elementos de suporte que, no entender, da casa editora devem ser usados para a realização da tradução;
 - As regras do “Livro de Estilo” da casa editora que devem ser usadas.
3. Uma identificação clara dos erros de tradução detectados durante o processo de revisão no interior da própria casa editora, e que imponha que:

- Um erro detectado durante a revisão deva ser categorizado de acordo com a respectiva gravidade, em função de três níveis:
 - i. Crítico – impede a correcta interpretação, pois altera grandemente o original;
 - ii. Maior – não impede a interpretação correcta, mas deveria ser corrigido;
 - iii. Menor – ligeiro, deve ser corrigido apenas se não provocar atrasos e despesas.
- A acumulação de erros resulte numa forma de penalização previamente definida.

Tendo em conta os elementos anteriores, para a avaliação de um tradutor e do seu trabalho, o presente estudo integrou a percepção da conveniência de utilização de uma grelha de avaliação da obra traduzida que incorporasse os seguintes elementos:

Categoria de Erro		MENOR Nº de Erros	MAIOR Nº de Erros	CRÍTICO Nº de Erros	Total de Erros	Máximo de Erros Permitidos
Erro de interpretação do conceito						
Precisão/Terminologia						
Língua	Gramática					
	Sintaxe					
	Ortografia					
	Pontuação					
Estilo	Registo					
	Função e tipo de texto					
Consistência						
Desrespeito por “Livro de Estilo”						
Total						

Adaptado de LISA Language Quality Assurance Form (2002)

Como consequência da administração do inquérito às casas editoras portuguesas, e face às respostas recebidas (apesar das limitações e vicissitudes atrás reconhecidas), tornou-se possível traçar um panorama actualizado sobre a interacção dos profissionais da tradução com estes empregadores. Deste modo, foi alcançado o objectivo inicial de caracterização do mercado da tradução para edição, identificando itens de convergência e/ou conflito entre ambas as partes e conhecendo melhor a realidade portuguesa do sector. O conjunto de dados recolhidos, a pluralidade de situações registadas – com um leque de

casas editoras suficientemente abrangente e diversificado – a regularidade das respostas recebidas e a confirmação cruzada de diversos dados permitiram uma descrição actualizada do panorama das editoras portuguesas e da sua relação com os tradutores.

Dos respondentes aos Inquéritos – responsáveis editoriais, com cargos de Director Editorial, Editor Principal e Coordenador de Edição nas casas editoras – ficou a saber-se que a sua área geográfica de proveniência se situava nos distritos de Lisboa ou, mais residualmente, Porto, por causa de os serviços centrais das respectivas editoras também se localizarem em tais distritos. Estes responsáveis têm habitualmente idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos, e são principalmente do sexo feminino. Regra geral, possuem habilitações iguais ou superiores a uma Licenciatura, sendo principalmente provenientes da área das Humanidades. Estes dados confirmaram as impressões empíricas e formalizam um perfil individual típico nesta área de actividade.

No que à caracterização das casas editoras portuguesas diz respeito, foi possível constatar que existe uma grande variedade de empresas de pequena dimensão, com um número médio de colaboradores internos nos departamentos editoriais inferior a dez pessoas. Este dado permitiu confirmar também a pequena dimensão do mercado editorial português, ainda mais quando se registou que, em média, as casas editoras portuguesas produzem menos de quarenta títulos por ano.

Do conjunto de obras editadas, verificou-se que, em média, se produzem menos de dez títulos traduzidos a partir de outras línguas, o que revela a diminuta dimensão da actividade da tradução para edição no nosso país. Ainda assim, há algumas excepções, com casas editoras que produzem um número significativo de títulos em língua estrangeira – mais de 151 – por ano. Apesar desta grande disparidade, em Portugal o volume de traduções publicadas era de 29,2%, em 2007, conforme já se referiu anteriormente, correspondendo a valores médios semelhantes a outros países da mesma dimensão.

As casas editoras responderam ainda que a selecção de um tradutor obedece sobretudo ao critério da experiência anterior do candidato, em especial se tiver sido recomendado por intervenientes desta mesma área. Se, por um lado, é importante a formação especializada anterior do candidato, e não necessariamente na área literária, registou-se que o tradutor será ainda mais apreciado se tiver obtido as suas habilitações literárias numa instituição internacional, com especialização nas vertentes técnicas. Ou seja, para as casas editoras um candidato a tradutor não precisa de ter formação literária, mas sim competência técnica especializada ou referências de intervenientes do sector

editorial, e tais referências serão tanto mais importantes quanto a respectiva origem – uma outra casa editora ou um indivíduo credível para o editor.

Estes dados foram ainda confirmados pelas respostas sobre as habilitações profissionais dos candidatos a tradutores para uma casa editora, já que a realização de trabalhos anteriores para casas editoras congéneres, ou a especialização profissional na área da obra a publicar mostraram ser os factores preferenciais de selecção. Contudo, a imposição pela casa editora da obra original ou mesmo pelo autor da obra de que seja determinado tradutor a fazer a tradução podem também ser factores decisivos para a contratação de um tradutor. Conforme se afirmou anteriormente, estas respostas confirmam o grau de influência sugerido por André Lefevere (1992a) por parte de intervenientes que actuam dentro do próprio sistema literário.

Registou-se ainda que na designação de um tradutor para a tradução de determinada obra é relevante para a casa editora que o tradutor demonstre possuir conhecimentos sobre o autor a traduzir, embora seja de salientar que as casas editoras portuguesas afirmaram não fazer uma formação contínua dos tradutores contratados – nesse como noutros aspectos – depositando na maioria das vezes inteira confiança na experiência profissional anterior dos candidatos. Curiosamente, dentro das casas editoras é comum a ideia – mais uma vez registada nas respostas aos inquéritos – de que os tradutores nacionais não conhecem bem a língua de partida, expressam-se mal em língua portuguesa, desconhecem as áreas técnico-literárias de exercício da actividade e não cumprem os contratos e os prazos de entrega, além de demonstrarem falta de ética relativamente a outros colegas.

Estas respostas demonstraram claramente que as casas editoras não confiam na formação anterior dos tradutores, pelo que afirmam ser obrigatório proceder à formação inicial dos tradutores que contratam, quanto mais não seja para que entrem em contacto com a realidade interna de tratamento do livro depois de traduzido. Some-se a isso o facto de muitas casas editoras referenciarem a existência de um “Livro de Estilo” interno a adoptar pelos tradutores, e estranha-se ainda mais a ausência de qualquer formação ministrada pelos editores.

Porém, em resposta à possibilidade de ser feita essa formação, as casas editoras realçam apenas a importância do investimento na formação em revisão de texto e edição, ou seja nas fases finais da publicação de um livro, bastante ulteriores à tradução do mesmo e, portanto, complementares às falhas apontadas. Deste modo, as lacunas formativas parecem ser reconhecidas e, na opinião das casas editoras, deveriam até ser colmatadas, mas se os tradutores não tiverem resolvido tais problemas com recurso ao traquejo

profissional acumulado ao longo do exercício profissional da sua actividade, então a responsabilidade pela resolução de tais carências não cabe às casas editoras.

A indispensável reflexão a que nos devem conduzir estas conclusões sobre a formação sugere que deve ser repensada a ligação empresarial às entidades formadoras de tradutores, nomeadamente universidades e outras instituições de ensino superior. A proximidade e interacção entre as duas vertentes – educativa e profissional – deveria ser mais intensa e capaz de responder às necessidades reais do mercado de trabalho. Mas também deveria permitir que as empresas se apercebessem da necessidade de aproveitarem os ensinamentos académicos que são ministrados aos estudantes. Porque se os processos formativos não correspondem às necessidades do mercado de trabalho então deveriam ser revisitados os princípios base em que assentam e reformuladas as suas intenções finais. Por outro lado, se os conhecimentos adquiridos em contexto académico não forem convenientemente usados nas empresas, poderão perder-se tempos e processos já estudados e experimentados. Dessa interligação essencial deveriam resultar melhores profissionais da tradução, melhores traduções, realizadas em menos tempo, e melhores resultados financeiros para os investimentos feitos pelas casas editoras.

A partir das respostas fornecidas aos inquéritos foi ainda possível concluir que, durante a fase de contratação de um tradutor, é essencial que as condições remuneratórias propostas pelas casas editoras aos candidatos sejam aceites, não sendo considerada relevante a oferta de outras vantagens ao tradutor, como por exemplo regalias de ordem social, descontos na aquisição de livros, ou outros. Porém, o vínculo de trabalho entre tradutor e casa editora, em Portugal, é normalmente estabelecido a tempo parcial e é extremamente precário. Isto porque o contrato de trabalho está ligado apenas e exclusivamente à encomenda e execução do projecto de tradução da obra encomendada.

Habitualmente, um contrato de tradução regula-se por um valor previamente estipulado a ser pago ao tradutor sobre o número final de caracteres/palavras traduzidos, ao longo de um período de tempo fixado pela editora. Registou-se ainda que os prazos de pagamento estipulados em tais contratos se situam habitualmente abaixo dos 45 dias. Todavia, este tipo de condições contraria o estipulado pelo Código de Direito de Autor, na medida em que o tradutor não tem direito a quaisquer rendimentos percentuais posteriores sobre a obra.

Este problema é significativo apenas porque revela o relativo menosprezo a que são votados os tradutores com a aplicação destas condições, na medida em que é desvalorizado

o trabalho de co-autoria que executam, e que está devidamente consagrado no Código de Direito de Autor. Além disso, a desresponsabilização do tradutor, que pode considerar-se inerente a tal atitude, não impede que as casas editoras exijam revisões e correcções sobre o trabalho de tradução e que, como por vezes acontece, penalizem financeiramente o tradutor por atrasos ou erros cometidos. E se há muitos casos em que os tradutores não têm contrato escrito com a casa editora para posterior remuneração ou mesmo para a definição das condições de encomenda, tal acontece porque há uma forte relação de confiança entre o tradutor e a casa editora, que assim entrega nas mãos do tradutor um trabalho que espera venha a ser adequadamente concretizado. Deve realçar-se que, na sua globalidade, estes dados apenas confirmam factualmente as percepções de invisibilidade e, sobretudo, de exploração do tradutor a que alude Lawrence Venuti (1998: 1-2).

A partir dos resultados dos inquéritos, verificou-se ainda que é habitual as casas editoras fornecerem informações diversas aos tradutores que contratam, nomeadamente sobre outras obras do autor a traduzir, ou sobre obras da mesma colecção em que se enquadrará a nova tradução. Isto quer dizer que, por um lado, o tradutor tem de desenvolver as acções individuais que lhe permitam adquirir os conhecimentos necessários à tradução daquele autor em particular, mas também tem um apoio editorial sustentado para os aspectos associados às intenções da colecção – de carácter comercial, ou outro – ou mesmo para eventuais características autorais já detectadas e seguidas em obras anteriores do mesmo autor.

Registou-se ainda que habitualmente os tradutores não são forçados a seguir regras gráficas de formatação ou apresentação do texto traduzido, porque as casas editoras afirmam encarregar-se desse trabalho quando recebem o texto acabado. Isto é particularmente relevante porque está associado aos procedimentos internos de revisão dos textos traduzidos nas casas editoras. Assim, os trabalhos de revisão da editora poupam ao tradutor tais tarefas, com algumas excepções, pois alguns inquiridos afirmaram que esse processo caberia integralmente ao tradutor.

Realçaram-se os exemplos dos processos mencionados imediatamente acima porque, se acrescentados aos aspectos de selecção e contratação de um tradutor, e ao conjunto de pormenores da encomenda de tradução, está-se a enumerar, afinal, todo o procedimento interno de preparação de uma obra numa casa editora para que, no fim, a avaliação de qualidade sobre o trabalho desenvolvido permita a obtenção de bons resultados. No momento em que se procede à revisão da obra traduzida, esse passo quase

final da avaliação, as casas editoras aproximam-se do fecho de um ciclo de avaliação interno, iniciado bem antes com os processos acima referidos.

A propósito da avaliação de qualidade da tradução, muitas casas editoras afirmaram que os resultados da avaliação interna, em particular após o momento da revisão da obra, são posteriormente comunicados ao tradutor, com sugestões de melhoria em que, por vezes, é solicitada a correcção do trabalho pelo próprio tradutor. Contudo, nesta fase há casos em que o tradutor, por contrato, ou devido aos atrasos que poderia motivar, nem sequer é chamado a intervir, pelo que as modificações são da exclusiva responsabilidade da casa editora. Deste modo, a correcção de eventuais erros detectados pode verificar-se sem releitura ou até mesmo assunção do erro por parte do tradutor para os desvios assinalados. Ainda que naturalmente mais moroso, este processo possibilitaria propostas de melhoria do trabalho executado e o desenvolvimento das indispensáveis competências translatórias e profissionais de carácter individual que evitariam erros no futuro.

Por tudo isso, não é fácil de compreender que, perante a possibilidade de voltar a contratar determinado tradutor para fazer uma nova tradução para a mesma casa editora, eventualmente até sobre o mesmo autor, as casas editoras produzam, regra geral, apreciações gerais negativas sobre o trabalho desenvolvido anteriormente por tais tradutores sem que no momento devido lhes tenham chamado a atenção para os erros cometidos. Aliás é até algo contraditório que as casas editoras afirmem atribuir grande importância à contratação do mesmo tradutor para outros trabalhos de tradução e depois tomem esta atitude.

Todavia, se é verdade que o resultado da avaliação global desenvolvida pela casa editora permite, ou não, a renovação da contratação de determinado tradutor, é frequente verificar-se que a indisponibilidade do tradutor – porque mudou de actividade, ou porque está ocupado na execução de uma outra tradução – o impede de executar uma nova tradução de um autor que até já traduziu anteriormente. Mais, poderá ser decisivo para tal impedimento o facto de o tradutor propor prazos ou condições remuneratórias incompatíveis para os objectivos da casa editora.

O que é indubitável é que, a partir do conjunto de dados recolhidos nos Inquéritos administrados às diversas casas editoras, foi possível traçar um quadro geral identificativo de procedimentos e práticas editoriais regulares que visam a melhoria da qualidade das obras traduzidas. Alguns desses processos são recorrentes e generalizados, o que demonstra que também neste sector as boas práticas são facilmente dissemináveis e capazes de contagiar as diversas empresas envolvidas. Seria seguramente mais produtivo

saber até que ponto tais modelos são também comuns, ou não, entre empresas similares, em países com modelos, estruturas e propósitos editoriais semelhantes. Talvez a modularidade e adaptabilidade do Inquérito aqui avançado possam vir a servir tais objectivos nesses outros contextos, possibilitando a análise comparativa posterior dos dados daí resultantes.

No início de todo este projecto de investigação pretendia-se que as condições de operação analisadas numa casa editora portuguesa possibilitassem uma perspectiva bem representativa da realidade editorial contemporânea nacional e que o padrão desse projecto editorial fosse reconhecível também em outras editoras de dimensões semelhantes, como sucede na maioria das empresas deste sector em Portugal. Por esse motivo, a escolha da editora Campo das Letras para esta investigação viria a ser determinada em grande medida pela proximidade geográfica e também de relacionamento interpessoal e profissional do autor da investigação com os responsáveis por esta casa editora. Além disso, a escolha da Campo das Letras permitia conjugar tais factores com um conhecimento profundo dos métodos de trabalho desenvolvidos no seio da editora e analisar as possíveis extrapolações que daí poderiam surgir para entender fenómenos mais alargados eventualmente presentes nas práticas regulares de outras casas editoras.

O surgimento da editora Campo das Letras, em 1994, coincidiu com o período de estabilidade política generalizada e de gradual desenvolvimento económico da década de 1990, em que os níveis de igualdade de géneros, de maior integração das mulheres na população activa, de educação e crescimento das remunerações também aumentaram significativamente. Desde o início, a Campo das Letras assumiu-se como uma editora independente que tentava divulgar temas, obras e autores menos reconhecidos pela lógica comercial do mercado e, portanto, menos divulgados, e afirmou pretender intervir activamente no campo do “pensamento democrático de esquerda”, adoptando, portanto, uma posição política consentânea com a visão dos seus responsáveis.

Face às respostas fornecidas pela casa editora ao inquérito administrado no âmbito desta investigação, foi possível determinar que a Campo das Letras correspondia ao perfil tipo de muitas casas editoras portuguesas, ao nível do número de colaboradores, ou do recurso ao fornecimento externo de serviços de tradução, *design* e fotocomposição.

Da consulta ao respectivo catálogo foi possível determinar que, ao longo de cerca de 15 anos de actividade, a Campo das Letras publicou mais de 1400 títulos e criou 74 colecções, com livros de 652 autores portugueses – dos quais 49 publicaram nesta editora a

obra de estreia – e 355 autores estrangeiros. Desses, 237 títulos integraram-se na área da literatura, 165 na poesia, 104 na actualidade política e social, e 358 foram livros infanto-juvenis. Os dados recebidos corroboraram ainda que a editora seguia o modelo editorial habitual em Portugal, com uma forte publicação de originais em língua portuguesa, ainda que também importasse um grande conjunto de títulos originais em língua estrangeira.

A aposta mais forte da Campo das Letras desenvolveu-se no sentido da formação de novos públicos através de novos autores, sobretudo de língua portuguesa, numa orientação que terá sido essencialmente motivada pela tentativa de recuperação do espírito de intervenção pós-25 de Abril de 1974, que começava a esbater-se em Portugal, e pela prossecução de um rumo marcadamente político e ideológico. Essa intenção formativa do gosto literário notou-se também numa produção editorial orientada para os mais jovens, nomeadamente através da publicação de obras que viriam a ser incluídas no Plano Nacional de Leitura e que cativaram tais públicos desde muito cedo.

Deste modo, e de algum modo confirmando as perspectivas de André Lefevere (1992a) sobre a intervenção das casas editoras como promotoras de um esforço de divulgação interessado e empenhado em determinadas áreas – e não só na área da tradução das obras estrangeiras –, registou-se que a Campo das Letras e os seus responsáveis editoriais procuraram promover o preenchimento de um vácuo de ideias na área da intervenção política que defendiam, ao mesmo tempo que angariavam leitores, e claro compradores, formados por tais ideais. Além de Lefevere, também Itamar Even-Zohar e Gideon Toury salientaram a influência decisiva sobre o processo de tradução do contexto cultural em que ocorrem os processos de transferência e equivalência, não sendo possível analisar isoladamente nenhum factor.

Ainda segundo estes autores, o impacto das traduções literárias teria de ser avaliado, em particular, pelas mudanças provocadas sobre o sistema de chegada e tomando em consideração as representações da cultura de partida no sistema de chegada. Ora, no catálogo da Campo das Letras, é possível constatar que esta casa editora impulsionou activamente a renovação e diversificação de componentes do polissistema literário em Portugal, agrupando ideias em torno de discursos e temáticas diferenciados, mas também em redor de motivações de cariz político, ideológico, económico e social.

Entre 1995 e 2009, a editora promoveu a tradução para português de 429 obras oriundas de diversas línguas estrangeiras, rodeando os novos autores portugueses que editava e promovia com um vasto leque de autores estrangeiros congéneres, ou pelo menos de origens e intenções literárias similares. Assinale-se que tal concretização é consentânea

com a capacidade de influência e pressão exercida pelos profissionais instalados no seio do próprio sistema literário – referenciada por André Lefevere (1992b: 15-25) –, nomeadamente, neste caso, os próprios autores editados pela Campo das Letras e respectivos críticos, instituições e personalidades associados.

Para a concretização desses trabalhos de tradução, a Campo das Letras contratou 147 tradutores diferentes ao longo dos anos em que exerceu a sua actividade editorial, para traduzirem títulos publicados essencialmente a partir da língua francesa, mas também com origem nas línguas inglesa, espanhola e italiana. A predominância de obras oriundas do francês e do espanhol terá resultado claramente da opção ideológica seguida pela casa editora, mas também devido às fortes influências literárias que esses autores exerciam sobre os autores portugueses editados na Campo das Letras.

No âmbito dos inquéritos, a Campo das Letras afirmou que era importante a aceitação por parte dos tradutores das condições contratuais propostas, só depois valorizando as habilitações e a experiência profissionais dos candidatos. Deste modo, parece ter feito depender mais dos factores económicos do que dos factores qualitativos o recrutamento dos tradutores. Contudo, em muitos casos, os tradutores contratados nem sequer assinaram contratos de tradução devido à forte relação de confiança que mantinham com a casa editora, o que revelava a forte cumplicidade literária entre ambas as partes. Mais, esta atitude evidencia que os autores traduzidos deveriam receber um tratamento translatório mais adequado e qualificado na transposição das suas ideias e marcas criativas e literárias, reforçando ainda mais as noções já referidas de André Lefevere (1992a) sobre capacidade de influência de elementos provenientes do interior do próprio sistema literário.

De maneira a desenvolver uma apreciação adequada das marcas e processos de tradução usados pela casa editora e respectivos tradutores, e para aferição das eventuais influências, procedeu-se à selecção de um curto conjunto de obras publicadas pela Campo das Letras, à qual se seguiu uma análise comparativa entre as obras originais e a respectiva tradução em português. Através desta investigação comparativa, pretendia-se tornar evidentes as estratégias de tradução predominantes e avaliar qual seria a dimensão mais importante para os tradutores na execução do seu trabalho.

Em primeiro lugar, registou-se que os tradutores deveriam conhecer bem os itens de uma “encomenda de tradução”, tal como foi enunciada nas suas diversas componentes por Reiss, Vermeer e Nord. De facto, se nos comportamentos translatórios adoptados não é visível, por exemplo, a noção dos prazos de entrega, é evidente que a contemporaneidade

dos temas tratados e a apresentação de obras sempre actuais por parte desta casa editora implicou seguramente um respeito escrupuloso pelo factor temporal, pois as obras surgiram sempre nos momentos mais adequados à abordagem feita na sociedade portuguesa dos temas em causa.

Mas é sobretudo através das explicações fornecidas aos leitores, com acrescentos variados às obras e também com algumas omissões de elementos estranhos que essa noção de “encomenda de tradução” está mais presente nas traduções da Campo das Letras. Com efeito, as explanações dos tradutores, incorporadas no próprio texto ou objecto de notas finais ou de rodapé, evidenciam as pretensões em estabelecer pontes para que os potenciais leitores compreendessem algo que no original não era tão claro. As modificações introduzidas pelos tradutores nos textos traduzidos, com a introdução ou até mesmo a omissão de referências, visaram complementar ou ocultar aquilo que para os tradutores eram faltas de conhecimento dos leitores da obra traduzida relativamente às referências do original e, portanto, reflectem uma noção clara de quem seriam os potenciais leitores tal como descritos pela casa editora no momento em que a obra a traduzir fora entregue ao tradutor.

Em segundo lugar, e de certo modo complementando a atitude anterior, verificou-se que os tradutores analisados, regra geral, procuraram implementar atitudes translatórias orientadas pelas normas existentes na cultura e na língua de chegada, ou seja, promotoras da aceitabilidade do texto junto dos leitores na língua de chegada, numa perspectiva de domesticação do texto traduzido. Seria de crer que as opções de tradução resultassem mais frequentemente da obra original e das escolhas do próprio autor no original, reflectindo essas mesmas ideias e formulações. Mas a verdade é que, regra geral, os tradutores não tentaram proceder a uma adequação da obra original, não se deixaram subjugar pelo texto original e respectivas normas da língua e cultura de partida. Mais uma vez, julga-se que este comportamento e prática reflectem fundamentalmente a necessidade de tradutores e casas editoras promoverem um reconhecimento imediatista dos elementos da obra original junto dos leitores na língua de chegada. Mas também não são de menosprezar as necessidades comerciais evidentes para a casa editora, que implicam uma adaptação a formatos convencionados e reconhecidos na cultura de chegada. Por fim, é de recordar que tais modelos de actuação são comuns ao processo translatório profissional, em que o tradutor se vê forçado a cumprir e aplicar medidas pragmáticas de integração das obras traduzidas no conjunto mais vasto do catálogo da casa editora, respeitando modelos preexistentes.

Um outro sintoma evidente de práticas que promovem a aceitabilidade é o facto de as obras integrantes desta curta lista seleccionada e analisada apresentarem frequentemente observações ou críticas elogiosas de jornais, revistas ou mesmo de outros autores nas suas contracapas. Este género de paratexto pretende afirmar claramente a inserção de tal obra no polissistema literário português, ainda mais quando é reforçado pela inserção da obra em colecções pré-existentes ou ainda quando assimila modelos literários habituais da literatura portuguesa. Ou seja, e mais uma vez, reiteram-se nestas práticas translatórias as noções de Even-Zohar (1978/2000) sobre a importação de modelos e de Lefevere (1992a) sobre os factores que controlam o sistema literário.

O estudo desenvolvido em torno do curto acervo de obras publicadas pela Campo das Letras permitiu ainda realçar que o espaço ideológico de intervenção dessa casa editora era claramente mais marcado do que se verificava com muitas outras editoras portuguesas. Com a excepção clara das casas editoras marcadamente ligadas a partidos políticos, a Campo das Letras talvez tenha sido a casa editora em que isso se tornou mais evidente. Daí que, obviamente, os seus leitores tenham sido influenciados pelas escolhas editoriais. De igual modo, por inerência do papel desempenhado, é de supor que os tradutores também possam ter sido fortemente envolvidos nesse processo, promovendo os ideais veiculados e a sua aceitação através da tradução.

Se a responsabilidade pelas ideias e marcas literárias perante o público leitor parece estar nas mãos dos autores e editores da obra original, esta investigação tentou demonstrar que tal pressuposto não é inteiramente verdadeiro, em especial quando a obra é transposta para uma outra língua. Se em finais do século XIX era realmente em torno do escritor que tudo girava, a verdade é que a partir do momento de selecção da obra e decisão da sua edição numa qualquer língua de chegada, frequentemente da responsabilidade de uma casa editora nacional, passando pelos momentos de escolha e introdução das palavras nessa edição final, da responsabilidade de tradutores, revisores e coordenadores editoriais, são hoje em dia outros os intervenientes que ditam as regras do jogo. É possível que não venha a tardar muito até que também estes se vejam irremediavelmente atirados para um plano relativamente secundário, subjugados por um entendimento tantas vezes redutor do que serão as expectativas dos leitores e as suas exigências. Ou que assim seja já neste momento. Pois é isso mesmo a que assistimos quando os processos de tradução se mostram eminentemente domesticadores e virados para os esclarecimentos a prestar ao leitor.

Os cerca de trinta anos de actividade editorial observados, a análise exaustiva de procedimentos teórico-práticos associados ao fenómeno da tradução, a incidência particular nas respostas dos editores ao inquérito administrado e os casos de estudo a que esta investigação se dedicou, convergem agora para um momento final. “A matriz de apostolado na edição, como fulguração doutrinária de militância e opção ética e estética” (Medeiros 2010: 286) revelou-se um conceito inescapável e perene ao longo de todo este processo de estudo sobre a edição e a tradução. Se para algumas casas editoras é uma ideia mais escondida, para outras – conforme se viu na editora analisada neste estudo – é uma opção clara e publicamente anunciada. O papel dinâmico das casas editoras, no pequeno e familiar mundo da edição portuguesa – em que poucos agentes bem conhecidos entre si cultivam relações de amizade e influência mútua, e em que é notória a reduzida expressão do mercado para consumo interno – é essencial, arredadas que estão de qualquer intervenção, algumas, muito raras, iniciativas individuais dos tradutores.

Da análise ao desempenho e papel dos tradutores confirma-se a sensação de invisibilidade observada por Lawrence Venuti para a realidade anglo-americana. Tantas vezes ignorados ou criticados, as avaliações que sobre eles recaem, quando são efectivamente realizadas, não se mostram fiáveis. Assentam normalmente em impressões vagas e em critérios principalmente orientados para os leitores-alvo previstos. Nessas situações, são valorizados em particular factores como a fluência de leitura do texto traduzido, o respeito pelas normas linguísticas da língua de chegada e, por vezes, são até desenvolvidas apreciações mais consistentes sobre a equivalência alcançada entre a obra traduzida e a obra original.

Tendo em conta que as prioridades de casas editoras, revisores e tradutores não são necessariamente as mesmas, julga-se que poderia ser extremamente útil um procedimento de avaliação da tradução literária mais objectivo e que incorporasse elementos provenientes da área da tradução técnica, tal como foi exposto nesta investigação. Afinal, a posição de charneira dos tradutores, entre os que encomendam uma tradução e os que a lêem, e a sua rede de interacções deveriam permitir uma maior exposição do seu trabalho e, em particular, deveriam implicar uma melhor retribuição e um maior reconhecimento público para a capacidade de intervenção e para a relevância da profissão de tradutor.

BIBLIOGRAFIA

Geral

Analizada

Internet

Bibliografia geral

A

Almeida, João Ferreira de (2000). “Sociedade e Valores”. *Portugal Contemporâneo*. (Coord.) Pinto, António Costa. Madrid: Sequitur. 160-179.

Almeida, João Ferreira & José Madureira Pinto (1981). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Alvarez Román & M. Carmen-África Vidal (Eds.) (1996). *Translation, Power, Subversion*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd.

Anselmo, Artur (1997). *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores.

_____ (2002). *Livros e Mentalidades*. Lisboa: Guimarães Editores.

B

Baganha, Maria Ioannis B. (2000). “A Emigração Portuguesa no Pós II Guerra Mundial” *Portugal Contemporâneo*. (Coord.) Pinto, António Costa. Madrid: Sequitur. 213-231.

Baker, Mona (1992). *In Other Words: A Coursebook on Translation*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

_____ (1998). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Barnard, John & D. F. Mackenzie (Eds.) (2002) *The Cambridge History of the Book in Britain. Vol. IV (1557-1695)*. Cambridge: Cambridge University Press.

Barros, Manuel José Boavida de Oliveira (1994). *Tradução e Direitos de Autor – Estudo*. Porto: Edição de autor.

Bassnett, Susan (2003). *Estudos de Tradução*. Tradução de Vivina Campos Figueiredo. Revisão de Ana Maria Chaves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Berman, Antoine (1985/2000). “Translation and the trials of the foreign”. *The Translation Studies Reader*. (Ed.) Venuti, Lawrence. Tradução de L. Venuti. Londres e Nova Iorque: Routledge. 284-297.

Brunette, Louise (2000). “Towards a Terminology for Translation Quality Assessment”. *The Translator: Evaluation and Translation*. (Ed.) Maier, Carol. Vol. 6. Nr. 2. Manchester: St. Jerome Publishing. 169-182.

Bühler, K. (1934/1978). *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Estugarda: Gustav Fischer.

C

- Catford, J. C. (1965). *A Linguistic Theory of Translation*, Oxford: Oxford University Press.
- _____ (1965/2000). "Translation Shifts". *The Translation Studies Reader*. (Ed.) Venuti, Lawrence. Londres e Nova Iorque: Routledge. 141-7.
- Cavallo, Guglielmo & Roger Chartier (1995). *Histoire de la Lecture dans le Monde Occidental*. Paris: Éditions du Seuil.
- CEN (2006). *European Standard EN 15038: Translation Services – Service Requirements*. Bruxelas: CEN.
- Chartier, Roger (1995). *Histoires de la Lecture: Um Bilan des Recherches*. Paris: IMEC Éditions.
- _____ (1997). *A Ordem dos Livros*. Tradução de Leonor Graça. Lisboa: Vega.
- Chesterman, Andrew (1997). *Memes of Translation: The Spread of Ideas in Translation Theory*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins.
- Chomsky, Noam (1994). *O Conhecimento da Língua*. Tradução de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cintra, Lindley & Celso Cunha (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- Correia, Fernando (1997). *Os Jornalistas e as Notícias*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Costa, J. Almeida & A. Sampaio e Melo. 2010. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Cronin, Michael (2003). *Translation and Globalization*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

D

- Darnton, Robert (2009). *The Case for Books. Past, Present and Future*. Nova Iorque: Public Affairs.
- DBK (Febrero 2007). *Principales Conclusiones. Industria Editorial*. (5ª Edición) Madrid: DBK S.A..
- Dias, Maria Isabel Correia (1994). *O Inquérito por Questionário: Problemas teóricos e metodológicos gerais*. Porto: Relatório apresentado à Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- DIN (1998). *DIN 2345 – Translation Contracts*. Berlim: DIN – Deutsches Institut für Normung.

Dollerup, Cay & Anne Loddegaard (Eds.) (1992). *Teaching Translation and Interpreting*. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.

Duarte, D. (1983). *Leal Conselheiro*. Actualização ortográfica, introdução e notas de João Morais Barbosa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

E

Eagleton, Terry (1976). *Criticism and Ideology*. Londres: Verso.

Even-Zohar, Itamar (1978/2000). "The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem", *Polysystem Studies*, [= *Poetics Today* 11: 1], 45-51. Durham: Duke University Press. Reedição *The Translation Studies Reader*. (Ed.) Venuti, Lawrence. Londres e Nova Iorque: Routledge. 192-7.

_____ (1990a). "Polysystem Theory," *Polysystem Studies*, [= *Poetics Today* 11:1], 1990. Durham: Duke University Press. 9-26.

_____ (1990b). "Laws of Literary Interference." *Polysystem Studies*, [= *Poetics Today* 11:1]. Durham: Duke University Press. 53-72.

F

Fawcett, P. (1997). *Translation and Language: Linguistic Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome Publishing.

Ferreira, Ana Maria Monteiro (2002). *Desigualdades de Género no Actual Sistema Educativo Português: Sua Influência no Mercado de Emprego*. Coimbra: Quarteto Editora.

Ferreira, Paulo & Nuno Seabra Lopes (2010). "O Estado, os Livros e até o P.I.B. ou como Apoiar uma Indústria Cultural em Crescimento". *Ler*. Nº 89. Lisboa: Fundação Círculo de Leitores. 14.

Ferreira, Virgínia (2000). "Sexualizando Portugal: Mudança Social, Políticas Estatais e Mobilização Social das Mulheres". *Portugal Contemporâneo*. (Coord.) Pinto, António Costa. Madrid: Sequitur. 180-212.

Furtado, José Afonso (1995). *O Que É o Livro*. Lisboa: Difusão Cultural.

_____ (2000). *Os Livros e as Leituras: Novas Ecologias da Informação*. Lisboa: Livros e Leituras.

_____ (2006). *O Papel e o Pixel. Do Impresso ao Digital: Continuidades e Transformações*. Florianópolis: Escritório do Livro.

_____ (2009). *A Edição de Livros e a Gestão Estratégica*. Lisboa: Booktailors.

G

Gentzler, Edwin (1993). *Contemporary Translation Theories*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Ghiglione, Rodolphe & Benjamin Matalon (1992). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Tradução de Conceição Lemos Pires. Revisão Técnica de Ana de Saint-Maurice. Oeiras: Celta Editora.

Gomes, Rui Telmo *et al.* (2005). *Um Mercado de Trabalho Feminizado: Oportunidades e Constrangimentos na Edição de Livros em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. (Disponível em: <http://www.oac.pt>)

Gouadec, Daniel (2002). *Profession: Traducteur*. Paris: La Maison du Dictionnaire.

Guedes, Fernando (1987). *O Livro e a Leitura em Portugal: Subsídios para a sua História. Séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Editorial Verbo.

_____ (1993). *Os Livreiros em Portugal: E as Suas Associações desde o Século XV até aos Nossos Dias*. Lisboa: Editorial Verbo.

_____ (2001). *O Livro como Tema: História, Cultura, Indústria*. Lisboa: Editorial Verbo.

Guerreiro, António (2011). “O Livro Digital e o Demónio da Analogia” in *Atual*, pp. 30-2, revista do Jornal *Expresso*, Nº 1998. 12 de Fevereiro. Lisboa: Expresso.

Gutt, Ernst-August (1991). *Translation and Relevance*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell.

H

Halliday, M. A. K. (1974). *As Ciências Linguísticas e o Ensino das Línguas*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.

_____ (1978a). *Language as Social Semiotic*. Londres: Edward Arnold.

_____ (1978b). *Cohesion in English*. Londres: Longman.

_____ (1991). *An Introduction to Functional Grammar*. Londres, Melbourne e Auckland: Edward Arnold.

Halliday, M. A. K. *et al.* (1964). *The Linguistic Sciences and Language Teaching*. Londres: Longman.

Hansen, Gyde *et al.* (Eds.) (2004). *Claims, Changes and Challenges in Translation Studies*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins.

Hatim, Basil & Ian Mason (1990). *Discourse and the Translator*, Londres: Longman.

_____ (1997). *The Translator as Communicator*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

Hatim, Basil & Jeremy Munday (2004). *Translation: An Advanced Resource Book*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Hermans, Theo (1999). *Translation in Systems: Descriptive and System-oriented Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome Publishing.

Hinks, John & Catherine Armstrong (Eds.) (2006). *Worlds of Print. Diversity in the Book Trade*. New Castle: Oak Knoll Press & The British Library.

Holmes, James S. (1972/2000). "The Name and Nature of Translation Studies". *The Translation Studies Reader*. (Ed.) Venuti, Lawrence. Londres e Nova Iorque: Routledge. 172-185.

Honderich, Ted (Ed.) (1995). *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press.

House, Juliane (1997). *Translation Quality Assessment: A Model Revisited*. Tübingen: Niemeyer.

_____ (1998). "Quality of Translation". *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. (Ed.) Baker, Mona. Londres e Nova Iorque: Routledge. 197-200.

I

Houaiss, Instituto António. 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

ISO (1994). *ISO 9002. Quality Systems – Model for Quality Assurance in Production, Installation and Servicing*. Genebra: International Organization for Standardization.

J

Jakobson, R. (1970). *Linguística e Comunicação*. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix.

_____ (1963). *Essais de Linguistique Générale*. Traduit de l'anglais et préfacé par Nicolas Ruwet. Paris: Les Éditions de Minuit.

Jerónimo, S. (1995). *Carta a Pamáquio sobre os Problemas da Tradução*. Tradução e notas de Aires A. Nascimento, Lisboa: Edições Cosmos.

K

Kamenická, Renata (2008). "Explicitation Profile and translator Style". Pym, Anthony & Alexander Perekrestenko (Eds.). *Translation Research Projects 1*. Barcelona: Intercultural Studies Group/Universitat Rovira e Virgili.

L

Lains, Pedro & Álvaro Ferreira da Silva (Orgs.) (2005). *História Económica de Portugal 1770-2000*. Vol. III, “O Século XX”. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Lauscher, Susanne (2000). “Translation Quality Assessment”. Carol Maier (Ed.). *The Translator: Evaluation and Translation*. Vol. 6. Nr. 2. Manchester: St. Jerome Publishing. 149-168.

Lefevere, André (1982/2000). “Mother courage’s cucumbers: Text, system and refraction in a theory of literature. *Modern Language Studies*, v. 12, 1982. 3-20. Reedição *The Translation Studies Reader*. (Ed.) Venuti, Lawrence. Londres e Nova Iorque: Routledge. 233-49.

_____ (1992a). *Translation/History/Culture: A Sourcebook*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

_____ (1992b). *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Leuven-Zwart, K. van (1989). “Translation and Original: Similarities and Dissimilarities, I”, *Target* 1.2. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins. 151-81.

_____ (1990). “Translation and Original: Similarities and Dissimilarities, II”, *Target* 2.1. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins. 69-95.

Lima, Marinús Pires (1981). *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*. Lisboa: Editorial Presença.

Loff, Manuel & Maria da Conceição Meireles Pereira (Coord.) (2006). *Portugal 30 anos de Democracia (1974-2004)*. Porto: Editora da UP.

M

Magalhães, Francisco José (1996). *Da Tradução Profissional em Portugal*. Lisboa: Colibri.

Maia, Belinda *et al.* (Eds.) (2002). *Training the Language Services Provider for the New Millenium*. Porto: FLUP.

Maier, Carol (Ed.) (2000). *The Translator: Evaluation and Translation*. Vol. 6. Nr. 2. Manchester: St. Jerome Publishing.

Matthews, Nicole (2006). “Collins and the Commonwealth: Publisher’s Publicity and the Twentieth-Century Circulation of Popular Fiction Titles”. *Worlds of Print. Diversity in the Book Trade*. Hinks, John & Catherine Armstrong (Eds.) New Castle: Oak Knoll Press & The British Library.

Mattoso, José (Coord.) (1993). *História de Portugal. Sétimo Volume*. Lisboa: Círculo de Leitores.

_____ (1993). *História de Portugal. Oitavo Volume*. Lisboa: Círculo de Leitores.

McAlester, Gerard (1992). "Teaching Translation into a Foreign Language". *Teaching Translation and Interpreting*. Dollerup, Cay & Anne Loddegaard (Eds.) Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. 291-298.

McArthur, Tom (Ed.) (1992). *The Oxford Companion to the English Language*. Oxford/Nova Iorque: Oxford University Press.

McKenzie, D.F. (1991) *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie.

McMurtrie, Douglas C. (1982). *O Livro*. Tradução de Maria Luísa Saavedra Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Medeiros, Nuno (2010). *Edição e Editores: O Mundo do Livro em Portugal, 1940-1070*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Milton, John (2001). "Translating Classic Fiction for Mass Markets: The Brazilian Clube do Livro" in *The Translator*. Vol. 7. Manchester: St. Jerome Publishing. 43-69.

Monteiro, Nuno G. & António Costa Pinto (2000). "Mitos Culturais e Identidade Nacional Portuguesa". *Portugal Contemporâneo*. (Coord.) Pinto, António Costa. Madrid: Sequitur. 232-245.

Mossop, Brian (2001). *Revising and Editing for Translators*. Manchester, UK, & Northampton, MA: St. Jerome Publishing.

Munday, Jeremy (2001). *Introducing Translation Studies*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

N

Neves, José Soares, et. al. (2008). *Inquérito ao Sector do Livro*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. (Disponível em: <http://www.oac.pt>)

Newmark, Peter (1981). *Approaches to Translation*. Oxford: Pergamon.

Nida, Eugene A. (1964/2000). "Principles of Correspondence". *The Translation Studies Reader*. (Ed.) Venuti, Lawrence. Londres e Nova Iorque: Routledge. 126-140.

_____ (1996). *The Sociolinguistics of Interlingual Communication*. Bruxelas: Les Éditions du Hazard.

Nida, Eugene A. & Charles R. Taber (1982). *The Theory and Practice of Translation*. Leiden: E. J. Brill.

Nord, Christiane (1997). *Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome.

P

Pinho, Jorge (2002). “Avaliações da Qualidade na Tradução”. *Training the Language Services Provider for the New Millenium*. (Eds.) Maia, Belinda et al. Porto: FLUP. 427-438.

_____ (2006). *O Escritor Invisível. A Tradução tal como É Vista pelos Tradutores Portugueses*. Matosinhos: Quidnovi.

Pinto, José Madureira & Virgílio Borges Pereira (2006). “Trinta Anos de Democracia: Mudanças Sociais e Inconsistência Institucional”. *Portugal 30 anos de Democracia (1974-2004)*. (Coord.) Loff, Manuel & Maria da Conceição Meireles Pereira. Porto: Editora da UP. 133-152.

Pinto, António Costa (Coord.) 2000. *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur.

Pym, Anthony et al. (Eds.) (2006). *Sociocultural Aspects of Translation and Interpreting*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins.

Pym, Anthony & Alexander Perkrestrenko (Eds.) (2008). *Translation Research Projects 1*. Barcelona: Intercultural Studies Group/Universitat Rovira e Virgili.

Pym, Anthony & Alexander Perekrestrenko (Eds.) (2009). *Translation Research Projects 2*. Barcelona: Intercultural Studies Group/Universitat Rovira e Virgili.

R

Reiss, Katharina (1971). *Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik*. Munique: Max Hueber.

_____ (2000). *Translation Criticism – Potentials and Limitations*. Manchester: St. Jerome Publishing.

Robinson, Douglas (1997). *Becoming a Translator*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

_____ (Ed.) (1997a). *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche*. Manchester: St Jerome.

Rosa, Alexandra Assis (2006). “Does Translation Have a Say in the History of Our Contemporary Linguacultures? Some Figures on Translation in Portugal”. *História da(s) Língua(s)*. POLIFONIA, Nº 9. Lisboa: Edições Colibri. 77-93.

S

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (Coord.) *et al.* (2007). *A Leitura em Portugal*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Saussure, F. de (1983). *Course in General Linguistics*. (Ed.), Bally, C. *et al.* Tradução e notas de R. Harris. Londres: Duckworth.

Shuttleworth, M. & M. Cowie (1997). *Dictionary of Translation Studies*. Manchester: St. Jerome.

Snell-Hornby, Mary (1995). *Translation Studies: An Integrated Approach*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins.

Snell-Hornby, Mary *et al.* (1992). *Translation Studies: An Interdiscipline*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins.

Steiner, George (2002). *Depois de Babel: Aspectos da Linguagem e da Tradução*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'Água.

Schleiermacher, Friedrich (2003). *Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir*. Apresentação, tradução, notas e posfácio de José M. Miranda Justo. Porto: Elementos Sudoeste.

T

Toury, Gideon (1995). *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins.

_____ (2004). "Probabilistic explanations in Translation Studies: Universals – or a challenge to the very concept?". *Claims, Changes and Challenges in Translation Studies*. (Eds.) Hansen, Gyde *et al.* Amesterdão e Filadélfia: John Benjamins. 15–25.

Tymoczko, Maria & Edwin Gentzler (Eds.) (2002). *Translation and Power*. Massachusetts: University of Massachusetts Press.

V

Vanderschelden, Isabelle (2000). "Quality Assessment and Literary Translation in France". *The Translator: Evaluation and Translation*. (Ed.) Maier, Carol. Vol. 6. Nr. 2. Manchester: St. Jerome Publishing. 271-293.

Venuti, Lawrence (1995). *The Translator's Invisibility. A History of Translation*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

_____ (1998). *The Scandals of Translation*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

_____ (Ed.) (2000). *The Translation Studies Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Vermeer, Hans (1986). *Esboço de uma Teoria da Tradução*. Porto: Edições Asa.

_____ (1989/2000). “Skopos and Commission in Translational Action”. *The Translator’s Invisibility. A History of Translation*. (Ed.) Venuti, Lawrence. Londres e Nova Iorque: Routledge. 221-32.

_____ (2006). *Luhmann’s ‘‘Social Systems’’ Theory: Preliminary Fragments for a Theory of Translation*. Berlim: Frank & Timme.

Vinay, J. P. & J. Darbelnet (1977). *Stylistique Comparée du Français et de l’Anglais. Méthode de Traduction*. Paris: Didier.

W

Wolf, Michaela (2009). “The implications of a sociological turn. Methodological and disciplinary questions”. Pym, Anthony & Alexander Perekrestrenko (Eds.). *Translation Research Projects 2*. Barcelona: Intercultural Studies Group/Universitat Rovira e Virgili.

Z

Zaid, Gabriel (2008). *Livros de Mais: Ler e Publicar na Era da Abundância*. Tradução de Miguel Graça Moura. Lisboa: Temas e Debates.

Bibliografia analisada

Barsamian, David & Edward W. Said (2003). *Culture and Resistance – Conversations with Edward W. Said*. Londres: Pluto Press.

_____ (2004). *Cultura e Resistência – David Barsamian Entrevista Edward W. Said*. Tradução de Miguel Serras Pereira e Susana Serras Pereira. Porto: Campo das Letras.

Dunmore, Helen (2002). *The Siege*. Londres: Penguin Books.

_____ (2007). *O Cerco*. Tradução de Margarida Baldaia. Porto: Campo das Letras.

Fredrickson, George M. (2003). *Racism – A Short Story*. New Jersey: Princeton University Press.

_____ (2004). *Racismo – Uma Breve História*. Tradução de Miguel Ramalhete. Porto: Campo das Letras.

Hobsbawm, Eric (1998). *Behind the Times – The decline and fall of twentieth-century avant-gardes*. Londres: Thames and Hudson.

_____ (2001). *Atrás dos Tempos – Declínio e Queda das Vanguardas do Século XX*. Tradução de Raquel Mouta. Porto: Campo das Letras.

Lowe, Janet. 1998. *Oprah Winfrey Speaks*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, Inc.

_____ (2006). *Oprah Winfrey – Em Directo*. Tradução de Brigith Guimarães. Porto: Campo das Letras.

Nagarkar, Kiran. 1995. *Ravan & Eddie*. Londres: Penguin Books.

_____ (1999). *Ravan & Eddie*. Tradução de Elsa Andringa. Porto: Campo das Letras.

Roseman, Mark. 2002. *The Villa, the Lake, the Meeting. Wannsee and the Final Solution*. Londres: Penguin Books.

_____ (2005). *Ordem de Trabalhos – Genocídio*. Tradução de António Costa Santos. Porto: Campo das Letras.

Consultas na Internet

A

APEL – Apoio à Tradução <http://www.apel.pt/pageview.aspx?pageid=101&langid=1> (Acesso a 11 de Fevereiro de 2009).

APEL – História http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/Microsoft%20Word%20-%20HISTORIA.pdf (Acesso a 16 de Outubro de 2008).

APEL – Manifesto http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/2008-07-07%20-%20MANIFESTO%20PROGRAMA%20E%20LISTA%20DE%20CANDIDATURA.pdf (Acesso a 16 de Outubro de 2008).

APEL – Estatísticas ISBN <http://www.apel.pt/pageview.aspx?pageid=206&langid=1> (Acesso a 18 de Março de 2009).

APEL – Hábitos de Leitura em Portugal: 2005
http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/apel/estudos_estatisticas/Relatorio_Habitos_Leitura.pdf (Acesso a 18 de Março de 2009).

APEL – Sistema do ISBN
http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/Manual%20do%20Utilizador.pdf (Acesso a 18 de Março de 2009).

APEL – Notícias <http://www.apel.pt/pageview.aspx?pageid=660&langid=1> (Acesso a 25 de Fevereiro de 2011).

Association des Editeurs Belges. <http://www.adeb.be/general2.htm> (Acesso a 8 de Abril de 2010).

Associazione Italiana Editori.
http://www.aie.it/Portals/21/Files%20allegati/sintesiRapporto2009_R.pdf. (Acesso a 8 de Abril de 2010).

B

Biblioteca Nacional – Depósito Legal
http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=153&Itemid=190 (Acesso a 29 de Janeiro de 2009).

BUBL LINK - Catalogue of Internet Resources, <http://bubl.ac.uk/link/b/bookstudies.htm> (Acesso a 5 de Fevereiro de 2009).

C

Código do Direito de Autor e Direitos Conexos, Lei n.º 45/85, de 17 de Setembro, http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/livro-iv-leis-criminais/pdf6313/l-45-1985/downloadFile/file/L_45_1985.pdf?nocache=1181810323.72 e Lei n.º 114/91, de 3 de Setembro, que altera e revê a anterior http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/livro-iv-leis-criminais/pdf6313/l-114-1991/downloadFile/file/L_114_1991.pdf?nocache=1181810459.48 (Acesso a 18 de Março de 2009).

Campo das Letras. http://loja.campo-letras.pt/prod_details.php?catid=95&productid=1267 (Acesso a 3 de Maio de 2010).

_____. 2010. <http://www.campo-letras.pt/> (Acesso a 9 de Fevereiro de 2010).

Centre National do Livre. http://www.centrenationaldulivre.fr/IMG/pdf/Chiffres-cles_2008-2009.pdf (Acesso a 8 de Abril de 2010).

D

DBK

[http://www.dbk.es/pdf/sectoresportugal/sumarios/Industria%20Editorial%20\(Portugal\).pdf](http://www.dbk.es/pdf/sectoresportugal/sumarios/Industria%20Editorial%20(Portugal).pdf) (Acesso a 4 de Março de 2009).

Diário Digital http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=375836 (Acesso a 4 de Março de 2009).

Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAs/Paginas/home.aspx> (Acesso a 1 de Junho de 2008).

Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas – Apoios à Tradução <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAs/livro/divulgacaoEstrangeiro/apoioTraducao/Paginas/TraducaoObras.aspx> (Acesso a 11 de Fevereiro de 2009).

E

EXPRESSO.

<http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=ex.stories/225317> (Acesso a 22 de Março de 2010).

EXPRESSO.

<http://downloadsexpresso.aeiou.pt/expressoonline/PDF/1PAGECO200210.pdf> (Acesso a 22 de Março de 2010).

F

Federación de Gremios de Editores de España. <http://www.federacioneditores.org/SectorEdit/DatosEstadisticos.asp> (Acesso a 8 de Abril de 2010).

G

GPEARI. “Estudo sobre o Sector Cultural e Criativo em Portugal”. <http://www.gpeari.pt/>. (Acesso a 22 de Março de 2010).

INE. 2003. http://alea-estp.ine.pt/Html/actual/pdf/actualidades_42.pdf (Acesso a 11 de Fevereiro de 2010).

M

Malasartes. <http://www.campo-letras.pt/malasartes.html> (Consulta a 14 de Abril de 2010).

O

Observatório das Actividades Culturais <http://www.oac.pt/menuobservatorio.htm> (Consulta a 28 de Janeiro de 2009).

P

PORBASE. <http://porbase.bnportugal.pt/#focus> (Acesso a 20 de Fevereiro de 2011.)

PORDATA. http://www.pordata.pt/azap_runtime/?n=4 (Acesso a 22 de Março de 2010.)

R

Rosenthal, T. G. (2004). ‘Neurath, Walter (1903–1967)’, *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press; ed. online, Outubro de 2009. <http://www.oxforddnb.com/view/article/60042> (Acesso a 31 de Maio de 2010).

S

Sector de Inserção Profissional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto http://sigarra.up.pt/flup/unidades_gezral.visualizar?p_unidade=114 (Consulta a 5 de Janeiro de 2009).

Statistics Finland. http://www.stat.fi/tup/suomi90/huhtikuu_en.html (Acesso a 8 de Abril de 2010).

Suomen Kunstannusdistys Ry. <http://tilastointi.kustantajat.fi/WebReport.aspx?language=ENG> (Acesso a 8 de Abril de 2010).

T

The Centre for the History of the Book <http://www.hss.ed.ac.uk/chb/index.htm> (Acesso a 5 de Fevereiro de 2009).

TNS

Sofres

<http://www.tns-sofres.com/points-de-vue/B679BED766C44335B8CF1A8C70D30AA5.aspx> (Acesso a 18 de Março de 2009).

ANEXOS

Anexo I: Inquérito por Questionário

Anexo II: Tabelas do Inquérito por Questionário

Anexo III: Campo das Letras – Colecções, Obras Traduzidas

Anexo IV: Obras Recenseadas – Lista, Fichas

ANEXO I

Inquérito por Questionário

Apresentação do Inquérito

A Tradução para Edição em Portugal

O inquérito que se segue insere-se num projecto de investigação sobre a “Tradução para Edição em Portugal”, desenvolvido no âmbito do CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies), na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e apoiado pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia).

O questionário anexo visa recolher informações diversas sobre o exercício da “Tradução para Edição em Portugal”, tendo sido elaborado entre Março e Maio de 2008, e destinando-se a todas as empresas de edição que recorrem ao fornecimento de serviços de tradução.

As respostas solicitadas devem ser fornecidas preferencialmente por um responsável editorial, com intervenção directa sobre o trabalho de tradução exercido na/para a casa editora. Como tal, agradecemos antecipadamente a sua participação e a resposta com todo o rigor às questões colocadas neste documento Word. Deverá responder colocando uma cruz no quadrado de resposta ☐ correcto, seleccionando a opção que entender mais adequada, ou escrevendo a resposta no espaço fornecido para o efeito e que se alargará à medida que for escrevendo. Depois de preenchido, deverá guardar o documento e reenviá-lo como ficheiro anexo numa mensagem de correio electrónico para jorgeapinho@netcabo.pt, ao cuidado de Jorge Almeida e Pinho.

Os responsáveis pelo questionário garantem total sigilo no tratamento dos dados recolhidos, que deverão posteriormente ser tratados estatisticamente.

Esta fase de recolha de informações decorrerá entre Junho e Setembro de 2008 e em caso de dúvida ou se forem necessárias mais informações, agradece-se o contacto por correio electrónico para jorgeapinho@netcabo.pt, ao cuidado de Jorge Almeida e Pinho.

Com os maiores agradecimentos pela colaboração prestada, subscrevemo-nos,

Muito atentamente,



Jorge Almeida e Pinho

Identificação do Respondente

1. Localidade de residência

2. Distrito de residência

3. Sexo Masculino ☐ 1
 Feminino ☐ 2

4. Idade anos

5. Habilitações Académicas

Ensino Secundário	☐ 1	
Bacharelato	☐ 2	
Licenciatura	☐ 3	Área
Mestrado	☐ 4	Área
Doutoramento	☐ 5	Área

6. Funções desempenhadas na casa editora

Administrador	☐ 1
Editor principal	☐ 2
Director editorial	☐ 3
Coordenador de edição	☐ 4
Revisor	☐ 5
Outra	☐ 6
Qual?	

Caracterização da Casa Editora

1. CAE

2. Designação comercial da casa editora *(Preenchimento facultativo)*

3. Qual é o número total de colaboradores permanentes da casa editora?

Menos de 5 colaboradores	☐ 1	41 a 60 colaboradores	☐ 5
6 a 10 colaboradores	☐ 2	61 a 100 colaboradores	☐ 6
11 a 20 colaboradores	☐ 3	Mais de 101 colaboradores	☐ 7
21 a 40 colaboradores	☐ 4	Não sei	☐ 8

4. Qual é o número de colaboradores permanentes que exercem funções no departamento editorial da casa editora?

1 a 2	☐ 1	3 a 6	☐ 2
7 a 14	☐ 3	Mais de 31	☐ 5
Não sei	☐ 6		

5. Qual é o número total de títulos editados anualmente pela casa editora?

Menos de 10	☐ 1	11 a 20	☐ 2
21 a 40	☐ 3	41 a 70	☐ 4
71 a 100	☐ 5	101 a 150	☐ 6
151 a 200	☐ 7	Mais de 201	☐ 8
Não sei	☐ 9		

6. Qual é o número total de títulos traduzidos a partir de outras línguas e editados anualmente pela casa editora?

Menos de 10	☐ 1	11 a 20	☐ 2
21 a 40	☐ 3	41 a 70	☐ 4
71 a 100	☐ 5	101 a 150	☐ 6
151 a 200	☐ 7	Mais de 201	☐ 8
Não sei	☐ 9		

Seleção de um Tradutor

1. Coloque, por ordem de importância, os seguintes critérios de selecção pensando na contratação de tradutores por parte desta casa editora? *(Atribua 1 ao critério mais importante, 2 ao segundo, 3 ao terceiro e 4 ao menos importante)*

- A. Habilitações académicas do candidato
- B. Habilitações profissionais e experiência profissional anterior do candidato
- C. Condições contratuais propostas pelo empregador e aceites pelo candidato
- D. Referências fornecidas por um terceiro sobre o candidato

A. Relativamente às habilitações académicas dos candidatos a seleccionar para as funções de tradutor, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para esta casa editora:

	1 - Nada importante	2 - Pouco importante	3 - Indiferente	4 - Importante	5 - Muito importante
A. Habilitações obtidas numa instituição de ensino de referência nacional	☐	☐	☐	☐	☐
B. Habilitações obtidas numa instituição de ensino de referência internacional	☐	☐	☐	☐	☐
C. Grau de especialização do candidato é de carácter técnico	☐	☐	☐	☐	☐
D. Grau de especialização do candidato é de carácter literário	☐	☐	☐	☐	☐
E. Grau de especialização do candidato é de carácter generalista	☐	☐	☐	☐	☐
F. Outras. Quais?					

B. Relativamente às habilitações profissionais e experiência profissional anterior dos candidatos a seleccionar para as funções de tradutor, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para esta casa editora?

	1 - Nada importante	2 - Pouco importante	3 - Indiferente	4 - Importante	5 - Muito importante
A. Trabalhos académicos anteriormente realizados	☐	☐	☐	☐	☐
B. Experiência de tradução profissional em trabalhos anteriores	☐	☐	☐	☐	☐
C. Experiência académica na área da edição/publicação	☐	☐	☐	☐	☐
D. Experiência profissional na área da edição/publicação	☐	☐	☐	☐	☐
E. Especialização académica na área da obra a publicar	☐	☐	☐	☐	☐
F. Especialização profissional na área da obra a publicar	☐	☐	☐	☐	☐
G. Outras. Quais?					

C. Relativamente às condições contratuais propostas aos candidatos às funções de tradutor, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para esta casa editora?

	1 - Nada importante	2 - Pouco importante	3 - Indiferente	4 - Importante	5 - Muito importante
A. Condições remuneratórias propostas pela casa editora	☐	☐	☐	☐	☐
B. Benefícios sociais propostos pela casa editora	☐	☐	☐	☐	☐
C. Outras. Quais?					

D. Relativamente às referências indicadas para os candidatos às funções de tradutor, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para esta casa editora?

	1 - Nada importante	2 - Pouco importante	3 - Indiferente	4 - Importante	5 - Muito importante
A. Referências fornecidas por um terceiro (casa editora/indivíduo) credível	☐	☐	☐	☐	☐
B. Imposição colocada por autor/editora original	☐	☐	☐	☐	☐
C. Outras. Quais?					

2. No processo de designação de um tradutor seleccionado para a tradução de determinada obra e autor, quais são os factores mais relevantes?

	1 - Nada importante	2 - Pouco importante	3 - Indiferente	4 - Importante	5 - Muito importante
A. Conhecimentos demonstrados sobre o autor em causa	☐	☐	☐	☐	☐
B. Conhecimentos demonstrados sobre a obra em causa	☐	☐	☐	☐	☐
C. Condições de preço	☐	☐	☐	☐	☐
D. Condições de prazo de entrega	☐	☐	☐	☐	☐
E. Condições técnicas de formatação final	☐	☐	☐	☐	☐
F. Outros. Quais?					

Formação ministrada pela casa editora

1. Qual a formação ministrada pela casa editora aos tradutores, a propósito do trabalho que pretende ver desenvolvido?

Nenhuma ☐ 1

Alguma ☐ 2

Se respondeu “Nenhuma”, porquê?

Se respondeu “Alguma”, porquê?

1. Por confiar na formação académica anterior do candidato ☐ 1
2. Por confiar na experiência profissional anterior do candidato ☐ 2
3. Por achar de todo desnecessária ☐ 3
4. Outra razão ☐ 4

Qual?

1. Por considerar insuficiente a preparação académica anterior do candidato ☐ 1
2. Por ser necessário enquadrar o candidato no “Livro de Estilo” e métodos de trabalho da editora ☐ 2
3. Outra razão ☐ 3

Qual?

2. Não sendo ministrada formação específica pela casa editora aos tradutores, caso isso acontecesse, qual a importância que atribuiria a cada um dos seguintes aspectos?

	1 - Nada importante	2 - Pouco importante	3 - Indiferente	4 - Importante	5 - Muito importante
A. Formação específica sobre a organização geral de trabalho com a casa editora	☐	☐	☐	☐	☐
B. Formação específica sobre revisão de texto e edição	☐	☐	☐	☐	☐
C. Formação técnica sobre composição gráfica e preparação do texto para publicação	☐	☐	☐	☐	☐
D. Formação sobre aspectos relacionados com a tradução	☐	☐	☐	☐	☐
E. Outro tipo de formação. Qual?					

Contrato de trabalho

1. Existem contratos escritos celebrados entre a casa editora e os tradutores a propósito da edição de uma obra?

Sim ☐1

Não ☐2

Se respondeu “Sim”, qual?

Se respondeu “Não”, porquê?

1. Contrato de trabalho permanente ☐1

1. Porque tradutor é funcionário da casa editora ☐1

2. Contrato de trabalho temporário ☐2

2. Porque há forte relação de confiança entre tradutor e casa editora, que dispensa assinatura de contratos ☐2

3. Percentagem fixa sobre cada obra ☐3

3. Por outros motivos ☐3

4. Valor fixo final sobre número de caracteres/palavras traduzidos ☐4

5. De outro tipo ☐5

Quais?

Qual?

2. Qual é o prazo de pagamento habitual da tradução após concluída e entregue pelo tradutor?

Imediato ☐1

30 dias ☐2

45 dias ☐3

60 dias ☐4

90 dias ☐5

Outro ☐6

Qual?

Informações para o tradutor

1. São fornecidas antecipadamente informações ao tradutor sobre a tradução a efectuar?

Sim ☐1

Não ☐2

Se respondeu “Sim”, quais?

Se respondeu “Não”, porquê?

1. Sobre o autor ☐1

1. Porque essa tarefa é incumbência do tradutor ☐1

2. Sobre a obra a traduzir ☐2

2. Porque serão fornecidas à medida que forem sendo solicitadas pelo tradutor ☐2

3. Sobre o público-alvo previsto ☐3

3. Por outros motivos ☐3

4. Sobre obras anteriores do mesmo autor ☐4

5. Sobre outras obras da mesma colecção ☐5

6. Sobre outros aspectos relevantes ☐6

Quais?

Quais?

2. É solicitado ao tradutor que respeite algum formato habitual de produção e apresentação da tradução?

Sim ☐1

Não ☐2

Se respondeu “Sim”, qual?

Se respondeu “Não”, porquê?

1. Respeitar as exigências do “Livro de Estilo” da casa editora ☐1
2. Respeitar critérios gráficos adstritos à obra/colecção em causa ☐2
3. Por outros motivos ☐3
- Quais?

1. Tratamento interno de revisão e gráfico na casa editora permite tal liberdade dos tradutores ☐1
2. Por outros motivos ☐2
- Quais?

Revisão da tradução

1. Quais os procedimentos internos de revisão do texto em vigor na casa editora após a recepção do texto traduzido?

- Tarefa integralmente a cargo do tradutor ☐1
- Leitura e correcção por editores/coordenadores de edição ☐2
- Leitura e correcção por compositores gráficos ☐3
- Outros ☐4
- Quais?

2. Qual o retorno fornecido aos tradutores a propósito da revisão efectuada?

- Nenhum ☐1
- Sugestão de melhorias dos dados incorrectos ☐2
- Indicações apenas sobre aspectos gráficos ☐3
- Apreciação geral positiva/negativa sobre o trabalho desenvolvido ☐4
- Outro tipo de observações ☐5
- Quais?

3. Quais os procedimentos de rectificação caso haja incorrecções na tradução recebida na casa editora?

- Nenhum ☐1
- Introdução interna das correcções ☐2
- Introdução autorizada de correcções após consulta ao tradutor ☐3
- Outros procedimentos ☐4
- Quais?

Contratação do mesmo tradutor para outros trabalhos de tradução

1. Se a casa editora editar mais do que uma obra do mesmo autor é concedida prioridade ao tradutor da primeira obra traduzida para traduzir as subsequentes?

Sim ☐1

Não ☐2

2. Quais são os motivos para não conceder a um Tradutor a possibilidade de tradução de uma obra de um autor já anteriormente traduzido por esse mesmo tradutor?

- A. Exigência do autor
- Que indica um tradutor da sua confiança ☐ 1
 - Que sugere incompatibilidade com tradutor proposto ☐ 2
 - Outras exigências do autor ☐ 3
 - Quais?
- B. Exigência da casa editora/agente estrangeiro detentor dos direitos de tradução
- Que sugere um tradutor da sua confiança ☐ 4
 - Que considera inadequado o tradutor proposto ☐ 5
 - Outras exigências da casa editora/agente estrangeiro ☐ 6
 - Quais?
- C. Insatisfação da casa editora com o trabalho produzido pelo tradutor
- Má qualidade geral do trabalho ☐ 7
 - Erros de tradução ☐ 8
 - Problemas de construção sintáctica ☐ 9
 - Inadequação da tradução aos objectivos propostos ☐ 10
 - Erros ortográficos ☐ 11
 - Outros motivos ☐ 12
 - Quais?
- D. Condições negociais do tradutor inoportáveis
- Valor demasiado elevado para a tradução ☐ 13
 - Prazos propostos inaceitáveis ☐ 14
 - Tradutor não possui meios adequados à produção da tradução (por ex.: software inadequado, etc.) ☐ 15
 - Outros motivos ☐ 16
 - Quais?
- E. Indisponibilidade do tradutor
- Está ocupado com outra tradução ☐ 17
 - Deixou de se dedicar a esta actividade ☐ 18
 - Outros motivos ☐ 19
 - Quais?

ANEXO II

Tabelas do Inquérito por Questionário

1. Identificação do Respondente

1.1/1.2 Distrito de Residência

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido		2	7,7	7,7	7,7
	Amadora	1	3,8	3,8	11,5
	Coimbra	1	3,8	3,8	15,4
	Lisboa	16	61,5	61,5	76,9
	Porto	3	11,5	11,5	88,5
	Madeira	1	3,8	3,8	92,3
	Setúbal	1	3,8	3,8	96,2
	Sintra	1	3,8	3,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

1.3 Sexo

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Masculino	12	46,2	48,0	48,0
	Feminino	13	50,0	52,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

1.4 Idade

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido		5	19,2	19,2	19,2
	27	1	3,8	3,8	23,1
	28	1	3,8	3,8	26,9
	31	2	7,7	7,7	34,6
	32	1	3,8	3,8	38,5
	35	1	3,8	3,8	42,3
	36	1	3,8	3,8	46,2
	38	1	3,8	3,8	50,0
	39	1	3,8	3,8	53,8
	41	3	11,5	11,5	65,4
	42	1	3,8	3,8	69,2
	43	2	7,7	7,7	76,9
	44	1	3,8	3,8	80,8
	48	1	3,8	3,8	84,6
	50	1	3,8	3,8	88,5
	63	2	7,7	7,7	96,2
	64	1	3,8	3,8	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

1.5 Habilitações Académicas

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Ensino Secundário	1	3,8	4,3	4,3
	Bacharelato	2	7,7	8,7	13,0
	Licenciatura	17	65,4	73,9	87,0
	Mestrado	3	11,5	13,0	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
	Não preenchido	3	11,5		
Total		26	100,0		

1.6 Funções desempenhadas na casa editora

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Administrador	2	7,7	9,5	9,5
	Editor Principal	4	15,4	19,0	28,6
	Director Editorial	7	26,9	33,3	61,9
	Coordenador de edição	4	15,4	19,0	81,0
	Revisor	1	3,8	4,8	85,7
	Outra	3	11,5	14,3	100,0
	Total	21	80,8	100,0	
Não preenchido	Sistema	5	19,2		
Total		26	100,0		

2. Caracterização da Casa Editora

2.1 Número total de colaboradores permanentes da casa editora

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	< de 5	8	30,8	30,8	30,8
	6 a 10	9	34,6	34,6	65,4
	11 a 20	3	11,5	11,5	76,9
	21 a 40	1	3,8	3,8	80,8
	41 a 60	1	3,8	3,8	84,6
	61 a 100	2	7,7	7,7	92,3
	> de 101	2	7,7	7,7	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

2.2 Número de colaboradores permanentes que exercem funções no departamento editorial da casa editora

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	1 a 2	8	30,8	32,0	32,0
	3 a 6	15	57,7	60,0	92,0
	7 a 14	1	3,8	4,0	96,0
	> de 31	1	3,8	4,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

2.3 Número total de títulos editados anualmente pela casa editora

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	< de 10	4	15,4	15,4	15,4
	11 a 20	4	15,4	15,4	30,8
	21 a 40	7	26,9	26,9	57,7
	41 a 70	4	15,4	15,4	73,1
	71 a 100	2	7,7	7,7	80,8
	101 a 150	1	3,8	3,8	84,6
	151 a 200	1	3,8	3,8	88,5
	> de 201	3	11,5	11,5	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

2.4 Número total de títulos traduzidos a partir de outras línguas e editados anualmente pela casa editora

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	< de 10	9	34,6	34,6	34,6
	11 a 20	4	15,4	15,4	50,0
	21 a 40	5	19,2	19,2	69,2
	41 a 70	3	11,5	11,5	80,8
	71 a 100	3	11,5	11,5	92,3
	151 a 200	2	7,7	7,7	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

3. Seleção de um Tradutor

3.A Habilitações académicas do candidato

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Importante	10	38,5	43,5	43,5
	Indiferente	5	19,2	21,7	65,2
	Menos importante	8	30,8	34,8	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.B Habilitações profissionais e experiência profissional anterior do candidato

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Mais importante	20	76,9	87,0	87,0
	Importante	2	7,7	8,7	95,7
	Indiferente	1	3,8	4,3	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.C Condições contratuais propostas pelo empregador e aceites pelo candidato

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Mais importante	2	7,7	8,7	8,7
	Importante	4	15,4	17,4	26,1
	Indiferente	11	42,3	47,8	73,9
	Menos importante	6	23,1	26,1	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.D Referências fornecidas por um terceiro sobre o candidato

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Mais importante	1	3,8	4,3	4,3
	Importante	8	30,8	34,8	39,1
	Indiferente	8	30,8	34,8	73,9
	Menos importante	6	23,1	26,1	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.A Habilitações académicas do candidato (Repet.)

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Importante	10	38,5	43,5	43,5
	Indiferente	5	19,2	21,7	65,2
	Menos importante	8	30,8	34,8	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.A.1. Habilitações obtidas numa instituição de ensino de referência nacional

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Nada importante	1	3,8	3,8	3,8
	Pouco importante	2	7,7	7,7	11,5
	Indiferente	4	15,4	15,4	26,9
	Importante	17	65,4	65,4	92,3
	Muito importante	2	7,7	7,7	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

3.A.2. Habilitações obtidas numa instituição de ensino de referência internacional

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Nada importante	1	3,8	3,8	3,8
	Pouco importante	1	3,8	3,8	7,7
	Indiferente	6	23,1	23,1	30,8
	Importante	14	53,8	53,8	84,6
	Muito importante	4	15,4	15,4	100,0
	Total	26	100,0	100,0	

3.A.3. Grau de especialização do candidato é de carácter técnico

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	7	26,9	28,0	28,0
	Importante	8	30,8	32,0	60,0
	Muito importante	10	38,5	40,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

3.A.4. Grau de especialização do candidato é de carácter literário

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	3	11,5	12,0	12,0
	Importante	12	46,2	48,0	60,0
	Muito importante	10	38,5	40,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

3.A.5. Grau de especialização do candidato é de carácter generalista

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Pouco importante	2	7,7	8,0	8,0
	Indiferente	5	19,2	20,0	28,0
	Importante	14	53,8	56,0	84,0
	Muito importante	4	15,4	16,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

3.B. Habilitações profissionais e experiência profissional anterior do candidato (Repet.)

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Mais importante	20	76,9	87,0	87,0
	Importante	2	7,7	8,7	95,7
	Indiferente	1	3,8	4,3	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.B.1. Trabalhos académicos anteriormente realizados

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Nada importante	2	7,7	8,3	8,3
	Pouco importante	5	19,2	20,8	29,2
	Indiferente	9	34,6	37,5	66,7
	Importante	6	23,1	25,0	91,7
	Muito importante	2	7,7	8,3	100,0
	Total	24	92,3	100,0	
Não preenchido	Sistema	2	7,7		
Total		26	100,0		

3.B.2. Experiência de tradução profissional em trabalhos anteriores

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Importante	7	26,9	28,0	28,0
	Muito importante	18	69,2	72,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

3.B.3. Experiência académica na área da edição/publicação

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Nada importante	1	3,8	4,0	4,0
	Pouco importante	2	7,7	8,0	12,0
	Indiferente	13	50,0	52,0	64,0
	Importante	7	26,9	28,0	92,0
	Muito importante	2	7,7	8,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

3.B.4. Experiência profissional na área da edição/publicação

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	6	23,1	24,0	24,0
	Importante	13	50,0	52,0	76,0
	Muito importante	6	23,1	24,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

3.B.5. Especialização acadêmica na área da obra a publicar

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	3	11,5	12,0	12,0
	Importante	16	61,5	64,0	76,0
	Muito importante	6	23,1	24,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

3.B.6. Especialização profissional na área da obra a publicar

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	1	3,8	4,0	4,0
	Importante	11	42,3	44,0	48,0
	Muito importante	13	50,0	52,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

3.C. Condições contratuais propostas pelo empregador e aceites pelo candidato (Repet.)

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Mais importante	2	7,7	8,7	8,7
	Importante	4	15,4	17,4	26,1
	Indiferente	11	42,3	47,8	73,9
	Menos importante	6	23,1	26,1	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.C.1. Condições remuneratórias propostas pela casa editora

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Muito importante	10	38,4	41,7	41,7
	Importante	13	50,0	54,1	95,8
	Indiferente	1	3,8	4,1	100,0
	Total	24	92,3	100,0	
Não preenchido	Sistema	2	7,7		
Total		26	100,0		

3.C.2. Benefícios sociais propostos pela casa editora

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Muito importante	4	15,4	22,2	22,2
	Importante	4	15,4	22,2	44,4
	Indiferente	9	34,6	50	90,4
	Pouco importante	1	3,8	5,6	100,0
	Total	18	69,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	8	30,8		
Total		26	100,0		

3.D. Referências fornecidas por um terceiro sobre o candidato (Repet.)

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Mais importante	1	3,8	4,3	4,3
	Importante	8	30,8	34,8	39,1
	Indiferente	8	30,8	34,8	73,9
	Menos importante	6	23,1	26,1	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.D.1. Referências fornecidas por um terceiro credível (casa editora/ indivíduo)

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	2	7,7	8,0	8,0
	Importante	15	57,7	60,0	68,0
	Muito importante	8	30,8	32,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

3.D.2. Imposição colocada por autor/editora original

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Nada importante	2	7,7	8,7	8,7
	Pouco importante	1	3,8	4,3	13,0
	Indiferente	3	11,5	13,0	26,1
	Importante	16	61,5	69,6	95,7
	Muito importante	1	3,8	4,3	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
	Sistema	3	11,5		
Não preenchido					
Total		26	100,0		

3.D.2.1. Conhecimentos demonstrados sobre o autor em causa

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	1	3,8	4,8	4,8
	Importante	12	46,2	57,1	61,9
	Muito importante	8	30,8	38,1	100,0
	Total	21	80,8	100,0	
Não preenchido	Sistema	5	19,2		
Total		26	100,0		

3.D.2.2.Conhecimentos demonstrados sobre a obra em causa

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	2	7,7	8,7	8,7
	Importante	11	42,3	47,8	56,5
	Muito importante	10	38,5	43,5	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.D.2.3.Condições de preço

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	3	11,5	12,5	12,5
	Importante	17	65,4	70,8	83,3
	Muito importante	4	15,4	16,7	100,0
	Total	24	92,3	100,0	
Não preenchido	Sistema	2	7,7		
Total		26	100,0		

3.D.2.4.Condições de prazo de entrega

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	2	7,7	8,7	8,7
	Importante	12	46,2	52,2	60,9
	Muito importante	9	34,6	39,1	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

3.D.2.5.Condições técnicas de formatação final

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Nada importante	1	3,8	4,3	4,3
	Pouco importante	5	19,2	21,7	26,1
	Indiferente	9	34,6	39,1	65,2
	Importante	8	30,8	34,8	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

4. Formação ministrada pela casa editora

4.1. Formação ministrada pela casa editora a propósito do trabalho que pretende ver desenvolvido

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Nenhuma	14	53,8	60,9	60,9
	Alguma	9	34,6	39,1	100,0
	Total	23	88,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	11,5		
Total		26	100,0		

4.1.1. Frequências de Formação – Alguma

		Respostas	
		Nº	Percentagem
Formação - nenhuma	Por confiar na formação académica anterior do candidato	1	7,7
	Por confiar na experiência profissional anterior do candidato	12	92,3
Total		13	100,0

4.1.2. Frequências de Formação – Nenhuma

		Respostas	
		Nº	Percentagem
Formação – alguma	Por considerar insuficiente a preparação académica anterior do candidato	0	0,0
	Por ser necessário enquadrar o candidato no “Livro de Estilo” e métodos de trabalho da editora	9	100,0
Total		9	100,0

4.2.1. Formação específica – Organização geral de trabalho com a casa editora

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Pouco importante	3	11,5	16,6	16,6
	Indiferente	3	11,5	16,6	33,2
	Importante	8	30,7	44,5	77,7
	Muito importante	4	15,4	22,3	100,0
	Total	18	69,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	8	30,8		
Total		26	100,0		

4.2.2. Formação específica – Revisão de texto e edição

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	2	7,7	11,1	11,1
	Importante	9	34,6	50,0	60,1
	Muito importante	7	26,9	38,9	100,0
	Total	18	69,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	8	30,8		
Total		26	100,0		

4.2.3. Formação específica – Composição gráfica e preparação do texto para publicação

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Nada importante	1	3,8	5,6	5,6
	Pouco importante	3	11,6	16,7	22,3
	Indiferente	10	38,4	55,6	77,9
	Importante	2	7,7	11,1	89,0
	Muito importante	2	7,7	11,1	100,0
	Total	18	69,2	100,0	
	Sistema	8	30,8		
Não preenchido		8	30,8		
Total		26	100,0		

4.2.4. Formação específica – Aspectos relacionados com a tradução

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Indiferente	2	7,7	11,1	11,1
	Importante	5	19,2	27,8	38,9
	Muito importante	11	42,3	61,1	100,0
	Total	18	69,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	8	30,8		
Total		26	100,0		

5. Contrato de Trabalho

5.1. Contratos escritos celebrados entre a casa editora e os tradutores a propósito da edição de uma obra

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	18	69,2	72,0	72,0
	Não	7	26,9	28,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

5.1.1. Modelo de Contrato – Sim

		Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Válido	Valor fixo final sobre número de caracteres/palavras traduzidos	15	83,3	83,3
	Outras – Contrato de prestação de serviços	3	16,7	100,0
	Total	18	100,0	

5.1.2. Modelo de Contrato – Não

		Frequência	Percentagem
Válido	Relação de confiança entre tradutor e casa editora	7	100,0
Total		7	100,0

5.2. Prazo de pagamento habitual da tradução após concluída e entregue pelo tradutor

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Imediato	3	11,5	13,6	13,6
	30 dias	9	34,6	40,9	54,5
	45 dias	3	11,5	13,6	68,2
	60 dias	2	7,7	9,1	77,3
	90 dias	3	11,5	13,6	90,9
	outro	2	7,7	9,1	100,0
	Total	22	84,6	100,0	
Não preenchido	Sistema	4	15,4		
Total		26	100,0		

6. Informações para o Tradutor

6.1. Informações fornecidas antecipadamente ao tradutor sobre a tradução a efectuar

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido Sim	26	100,0	100,0	100,0
Total	26	100,0		

6.1.1. Frequências de Informação para o Tradutor – Sim

		Respostas	
		Nº	Percentagem
Informação	Sobre o autor	11	14,5
	Sobre a obra a traduzir	25	32,9
	Sobre o público-alvo previsto	7	9,2
	Sobre obras anteriores do mesmo autor	12	15,8
	Sobre outras obras da mesma colecção	13	17,1
	Sobre outros aspectos relevantes	8	10,5
	Total	76	100,0

6.2. Formato habitual de produção e apresentação

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido Sim	8	30,8	30,8	30,8
Não	18	69,2	69,2	100,0
Total	26	100,0	100,0	

6.2.1. Frequências de Formato habitual de produção e apresentação – Sim

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Formato habitual	Exigências do “Livro de Estilo”	5	62,5	71,4	71,4
	Critérios gráficos da obra/colecção	1	12,5	14,3	85,7
	Outros motivos	1	12,5	14,3	100,0
	Total	7	12,5	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	12,5		
Total		8	100,0		

6.2.2. Frequências de Formato habitual de produção e apresentação – Não

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Formato habitual	Tratamento interno de revisão e gráfico	17	94,4	100,0	100,0
	Total	17	94,4	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	5,6		
Total		18	100,0		

7. Revisão da Tradução

7.1. Procedimentos internos de revisão em vigor

		Respostas	
		Nº	Percentagem
Revisão – 1	Tarefa integralmente a cargo do tradutor	2	6,5
	Leitura e correcção por editores/coordenadores de edição	24	77,4
	Leitura e correcção por compositores gráficos	5	16,1
Total		31	100,0

7.2 Retorno fornecido aos tradutores a propósito da revisão efectuada

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Nenhum	1	3,8	7,1	7,1
	Sugestão de melhorias dos dados incorrectos	6	23,1	42,9	50,0
	Apreciação geral positiva/negativa sobre o trabalho desenvolvido	6	23,1	42,9	92,9
	Outro	1	3,8	7,1	100,0
	Total	14	53,8	100,0	
Não preenchido	Sistema	12	46,2		
Total		26	100,0		

7.3. Procedimentos de rectificação em caso de incorrecções

		Respostas	
		Nº	Percentagem
Revisão – 3	Introdução interna das correcções	17	48,6
	Introdução autorizada de correcções após consulta ao tradutor	12	34,3
	Outros procedimentos	6	17,1
Total		35	100,0

8. Contratação do mesmo tradutor para outros trabalhos de tradução

8.1 Prioridade concedida ao tradutor de uma primeira obra nas restantes do mesmo autor?

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	23	88,5	92,0	92,0
	Não	2	7,7	8,0	100,0
	Total	25	96,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	1	3,8		
Total		26	100,0		

8.2 Motivos para Não conceder ao mesmo Tradutor a obra de um autor já traduzido por ele

8.2.A Exigência do autor

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Exigência do autor	Indica tradutor de confiança	5	17,9	45,6	45,6
	Sugere incompatibilidade com tradutor proposto	2	7,1	18,1	63,7
	Outras	4	14,2	36,3	100,0
	Total	11	39,2	100,0	
Não preenchido	Sistema	17	60,7		
Total		28	100,0		

8.2.B Exigência da casa editora/agente estrangeiro detentor dos direitos de tradução

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Exigência da casa editora/agente estrangeiro	Sugere tradutor de confiança	5	19,2	50,0	50,0
	Considera inadequado tradutor proposto	4	15,3	40,0	90,0
	Outras	1	3,8	10,0	100,0
	Total	10	38,3	100,0	
Não preenchido	Sistema	16	61,6		
Total		26	100,0		

8.2.C Insatisfação da casa editora com o trabalho produzido pelo tradutor

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Insatisfação da casa editora	Má qualidade geral do trabalho	22	30,5	31,9	31,9
	Erros de tradução	15	20,8	21,7	53,6
	Problemas de construção sintáctica	10	13,8	14,5	68,1
	Inadequação da tradução aos objectivos	9	12,5	13,0	81,1
	Erros ortográficos	8	11,1	11,6	92,7
	Outros motivos	5	6,9	7,2	100,0
	Total	69	95,6	100,0	
Não preenchido	Sistema	3	5,4		
Total		72	100,0		

8.2.D Condições negociais do tradutor inoportáveis

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Condições negociais do tradutor	Valor demasiado elevado para a tradução	17	37,7	43,6	43,6
	Prazos propostos inaceitáveis	18	40,0	46,1	89,7
	Tradutor não possui meios adequados	4	8,9	10,3	100,0
	Total	39	86,6	100,0	
Não preenchido	Sistema	6	13,3		
Total		45	100,0		

8.2.E Indisponibilidade do tradutor

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Indisponibilidade do tradutor	Ocupado com outra tradução	19	52,8	63,4	63,4
	Abandonou esta actividade	10	27,8	33,3	96,7
	Outros motivos	1	2,8	3,3	100,0
	Total	30	83,4	100,0	
Não preenchido	Sistema	6	16,6		
Total		36	100,0		

ANEXO III

Campo das Letras

Colecções

Obras traduzidas

Colecções da Campo das Letras

(com mais de 10 títulos)

Colecção	Nº total de títulos	Língua(s) de origem
“A Minha Pequena Enciclopédia Larousse”	34	Francês
“A Minha Primeira Enciclopédia Larousse”	16	Francês
“As Histórias da Joanninha”	16	Italiano
“Autores da Madeira”	14	Português
“Campo da Actualidade”	106	Português – 42 Francês – 28 Inglês – 17 Espanhol – 12 Alemão – 3 Italiano – 3 Polaco – 1
“Campo da Educação”	14	Português – 13 Alemão – 1
“Campo da Filosofia” e “Zétesis”	37	Português – 28 Francês – 6 Inglês – 1 Alemão – 1 Italiano – 1
“Campo da História”	27	Português – 14 Inglês – 4 Polaco – 4 Espanhol – 3 Francês – 2
“Campo da Literatura”	170	Português – 133 Espanhol – 18 Russo – 6 Inglês – 5 Francês – 4 Hebraico – 2 Italiano – 1 Alemão – 1

“Campo da Memória”	18	Português – 14 Inglês – 2 Francês – 1 Espanhol – 1
“Campo da Música”	12	Português – 9 Francês – 2 Inglês – 1
“Campo da Poesia”	83	Português – 63 Espanhol – 12 Francês – 4 Inglês – 2 Alemão – 2
“Campo das Ciências”	21	Português – 13 Francês – 4 Inglês – 3 Espanhol – 1
“Campo de Estreia”	49	Português
“Campo do Desporto” e “Saberes do Desporto”	12	Português
“Campo do Teatro”, “Teatro Nacional São João” e “Cadernos Dramáticos”	48	Português – 28 Inglês – 6 Francês – 4 Espanhol – 3 Russo – 3 Alemão – 2 Italiano – 1 Neerlandês – 1
“Campo dos <i>Media</i> ”	13	Português – 6 Francês – 6 Espanhol – 1
“Comunicação e Sociedade”	14	Português – 13 Inglês – 1
“Cultura Portuguesa”	18	Português
“Iberografias”	13	Português – 12 Espanhol – 1

“Instantes de Leitura”	97	Português – 89 Russo – 3 Inglês – 2 Francês – 1 Espanhol – 1 Luxemburguês – 1
“Matilde”	10	Português
“Novos Ilustradores”	10	Português
“O Meu Primeiro Larousse”	18	Francês
“O Sol e a Lua”	62	Português
“Obras Clássicas da Literatura Portuguesa”	31	Português
“Palmo e Meio”	54	Português
“Shakespeare para o Século XXI”	14	Inglês
“Vamos Ler” e “Segredos”	17	Português – 9 Francês – 3 Espanhol – 2 Alemão – 1 Italiano – 1 Inglês – 1
Fora de Colecção (Obras variadas, Álbum grande ou pequeno, Infanto-juvenil e BD/Ilustração)	227	Português – 166 Inglês – 31 Francês – 15 Espanhol – 8 Italiano – 5 Alemão – 1 Neerlandês – 1

Número de obras traduzidas pela Campo das Letras

Língua de origem	Número de obras	Percentagem
Francês	174	40,55%
Inglês	108	25,17%
Espanhol (nas diversas variantes)	73	17,01%
Italiano	39	9,09%
Russo	13	3,03%
Alemão	11	2,56%
Polaco	4	0,93%
Hebreu	2	0,46%
Desconhecida	2	0,46%
Outras línguas: Neerlandês, Luxemburguês, Norueguês	3	0,69%
Total	429	99,95%

ANEXO IV

Obras recenseadas

Lista

Fichas

Lista de obras recenseadas

- Barsamian, David & Edward W. Said. 2003. *Culture and Resistance – Conversations with Edward W. Said*. Londres: Pluto Press.
- Barsamian, David e Edward W. Said. 2004. *Cultura e Resistência – David Barsamian Entrevista Edward W. Said*. Tradução de Miguel Serras Pereira e Susana Serras Pereira. Porto: Campo das Letras.
- Dunmore, Helen. 2002. *The Siege*. Londres: Penguin Books.
- Dunmore, Helen. 2007. *O Cerco*. Tradução de Margarida Baldaia. Porto: Campo das Letras.
- Fredrickson, George M. 2003. *Racism – A Short Story*. New Jersey: Princeton University Press.
- Fredrickson, George M. 2002. *Racismo – Uma Breve História*. Tradução de Miguel Ramalhete. Porto: Campo das Letras.
- Hobsbawm, Eric. 1998. *Behind the Times – The decline and fall of twentieth-century avant-gardes*. Londres: Thames and Hudson.
- Hobsbawm, Eric. 2001. *Atrás dos Tempos – Declínio e Queda das Vanguardas do Século XX*. Tradução de Raquel Mouta. Porto: Campo das Letras.
- Lowe, Janet. 1998. *Oprah Winfrey Speaks*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, Inc.
- Lowe, Janet. 2006. *Oprah Winfrey – Em Directo*. Tradução de Brigith Guimarães. Porto: Campo das Letras.
- Nagarkar, Kiran. 1995. *Ravan & Eddie*. Londres: Penguin Books.
- Nagarkar, Kiran. 1999. *Ravan & Eddie*. Tradução de Elsa Andringa. Porto: Campo das Letras.
- Roseman, Mark. 2002. *The Villa, the Lake, the Meeting. Wannsee and the Final Solution*. Londres: Penguin Books.
- Roseman, Mark. 2005. *Ordem de Trabalhos – Genocídio*. Tradução de António Costa Santos. Porto: Campo das Letras.

Fichas das obras recenseadas

1.

Cultura e Resistência

Ficha de Obra: *Culture and Resistance* [Original]
Cultura e Resistência – David Barsamian Entrevista Edward B. Said
 [Tradução em português]

Autor: David Barsamian

Tradutores: Miguel Serras Pereira e Susana Serras Pereira

	Original	Tradução
<i>Editor</i>	Pluto Press	Campo das Letras
<i>Local de Edição</i>	Londres	Porto
<i>Ano de publicação</i>	2003	(Março de) 2004
<i>ISBN</i>	0 7453 2018 X – Hardback 0 7453 2017 1 – Paperback	972-610-779-2
<i>Capa</i>	Mole	Mole
<i>Configuração da capa</i>	Foto sobre fundo com grafismo de foto: - Título em diagonal - Subtítulo	Sobre fundo castanho na parte superior: - Título - Identificação vertical da coleção Sobre fundo branco na parte inferior: - Foto igual à da obra original - Autor (em corpo menor) e referência ao entrevistado (em corpo maior) - Editor
<i>Lombada da capa</i>	- Título (vertical – de cima para baixo) - Autor (vertical – de cima para baixo) - Editor (horizontal)	- Autor (vertical – de baixo para cima) - Título (vertical – de baixo para cima) - Editor (horizontal)
<i>Badana da capa</i>	- Não tem	Sobre fundo branco: - Biodados do autor e entrevistado
<i>Contracapa</i>	Sobre fundo do grafismo de foto: - Críticas elogiosas de jornais - Título - Resumo - Biodados do autor e entrevistado - Editor - Endereço Web do editor - Referência ao desenho da capa - ISBN	Sobre fundo branco: - Resumo da obra - Críticas elogiosas de jornais - ISBN

<i>Badana da contracapa</i>	- Não tem	Sobre fundo branco: - Últimos títulos da colecção Campo da Actualidade
<i>Nº de págs.</i>	234	200
<i>Peso</i>	-	260 g
<i>Dimensões</i>	13,5 x 22,5 cm	13,5 x 21 cm
<i>Índice</i>	Inicial (p. v)	Final (p. 199)
<i>Índice Remissivo</i>	Final nas pp. 215-225	Final nas pp. 191-198
<i>Notas do autor</i>	Finais em cada capítulo	De rodapé, em cada página onde surge a respectiva referência
<i>Notas dos tradutores</i>	-	De rodapé, uma nota na p. 152.
<i>Entrelinhamento</i>	1,5	Único
<i>Separação de capítulos</i>	Página branca de separação entre capítulo anterior e o seguinte	Início do capítulo seguinte na página seguinte
<i>Ficha técnica</i>	p. iv - 1ª edição - Morada do editor - Endereço da Internet - Copyright - Catalogação - ISBN - País de impressão	p. 4 - Título em português - Título original - Autores - Tradutores - Créditos de capa e fotos - Copyright original - Copyright para Portugal - Local de impressão - 1ª edição em Portugal - Depósito Legal - ISBN - Código de barras - Referência à colecção

2.

O Cerco

Ficha de Obra: *The Siege* [Original]
O Cerco [Tradução em português]

Autor: Helen Dunmore

Tradutora: Margarida Baldaia

	Original	Tradução
<i>Editor</i>	Penguin Books	Campo das Letras
<i>Local de Edição</i>	Nova Iorque	Porto
<i>Ano de publicação</i>	2001	2007
<i>ISBN</i>	978 0 141 00073 2	978 989625 212 0
<i>Capa</i>	Mole	Mole
<i>Configuração da capa</i>	Sobre grafismo de foto de paisagem urbana com neve: - Editor - Referência elogiosa de jornal - Autora - Título	Sobre fundo vermelho: - Referência elogiosa de jornal - Referência vertical à coleção (Campo da Literatura) - Título com espaço preenchido por foto de rua com neve (russa) - Autor - Editor
<i>Sobrecapa</i>	Não	Não
<i>Badana da capa</i>	Não	Biodados da autora
<i>Contracapa</i>	Sobre grafismo de foto de paisagem urbana com neve: - Referência elogiosa de jornal - Sinopse - Referências elogiosas de jornais - Editor - ISBN - Créditos da capa	Sobre fundo branco: - Sinopse - Referências elogiosas de jornais - ISBN - Endereço Web do editor
<i>Lombada da capa</i>	- Autor (vertical – de cima para baixo) - Título (vertical – de cima para baixo) - Editor (horizontal)	- Autor (vertical – de cima para baixo) - Título (vertical – de cima para baixo) - Editor (horizontal)
<i>Nº de págs.</i>	296	392
<i>Peso</i>	-	465 g
<i>Dimensões</i>	13 x 20 cm	13,5 x 21 cm
<i>Índice</i>	Não tem	Não tem
<i>Índice Remissivo</i>	Não tem	Não tem
<i>Notas do autor</i>	Uma, de rodapé (p. 7)	Uma, de rodapé na p. 19
<i>Notas da tradutora</i>	-	Uma, de rodapé na p. 325
<i>Notas do editor</i>	-	Uma, de rodapé na p. 254
<i>Entrelinhamento</i>	Único	Único
<i>Separação de capítulos</i>	Início do capítulo seguinte na página seguinte	Início do capítulo seguinte em página ímpar após página par em branco

<i>Ficha técnica</i>	p. iv - 1ª edição - Morada do editor - Endereço da Internet - Copyright - Catalogação - ISBN - País de impressão	p. 4 - Título em português - Título original - Autores - Tradutores - Créditos de capa e fotos - Copyright original - Copyright para Portugal - Local de impressão - 1ª edição em Portugal - Depósito Legal - ISBN - Código de barras - Referência à colecção

3.

Racismo – Uma Breve História

Ficha de Obra: *Racism: A Short Story* [Original]
Racismo – Uma Breve História [Tradução em português]

Autor: George M. Fredrickson

Tradutor: Miguel Ramalhete

	Original	Tradução
<i>Editor</i>	Princeton University Press	Campo das Letras
<i>Local de Edição</i>	New Jersey	Porto
<i>Ano de publicação</i>	2003	2004
<i>ISBN</i>	0 691 11652 0	972 610 622 2
<i>Capa</i>	Mole	Mole
<i>Configuração da capa</i>	Na parte superior, sobre ilustração de alvo a vermelho: - Título - Subtítulo - Autor Na parte inferior, sobre fundo negro: - Foto de mão com tatuagem (HATE)	Sobre ilustração de Joana Quental: - Referência vertical à colecção (Campo da História) - Título - Subtítulo - Autor - Editor
<i>Sobrecapa</i>	Não	Não
<i>Contracapa</i>	Na parte superior sobre fundo vermelho: - Título - Autor - Resumo da obra - Biodados do autor - Comentários críticos (positivos) de jornais - Créditos da foto de capa - Indicação da colecção (Princeton Paperbacks) - Endereço Internet do editor - ISBN	Sobre fundo preto: - Resumo da obra - - Comentários críticos (positivos) de jornais americanos - ISBN
<i>Lombada</i>	- Autor (vertical – de cima para baixo) - Título (vertical – de cima para baixo) - Subtítulo (vertical – de cima para baixo) - Editor (horizontal)	- Autor (vertical – de baixo para cima) - Título (vertical – de baixo para cima) - Editor (horizontal)
<i>Badana da capa</i>	Não tem	- Foto do autor - Informações sobre o autor
<i>Badana da contracapa</i>	Não tem	- Últimos títulos da colecção Campo da História
<i>Nº de págs.</i>	210	160
<i>Peso</i>	-	250 g
<i>Dimensões</i>	14 x 21 cm	15 x 22 cm

<i>Índice</i>	Inicial (p. vii)	Final (p. 159)
<i>Índice Remissivo</i>	pp. 193-207	pp. 145-158
<i>Notas do autor</i>	Finais no livro (pp. 171-192)	De rodapé, em cada página onde surge a respectiva referência
<i>Notas do tradutor</i>	-	Uma, de rodapé, na página 23
<i>Apêndice</i>	No final do livro (pp. 151-170)	No final do livro (pp. 129-144)
<i>Entrelinhamento</i>	Único	Único
<i>Separação de capítulos</i>	Início do capítulo seguinte em página ímpar, após página de separação com título do capítulo.	Início do capítulo em página ímpar, com página branca de separação caso termine em página ímpar.
<i>Ficha técnica</i>	p. vi - Copyright - Casa editora - Morada da casa editora - Direitos reservados - N° de impressão - ISBN - Catalogação - 1ª edição - Fonte usada - Endereço de Internet - País de impressão	p. 4 - Título em português - Autor - Título original - Tradutor - Créditos de capa - Créditos de ilustração da capa - Copyright original - Copyright para Portugal - Morada da casa editora - Endereço da casa editora - Endereço Internet da casa editora - Local de impressão - 1ª edição em Portugal - Depósito Legal - ISBN - Código de barras - Referência à colecção

4.

**Atrás dos Tempos –
Declínio e Queda das Vanguardas do Século XX**

Ficha de Obra: *Behind the Times: The Decline and Fall of the Twentieth-Century Avant-Gardes* [Original]
Atrás dos Tempos – Declínio e Queda das Vanguardas do Século XX
 [Tradução em português]

Autor: Eric Hobsbawm

Tradutora: Raquel Mouta

	Original	Tradução
<i>Editor</i>	Thames and Hudson	Campo das Letras
<i>Local de Edição</i>	Nova Iorque	Porto
<i>Ano de publicação</i>	1998	2001
<i>ISBN</i>	0 500 550 31 X	972 610 367 3
<i>Capa</i>	Dura	Mole
<i>Configuração da capa</i>	Sobre fundo vermelho: - Título dourado da Palestra	Sobre fundo azul: - Subtítulo - Título - Autor - Reprodução de foto do interior - Editor
<i>Sobrecapa</i>	Sim	Não
<i>Configuração da sobrecapa</i>	Sobre fundo branco: - Título em caixa - Subtítulo em caixa - Autor	-
<i>Contracapa</i>	Sobre fundo vermelho: - Nada	Sobre fundo azul: - Resumo do conteúdo - ISBN
<i>Contracapa da sobrecapa</i>	Sobre fundo branco: - Símbolo do editor - ISBN	Não tem
<i>Lombada da capa</i>	- Autor (vertical – de cima para baixo) - Título (vertical – de cima para baixo) - Editor (vertical – de cima para baixo)	- Título (vertical – de cima para baixo) - Autor (vertical – de cima para baixo) - Editor (horizontal)
<i>Lombada da sobrecapa</i>	- Autor (vertical – de cima para baixo) - Título (vertical – de cima para baixo) - Editor (vertical – de cima para baixo)	Não tem

<i>Badanas da sobrecapa</i>	Capa: - Título - Autor - Resumo da obra Contracapa: - Outras Palestras disponibilizadas em livro pelo editor - Editor - Endereço do editor - Local de impressão	Não tem
<i>Nº de págs.</i>	48	64
<i>Peso</i>	-	146 g
<i>Dimensões</i>	15,5 x 21,5 cm	13,5 x 21 cm
<i>Índice</i>	Não tem	Não tem
<i>Índice Remissivo</i>	Não tem	Não tem
<i>Índice de Ilustrações</i>	pp. 46-48	pp. 59-61
<i>Notas do autor</i>	Finais no livro (p. 45)	Finais no livro (pp. 57-58)
<i>Notas da tradutora</i>	-	Não tem
<i>Entrelinhamento</i>	1,5	1,5
<i>Separação de capítulos</i>	Não tem	Não tem
<i>Ficha técnica</i>	p. iv - Direitos de cópia - Local de realização da palestra - Copyright - Direitos de uso - Catalogação - ISBN - País de impressão	p. 4 - Título em português - Autor - Título original - Autores - Tradutora - Créditos de capa - Copyright original - Copyright para Portugal - Morada da casa editora - Local de impressão - 1ª edição em Portugal - Depósito Legal - ISBN - Código de barras

5.

Oprah Winfrey – Em Directo

Ficha de Obra: *Oprah Winfrey Speaks* [Original]
Oprah Winfrey – Em Directo [Tradução em português]

Autor: Janet Lowe

Tradutora: Brighth Guimarães

	Original	Tradução
<i>Editor</i>	John Wiley & Sons	Campo das Letras
<i>Local de Edição</i>	Nova Iorque	Porto
<i>Ano de publicação</i>	1998	2006
<i>ISBN</i>	0 471 298 64 6	978 989 625 075 1
<i>Capa</i>	Dura	Mole
<i>Configuração da capa</i>	Castanha, sem nada	Sobre fundo branco: - Autora - Foto (actual) de Oprah Winfrey - Título - Editor
<i>Sobrecapa</i>	Sim	Sim
<i>Configuração da sobrecapa</i>	Sobre fundo branco: - Título - Foto (antiga) de Oprah Winfrey - Subtítulo - Autora - Informações sobre a autora	Sobre fundo branco: - Foto (actual, mas diferente da da capa) de Oprah Winfrey - Editor
<i>Contracapa</i>	Sobre fundo castanho: - Informação com ISBN	Sobre fundo branco: - Excerto do Prefácio
<i>Contracapa da sobrecapa</i>	Sobre fundo branco: - Excertos da obra - Referência à não aprovação pela autora - ISBN - Endereço geral da editora - Créditos da foto de capa	Sobre fundo branco: - Título - Excerto do Prefácio - ISBN - Endereço Web da editora - Créditos da foto de capa
<i>Lombada da capa</i>	- Autora (horizontal) - Título (vertical – de cima para baixo) - Editor (horizontal)	- Foto de Oprah, igual à da capa (horizontal) - Autora (vertical – de baixo para cima) - Título (vertical – de baixo para cima) - Editor (horizontal)
<i>Lombada da sobrecapa</i>	- Autor (horizontal) - Foto de Oprah (horizontal) - Título (horizontal) - Subtítulo (horizontal) - Editor (horizontal)	- Foto de Oprah, igual à da sobrecapa (horizontal) - Título (vertical – de cima para baixo) - Autora (vertical – de cima para baixo) - Editor (horizontal)

<i>Badanas da sobrecapa</i>	Capa – Sinopse Contracapa – Excertos da obra e informações sobre a autora	Sim, mas sem qualquer informação
<i>Nº de págs.</i>	206	252
<i>Peso</i>	-	310 g
<i>Dimensões</i>	12,5 x 20,5 cm	13,5 x 21 cm
<i>Índice</i>	Inicial (pp. vii-ix)	Final (pp. 246-249)
<i>Índice Remissivo</i>	Não tem	Não tem
<i>Notas da autora</i>	Finais no livro (pp. 181-200)	De rodapé, em cada página onde surge a respectiva referência
<i>Notas da tradutora</i>	-	Não tem
<i>Cronologia/Cronograma</i>	No final do livro (pp. 175-180)	No final do livro (pp. 233-245)
<i>Entrelinhamento</i>	1,5	1,5
<i>Separação de capítulos</i>	Início do capítulo seguinte na página seguinte	Página branca de separação entre capítulo anterior e o seguinte
<i>Ficha técnica</i>	p. iv - Papel usado - Copyright - Casa editora - Direitos de uso - Morada da casa editora - Referência de não autorização de Oprah a este livro - Direitos de copyright de excertos usados - Catalogação - Referência a <i>design</i> e composição - ISBN - País de impressão	p. 4 - Título em português - Autora - Título original - Tradutora - Créditos de capa e fotos - Copyright original - Copyright para Portugal - Morada da casa editora - Local de impressão - 1ª edição em Portugal - Depósito Legal - ISBN - Código de barras - Código do livro

6.

Ravan & Eddie

Ficha de Obra: *Ravan & Eddie* [Original]
Ravan & Eddie [Tradução em português]

Autor: Kiran Nagarkar

Tradutor: Elsa Andringa

	Original	Tradução
<i>Editor</i>	Penguin Books	Campo das Letras
<i>Local de Edição</i>	Londres	Porto
<i>Ano de publicação</i>	1995	1999
<i>ISBN</i>	0 14 0247 727 0	972 610 103 4
<i>Capa</i>	Mole	Mole
<i>Configuração da capa</i>	Ilustração sobre fundo branco: - Editor - Título - Autor	Ilustração sobre fundo verde: - Autor - Referência vertical à colecção (Campo da Literatura) - Título - Editor
<i>Sobrecapa</i>	Não	Não
<i>Contracapa</i>	Sobre um fundo branco: - Resumo curto - Comentário críticos (positivos) de vários jornais - Créditos de capa - Editor - Indicação da colecção (Fiction) - ISBN - Preço para Índia	Sobre fundo cinzento: - Resumo extenso da obra - ISBN
<i>Lombada</i>	- Título (vertical – de cima para baixo) - Autor (vertical – de cima para baixo) - ISBN (vertical – de cima para baixo) - Editor (horizontal)	- Autor (vertical – de baixo para cima) - Título (vertical – de baixo para cima) - Editor (horizontal)
<i>Badana da capa</i>	Não tem	- Foto do autor - Informações sobre o autor
<i>Badana da contracapa</i>	Não tem	Outros títulos da mesma colecção
<i>Nº de págs.</i>	330	336
<i>Peso</i>	-	380 g
<i>Dimensões</i>	13 x 20 cm	13,5 x 21 cm
<i>Índice</i>	Não tem	Não tem
<i>Índice Remissivo</i>	Não tem	Não tem
<i>Notas do autor</i>	Não tem	Não tem

<i>Notas da tradutora</i>	-	Nas páginas: 11, 13, 17, 18, 19, 25, 26, 28, 32, 39, 41, 48, 50, 52, 67, 70, 78, 86, 90, 92, 94, 96, 97, 105, 106, 107, 110, 111, 114, 116, 117, 118, 125, 127, 130, 132, 150, 151, 154, 165, 166, 179, 184, 188, 190, 197, 199, 205, 221, 222, 228, 231, 233, 271, 280, 298, 302, 304, 309, 317, 318, 328
<i>Entrelinhamento</i>	Único	Único
<i>Separação de capítulos</i>	Início do capítulo seguinte na página seguinte	Página branca de separação entre capítulo anterior e o seguinte em página ímpar
<i>Ficha técnica</i>	p. iv - 1ª edição - Morada do editor - Endereço da Internet - Copyright - Catalogação - ISBN - País de impressão	p. 4 - Título em português - Título original - Autores - Tradutores - Créditos de capa e fotos - Copyright original - Copyright para Portugal - Local de impressão - 1ª edição em Portugal - Depósito Legal - ISBN - Código de barras - Referência à colecção

7.

Ordem de Trabalhos – Genocídio

Ficha de Obra: *The Villa, the Lake, the Meeting: Wannsee and the Final Solution*
 [Original]
Ordem de Trabalhos – Genocídio [Tradução em português]

Autor: Mark Roseman

Tradutor: António Costa Santos

	Original	Tradução
<i>Editor</i>	Penguin Books	Campo das Letras
<i>Local de Edição</i>	Londres	Porto
<i>Ano de publicação</i>	2002	2005
<i>ISBN</i>	0 14 100 395 2	972 610 847 0
<i>Capa</i>	Mole	Mole
<i>Configuração da capa</i>	Sobre foto de oficial alemão: - Comentário elogioso de jornal - Título - Subtítulo - Autor - Editor	Acima de ilustração de Joana Quental: - Autor - Título - Referência vertical à colecção (Campo da História)
<i>Sobrecapa</i>	Não	Não
<i>Contracapa</i>	Sobre uma foto mais esbatida igual à da capa: - Comentário crítico elogioso de um autor - Sinopse - Comentários críticos (positivos) de jornais - Indicação da colecção (Penguin History) - ISBN - Endereço web da editora - Créditos da foto de capa - Preço	Sobre fundo vermelho: - Sinopse - ISBN
<i>Lombada</i>	- Título (vertical – de cima para baixo) - Autor (vertical – de cima para baixo) - Editor (horizontal)	- Autor (vertical – de baixo para cima) - Título (vertical – de baixo para cima) - Editor (horizontal)
<i>Badana da capa</i>	Não tem	- Foto do autor - Informações sobre o autor
<i>Badana da contracapa</i>	Não tem	Nada
<i>Nº de págs.</i>	152	160
<i>Peso</i>	-	245 g
<i>Dimensões</i>	13 x 20 cm	15 x 22 cm
<i>Índice</i>	Inicial (p. v)	Final (pp. 159)
<i>Índice Remissivo</i>	pp. 147-152	Não tem
<i>Notas do autor</i>	Finais no livro (pp. 119-146)	De rodapé, em cada página onde surge a respectiva referência
<i>Notas do tradutor</i>	-	De rodapé, nas páginas: 28, 74, 82, 93, 106, 141

<i>Anexo</i>	No final do livro (pp. 108-118)	No final do livro (pp. 147-158)
<i>Entrelinhamento</i>	Único	Único
<i>Separação de capítulos</i>	Início do capítulo seguinte na página seguinte	Página branca de separação entre capítulo anterior e o seguinte
<i>Ficha técnica</i>	p. iv - Casa editora - Morada da casa editora - Endereço da Internet - 1ª edição - Copyright - Direitos reservados - País de impressão - Condições de cópia	p. 4 - Título em português - Título original - Autor - Tradutor - Direcção gráfica - Créditos de capa - Copyright original - Copyright para Portugal - Morada da casa editora - Endereço de Internet - Local de impressão - 1ª edição em Portugal - Depósito Legal - ISBN - Código de barras - Referência à colecção